

a

NICOS POULANTZAS
FASCISMO E DITADURA

coleção A. 9

nicos poulantzas

FASCISMO E DITADURA

a III internacional face ao fascismo

I volume

TÍTULO ORIGINAL:

FASCISME ET DICTATURE — LA TROISIÈME INTERNATIONALE FACE AU FASCISME

TRADUÇÃO DE JOÃO G. P. QUINTELA E DE M. FERNANDA S. GRANADO

ORIENTAÇÃO GRÁFICA DE LUÍSA BRANDÃO

© LIBRAIRIE FRANÇOIS MASPERO, PARIS, 1970

© PORTUCALENSE EDITORA, PORTO, 1972

NOTA A EDIÇÃO PORTUGUESA

Neste breve prefácio à edição portuguesa de *Fascismo e Ditadura*, quero, antes de mais, exprimir o vivo prazer que tenho em submeter este texto ao julgamento e à crítica do público português bem como os meus agradecimentos aos amigos que se ocuparam da difícil tarefa da tradução, e, também, tentar dar alguns esclarecimentos, precisamente sobre a questão do plano epistemológico deste trabalho.

Se escolhi a questão do fascismo e da ditadura como caso privilegiado da análise política, isto aconteceu, sobretudo — como digo na Introdução —, por causa da actualidade deste problema. Não se trata, em sentido estrito, de um texto historiográfico: os casos do fascismo italiano e do nazismo alemão só são aqui tratados a título de exemplos. Não são tratados como modelos em relação aos quais todo e qualquer fascismo deveria ser julgado. Tentei, com efeito, estabelecer o conceito de Estado de excepção e das suas formas de regime: o fascismo, a ditadura militar, o bonapartismo, insistindo particularmente no conceito de fascismo — que, como qualquer conceito, é teórico. O fascismo italiano e o nazismo alemão pareceram-me significativos como exemplos, na medida em que apresentam, na realidade concreta, as características teóricas do fascismo do modo mais nítido e acabado.

Por outro lado, muitas vezes os regimes concretos de Estado de excepção apresentam-se na realidade de forma combinada: quer isto dizer que apresentam, frequentemente, características a um tempo do fascismo, da ditadura militar e do bonapartismo. Mas é necessário distinguir entre estas diversas características e, sobretudo, detectar quais delas detêm o papel dominante numa forma concreta de regime de excepção, marcando-o, assim, de forma privilegiada.

Para dar um exemplo, um regime que apresente, de forma dominante, as características da ditadura militar, ou do bonapartismo, pode apresentar igualmente, de modo relativamente secundário, certas características que relevem do fascismo, e vice-versa. Quero com isto dizer que a análise concreta de um regime concreto de excepção é forçosamente complexa e que é preciso evitar os esquematismos apressados. Tanto mais que um regime de excepção pode, no tempo, e de

acordo com a relação de forças, evoluir de tal forma que certas características, que o marcavam de modo dominante, dêem lugar a outras que relevem de outras formas de regimes de excepção: um fascismo pode dar uma ditadura militar ou um simples bonapartismo, e vice-versa.

Quanto à actualidade da questão do fascismo, digamos simplesmente que os fascismos — como, aliás, os outros regimes de excepção — não são fenómenos limitados no tempo. Podem muito bem ressurgir actualmente, mesmo nos países da área europeia, na medida em que se assiste a uma crise grave do imperialismo, crise que atinge o seu próprio centro. O ressurgimento, pois, do fascismo continua possível, sobretudo hoje — mesmo que, provavelmente, não se revista agora exactamente das mesmas formas históricas de que se revestiu no passado.

É evidente que estes problemas nada têm de académico e que são, pelo contrário, de uma grande importância política. Ouso esperar que este livro traga, a este respeito, alguns elementos úteis.

Paris, Novembro de 1971.

NICOS POULANTZAS

INTRODUÇÃO

Porquê, neste momento, um estudo sobre o fascismo?

Este estudo pareceu-me corresponder, dada a actualidade do problema, a uma necessidade política. Com efeito, há pouco tempo ainda, a questão do fascismo, e das outras formas de ditadura, parecia só dizer respeito a uma historiografia académica, circunscrita às velharias da história. Mas é cada vez mais claro que o imperialismo atravessa actualmente — no plano mundial — uma crise grave, que está apenas no início e que o atinge mesmo no seio das suas metrópoles. Torna-se, por isso, evidente que, face à acuidade da luta de classes que caracteriza este largo período que se inicia (e o futuro é longo), a questão do Estado de excepção e, assim, a do fascismo, são de actualidade: como é actual, de resto, a questão da revolução.



Como em qualquer estudo de materialismo histórico, o objecto deste texto é complexo. Há, na sua construção, três aspectos principais:

1. O fascismo, enquanto fenómeno político específico: tentou-se apreender este fenómeno nas suas características essenciais, através de uma análise das suas causas e dos seus efeitos — para além dos traços secundários que o marcaram aonde se estabeleceu. Mas, para o fazer, só há uma maneira justa de proceder, na ordem da investigação, e de expor os resultados, na ordem de apresentação: é entregarmo-nos a um exame aprofundado dos fascismos, onde eles se estabeleceram, analisando situações concretas. Só assim se podem separar os factores secundários das causas reais e, isolando estas, determinar as possibilidades e as condições de ressurgimento do fenómeno.

2. O fascismo não é mais do que uma forma particular de regime da forma de Estado capitalista de excepção: há outras, nomeadamente o bonapartismo e as diversas formas de ditadura militar. Assim, não se pôde analisar o fenómeno

preciso do fascismo senão propondo, ao mesmo tempo, uma teoria do Estado de excepção e da crise política, teoria que recobre igualmente as outras formas de regimes capitalistas de excepção.

3. O terceiro aspecto deste texto é o exame da política da 3.^a Internacional face ao fascismo. Não se pode, evidentemente, falar do fascismo sem falar da classe operária e também não se pode falar desta, para o período compreendido entre as duas guerras mundiais, sem tratar da política da Internacional Comunista.

Mas, para apreendermos a política da Internacional Comunista face ao fascismo, não podemos limitar-nos à exposição das suas concepções do fenómeno fascista e ignorar a sua política real e os princípios que a comandam. Tanto mais que (dado o eurocentrismo característico da Internacional Comunista e o facto de que, ao longo de toda a sua existência e quase desde as suas origens, teve que fazer frente aos fascismos europeus) a sua política face ao fascismo manifesta, efectivamente, o conjunto dos aspectos teóricos e práticos da sua política no tocante à maior parte das questões do movimento operário. As conjunturas históricas dos fascismos constituem, assim, um campo concreto absolutamente privilegiado para o exame da Internacional Comunista: foi o que fomos levados a fazer neste texto, examinando detidamente os princípios dessa política, analisando os seus efeitos concretos e propondo uma periodização da Internacional Comunista.

Talvez seja inútil, de resto, assinalar a actualidade deste exame: o movimento operário está, ainda hoje, largamente marcado pela 3.^a Internacional.

Isto dito, o eixo central deste texto — eixo que preside à construção do seu objecto — é o fascismo. Se o objecto tivesse sido o próprio Estado de excepção, deveríamos ter entrado igualmente em análises, precisas e detalhadas, do bonapartismo e das ditaduras militares. O que também é válido para a 3.^a Internacional: se ela tivesse sido o objecto próprio do texto, deveria ter-se incluído nele a análise de numerosos pontos da sua política — a questão colonial, por exemplo — que aqui não figuram.

Tratando do fascismo, fomos, contudo, levado a entrar em desenvolvimentos que ultrapassam o seu quadro de análise. Assim aconteceu no que respeita aos aparelhos de Estado e ao Estado capitalista; com efeito, o Estado fascista é uma forma específica do Estado de excepção, que em nenhum caso se poderá confundir com as outras formas de Estado capitalista. O Estado fascista constitui uma forma crítica de Estado e de regime, que corresponde a uma crise política. Mas é próprio de todas as crises revelar traços que lhes não são exclusivos: o exame do fascismo, precisamente como fenómeno crítico e específico, permite aprofundar o estudo de certos aspectos da própria natureza do Estado capitalista. O mesmo acontece com toda uma série de outros problemas: nomeadamente o da pequena burguesia, cujo funcionamento no quadro do fascismo é revelador. É também, finalmente, com um conjunto de conceitos de análise social e política que fomos levados a formular, a precisar e a rectificar.



Era, pois, preciso prevenir o leitor de que não se trata aqui de um estudo historiográfico dos fascismos alemão e italiano, mas sim de um estudo de teoria política. É óbvio que este estudo só pode ser feito através de uma investigação histórica aprofundada, mas nem o tratamento do material nem, sobretudo, a ordem de exposição podem ser os mesmos nos dois casos. No caso presente, tentámos pôr em evidência os traços essenciais do fascismo como fenómeno político específico: os «acontecimentos» históricos e os pormenores concretos não são aqui retidos e expostos senão na medida em que permitem ilustrar com pertinência o objecto da investigação.

Isto determina a construção geral do plano de exposição deste texto, cujos detalhes serão explicitados ao longo dos desenvolvimentos:

1. Optámos por um plano geral que, a partir do momento em que se entrar no cerne do assunto, consiste em, em cada capítulo, expor em primeiro lugar uma série de *proposições gerais*; virá em seguida a análise concreta dos casos alemão e italiano: análises que assumem então, na exposição, o papel de *ilustrações* dessas proposições.

2. Limitámo-nos, neste exame de casos concretos, a fascismos que conseguiram efectivamente estabelecer-se; e isto porque não se trata aqui de um estudo histórico dos diversos movimentos fascistas. Com efeito, o estudo dos fascismos, onde eles se estabeleceram, permite — por esse mesmo facto — apreender melhor e ilustrar com mais força os traços essenciais do fascismo como movimento e o seu processo.

3. Limitámo-nos ainda, nesta exposição de casos concretos, apenas aos casos alemão e italiano: não serve para nada, nesta óptica, multiplicar os exemplos; não é por um processo comparativo levado até ao infinito que se pode ilustrar eficazmente, na apresentação, um objecto de investigação.

Mas, em compensação, escolhemos estes exemplos precisos por duas razões essenciais:

a) Os fascismos alemão e italiano, situando-se na área europeia e concentrando sobre si a política da Internacional face ao fascismo, revestem-se, aqui e agora, de um interesse político mais directo do que, por exemplo, o fascismo japonês.

b) Na área europeia, estes dois casos são os que, na realidade concreta, apresentam os traços essenciais do fascismo do modo mais claro, ainda que cada um deles de forma desigual. Não entramos, assim, no exame do caso espanhol, que surge como uma forma complexa, participando igualmente do fascismo, mas relevando, sobretudo, da ditadura militar.

4. Não seguimos aqui a estrita ordem cronológica: nomeadamente, a análise concreta do caso alemão segue imediatamente as proposições gerais, precedendo sempre, na exposição, a do caso italiano. É que o nazismo apresenta, na realidade concreta, os caracteres do fascismo de forma mais clara e acabada do que o fascismo italiano. Esta ordem de exposição não significa, portanto, que o nazismo constitua um «modelo» pelo qual se devam medir todos os fascismos: esta ordem favorece a clareza da exposição, clareza exigida pela objecto e pelo próprio carácter deste estudo.

A QUESTÃO DO PERÍODO DOS FASCISMOS

O primeiro problema que se levanta no estudo do fascismo é o da sua especificidade em relação a formas de regime como a ditadura militar e o bonapartismo e em relação às outras formas de Estado capitalista. Por outras palavras, será que se pode definir uma *forma de Estado capitalista de excepção*, distinta das outras formas de Estado capitalista, forma de Estado de excepção essa que recobre, ela própria, diversas formas específicas de regimes de excepção, tais como o fascismo, as ditaduras militares, o bonapartismo?

Esta questão só poderá ser posta, em termos rigorosos, quando se proceder ao exame da crise política, à qual corresponde o Estado de excepção, e das espécies particulares de crise política, às quais correspondem as formas específicas de regime de excepção. Mas, para o fazer, será preciso analisar primeiro o problema do *período histórico* das formações capitalistas, no interior do qual se apresentam estas crises políticas e este regimes de excepção. Sob pena de cairmos numa tipologia abstracta, temos de convir em que uma espécie de crise política, que origina uma dada forma de regime de excepção, apresenta não obstante traços diferenciais segundo o período em que surge: um bonapartismo do século XIX difere de um bonapartismo do século XX e o mesmo acontece com as ditaduras militares e os fascismos.

Se a análise dos períodos históricos gerais, no seio dos quais se situam os regimes de excepção, não permite dizer por que apareceram esses regimes, nem por isso a *conjuntura da luta de classes* — as crises políticas —, cujo exame (e só ele) permite responder a esta questão, deixa de ser marcada por esse período.

1. IMPERIALISMO E FASCISMO. ACERCA DO CAPITALISMO MONOPOLISTA E DA CADEIA IMPERIALISTA.

Começaremos, pois, pelo exame do período dos fascismos. Aproveitemos, para tal, a oportunidade proporcionada por uma citação do sociólogo alemão Max Horkheimer, colocada à cabeça de um livro recente: *Fascismo e capitalismo*, editado na Alemanha. Horkheimer, erguendo-se desde cedo contra a série de concepções do «totalitarismo», dizia: «Mas quem não quiser falar do capitalismo deverá também calar-se no que respeita ao fascismo». Rigorosamente, isto é falso: quem não quiser falar de *imperialismo* é que se deverá também calar no tocante ao fascismo.

O fascismo, com efeito, situa-se no *estádio* imperialista do capitalismo. O que importa, pois, é tentar pôr em evidência certos caracteres gerais deste *estádio* e o seu impacto sobre o fascismo. Alguns dos factores que são, muitas vezes, considerados como as causas fundamentais e *sine qua non* do fascismo, a saber: as crises económicas particulares que, no momento do seu estabelecimento, atravessavam a Alemanha e a Itália, as particularidades nacionais destes dois países, as sequelas da Primeira Guerra Mundial, etc., não constituem as causas primeiras do fascismo. Eles só têm importância na sua relação com o *estádio* imperialista, como elementos de *uma das conjunturas possíveis* deste *estádio*.

É preciso, portanto, que nos detenhamos no problema do imperialismo. É fácil de ver que não podemos ir aqui ao fundo desta questão; parece necessário, no entanto, rectifi-

car certas posições — o que, precisamente, pode ser feito a partir desta crise do estágio imperialista que é o fascismo.

O cerne do problema parece estar no facto seguinte: o imperialismo, considerado precisamente como estágio do conjunto do processo capitalista, não é simplesmente, nem unicamente, um fenómeno económico, isto é, determinado por (e detectável em) o que se passa apenas no domínio do económico. Ora, a 3.^a Internacional foi precisamente marcada, e desde bastante cedo, por uma concepção «economicista» do imperialismo.

Isto manifesta-se, claramente, numa interpretação particular das teses de Lenine sobre o imperialismo, nomeadamente do seu texto *O Imperialismo, estágio supremo do capitalismo*:* interpretação comandada pelo economicismo da 3.^a Internacional. Enuncia-se, assim, a tese que seguidamente se desenvolverá: o economicismo parece ser o ponto de convergência das correntes da 2.^a Internacional. É, de resto, sobre este aspecto da 2.^a Internacional que se concentram, como se sabe, os ataques de Lenine. O que se verifica com a 3.^a Internacional é que tudo se passa como se, após o corte leninista — assaz breve, no total, mas que marcou as distâncias em relação à 2.^a Internacional —, haja uma restauração progressiva do economicismo sob novas formas, se bem que uma certa linguagem e certas formas organizacionais tendam a mascarar-la.

Este «economicismo» é acompanhado pelo seu inevitável corolário, a *ausência de linha de massa*, e articula-se com o *progressivo abandono do internacionalismo proletário*: características que marcam, de resto, não só a linha geral seguida pela Internacional Comunista, mas também a linha seguida pelo partido bolchevique e pela sua direcção, na própria União Soviética.

Antes de irmos mais longe, impõe-se já aqui uma precisão muito clara. Esta linha não caiu do céu. Seria uma concepção puramente idealista pensar que a linha da Internacional Comunista, bem como a seguida na U. R. S. S., se deve a

* Edição portuguesa: Nosso Tempo, 1971.

simples «erros» ou «desvios» teórico-políticos, saídos das cabeças dos dirigentes: fazê-lo equivaleria a dar um estatuto subjectivista àquilo que foi uma linha política efectiva, que presidiu ao destino do proletariado mundial. Tão-pouco foi essa linha uma simples «degenerescência» organizacional do partido bolchevique e das outras secções da Internacional Comunista. Na realidade, ela mergulha as suas raízes na luta de classes entre a burguesia e o proletariado, isto é: na luta entre as «duas vias», na *própria U. R. S. S.*, durante a fase de transição. É o que se tentará mostrar no capítulo *A U. R. S. S. e a Internacional Comunista*.

É, porém, propositadamente, que, na ordem de apresentação, não se expõem desde logo estas considerações: isto deriva da análise que parece justa das relações entre a União Soviética e a Internacional Comunista. Com efeito, se a linha política geral da Internacional Comunista, e as suas viragens, foram determinadas pela luta entre fracções e tendências no seio do partido bolchevique, pela política deste partido no interior da U. R. S. S., pela política externa da U. R. S. S. e, portanto, pela luta entre burguesia e proletariado na própria União Soviética, essa determinação *não foi, com gradações diferentes, nem directa, nem imediata*, como o quer fazer crer toda uma tradição historiográfica. O economicismo, a ausência de linha de massa e o abandono progressivo do internacionalismo, efeitos da luta entre burguesia e proletariado na União Soviética, são o *elo necessário* através do qual a U. R. S. S., ou «o que se passa na U. R. S. S.», determina a política da Internacional Comunista e a dos partidos comunistas locais. É isto porque esta linha geral tem efeitos próprios e decisivos sobre a luta concreta entre a burguesia e o proletariado na própria U. R. S. S., e sobre a sua evolução.

Por outro lado, nesta linha inscrevem-se certos «erros» precisos: também eles, pela sua acumulação, têm efeitos próprios, quer sobre a luta entre burguesia e proletariado na União Soviética, quer, e é o que aqui nos interessa, sobre a política da Internacional Comunista.

É o que se tentará mostrar, invertendo, por assim dizer, na ordem de apresentação, a ordem de causalidade real.

Para voltar ao texto de Lenine, é verdade que ele se limita aos aspectos económicos do imperialismo; apenas com esta pequena diferença capital: o próprio Lenine insiste nisso no seu último prefácio, proclamando abertamente a sua insuficiência: «Esta brochura foi escrita tendo em conta a censura czarista. Assim, tive não só que me limitar estritamente a uma análise teórica, sobretudo económica, mas também formular sempre com a maior prudência, por meio de alusões, nesta maldita língua de Esopo, as observações políticas indispensáveis. [...] É aflitivo reler agora [...] estas passagens mutiladas [...]».¹

Não é por acaso que a 3.^a Internacional utilizou este texto de uma certa maneira: fê-lo em função do seu economicismo particular, exactamente como a 2.^a Internacional erigiu em brevíarios o *Prefácio à Contribuição à crítica da economia política* de Marx e o *Socialismo utópico e socialismo científico* de Engels — textos que apresentam, efectivamente, consonâncias «economicistas» (consonâncias, aliás, de que será preciso, um dia, examinar as razões). Uma coisa é certa, quanto a Lenine: é que o seu texto (como, de resto, o conjunto da sua obra) contém, de forma perfeitamente clara, uma teoria do imperialismo que não o reduz, de forma alguma, a um simples fenómeno económico. Só referindo-nos a esta teoria poderemos compreender o fascismo.

Com efeito, o imperialismo, considerado como estágio do conjunto do processo capitalista, não se limita a modificações que marquem unicamente o domínio económico — como, por exemplo, a concentração monopolista, a fusão do capital bancário e do capital industrial em capital financeiro, a exportação de capitais, a procura de colónias por simples razões «económicas», etc.. De facto, estes dados «económicos» determinam, rigorosamente, uma nova articulação do conjunto do sistema capitalista e, por isso mesmo, profundas modificações do político e da ideologia.

Estas modificações afectam, ao mesmo tempo, cada formação social nacional e as relações sociais à escala internacional; mais: as relações particulares entre estes dois sectores,

1. *Oeuvres complètes*, t. XXII, pág. 203.

relações que, precisamente, caracterizam o imperialismo, assentam nessas modificações.

Para o primeiro sector, o aspecto principal do processo manifesta-se no *capitalismo monopolista*. Assiste-se aqui a um fenómeno de uma importância decisiva: trata-se do novo papel que desempenha o *Estado capitalista*, papel que concerne, simultaneamente, as suas novas funções, a extensão da sua intervenção e o índice da sua eficácia, e que lhe é atribuído, exactamente, pelas modificações económicas deste estágio. Este papel do Estado (que frequentemente se tenta agora fundar na actualidade, a fim de definir um novo estágio de «capitalismo monopolista de Estado») não é, na realidade, senão um papel próprio, precisamente, do estágio imperialista. Sejamos ainda mais claros: o corte patenteado neste papel do Estado, e no índice da sua eficácia, de modo algum marca de forma decisiva — constitutiva de um estágio — o imperialismo «clássico» e o «capitalismo monopolista de Estado», mas marca, sim, o estágio pré-imperialista do estágio imperialista — isto é, capitalista monopolista. É certo que intervêm actualmente modificações importantes: mas trata-se apenas de uma periodização no próprio seio do estágio imperialista.

É verdade que nunca houve um estágio do capitalismo em que o Estado não detivesse um papel económico importante: o «Estado liberal», simples Estado-policia do capitalismo de concorrência, foi sempre um mito. Não obstante, o estágio imperialista é marcado por um novo papel do Estado. Este papel vale-lhe o nome de *Estado intervencionista*, na medida em que se repercute em profundas modificações, em relação às que o precederam, das formas políticas do Estado capitalista. Lenine deixou, de resto, numerosas indicações neste sentido: nas passagens respeitantes ao Estado-rentista da brochura atrás mencionada e nas suas análises do *capitalismo de Estado* — que ultrapassam de longe o quadro das simples conjunturas históricas da Alemanha, durante a Primeira Guerra Mundial, e da União Soviética, após a Revolução de 17.

Com efeito, o fenómeno fascista só pode ser compreendido na medida em que está localizado no interior de um estágio caracterizado por esta modificação do papel do Estado. A maioria dos autores marxistas que trataram do fascismo assinalaram, justamente, esta questão chave.

Este papel do Estado no estádio imperialista é redobrado, no caso dos fascismos, pelo papel particular que o Estado desempenha numa fase de transição de um estádio para um outro. Já noutra local se pôs em evidência o papel particular do Estado no caso das transições, numa formação social, de um modo de produção para um outro.² É preciso acrescentar, agora, que o Estado detém igualmente um papel decisivo no caso de transição, num mesmo modo de produção, de um para outro estádio. Aqui, no caso do fascismo na Alemanha e em Itália, o papel decisivo do Estado exprime-se, não só através do seu novo papel no estádio imperialista, mas também através do seu papel crucial na transição particular, nestes dois países, para o estabelecimento da dominância do capitalismo monopolista.

Ora, diz Lenine em *O Imperialismo*:³ «Para a Europa, pode estabelecer-se com bastante precisão o momento em que o novo capitalismo (monopolista) se substituiu definitivamente ao antigo: é o início do século XX.» De facto, o que se deverá entender por tal, à luz das informações de que dispomos agora, é que o princípio do século XX marcou, nos principais países europeus, o corte com o estádio precedente e, assim, o início decisivo da fase de transição para a dominância do capitalismo monopolista.⁴ Tomada ao pé da letra, a comprovação de Lenine não parece exacta, ao menos no que respeita, precisamente, à Alemanha e à Itália, países tardiamente chegados ao capitalismo e ao imperialismo.

Este papel do Estado, na fase de transição em questão, é relativamente distinto do seu papel no estádio do capitalismo monopolista. Isto explicaria, por outro lado, o facto de, após a realização desta transição, isto é, finalmente, após o fim

2. Ch. Bettelheim, *La Transition vers l'économie socialiste*, 1968, e também o meu livro *Poder político e classes sociais*, 1968, págs. 169 e segs. [na edição portuguesa, Portucalense, 1971: I vol., págs. 174 e segs.].

3. *Ibidem*, pág. 218.

4. Assinalemos, por outro lado, que esta tese da transição é igualmente admitida, segundo a sua óptica própria, por Sweezy e Baran, *Le Capitalisme monopoliste*, 1968, Cap. XIII: «Sur l'histoire du capital monopoliste», e em particular na sua interpretação da crise de 1929 como crise de transição entre o «modelo concorrencial» e o «modelo monopolista». Ver, igualmente, neste sentido, Christian Pailloix, *Problèmes de croissance en économie ouverte*, 1969, pág. 217.

da Segunda Guerra Mundial, o Estado, tendo já consolidado a sua dominância, se limitar ao seu papel no estádio do capitalismo monopolista. Papel que continua a ser muito importante, certamente, mas que parece, assim, menor e em recuo relativamente àquele, «reforçado», que desempenhava na transição: e isto, de resto, tanto na Alemanha e em Itália, como na Inglaterra e nos próprios Estados Unidos, após o período do *New Deal* rooseveltiano.⁵

Por fim, o estádio imperialista é marcado, igualmente, por profundas modificações na ideologia, particularmente na ideologia dominante e na região política desta ideologia: verifica-se aí, com efeito, a formação — com numerosas variantes — da ideologia imperialista. Ver-se-á em que medida a ideologia fascista constitui uma variante desta ideologia e, também, até que ponto esta transformação da ideologia dominante constituiu, entre outros, um elemento absolutamente essencial da crise ideológica que marca a conjuntura da Alemanha e da Itália durante o ascenso do fascismo.



Será preciso agora, e esta é a questão capital, aplicar estas observações ao plano internacional: o imperialismo, como estádio do sistema capitalista no plano internacional, não constitui um fenómeno redutível, unicamente, ao processo económico. É mesmo mais: só na medida em que se considere o imperialismo como um fenómeno afectando, simultâ-

5. Preciso aqui a questão da terminologia. O termo estádio remete para modificações da estrutura de um modo de produção e da articulação das relações que o especificam. O termo etapa (e o termo período) remete para a periodização concreta de uma formação social, recobrando mais particularmente o campo da luta de classes. Quanto à transição, distingo entre período de transição e fase de transição: o período de transição recobre a combinação complexa e instável dos modos de produção no momento da passagem, numa formação social, da dominância de um modo de produção à de um outro: por exemplo, a passagem do feudalismo ao capitalismo. A fase de transição designa uma formação social em que domina um modo de produção, mas na qual as condições da sua dominância se transformam pela passagem de um estádio para um outro: assim acontece no presente caso da transição entre o capitalismo «concorrencial» e o capitalismo monopolista.

neamente, o económico, o político e a ideologia é que se pode fundar a internacionalização particular das relações sociais neste estágio.

Podem então justamente apreender-se os dois elementos dominantes sob este aspecto e, à sua luz, analisar as situações concretas: a *cadeia imperialista* e o *desenvolvimento desigual* dos seus elos.

Com efeito, no caso do imperialismo, não basta falar de circulação internacional de capitais ou de interpenetração económica: é preciso ver claramente, e isto é muito importante, que se trata, no rigoroso sentido da palavra, de uma *cadeia*. Quem diz cadeia diz *elos*. Mas, também aqui, não basta falar unicamente do *elo mais fraco*. Porque, para falar deste elo, é já preciso fazer intervir o elemento do desenvolvimento desigual das diversas formações nacionais que fazem parte da cadeia. É mesmo a existência desta cadeia que dá um significado novo ao desenvolvimento desigual particular que caracteriza o imperialismo, porque, como também se sabe, o desenvolvimento desigual caracteriza já os próprios começos do capitalismo.⁶ Entre outras coisas, o desenvolvimento desigual da cadeia imperialista significa que, para além do elo mais fraco, também os outros elos não têm todos a mesma força: também eles são *relativamente*

6. Lenine, *ibidem*, pág. 260. O que, aliás, fora já assinalado pelo próprio Marx. Isto não quer, contudo, dizer que o *capitalismo fosse já, de algum modo desde o começo, imperialista*: é sabido que é esta a tese recentemente defendida por A. Gunder Frank, *Capitalisme et sous-développement en Amérique latine*, 1969. Frank, de facto, fundamenta precisamente a sua tese no mero domínio «económico», insistindo na interdependência, desde os começos do capitalismo, dos «mercados» internos e externos. No entanto, esta «interdependência» económica, que foi sempre admitida pelos clássicos do marxismo, não é suficiente para constituir o estágio imperialista, caracterizado precisamente, e sobretudo, pelo novo papel do político e da ideologia e pela sua nova articulação com o económico — o que cria a *cadeia imperialista*, no interior da qual o desenvolvimento desigual toma também um sentido novo. Como prova de tudo isto, o facto de que o esquema do imperialismo de G. Frank de uma «estrutura bipolar do capitalismo em centro e em periferia», em que tudo é simultaneamente o centro de uma periferia e a periferia de um centro, na sua forma linear e circular, nada tem que ver com o desenvolvimento desigual da cadeia «imperialista» enquanto estágio do capitalismo.

mais fracos e mais fortes. *Rigorosamente, a força de uns depende directamente da fraqueza dos outros, e vice-versa.*

Mas vejamos mais de perto como entendia Lenine a cadeia imperialista — o que é claro nas suas análises sobre a Rússia. De facto, quando Lenine analisa a Rússia, designando-a como o elo mais fraco da cadeia, não se refere a elementos exclusivamente económicos. Ele discernia na Rússia, enquanto elo mais fraco, uma *acumulação de contradições* fazendo intervir o económico, o político e a ideologia. É que o desenvolvimento desigual da cadeia imperialista repercutia-se, no interior mesmo da formação social russa, num desenvolvimento desigual do económico (as diversas formas de produção coexistentes na Rússia), do político (o Estado czarista) e da ideologia (a crise ideológica). E se era esta acumulação que fazia da Rússia o elo mais fraco, é porque a *própria cadeia imperialista* não tinha, de forma alguma, por único cimento os laços económicos.

Isto porque, por outro lado, e como muito bem se sabe, a 2.^a Internacional, com o seu pronunciado economicismo, esperava a revolução na Alemanha, o país *economicamente* mais desenvolvido. Poder-se-ia dizer que o economicismo da 2.^a Internacional levava a uma concepção do elo mais forte. Na realidade, não deveríamos neste caso falar de elo, porque o economicismo da 2.^a Internacional — e é isto o mais importante — mascarava-lhe a própria cadeia imperialista. Se a 2.^a Internacional esperava a revolução no país economicamente mais desenvolvido é porque, *ao mesmo tempo*, não via nas relações internacionais mais do que os «laços económicos»: ver Hilferding.

Assim, pois, a concepção leninista também não foi a simples inversão da 2.^a Internacional na ordem «económica» dos elos. Lenine não esperava a revolução na Rússia pelo facto de ser o país *menos* desenvolvido «economicamente»: ele mostrou a inexactidão desta tese em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Falando do elo mais fraco, Lenine descobriu a cadeia imperialista e rompeu definitivamente com o economicismo.

Vê-se bem, portanto, como as próprias características do capitalismo monopolista fundam a cadeia imperialista nas

relações internacionais. É, nomeadamente, desta forma que o papel decisivo do Estado no capitalismo monopolista, no interior de cada formação nacional, se revela um elemento importante da organização da cadeia: «O capital financeiro é uma força tão poderosa, tão decisiva, poderia dizer-se, em todas as relações económicas e internacionais que é capaz de submeter, e submete efectivamente, mesmo os Estados que gozam de uma completa independência política» (Lenine).

O novo índice de eficácia do político que marca o capitalismo monopolista, no seio de cada formação nacional, traduz-se num novo índice de eficácia do político que marca as relações internacionais no estágio imperialista: «O que é essencial, para o imperialismo, é a rivalidade de várias grandes potências tendendo para a *hegemonia*, isto é, a conquista de territórios, não tanto para si mesmas como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia.» (Lenine)

O que, por sua vez, tem efeitos no seio de cada formação nacional. A *forma e o grau concretos* desta eficácia do político, no seio de cada formação nacional, dependem do seu lugar «histórico» enquanto elo da cadeia: e dependem, em contrapartida, do desenvolvimento desigual da cadeia, segundo o seu modo de existência dentro de cada elo.

Rompendo assim com o economicismo, descobre-se, ao mesmo tempo, o lugar dos outros elos na cadeia, os elos relativamente mais fracos e mais fortes. O que intervém na atribuição deste lugar, e também nos seus deslocamentos, determinantes para a conjuntura, não é apenas a situação «económica» de um país relativamente aos outros, mas a particularidade de conjunto da formação social.

■

Estas observações são importantes para o estudo do fascismo. Pode dizer-se, desde já e muito concisamente, que, se a revolução se fez ao nível do elo mais fraco da cadeia (na Rússia), o fascismo instaurou-se ao nível dos dois elos seguintes, que eram relativamente os mais fracos, nessa época, na área europeia. Não quero com isto dizer, de forma nenhuma, que o fascismo fosse aí uma fatalidade — do mesmo modo que a revolução bolchevique não era uma fatalidade no elo mais fraco. Quero simplesmente sublinhar que (nas conjunturas particulares da luta de classes nestes países,

que chegaram, por toda uma série de razões, a resultados tão radicalmente diferentes) o seu lugar na cadeia imperialista foi de uma importância crucial. Não é de admirar, de resto, que a 3.^a Internacional — que, entretanto, descambara no economicismo e esquecera a cadeia — não estivesse à espera dos fascismos onde eles surgiram.

2. OS ELOS ALEMÃO E ITALIANO: A SUA HISTÓRIA

A Alemanha e a Itália eram, pois, a seguir à Rússia, os elos mais fracos da cadeia: chegados tardiamente, dissemos nós, ao capitalismo, mas a expressão, muitas vezes utilizada, é enganadora se por ela entendermos tratar-se dos países economicamente menos desenvolvidos. O lugar, mais ou menos fraco ou forte, na cadeia não se reduz a uma evolução cronológica de avanço ou atraso económico, do mesmo modo que o desenvolvimento desigual não se reduz a um simples ritmo do «desenvolvimento» económico. É o que se mostrará, situando aqui as particularidades históricas destas formações nacionais no processo do imperialismo. Contentar-nos-emos, por agora, com simples linhas directoras.

I. A ALEMANHA.

Do ponto de vista económico,¹ para começar, a Alemanha, após um arranque relativamente tardio da sua industrialização,

1. Para o essencial destes dados económicos, C. Bettelheim, *L'Économie allemande sous le nazisme*, 1946: o mérito principal deste livro importante é o de ter estudado sistematicamente a política económica do nazismo estabelecido. É necessário, contudo, assinalar que, se este texto continua exacto no seu conjunto, há pontos precisos a rectificar, dadas as informações de que actualmente dispomos: A. Schweitzer, *Big Business in Third Reich*, 1964; G. Badia, *Histoire de l'Allemagne contemporaine*, 1962; G. Stolper, *The German Economy 1870 to the Present Day*, 1967.

depressa tomou lugar entre as grandes potências industriais. A partir de 1880, passa para o segundo lugar das potências industriais, a seguir aos Estados Unidos e antes da Grã-Bretanha e da França. No começo do século, a Alemanha entrara decididamente no estágio imperialista. O ritmo de concentração do capital, próprio do capitalismo monopolista, é tal que a produção industrial cresce três vezes mais depressa que o número das empresas. A fusão do capital bancário e daquela parte do capital industrial que tem já um carácter de monopólio inicia-se no princípio do século XX originando, nos grandes trusts e *Konzern*, o capital financeiro. A partir desta altura restam apenas nove grandes bancos alemães, estreitamente ligados entre si por «comunidades de interesses» e à indústria pelo sistema das participações. A exportação de capitais aumenta de forma espectacular, ocupando a Alemanha, em 1913, o terceiro lugar das potências mundiais quanto à exportação de capitais. Ela é, enfim, nesta altura, a seguir à França, o país cujo capital monopolizador participa em maior número de cartéis internacionais.

E, contudo, este edifício já apresenta fendas. Com efeito, pode verificar-se claramente que não foi a guerra de 1914-1918 que, de repente, criou dificuldades a um processo anteriormente harmonioso. As consequências da guerra inscreveram-se no conjunto das contradições da formação social alemã, no seio da cadeia imperialista, na medida em que a guerra não foi, em última análise, mais do que o seu efeito. Ora, depois da guerra, e do ponto de vista económico, a Alemanha alcança, em 1927, o volume da sua produção industrial anterior à guerra e ultrapassa-a de 15% em 1928, retomando o segundo lugar entre os países industriais. Durante o período de 1924-1929, o progresso técnico e a produtividade do trabalho ultrapassam o índice de antes da guerra e atingem o dos Estados Unidos; o processo de concentração do capital e de constituição do capital financeiro acelera-se.

É verdade que a guerra onerou a Alemanha com o pagamento das reparações devidas em virtude dos tratados de paz. Este fenómeno de transformação de um país credor do estrangeiro num país devedor ao estrangeiro teve consequências importantes: contribuiu, muito particularmente, para a criação de uma situação inflacionista permanente, que se agravou com a crise mundial de 1929. E provocou, igualmente,

para a sua reconstrução industrial, um grave endividamento da indústria alemã em relação ao estrangeiro — principalmente em relação aos Estados Unidos — transformando-se, assim, este país exportador de capitais num país importador de capitais. Mas estas consequências da guerra vieram inserir-se nas dificuldades inerentes ao desenvolvimento do capitalismo na Alemanha: foi nesta medida que contribuíram para criar a situação de crise, no começo dos anos trinta.

Já antes da Primeira Guerra Mundial, o desenvolvimento do capitalismo apresentava fendas profundas, perceptíveis, entre outros sinais, na quebra do ritmo de crescimento da indústria: 6,4% em 1880-1890, 6,1% em 1890-1900, 4,2% em 1900-1913. Originam-nas principalmente, na Alemanha, a transição concreta do feudalismo para o capitalismo e a natureza e o processo da sua revolução democrática burguesa.² Esta «revolução» (que é preciso meter entre aspas) foi particularmente tardia. Não se realizou sob a direcção hegemónica da burguesia, se bem que a burguesia alemã estivesse já então muito avançada economicamente. Devido ao medo que lhe provocava um proletariado já constituído, a revolução foi conduzida por Bismarck, «a partir de cima», por intermédio de uma aliança particular da burguesia com a nobreza rural, com os grandes proprietários de terras da Prússia — os quais conservaram, durante muito tempo, uma preponderância política decisiva no seio desta aliança.

O processo foi marcado não só por formas específicas do aparelho de Estado e das suas instituições — formas no interior das quais o tipo feudal de Estado revelou uma persistência notável — mas também por um atraso e uma desigualdade característicos na realização da «unidade nacional» da Alemanha. Unidade nacional significa, no quadro da revolução democrático-burguesa, «unidade económica» de uma formação social, entendendo-se, contudo, que esta unidade económica, enquanto nacional, é sobredeterminada por toda uma série de dados políticos — forma de Estado burgues —

2. A este respeito, ver A. Rosenberg, *Geschichte der Weimarer Republik*, 1961, bem como: *Entstehung der Weimarer Republik*, 1961; e as análises de Marx e Engels, citadas no meu livro: *Poder político e classes sociais*, págs. 194 e segs. [na edição portuguesa, obra citada: I vol., págs. 201 e segs.].

e ideológicos — ideologia política burguesa; o que, e em larga medida, faltou na Alemanha.

Assim, esta unidade económica e nacional, embora o processo tivesse começado com o *Zollverein* e Bismarck, não estava ainda realizada, apesar da Constituição de Weimar, nas vésperas do nacional-socialismo. No território do Reich, as regiões que restavam dos antigos Estados e as diversas cidades gozavam de um estatuto jurídico e administrativo particular, dispondo de parlamentos, de governos e de aparelhos de Estado com ampla autonomia. A constituição do Estado burgues estava, pois, bem atrasada, correlato da fraqueza hegemónica da burguesia alemã.

Esta situação tinha efeitos reflexos sobre o económico: antes de mais, o ritmo e a forma deste processo de conjunto da formação social alemã tornaram particularmente crítica a sua situação comercial de exportação no mercado mundial. O arranque tardio do seu processo de industrialização, bem assim como as formas políticas sob as quais este se desenvolveu, impediram a Alemanha de forjar um império colonial seu. As possessões adquiridas quase não lhe serviram como mercados comerciais e como lugares para exportação de capitais.

Mas esta situação também teve consequências no domínio económico interno, facto de grande importância no quadro do nacional-socialismo. Por sua vez, a ausência de unidade nacional agravou, de algum modo, as desigualdades internas — provocadas pelo estabelecimento especial da dominância do modo de produção capitalista sobre os outros modos de produção, na formação social alemã. Por causa do papel político dos grandes agrários, a industrialização começou sobretudo em enclaves «incrustados» no interior da formação social. Apesar da eficácia, assinalada por Lenine, da «via prussiana» para o capitalismo na agricultura, o sector agrícola limita-se a seguir, penosamente e de longe, o sector industrial, tendo o modo de produção feudal deixado nele sequelas importantes.

Esta desigualdade de desenvolvimento acentuou-se ainda mais depois da guerra, que provocara uma profunda paragem na agricultura. Ao contrário do que se passa na indústria, o volume global da produção agrícola em 1929 só atingiu $\frac{3}{4}$ do de 1913. É que se enxerta aqui o agravamento do

desenvolvimento desigual entre a indústria e a agricultura, que, como o mostrou Lenine, acompanha o processo do capitalismo monopolista. Isto acabou por provocar uma «compressão» característica do mercado interno alemão, compressão acentuada pela taxa, muito elevada e constante, do desemprego durante todo este período de após-guerra: essa compressão era particularmente grave devido à ausência de mercados externos.

Enfim, nesta «revolução a partir de cima» na Alemanha, o papel do Estado — que, sob Bismarck, de algum modo dirigiu o processo — foi decisivo. Este papel manifestou-se nas funções económicas muito importantes, e nas sistemáticas intervenções do Estado na economia, durante todo o processo do capitalismo na Alemanha. A burguesia alemã foi constantemente tributária do Estado, cujo pronunciado papel económico lhe foi indispensável.

Mas, na mesma medida em que este papel do Estado foi necessário e em que ele se situou no quadro político particular da revolução a partir de cima, o processo não se desenrolou sem incidentes. Este papel do Estado não pôde, com efeito, transgredir os limites impostos pelo *poder de Estado*. No seio das alianças de classe deste poder de Estado, os grandes agrários (que, principalmente por razões políticas e ideológicas, continuaram a ser durante muito tempo uma classe distinta e, depois, uma fracção autónoma da burguesia) talharam para si um lugar importante (desproporcionado, poderia dizer-se, ao seu poder económico e ao seu lugar na produção): eles dispunham mesmo, quase exclusivamente, dessa peça essencial do aparelho de Estado alemão que é a *Reichswehr*. Com a ajuda da Constituição de Weimar, pôde dizer-se que o constante papel intervencionista do Estado na Alemanha, no quadro da revolução a partir de cima, entravava, precisamente, o papel específico que lhe cabia no processo do capitalismo monopolista, isto é, a sua intervenção maciça em proveito do capital financeiro.

Intervenção maciça porque, entretanto, e como consequência do conjunto de contradições da formação social alemã, a situação do capitalismo se degradava rapidamente.

Já aqui começa a desenhar-se claramente a fraqueza da Alemanha como elo da cadeia imperialista. Esta fraqueza releva do conjunto das contradições da formação social alemã, nas suas relações com os outros países da cadeia imperialista. O seu desenvolvimento «económico» avançado constitui, mas só se o considerarmos no conjunto das contradições da formação alemã, uma das peças essenciais desta fraqueza. Fraqueza que só ganha sentido na periodização do processo imperialista, porquanto se situa nas contradições da transição para o estabelecimento da dominância do capitalismo monopolista.

II. A ITALIA.

Passemos, agora, ao caso italiano: ele é assaz diferente do alemão. E, contudo, pode descobrir-se entre eles uma semelhança característica, se — e só se — considerarmos o lugar da Itália na cadeia imperialista.

A semelhança reside, precisamente, na *fraqueza* do elo italiano na cadeia. Esta fraqueza não se deve às mesmas razões que a do elo alemão: embora surjam analogias relativas em certos caracteres «isolados» dos dois casos, esses caracteres não podem, enquanto tais, alicerçar o parentesco das duas formações. São os seus efeitos — que localizam na cadeia — que se revestem de importância. Ou, por outras palavras, é a própria cadeia imperialista que determina a *homologia* dos efeitos — fraqueza dos elos — provocados, em cada um destes dois casos, por razões *diferentes*. Esta diferença, de resto, não perde pertinência por este facto: o processo de instauração e de funcionamento do fascismo em Itália é sensivelmente diferente do alemão.

Em Itália,³ o processo de industrialização foi particularmente tardio, só começando de forma decisiva por volta

3. A este respeito, ver, entre outros: R. Paris, *Histoire du fascisme en Italie*, 1962, e *Les Origines du fascisme*, 1969 [edição portuguesa: D. Quixote, 1970]; R. Romeo, *Risorgimento e capitalismo*, 1959, e, do mesmo autor, *Breve storia della grande industria in Italia*, 1967; *La formazione dell'Italia industriale*, publicado sob a direcção de A. Caracciolo, 1963; finalmente, S. B. Clough, *The Economic History of Modern Italy*, 1964.

de 1880. O feudalismo, marcado pela dominância do sector agrícola, manifestou, no contexto da dispersão territorial e política da Itália (dispersão perpetuada pelas sucessivas ocupações estrangeiras), uma persistência notável. No entanto, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Itália entrara já no estágio imperialista, ainda que de forma muito particular. Dada a importância (que remonta ao Renascimento) do capital comercial e bancário e o atraso da acumulação primitiva na agricultura, o processo de industrialização caracterizou-se, desde o início, por uma tendência rápida para a fusão do capital bancário e do capital industrial em capital financeiro e por um ritmo muito elevado de concentração do capital. O capital industrial monopolista não «precedeu» a constituição do capital financeiro, foi antes o seu corolário.

Isto acentuou-se, aliás, com a importante penetração do capital financeiro estrangeiro em Itália — penetração devida ao avanço dos outros países e ao atraso do capitalismo italiano. A princípio, capitais franceses e britânicos, favorecidos por Cavour, em seguida, após a abolição do curso forçado em 1885, capitais alemães. Este capital desempenhou um papel de relevo no processo de industrialização, reforçando a tendência precoce para a concentração monopolista e envidando fortemente o capital e o Estado italianos.

Assim, em 1884, assiste-se à fundação dos Altos-Fornos da Terni, apoiada pela *Banca Generale* e pelo *Credito Mobiliare*, que fazem da Itália um país capaz de produzir aço. Em 1894, um grupo financeiro alemão constituiu a *Banca commerciale italiana*, cujo papel foi, mais tarde, muito importante. A partir de 1902, assiste-se igualmente a uma concentração acelerada no ramo da siderurgia, através de trusts (trust Ilva), e, a partir de 1910, com a Fiat, verifica-se o mesmo processo na indústria automóvel. Concentração cujo carácter precoce se torna manifesto se se observar que, *estatisticamente*, são ainda a oficina e a manufatura que dominam no conjunto do sector industrial. Este processo de concentração acentuou-se ainda mais durante a guerra.

A seguir à guerra, a Itália atravessa uma crise económica grave. No entanto, também aqui as consequências do conflito se limitam a inscrever-se nas fendas, preexistentes, do edifício da formação social italiana.

Efectivamente, este processo é especificado, em Itália, por uma desigualdade fundamental entre o desenvolvimento industrial e a lentidão do estabelecimento do capitalismo no campo. Desigualdade presente, também, na Alemanha, mas que assume aqui o carácter de um *verdadeiro fosso* — concretizado, de resto, na emergência do problema do *Mezzogiorno*. A ausência quase total de reforma agrária — reforma que se verificou nas regiões do Oeste da Alemanha — e persistência do carácter feudal das explorações dos grandes agrários do Sul da península não só retardaram o ritmo de acumulação primitiva do capital como (e isto é o mais importante) cavaram o fosso do desenvolvimento desigual interno e acentuaram os seus efeitos secundários sobre o mercado interno e a indústria.

A agricultura italiana — que, em 1911, representava ainda 55% do produto global — foi a grande vencida da guerra, pois esta provocou a sua ruína. Ruína cujos efeitos sobre a «compressão» do mercado interno foram tanto mais graves quanto, devido às suas formas arcaicas, apenas 50% da produção agrícola eram comercializados antes da guerra. Ao que se junta, também aqui, o agravamento da desigualdade do desenvolvimento entre indústria e agricultura, própria do capitalismo monopolista.

A indústria italiana, artificialmente alimentada pelas encomendas de guerra, encontrou-se, assim, privada de mercados, tanto mais que, tardiamente constituída, não se preocupara a tempo com o problema dos mercados comerciais — dos quais, até então, não necessitara *economicamente*. A guerra «colonial» da Líbia correspondia — devido ao carácter precoce e artificial do avanço do capitalismo financeiro italiano — a uma exigência de exportação de capitais, mas, sobretudo, como o sublinhou Gramsci, a *razões políticas*: à tentativa de estabelecer na Líbia os camponeses pobres do Sul, isto é, a promessas de reforma agrária no solo africano.

Neste contexto, a dívida externa da Itália toma, depois da guerra, aspectos catastróficos. Tendo o processo de industrialização sido marcado, desde o começo, pela fusão precoce do capital financeiro, o capital industrial dispunha apenas de uma fraquíssima margem de acção autónoma para adaptar e relançar a indústria, no após-guerra. O deficit da balança comercial e o deficit orçamental agravam-se.

As fendas da formação social italiana, longe, pois, de haverem começado com a guerra, remontavam ao processo da revolução democrático-burguesa em Itália. É o famoso problema do *Risorgimento*, de que Gramsci nos legou, mau grado certas insuficiências de análise, o exacto perfil: notemos, aliás, que a querela a respeito do *Risorgimento* está ainda longe de ter acabado.⁴

Este processo da revolução democrático-burguesa em Itália insere-se no vasto movimento contra-revolucionário que se seguiu, na Europa, às convulsões de 1848. A burguesia italiana estava, nesse momento, *muito fraca*: fraqueza económica, em primeiro lugar, sendo a situação da burguesia italiana muito inferior à situação económica da burguesia alemã. Neste contexto, o papel histórico de Cavour consistiu em iniciar o processo de unidade nacional, através de uma aliança da nascente burguesia do Norte e da grande propriedade agrária, de carácter principalmente feudal, do Sul. Se o papel de Bismarck foi, sobretudo, o de fazer chegar, a partir de cima, a burguesia alemã ao poder político, o de Cavour foi muito mais o de criar as condições das bases económicas da burguesia italiana, o de «fabricar os fabricantes», como dizia Gramsci.

Este processo só pôde realizar-se por meio de uma *preponderância política decisiva*, no seio da aliança, da burguesia sobre os agrários do Sul — caso diferente do da Alemanha — preponderância adquirida com Cavour e consolidada com

4. Os textos de Gramsci a este respeito encontram-se, essencialmente, em: *Il Risorgimento e La Questione meridionale*, mas igualmente em *Machiavelli...* Para uma visão sintética do debate aberto, em Itália, a propósito das teses de Gramsci. A. Pizzorno, «A propos de la méthode de Gramsci...», *L'homme et la société*, n.º 8, págs. 161 e segs. O debate centrou-se em torno da seguinte questão: Gramsci relacionava a fraqueza hegemónica da burguesia italiana entre outros factores, com o facto de ela não ter podido, ou sabido, à semelhança da burguesia francesa, impor uma *reforma agrária* e adquirir, assim, o apoio de certas classes e camadas médias do campesinato. Ora, houve quem pensasse — Romeo em particular — que Gramsci entendia por tal simplesmente uma fraqueza económica da burguesia italiana, a qual não teria sabido fazer arrancar, com essa reforma, o processo de *acumulação primitiva do capital*; e é demasiado fácil responder a isto que a acumulação se fez realmente em Itália, mas no sentido da «via prussiana», como dizia Lenine. O que importa ver é que Gramsci tratava de uma *questão política*.

Crispi. Nestas condições, com efeito, este processo de implantação económica da burguesia só pode realizar-se através de um fosso crescente entre indústria e agricultura. A única via diferente, dado o carácter feudal da grande propriedade agrícola, era a de uma reforma agrária, isto é: a de um largo apoio da burguesia no campesinato, análogo ao processo jacobino em França. Caminho vedado em Itália: a ausência de reforma agrária era, precisamente, o preço pago pela burguesia italiana à grande propriedade agrária pela sua supremacia política sobre ela. Esta supremacia devia permitir o estabelecimento económico da burguesia, mas à custa da agricultura; o que, aliás, se concretizou numa contradição crescente, no interior da aliança, entre burguesia e grande agrários, contradição bem mais profunda aqui do que na Alemanha.

Revolução conservadora, segundo uns; revolução de uma burguesia «que não soube nem quis completar a sua vitória», segundo Engels; *revolução passiva*, segundo Gramsci. Revolução passiva: a própria denominação indica o parentesco com a revolução a partir de cima de Bismarck — parentesco assinado por Gramsci —, mas distinta desta: a burguesia italiana aproveitou-se do vasto movimento popular, chegando, *não obstante a sua fraqueza*, ao poder político, mas fê-lo responsabilizando-se perante os agrários pela liquidação radical do movimento por intermédio do aparelho de Estado. As características deste processo italiano explicam, simultaneamente, a presença de movimentos de tipo jacobino, do Partido de acção de Mazzini e do movimento garibaldino, e a sua impotência em conseguirem uma influência real sobre a burguesia italiana.

Esta desigualdade de desenvolvimento entre o Norte e o Sul explica, igualmente, o processo inacabado de realização da *unidade nacional*. E este inacabamento, que era o efeito político da desigualdade económica, aprofundou-a, por seu turno, através de diversos mecanismos político-ideológicos. Como o mostrou Gramsci, a ausência de uma burguesia hegemónica marcou a fraqueza de um Estado nacional, Estado que se constituiu perpetuando, de algum modo, a dominação do Norte sobre o Sul e excluindo este último da vida política da nação. Este processo, expressão da contradição burguesia — grandes agrários, prolongou-se, aliás, por uma contradição político-ideológica entre as massas populares do Norte, principalmente a classe operária, e as massas popu-

lares do Sul, principalmente o campesinato pobre.⁵ Tendo a «unidade italiana» sido feita à custa dos agrários e contra o papa, este proibiu, até à guerra inclusive, a participação dos católicos na vida política da nação. Mesmo os grandes agrários do Sul conservaram por muito tempo — até 1920 — a nacionalidade espanhola e não perdiam uma oportunidade para brandir o espectro do separatismo.

É certo que, desta forma, o Estado nacional italiano foi altamente centralizado e «burocratizado», único meio de manter uma unidade nacional vacilante (a título de exemplo, o centralismo do Estado francês deveu-se a causas completamente diferentes). Não obstante, este centralismo não passava de um simples tecido enxertado em parcelas que possuíam uma ampla autonomia política e administrativa local. Esta autonomia permitiu aos grandes agrários, simultaneamente, manter o seu ascendente económico e político-ideológico sobre o campesinato do Sul e fazer frente à estratégia da burguesia do Norte.

A organização da unidade nacional em proveito do Norte e por intermédio da forma de Estado particular em Itália era, de resto, tanto mais necessária quanto a burguesia italiana foi, também ela, largamente tributária, no processo de industrialização, da intervenção económica — sobretudo fiscal e alfandegária — do Estado. Isto aparenta-a à burguesia alemã e, de certo modo, poderia dizer-se que tudo se passa como se a Alemanha e a Itália tivessem saltado por cima da forma de Estado liberal. Também aqui, no entanto, as coisas não se passaram sem incidentes — por causa da oposição dos grandes agrários a medidas que os lesavam nos seus interesses próprios. A situação agrava-se mesmo, após o fim da guerra, devido às vantagens políticas

5. «Um outro elemento que permite julgar do alcance real da política de obsessão unitária de Crispi é o conjunto de sentimentos que se criaram no Norte em relação ao Sul. A «miséria» do Sul era historicamente inexplicável para as massas populares do Norte; elas não compreendiam que a unidade não se produzira numa base de igualdade, mas sim pela dominação do Norte sobre o Sul, segundo a relação territorial da cidade com o campo, isto é: que o Norte era um «polvo» que se enriquecia à custa do Sul e que a sua extensão económica [...] estava em relação directa com o empobrecimento da economia e da agricultura do Sul.» (Gramsci, *Oeuvres choisies*, págs. 356-371).

assaz substanciais conquistadas pelas classes populares num momento em que a crescente intervenção do Estado a favor da burguesia italiana se torna para ela, também aqui, uma questão de vida ou de morte.

A Itália apresenta-se pois, no fim da guerra, simultaneamente como um país economicamente «em atraso», em relação aos outros elos da cadeia imperialista, e, de certo modo, «em avanço» sobre si próprio. Este avanço, que consistia na precoce e factícia concentração financeira, não é mais do que um dos vários efeitos do seu «atraso» em relação aos outros elos. E, contudo, estes avanços e atrasos — considerados, precisamente, como ritmo da cadeia imperialista — só assumem toda a sua importância quando inseridos no conjunto dos laços políticos e ideológicos desta cadeia, ou seja, portanto, no conjunto dos dados da formação social italiana.

Podemos, agora, circunscrever a fraqueza do elo italiano durante a fase de transição para o capitalismo monopolista. Esta fraqueza é devida a razões diferentes das do elo alemão, mas tem igualmente como efeito o ritmo particular de acumulação das contradições *deseimbocando na conjuntura da luta de classes*.

Estas considerações tornam-se ainda mais claras se compararmos os elos alemão e italiano às outras metrópoles do imperialismo dessa época: a França, a Inglaterra, os Estados Unidos. Também elas são afectadas pelo processo de transição para o capitalismo monopolista e pelas «crises económicas». Mas não se verifica, no entanto, com estes países, essa acumulação de contradições que caracteriza a Alemanha e a Itália. Nomeadamente ao nível do poder do Estado, e das formas e aparelhos de Estado, o processo de unidade nacional não apresenta, em parte nenhuma, fendas comparáveis às da Alemanha e da Itália. Com a subida do nacional-socialismo ao poder, parece que o centro de fraqueza se desloca para a Espanha — que apresenta, contudo, um desenvolvimento «económico» completamente diferente dos destes dois países. A Espanha torna-se assim, por sua vez, o nó das contradições imperialistas na área europeia: o estabelecimento do fascismo e do nacional-socialismo é, como se sabe, um factor essencial da fraqueza do elo espanhol.

3. O PERÍODO DOS FASCISMOS E A TERCEIRA INTERNACIONAL

1. A CONCEPÇÃO GERAL E AS VIRAGENS DA INTERNACIONAL COMUNISTA: A QUESTÃO DO PERÍODO E DAS ETAPAS DA LUTA DE CLASSES.

Detenhamo-nos, agora, nas análises da 3.ª Internacional. É, efectivamente, chocante o facto de ela não ter sabido apreender correctamente a cadeia imperialista e localizar a fraqueza relativa dos seus diversos elos. Isto é manifesto, sobretudo, nas distinções que estabeleceu entre a Itália e a Alemanha e que a levaram a subestimar o perigo do fascismo na Alemanha: a Internacional não soube localizar o parentesco dos dois casos, parentesco que residia, precisamente, na sua fraqueza relativa no interior da cadeia.

Como, aliás, o reconheceu Dimitrov, no seu relatório ao 7.º Congresso, em 1935: «Nesta ordem de ideias, não podemos omitir uma série de faltas cometidas pelos partidos comunistas, faltas que travaram a nossa luta contra o fascismo. Havia nas nossas fileiras uma inadmissível subestimação do perigo fascista, subestimação que, ainda hoje, não está liquidada em toda a parte. Havia anteriormente, nos nossos partidos, pontos de vista do género "a Alemanha não é a Itália": ou, por outras palavras, o fascismo pôde vencer em Itália, mas a sua vitória é impossível na Alemanha, país altamente desenvolvido no aspecto industrial, de nível cultural elevado, rico de tradições de quarenta anos de movimento operário, onde o fascismo é impossível. Havia também pontos de vista, que ainda hoje existem, do género deste:

nos países de democracia burguesa "clássica" não há terreno para o fascismo. Estes pontos de vista contribuíram, e podem continuar a contribuir, para diminuir a vigilância face ao perigo fascista e entravar a mobilização do proletariado na luta contra o fascismo».¹

O que é importante ver bem é a razão por que não estava a Internacional à espera do fascismo na Alemanha — o que está relacionado com a explicação que ela havia dado do fascismo italiano. O fascismo teria surgido em Itália por causa do seu atraso económico no processo capitalista: ele não poderia reproduzir-se na Alemanha por causa do avanço económico deste país altamente industrializado. Era isto que muito bem exprimia Martynov, ainda em 1929: «O fascismo [...] será o nosso principal inimigo nos países atrasados e semiagrícolas...».² Interpretação que dominara durante o 4.º Congresso (1922-1923), onde Zinoviev — ao contrário de Bordiga e de Radek — explicava o fascismo como representante, em primeiro lugar, dos *agrários*.³ Esta concepção economicista do processo imperialista parece, assim, redobrada por uma concepção evolucionista, incapaz de apreender os complexos problemas do desenvolvimento desigual: o qual só pode, com efeito, ser balizado na medida em que se tenha correctamente determinado a cadeia.

Poderia, assim, dizer-se que, nesta concepção do imperialismo, o processo é apreendido como uma *evolução económica linear*, sendo a fraqueza de cada país considerada segundo o seu «atraso» ou o seu «avanço» na linha de progressão económica. O fascismo teria surgido em Itália porque este país seria, deste ponto de vista, um país atrasado — «fraco» — exactamente como a revolução teria acontecido na Rússia porque este seria o país *mais* atrasado — «fraco» — economicamente.

Ora, a fraqueza do elo italiano nada devia a semelhante «atraso». Era o que assinalava, contudo, E. Varga, o famoso economista da Internacional Comunista, colocando, precisa-

1. Dimitrov, *Oeuvres choisies*, Ed. Sociales, pág. 51.

2. Relatório ao IX Pleno da Internacional Comunista, Julho de 1929.

3. Relatório Zinoviev, em *Protokoll des vierten Kongresses der K. I.*, 1923, pág. 897 e segs..

mente, e do seu ponto de vista, o problema do imperialismo: «O desenvolvimento do capitalismo italiano apresenta, nestes últimos dez anos, momentos do maior interesse. A Itália é, das grandes potências europeias, a que mais tarde entrou no desenvolvimento capitalista moderno, mas, no entanto, assumiu, no mais curto lapso de tempo, um excepcional carácter imperialista. [...] A segunda particularidade do desenvolvimento do capitalismo em Itália consiste em que a ditadura da burguesia assumiu aqui a forma particular do fascismo. E a questão que se põe é a de saber em que medida este sistema político prejudica, ou favorece, o desenvolvimento do capitalismo italiano em relação ao dos outros países...»⁴

É inútil citar, neste momento, as análises da Internacional e, sobretudo, as do partido comunista alemão a respeito da impossibilidade de uma subida ao poder do nacional-socialismo: teremos ocasiões de voltar a elas. O que nos choca, hoje, é a cegueira, absolutamente espantosa, de que deram prova os dirigentes comunistas: não se esperava o fascismo num país «altamente industrializado» e economicamente avançado, num país «forte», portanto.

Mas esta concepção tem consequências ainda mais longínquas, e é aqui que as coisas se tornam evidentes. O economicismo evolucionista pode muito bem conduzir a uma decifração da situação concreta exactamente ao invés de — e tão falsa como — aquela feita anteriormente. Saltemos no tempo e vejamos o que se dizia do nacional-socialismo após a sua instauração. Talvez ninguém o tenha expressado melhor que W. Pieck: o nacional-socialismo ter-se-ia instaurado «no país europeu industrialmente mais avançado» precisamente por causa desse avanço económico.⁵ Aquilo que antes surgia como uma razão para que o fascismo não se instaurasse na Alemanha surge agora como a razão pela qual o fascismo aí se instaurou!

4. In *ImpreKorr* (abreviação do nome do órgão da Internacional Comunista, *Internationale Presse-Korrespondenz*), ed. alemã, de 4-8-1927.

5. Relatório ao XIII Pleno da Internacional Comunista de 1933, in *Der Faschismus in Deutschland*, Relatórios e resoluções do XIII Pleno da Internacional Comunista, 1934, págs. 89 e segs.

Que argumento se intercala nesta operação de inversão? O avanço económico da Alemanha teria feito deste país, industrialmente o mais forte, o país em que «o capitalismo está mais podre e em decomposição mais avançada». Seria o avanço evolutivo de uma formação no processo económico linear que, através da decomposição mecânica do capitalismo e chocando, por assim dizer como que numa redoma, a contradição-milagre entre forças produtivas e relações de produção, constituiria a sua fraqueza. Seria a esta «fraqueza» da «força económica» da Alemanha que o fascismo teria respondido. Ora, como se sabe, isto outra coisa não é senão, muito exactamente, a concepção economicista-evolucionista da 2.^a Internacional — que esperava a revolução na Alemanha por causa do seu amadurecimento-apodrecimento económico —, concepção que Lenine atacara com a sua, do elo mais fraco.

Recordemos para já, em todo o caso, que a fraqueza relativa do elo alemão na cadeia imperialista não se devia nem exclusivamente à sua situação económica nem tão-pouco a um «avanço económico», tal como a Internacional o concebia.



Finalmente, será preciso determo-nos ainda, antes de entrarmos no exame da conjuntura da luta de classes que conduziu ao fascismo, em alguns problemas suplementares, relativos ao estádio imperialista.

Estas considerações porão em evidência, precisamente, a necessidade de referência à situação concreta da luta de classes para explicar o fascismo — fascismo que não é, de forma nenhuma, redutível a uma qualquer necessidade inelutável do desenvolvimento «económico» do capitalismo. Elas permitir-nos-ão, igualmente, ver em que é que a concepção economicista da 3.^a Internacional conduziu, paralelamente à ocultação da cadeia e do lugar dos seus elos, a uma constante subestimação teórica e política do papel da luta de classes no ritmo e na direcção do desenvolvimento do imperialismo: o que está patente nas suas análises respeitantes ao fascismo.

É, para ir à raiz dos problemas, notar-se-á que Lenine, ao designar o imperialismo como o estádio supremo do capitalismo, o caracterizou como «um capitalismo parasitário

e em putrefacção», ou ainda: «De tudo o que atrás se disse sobre a natureza económica do imperialismo ressalta que se deve caracterizá-lo como um *capitalismo de transição* ou, mais exactamente, como um *capitalismo agonizante*».⁶ Tentaremos mostrar qual é a justa apreciação destas análises de Lenine (que tiveram uma importância considerável) e qual foi a evolução da Internacional a propósito desta apreciação.

Antes de mais, estas precisões de Lenine situam-se, directamente, dentro da intensa polémica que ele sustentou contra certas concepções do imperialismo, de Kautsky e da 2.ª Internacional. Segundo Kautsky, a era do imperialismo conduzia ao «superimperialismo», isto é: a uma era pacífica, tanto no que toca à luta de classes «nacional» como às relações entre os Estados-nações, através de um entendimento harmonioso das classes dominantes e dos Estados para a dominação imperialista mundial. Tratar-se-ia, assim, de algum modo, de um estádio em que o capitalismo teria ultrapassado as contradições económicas do capitalismo de concorrência, estabelecendo o seu equilíbrio definitivo.

Ora, é com razão que Lenine se ergue, sob forma polémica, contra esta concepção, mostrando, pertinentemente, que o imperialismo, longe de as eliminar, não faz mais que *agrar* as contradições do sistema capitalista. As contradições do capitalismo persistem sob uma *forma nova*, que é igualmente uma forma de *intensificação*, no estádio imperialista — o que, aos olhos de Lenine, leva a um agravamento, sob formas novas e mais agudas, *da luta de classes*.

Mas vejamos, saltando um momento no tempo, as análises a que, a este respeito, chega a Internacional, a partir, sobretudo, do 5.º Congresso (1924). Pode dizer-se (e sem querer, de forma alguma, forçar a nota) que elas são marcadas pelo seu economicismo. Este economicismo deu origem a uma característica geral das suas análises, que pode ser designada por «catastrofismo economicista», e que é particularmente clara nas análises dos fascismos na Europa.

O economicismo consiste aqui, em primeiro lugar, em privilegiar as «forças produtivas» à custa das *relações de produção*: o que é acompanhado, em segundo lugar, por uma

6. Lenine, *ibidem*, págs. 323 e segs.

concepção economicista-tecnicista do processo de produção e das «forças produtivas», de algum modo consideradas independentes das relações de produção. Não se pode assim, e é este o cerne do problema, localizar correctamente a articulação do processo de produção e *do campo da luta de classes*. *A luta de classes é escamoteada*, no sentido em que é reduzida a um «processo económico» de feitura mecanicista, ao qual se atribui o primado no desenvolvimento histórico. No entanto, Lenine e Mao insistiram, repetidamente, em que, se é o económico que, em última instância, detém o papel determinante — *contradição fundamental* —, é a *luta de classes*, isto é, em última análise, a *política*, a *luta política de classe*, que possui o *primado* no processo histórico.

Nunca será demasiado insistir nesta subestimação do papel da luta de classes a que o economicismo conduz: é por seu intermédio que se pode compreender o corolário do economicismo, a ausência de linha de massa. Mas o que aqui nos importa é que é também por seu intermédio que se pode compreender o catastrofismo economicista da Internacional Comunista.

1. Com efeito, foi por causa deste escamotear do papel da luta de classes que a 3.ª Internacional não soube determinar correctamente, para começar, o carácter *tendencial* de certos aspectos do desenvolvimento do capitalismo e do imperialismo. O próprio carácter de uma *tendência* histórica, Marx sublinhara-o, é precisamente comandado, e em última análise, pelo facto de o processo económico ser *sobredeterminado* pela luta de classes, que detém o primado.

Tomemos um simples exemplo, que desempenhou um papel importante nas análises da 3.ª Internacional a respeito do período dos fascismos, e que é o *da baixa tendencial da taxa de lucro*, a qual, segundo Lenine, comanda a exportação de capitais no estádio imperialista. O catastrofismo economicista da 3.ª Internacional, prevendo uma decomposição iminente do capitalismo nas metrópoles do imperialismo, funda-se, em boa medida, nesta baixa tendencial da taxa de lucro, concebida como «lei inelutável» do processo imperialista.

Ora — como justamente o nota Bettelheim — trata-se, neste caso, «de uma tendência histórica e não de uma lei histórica: ela não mostra «o futuro» para que inelutavelmente caminhará o modo de produção capitalista, um futuro no qual

a taxa de lucro tenderia para zero, fazendo desse modo soar a «última hora» de um modo de produção doravante condenado.⁷ O que esta tendência mostra é o desenvolvimento da contradição própria ao modo de produção capitalista, contradição que se reproduz ao mesmo tempo que as condições da própria produção capitalista. Assim, e Marx indicou-o, pela sua própria reprodução, esta contradição pode ter efeitos contraditórios tais que se manifestem como causas capazes de contrariar, ou mesmo de suprimir «por uns tempos», os efeitos da tendência.

Efectivamente, e é este o ponto capital, a reprodução desta contradição, nos seus efeitos contraditórios, e o impacto destes últimos sobre esta tendência histórica, dependem da luta de classes: sabe-se que esta baixa tendencial da taxa de lucro está sempre combinada com uma alta tendencial da taxa de mais-valia. Este efeito «contrariante» depende, ele próprio, do custo da reprodução da força de trabalho, da taxa de exploração, portanto. Assim, a questão que agora surge é a seguinte: até que ponto, em que conjuntura determinada e por que meios pode a classe dominante explorar as classes dominadas, isto é, até onde, e como, se deixarão estas eventualmente explorar — ao nível nacional, mas também ao nível internacional? O que pode, então, muito bem marcar o limiar do bloqueio da tendencialidade e a sua duração, em suma: o seu ritmo histórico. Só fazendo passar por baixo da mesa a luta de classes é que se chega ao catastrofismo economicista, interpretando erradamente o que Lenine entendia por capitalismo na agonia e por capitalismo em decomposição.

2. Pode-se, de resto, a propósito do catastrofismo economicista, recorrer a outros exemplos além deste da baixa tendencial da taxa de lucro. Pode fazer-se referência àquele, igualmente patente, do desenvolvimento das forças produtivas.

Sabe-se que, para Marx, esta questão não tem absolutamente nenhum sentido se considerada de forma «isolada». O problema do desenvolvimento das forças produtivas só tem sentido na sua relação com as relações sociais de produção e, por isso mesmo, através da contradição entre a «base» — o processo de produção: combinação das forças

7. Prefácio ao *Capitalisme monopoliste* de Sweezy e Baran, 1969, págs. 15 e segs..

produtivas e das relações de produção — e uma «superestrutura» que já não «corresponde» a esse desenvolvimento. Se por superestrutura se entendem, principalmente, as formas jurídico-políticas e ideológicas, é bem claro que esta contradição concerne directamente o campo da luta de classes. A própria superestrutura não é, de modo algum, um simples invólucro do processo das forças produtivas; ela intervém, de forma decisiva, no processo de produção: a contradição entre estas figuras «tópicas» de base e de superestrutura depende da luta de classes. A não-correspondência entre base e superestrutura não define mecânicamente um qualquer devir catastrófico de uma formação social: a explosão desta contradição, mas também o seu eventual reajustamento no seio do mesmo modo de produção, dependem desta luta.⁸

Face a este problema, verificam-se, nas análises da Internacional Comunista, duas posições alternantes, mas que relevam ambas de um economicismo característico:

a) A primeira posição é a que postula a *paragem definitiva do desenvolvimento das «forças produtivas» sob o imperialismo*,⁹ fora de qualquer contexto de superestrutura ou de luta de classes. Já no 4.º Congresso, na *Resolução sobre a tática* da Internacional, na rubrica «O período de decadência do capitalismo», se lia: «Depois de ter analisado a situação económica mundial, o IIIº Congresso pôde verificar, com a mais completa precisão, que o capitalismo, após ter cumprido a sua missão de desenvolver as forças produtivas, caiu na mais irredutível contradição com as necessidades da evolução histórica. [...] O capitalismo sobrevive-se assim a si mesmo. [...] O quadro geral da ruína da economia capitalista em nada é atenuado pelas flutuações inevitáveis que são próprias do sistema capitalista, tanto no seu declínio como na sua ascensão. [...] O que o capitalismo hoje atravessa não é mais que a sua agonia. A derrocada do capitalismo

8. Assim, rigorosamente, não se pode falar de «forças produtivas» puras e simples: só se pode falar de *forças produtivas capitalistas* ou de *forças produtivas socialistas*. Não é, pois, por acaso que esta posição da Internacional Comunista conduz, de facto, a uma concepção da técnica «neutra»: foi preciso esperar pela experiência da revolução chinesa e por Mao para tomar consciência de todas as implicações desta concepção.

9. Aliás, foi esta, como se sabe, a *posição constante* de Trotsky.

é inevitável».¹⁰ Esta tese da paragem do desenvolvimento das forças produtivas, concebida e formulada desta maneira, será constantemente repetida daqui por diante: ela constituirá uma peça essencial do catastrofismo economicista.

O que importa assinalar é que as forças produtivas são aqui consideradas de algum modo «isoladas» das relações de produção e do conjunto de uma formação social. Um dos efeitos desta concepção é que não se pode, através dela, revelar e localizar as contra-tendências — que residem, principalmente, no papel da luta de classes. Pode-se já dizer, efectivamente, que, desta forma, a 3.ª Internacional interpretou uma tendência económica (real, durante certo tempo, entre as duas guerras) como o sinal e o índice da irreversível entrada em vigor de uma inelutável lei económica. Lenine, contudo, em *O Imperialismo*, tinha sido explícito sobre este ponto: «A tendência para a estagnação e para a putrefacção, tendência própria do monopólio, continua a agir por seu lado e, em certos ramos da indústria e em certos países, pode ser dominante durante um certo tempo.»¹¹

b) Esta concepção é acompanhada por uma tese aparentemente (mas só aparentemente) diferente que remete, desta vez, para a contradição, já assinalada, entre base e superestrutura — contradição concebida precisamente de forma economicista. Essa tese é formulada da seguinte maneira: põe-se em surdina a paragem do desenvolvimento das forças produtivas, insistindo-se, pelo contrário, no facto de o imperialismo continuar a desenvolver essas forças de forma prodigiosa, criando assim as «premissas» — e mesmo a iminência — do socialismo. É que este desenvolvimento linear das forças produtivas iria chocar cada vez mais, pela sua própria existência, com o invólucro da superestrutura, conduzindo o aprofundamento desta contradição, por si mesmo, segundo o catastrofismo economicista, à destruição do sistema.

Esta tese é sobretudo desenvolvida no 6.º Congresso da Internacional e parece deslocar, assim, o centro da questão do processo das forças produtivas para a contradição entre

10. *Quatre premiers congrès mondiaux de l'Internationale Communiste*, ed. Maspero, pág. 155.

11. *Ibidem*, pág. 288.

base e superestrutura; isto porque, entretanto, a Internacional admitira a «estabilização» da economia capitalista para o período que vai até ao 6.º Congresso: «A época do imperialismo é a época da morte do capitalismo. [...] A crise geral do capitalismo constitui a prova imediata da contradição profunda entre o crescimento das forças produtivas e a sua limitação pelo Estado; ela constitui a prova de que o invólucro capitalista se tornou um travão insuportável para um maior desenvolvimento da humanidade e de que a história põe na ordem do dia o derrubamento, pela Revolução, dos grilhões capitalistas. [...] O imperialismo desenvolveu em alto grau as forças produtivas do capitalismo mundial. Levou a cabo a criação de todos os pressupostos materiais para a organização socialista da sociedade. [...] O imperialismo procura resolver esta contradição [entre o desenvolvimento das forças produtivas e o seu «invólucro» superestrutural]... Mas, na realidade, esta utopia depara com obstáculos objectivos de tal modo grandes e intransponíveis que o capitalismo, com uma necessidade de ferro, não pode deixar de se desmoronar sob o peso das suas próprias contradições».¹²

Como se pode ver, mudaram os termos do problema, mas de modo algum a problemática. A superestrutura política é considerada como o simples invólucro epifenomenal do processo das forças produtivas e, ao mesmo tempo, passa-se em silêncio a luta de classes. A contradição base-superestrutura parece autodesenvolver-se através deste primado, rigorosamente metafísico, das «forças produtivas» — e pode-se muito bem perguntar o que viria então aqui fazer a luta de classes.

Este economicismo da 3.ª Internacional traduziu-se, pois, na estratégia da luta de classes, num *catastrofismo economicista*. Pode desde já assinalar-se aqui a sua principal consequência: da justa concepção leninista do imperialismo como agonia do capitalismo em putrefacção (isto é: circunscrevendo conjunturas de exasperação das lutas de classes), conclui-se depois, a maior parte das vezes, que, nas metrópoles europeias

12. Resolução do 6.º Congresso (1928), in *Protokoll des sechsten Weltkongresses der K. I.*, 1929, T. IV, págs. 13 e segs..

do imperialismo, a revolução está na ordem do dia. Conclusão que foi, é certo, justa e adequada à realidade durante um certo tempo.

Ainda que, durante esse mesmo tempo, esta conclusão depressa tenha assumido um aspecto economicista. Tratava-se de uma conclusão de ordem geral, tirada da análise «económica» abstracta, e aplicada (nomeadamente pelo P. C. A., em 1920 e 1921, e pelo P. C. I., em 1921) sem se tomar em consideração a conjuntura concreta da luta de classes. A revolução proletária na ordem do dia assumia assim, já então, o significado de uma revolução pronta a surgir não importa onde nem quando, compreendida como a consequência mecânica da crise económica, ela própria efeito dessas contradições económicas.

Esta concepção da revolução na ordem do dia foi explicitamente desenvolvida por Bukharine, na delegação russa ao 3.º Congresso da Internacional: se o capitalismo está já virtualmente acabado, será preciso conduzir sem descanso a ofensiva revolucionária, a fim de precipitar as dores do parto e arrancar a vitória.¹³ Esta linha era apresentada contra a de Lenine (apoiado, aliás, por Trotsky, que era o relator sobre a situação internacional), finalmente adoptada por esse congresso. Lenine estabelecia uma periodização do estágio imperialista em etapas e viragens, seguindo a conjuntura da luta de classes. Longe de se limitar a uma concepção mecanicista da revolução, decalcada sobre uma «crise económica» de carácter evolucionista (isto é, ao fim e ao cabo, a uma concepção não-histórica), Lenine apercebera-se, em 1921, da viragem na luta de classes. Lançava a palavra de ordem «para as massas» e fixava, assim, como principal objectivo político desta etapa — de «estabilização» — a prévia conquista das massas.

Assinalemos ainda um elemento importante de terminologia. Tudo se passa, com efeito, como se Lenine estivesse

13. Ver igualmente, a este respeito, as observações de Trotsky, *L'Internationale communiste après Lénine*, 1969, t. I, págs. 186 e segs.; E. H. Carr, *A History of Soviet Russia, The Bolshevik Revolution*, t. 3, 1966, págs. 381 e segs., confirma a oposição, neste aspecto, entre Lenine, Trotsky e Kamenev, de um lado, e Zinoviev, Bukharine, Radék e Bela Kun, do outro — se bem que, no Congresso, a delegação russa não tenha exposto as suas divergências.

consciente das conotações economicistas de que se teria revestido o termo «estabilização» — «estabilização económica» — para a Internacional Comunista: por isso não o emprega e fala de «equilíbrio relativo de forças», o que remete expressamente para a luta de classes. Só mais tarde é que a Internacional Comunista, referindo-se a Lenine, emprega, em seu lugar, o termo «estabilização».

O que não acontece por acaso.



Na realidade, nem os partidos comunistas, principalmente o italiano e o alemão, nem a Internacional Comunista (a partir do 4.º Congresso) compreenderam e aplicaram esta concepção leninista. A conjuntura da luta de classes (voltaremos a isto com todos os pormenores necessários) é progressivamente aposta, e reduzida, ao económico, quer admitindo a «estabilização», que tem um sentido economicista, quer rejeitando-a. Doravante, aliás, esta estabilização — que se reveste precisamente de um sentido economicista (estabilização económica), mesmo nos casos em que é admitida — designa sempre um simples episódio económico, inscrito no processo da destruição do capitalismo no estágio da agonia económica permanente.

O 4.º Congresso (1922-1923) fala pela primeira vez de estabilização, com uma conotação economicista, e tira dela conclusões erradas — «ultra-direitistas» — sobre a etapa da luta de classes.

O 5.º Congresso (1924) passa em silêncio a estabilização, enquanto característica de uma etapa de luta de classes, na medida em que parece já não admitir a «estabilização económica»: este congresso faz a primeira viragem «ultra-esquerda» da Internacional Comunista, enganando-se igualmente

14. Varga, o famoso especialista económico, de cujas análises se reclamaram todas as viragens da Internacional Comunista a partir do 4.º Congresso, defendera, durante o 4.º Congresso — *Rise and Fall of Capitalism?* —, a tese da «estabilização económica»; durante o 5.º Congresso, torna a pôr a tónica na crise económica geral do capitalismo, afirmando que «...as contradições internas do capitalismo estabilizado conduzem necessariamente a novas situações revolucionárias» (!) (in *Protokoll des fünften Kongresses der K. I.*, T. I, págs. 108 e segs.).

na caracterização da etapa, se bem que num sentido inverso do do 4.º Congresso.

O V Pleno da Internacional Comunista (Março de 1925), em compensação, admite a «estabilização económica». Zinoviev declara, e isto é muito significativo, que a fórmula de Lenine, de 1921, do «equilíbrio relativo das forças em presença» conduziu «logo que as coisas se tornaram mais claras, à fórmula de estabilização»: no que Zinoviev não podia enganar-se mais completamente, pois que a fórmula, oficialmente consagrada, de «estabilização» indica, para a Internacional Comunista, a arrancada do economicismo.¹⁵

Quanto ao 6.º Congresso (1928), que prevê de forma notável a crise de 1929, tira dela a conclusão clara do encerramento da época de «estabilização». Mas este encerramento é apostado à crise económica, interpretada como a crise catastrófica e final. O fim da estabilização não é assim, de forma alguma, relacionado com as características da luta de classes — donde o sentido inteiramente errado que este congresso «ultra-esquerda» da Internacional Comunista atribui ao fim da estabilização.¹⁶

15. Citado por E. H. Carr, *A History of Soviet Russia, Socialism in one country, 1924-1926*, t. 3, 1.ª edição, 1964, págs. 286-287. O que, aliás, de forma alguma impede Zinoviev de sustentar que continua a tratar-se da «era da revolução». A resolução adoptada distingue, nomeadamente: a) *Uma situação revolucionária em geral* (sic!), que existe na Europa; b) *Uma situação imediatamente revolucionária*, que não existe, de momento, na Europa.

16. O que foi a teoria do «terceiro período», sustentada pelo 6.º Congresso. Ora, recentemente, M. Hajek (*Storia dell'Internazionale comunista, 1921-1935*, 1969, págs. 188 e segs.) afirmou que a Internacional Comunista não previra concretamente a crise de 1929: não se teria tratado senão de proposições gerais que se refeririam abstractamente ao «fim da estabilização». Isto não me parece exacto: se é verdade que as resoluções do 6.º Congresso evitam avançar, oficialmente, uma previsão precisa, isso não impede que os relatórios de Varga vão mais longe e que, desde 1928, o próprio Estaline — na sua polémica, subsequente ao 6.º Congresso, com os representantes da «direita» — retome por sua conta previsões precisas a propósito da crise nos Estados Unidos. O verdadeiro problema reside na interpretação dada a esta crise. Uma vez desencadeada a crise, o XI Pleno da Internacional Comunista (1931) confirma esta linha de maneira muito clara: «O ano decorrido desde o último Pleno de Fevereiro de 1930, ano de mudança histórica, confirmou o aprofundamento da crise económica, a inevitabilidade da destruição do sistema capitalista, o desenvolvimento

Nota-se assim que, progressivamente, e segundo um processo contraditório, domina na Internacional Comunista uma linha geral — economicismo e ausência de linha de massa — que comanda, ao mesmo tempo, as suas viragens de «esquerda» e as suas viragens de «direita». A tal ponto que, a partir de 1928, as caracterizações direita-esquerda já não se revestem, em si mesmas, de um sentido preciso: elas só podem ser utilizadas como termos provisórios, que não devem mascarar as clivagens profundas que se operam noutra lugar.¹⁷

II. PRIMEIRAS INCIDÊNCIAS SOBRE AS ANÁLISES DO FASCISMO PELA INTERNACIONAL COMUNISTA.

De qualquer modo, esta concepção «economicista-mecanicista» (constantemente redobrada, apesar das suas viragens e peripécias, pelo «catastrofismo economicista») teve consequências importantes sobre as posições da Internacional Comunista a respeito do fascismo. Embora estas posições evoluam, segundo as viragens e o conjunto do processo da Internacional Comunista, pode dizer-se que os «erros» estão já presentes desde o período que se segue ao 4.º Congresso (1922-23), data a partir da qual a Internacional Comunista

da ofensiva socialista [...] o fim da estabilização.» (in H. Weber: *Die Kommunistische Internationale*, colecção de textos da Internacional Comunista, 1966, pág. 255). De assinalar, contudo, que a posição do próprio Varga, a propósito da crise de 1929, é muito mais matizada: ele sublinha constantemente nos seus relatórios que a solução da crise dependerá da luta de classes e nota que «é possível, do ponto de vista teórico e abstracto, que a crise seja superada» — o que lhe vale vigorosos ataques de Mendelson. Ver, entre outros, Varga, *La Crise économique, sociale, politique*, Paris.

17. Sobre este ponto, ver mais à frente, págs. 182 e segs., págs. 262 e segs. — onde se mostra por que não podem estas viragens, a partir de 1928, sequer ser compreendidas através do clássico modelo do «pêndulo» (oportunismo de esquerda — oportunismo de direita), isto é, considerando-as como as duas faces, simetricamente opostas, de uma mesma linha errada. Assinalemos desde já, por outro lado, e voltaremos a este ponto a propósito de Trotsky, que, mesmo antes de 1928, as diversas «oposições» à linha oficial, no seio da Internacional Comunista, se colocam, de forma dominante, e progressivamente, no mesmo terreno que ela, a saber: o economicismo.

começa a ocupar-se «oficialmente» do fascismo. O caminho já fora, de certo modo, aberto pelas análises da direcção do partido comunista italiano. Este processo contraditório parece assim *culminar* nas análises do nacional-socialismo. No entanto, após a vitória do fascismo italiano e durante um certo tempo, há algumas vozes lúcidas, mesmo no interior da Internacional Comunista, que, sobre certos pontos precisos, se erguem contra a corrente.

Por agora, assinalar-se-ão sòmente algumas posições de entre as mais características da Internacional Comunista face ao fascismo, que ilustram a tese avançada a propósito das suas concepção e linha gerais:

1. Subestimação do perigo fascista, mas também não-compreensão do carácter preciso e do papel histórico do fascismo. O fascismo não podia durar, no sentido próprio do termo: nesta concepção evolucionista da «crise económica» e da iminência abstracta da revolução, ele não poderia representar uma viragem ou uma etapa da luta de classes, por causa da acção de contra-tendências de tendencialidade catastrófica. Nenhuma *periodização histórica concreta* do estágio imperialista e do ritmo do desenvolvimento desigual dos seus elos — determinando a duração de uma etapa ou de uma viragem — pode ser fundada no quadro desta concepção.

É espantoso verificar a cegueira manifestada a este respeito tanto pelos dirigentes comunistas italianos como pelos dirigentes alemães: o fascismo não seria mais que um «episódio passageiro» no processo revolucionário. É assim que Umberto Terracini escrevia, no *Imprekorr*, logo após a marcha sobre Roma, que o fascismo seria, quando muito, uma «crise ministerial» passageira.¹⁸ Bordiga, relator da resolução sobre o fascismo no 5.º Congresso (1924), declara que de outra coisa não se tratou, em Itália, senão de «uma mudança do pessoal governamental da burguesia». E o presidium do comité executivo da Internacional Comunista, logo após a subida de Hitler ao poder: «A Alemanha de Hitler corre para uma catástrofe

18. *Imprekorr*, ed. alemã, n.º 213 e 221, Novembro de 1922. É igualmente este o tom que prevalece durante o 4.º Congresso: só Radek parecia consciente da realidade da situação.

económica que se desenha de forma cada vez mais inevitável. [...] A calma momentânea, depois da vitória do fascismo, não passa de um fenómeno passageiro. A vaga revolucionária crescerá inelutavelmente na Alemanha, apesar do terror fascista...»¹⁹

Notemos, de passagem, a repetição encantatória e lancinante das palavras «necessidade», «inevitabilidade», «inelutabilidade», que constantemente escandem as análises da Internacional.

2. O fascismo, simples episódio passageiro no processo mecânico crise económica - evolução - catástrofe - revolução, desmoronar-se-ia de algum modo *por si mesmo*. Tal foi a concepção, extremamente tenaz no seio da Internacional, das «contradições internas» do fascismo, e da sua queda automática iminente. Porque, não nos enganemos: contradições internas significa, aqui, contradições «económicas», comandadas pela «crise económica» catastrófica.

Esta concepção das «contradições internas» é já muito nítida na *Resolução sobre o fascismo* do 5.º Congresso (1924), congresso que retomava de novo a tese da «estabilização»: «Nesta época da crise capitalista [...], o fascismo leva, após a sua vitória, a uma bancarrota política que conduz à sua destruição interna, por causa das suas contradições internas».²⁰ E. Varga (o único economista, no entanto, que, no plano mundial, soube prognosticar a crise de 1929) apresenta, em Novembro de 1933, como causas da queda iminente de Hitler: «Mas o reinado do fascismo está condenado pelas contradições internas entre os interesses e os desejos das massas anticapitalistas e o papel objectivo do fascismo como guardião de um capitalismo que faliu.»²¹ E, no entanto, este erro de apreciação, no que diz respeito ao fascismo italiano e à sua queda iminente em virtude das suas «contradições internas», fora denunciado por Clara Zetkin:²² foi preciso

19. Resolução de 1-4-1933, tomada após relatório de Fr. Heckert, in *Why Hitler in Germany?*, 1933, págs. 38 e segs.

20. *Imprekorr*, ed. alemã, n.º 119, Setembro de 1924.

21. Citado a partir da recolha de textos: *Komintern und Faschismus, 1920-1940*, de T. Pirker, 1966, págs. 176, 180.

22. Estas análises de Clara Zetkin foram feitas no quadro de uma discussão sobre o fascismo no III Pleno da Internacional Comu-

esperar por Dimitrov para que — no contexto, aliás, de profunda ambiguidade do 7.º Congresso — este erro fosse novamente denunciado.

3. a) O fascismo é somente um episódio passageiro do processo económico da revolução necessária e iminente: a verdadeira escalada teórico-política a respeito da apreciação do fascismo está apenas no início. O fascismo é, assim, considerado como um momento *positivo* do lado mau da história, do ponto de vista das massas populares, no processo revolucionário: «Pela sua política aventureirista, o fascismo leva as contradições internas [...] do capitalismo alemão à exasperação e conduz a Alemanha à catástrofe. [...] Uma imensa vaga revolucionária cresce, assim, na Alemanha».²³ E ainda: «O estabelecimento da ditadura fascista aberta [...] precipita o ritmo do desenvolvimento da Alemanha para a revolução proletária».²⁴

Se o fascismo é considerado como um fenómeno positivo que faz aproximar a revolução, é-o na medida em que ele aceleraria o apodrecimento «económico» do capitalismo; qual-

nista, de 15 a 23 de Junho de 1923 (*Protokoll der Konferenz der erweiterten Exekutive der K. I., 1923*, págs. 204 e segs.). Clara Zetkin declarava, nomeadamente: «Não devemos considerar o fascismo como uma força unida e fortemente cimentada. [...] Trata-se de uma forma que compreende numerosos elementos contraditórios e que rebentará a partir de dentro. Mas seria extremamente perigoso pensar-se a partir de aqui, que esta ruptura ideológica e política do fascismo será directamente seguida pela sua derrota militar. Muito pelo contrário, é preciso contar com o facto de que o fascismo tentará manter-se no poder por todos os meios terroristas possíveis.» Clara Zetkin opunha-se, assim, simultaneamente, às análises dos comunistas italianos e às do próprio Zinoviev no 4.º Congresso (1922-1923), para o qual devido às «contradições internas»: «Esta sinistra contra-revolução é a mais fraca das organizações contra-revolucionárias. [...] O que faz a força do fascismo constitui também a própria base da sua morte» (in *Protokoll...*, obra citada, págs. 897 e segs.).

23. Resolução do «bureau» político do partido comunista alemão, de 10-10-1933, in Pirker, pág. 175. Esta apreciação, de resto, é corrente entre os comunistas italianos depois da subida de Mussolini ao poder.

24. Resolução do Presidium da Internacional Comunista, de 1-4-1933, *ibidem*. Ver também, neste sentido, as resoluções do XIII Pleno, de Novembro-Dezembro de 1933.

quer apreciação do fascismo segundo a conjuntura da luta de classes torna-se, neste contexto, impossível.

b) Mas continuemos: se o fascismo se reveste dessa significação positiva é porque ele próprio não é mais do que uma *simples expressão* dessa crise económica catastrófica. Trata-se aqui da concepção, que prevalece na Internacional Comunista com o 6.º Congresso, do fascismo como estratégia unicamente *defensiva* do capitalismo, como fenómeno exclusivamente redutível à *fraqueza* da burguesia e como sinal infalível da iminência da sua última hora: «A ditadura fascista [...] é o mais fraco governo político da burguesia na Alemanha». Esta tese, aliás, mais não é que o retomar, acentuado, das análises dos dirigentes italianos sobre o fascismo em Itália (o fascismo não seria senão a expressão da fraqueza do capitalismo, de um *capitalismo debole*) e da resolução do Pleno da Internacional Comunista de Junho de 1923, repetida pelo 5.º Congresso, segundo a qual «o fascismo é a expressão da desintegração da economia capitalista...».

Se o fascismo, na medida em que se limitaria a testemunhar a crise económica catastrófica do capitalismo, não é mais que o índice de «fraqueza» da burguesia, não pode deixar de ir a par com a «força» do movimento revolucionário de massas: força que, ela mesma, automática e abstractamente, se deduz dessa crise. O próprio processo de fascização corresponderia assim, necessariamente, a uma *etapa ofensiva* do movimento operário e a uma *etapa defensiva* da burguesia — através da redução da luta de classes ao económico e da equação mecanicista «*crise económica* = *ofensiva da classe operária*».

c) O fascismo é então unicamente concebido como «contra-revolução», no sentido estrito do termo, isto é: como resposta directa e imediata à «revolução». Os dirigentes comunistas italianos haviam já, em 1921, aberto esta via: «O fascismo nasce da situação revolucionária...»²⁵ e Zinoviev, no seu discurso ao 4.º Congresso, seguiu-lhes as pisadas:

25. Resolução do P. C. I. reproduzida in *Programme Communiste*, Outubro-Dezembro de 1969, pág. 75.

«O fascismo [...] é um golpe de Estado contra-revolucionário». O 5.º Congresso (1924) exprime-o muito bem: «O fascismo é uma das formas clássicas da contra-revolução na época da decadência do sistema capitalista, na época da revolução proletária...».

Nada mais transparente do que o curto-circuito aqui operado pela linha economicista. A decadência do capitalismo é detectada num período abstractamente caracterizado pela noção de crise económica catastrófica. Esta crise determinaria a virtualidade permanente e omnipresente da revolução, não podendo o próprio fascismo ser outra coisa senão a contra-revolução, na rigorosa acepção da palavra, isto é: a resposta directa a uma *situação revolucionária*. A *Rote Fahne* de 15 de Junho de 1930 escreve: «Os progressos do fascismo não são, de forma alguma, sinais de recuo do movimento proletário; pelo contrário, são a contrapartida da vaga revolucionária, o *acompanhamento necessário da maturidade de uma situação revolucionária*».

Na realidade, não se trata aqui, de modo algum, de uma «situação» revolucionária, no sentido de uma *situação concreta* da luta de classes, mas sim de uma concepção economicista abstracta, aposta à realidade. Também aqui se está longe de Clara Zetkin, que punha em guarda a Internacional contra a interpretação do fascismo italiano como contra-revolução, isto é, como fenómeno identificável ao dos «guardas-brancos» russos ou à contra-revolução de Horthy, na Hungria.²⁶

d) Vamos ainda mais longe: o fascismo, nesta linha de interpretação, só pode ser considerado como a «última» forma política da ditadura burguesa, necessariamente e imediatamente seguida pela ditadura do proletariado, imposta pela revolução.

Este tipo de análise é muito corrente no seio da Internacional Comunista, após a subida do nacional-socialismo

26. No seu relatório ao III Pleno, de Junho de 1923, Clara Zetkin declara: «O fascismo é muito diferente da ditadura de Horthy na Hungria. [...] O fascismo não é de maneira nenhuma, a vingança da burguesia contra o proletariado insurgido de forma combativa. Considerado do ponto de vista histórico e objectivo, o fascismo aparece bem mais como um castigo por o proletariado não ter sabido continuar a revolução...» (*Protokoll...*, obra citada).

ao poder. Ela retoma a dos dirigentes italianos e a do Pleno de Junho de 1923, acerca do fascismo como «última carta da burguesia», análises contra as quais, no 5.º Congresso (1924), se erguera Bukharine: «Mesmo nós, comunistas, havíamos por vezes apreendido a situação de maneira demasiado simplista e pensáramos: a princípio havia a democracia, depois virá o fascismo e, após ele, necessariamente, a ditadura do proletariado. Isto pode acontecer desta forma, como pode também não acontecer. No caso da Itália, pode ser que o regime de Mussolini não seja imediatamente seguido pela ditadura do proletariado mas sim por uma nova forma de "democracia"...» O que importa ver é que a concepção economicista e evolucionista da Internacional conduz, naturalmente, à concepção formal e cronológica das «etapas» do processo histórico.

Só falta dar mais um passo: a visão mecanicista de inelutabilidade catastrófica, a respeito da Revolução, será transmutada, no tocante ao fascismo, numa visão *fatalista*? Por outras palavras: será o fascismo, *última* etapa *antes* da ditadura do proletariado considerado como uma *etapa necessária*, ou seja, *inevitável*, para a revolução nas metrópoles imperialistas?

À primeira vista, não parece que tal passo tenha sido claramente dado pela Internacional, embora tropeçemos a cada passo com fórmulas que analisam os lados «positivos» do fascismo, considerado como criador das «condições últimas» da revolução socialista, e que dão um estranho ar de «necessidade» ao fascismo como predecessor da revolução. O fascismo, como *última* etapa *antes* da revolução necessária, assemelha-se, a ponto de se confundir, nesta concepção do processo histórico, com o fascismo como etapa «necessária» *precedendo* a revolução.

Muitos comunistas, aliás — tirando a conclusão lógica e indo até às últimas consequências da linha geral da Internacional Comunista — parecem ter tido, abertamente, esta concepção. É o que, *indirectamente*, se pode verificar pela chamada à ordem «oficial» de Thaelmann, em *Die Internationale*, edição alemã do órgão da Internacional Comunista, em Dezembro de 1931: «Nós nem sempre combatemos suficientemente a falsa teoria da *inevitabilidade* da ditadura fascista sob o capitalismo monopolista...» O partido comunista ita-

liano, no que lhe toca, não mastigara as palavras. As teses de Roma, em 1922, declaram sem rodeios: «O fascismo [...] é, na realidade, uma consequência inelutável do desenvolvimento do regime capitalista».²⁷

De qualquer modo, e para voltar à Internacional, se ela não deu, oficialmente, este passo, pode dizer-se que foi como se o tivesse dado: ela impediu-se a si mesma de lutar eficazmente contra o resistível ascenso do fascismo.

27. «Tesi sulla tattica», in *Ordine Nuovo*, de 3 de Janeiro de 1922. De resto, é interessante verificar que a interpretação do fascismo como realização necessária da «essência» do capitalismo prevalece na corrente do «esquerdismo teórico», de feitura historicista-hegeliana, da Escola de Frankfurt: ver, em particular, as obras e artigos, do período de 1933 a 1939, de Horkheimer e de Marcuse.

4. CONCLUSÃO: A TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO MONOPOLISTA E A «CRISE ECONÓMICA»

Estão, pois, bem claros os erros de perspectiva em que caiu a Internacional quanto ao «período» dos fascismos. Como precisar, então, em duas palavras, a natureza deste período? De um ponto de vista geral, deve dizer-se que se estava, simplesmente, em presença do estágio imperialista, precisando que se tratava da transição, no interior das metrópoles do imperialismo, para a dominância do capitalismo monopolista.

Isto dá-nos certas indicações a respeito do período dos fascismos. Este período é caracterizado pelas contradições do imperialismo e do capitalismo monopolista, combinadas com as contradições próprias de uma fase de transição. O que determina as condições de uma aguda exasperação das lutas de classes, que imprimem à transição o seu trajecto. Dito de outra maneira, esta fase de transição não explica, enquanto tal, o fascismo: o fascismo não é, de forma alguma, um fenómeno exclusivamente ligado a este «período». Este «período» só tem importância na medida em que circunscreve conjunturas de luta de classes, nas quais contribui para a emergência das crises políticas a que corresponde o fascismo: crises políticas que não são exclusivamente determinadas pelo carácter do período e que podem muito bem surgir em períodos diferentes.

Isto é já delimitar o problema da «crise económica» entre as duas guerras e do seu papel na instauração do fascismo. Houve, com efeito, em 1929, uma crise económica mundial (desta vez no sentido próprio do termo), que só é definitivamente reabsorvida nas metrópoles do imperialismo (incluindo os Estados Unidos), com a Segunda Guerra Mundial. Sem entrar em pormenores, é preciso insistir nos pontos seguintes: esta crise não era, de forma alguma, a catástrofe económica de um imperialismo já morto, liquidado pela sua própria maturidade. Certamente que a crise foi provocada pelas tendências próprias do capitalismo no estágio imperialista — mas tais como se exprimiram, historicamente, na fase de transição.¹

Mais ainda: pelo carácter mesmo do período se vê bem que se não tratava — como a Internacional constantemente pensou — de um *simplex processo* «económico», *contínuo e acelerado*. Caracterizar globalmente, como o fez a Internacional sob a égide de E. Varga, o período entre as duas guerras como «*período de crise económica constante*», com altos e baixos, é um erro.² Esta concepção da Internacional, nítida já no 4.º Congresso (1922-1923), é retomada e acentuada pelo 5.º e pelo 6.º: «O quadro geral da ruína da economia capitalista não é em nada atenuado pelas inevitáveis flutuações que são próprias do sistema capitalista no seu declínio. [...] O 2.º Congresso, antes mesmo do começo da actual recuperação industrial, tinha previsto esta recuperação para um futuro mais ou menos próximo e definira-a, já nessa altura, da forma mais precisa, como uma vaga superficial sobre o fundo da crescente destruição da economia capitalista...»³

1. Aliás, é igualmente esta a interpretação que da crise de 1929 dão Sweezy e Baran, que também admitem do seu ponto de vista, a tese da *transição* (em *Le Capitalisme monopoliste*, capítulo 8). Interpretação de que parece aproximar-se M. Dobb, nas suas análises sobre o fascismo, in *Political Economy and Capitalism*, 1937, págs. 230 e segs.

2. Varga, cujas análises da crise de 1929 assinalámos, tematizou a sua concepção da «nova fase» do capitalismo como fase de «*crise económica geral*» no seu texto já citado: *Rise or Fall of Capitalism*, 1924.

3. *Quatre premiers congrès de l'Internationale...*, ed. Maspero, pág. 155.

Quanto ao que concerne o *conjunto* do período entre as duas guerras, tratou-se, com efeito, de uma acumulação, desigualmente desenvolvida, do conjunto das contradições — económicas, políticas, ideológicas —, no interior da qual se *manifestam*, antes, *várias* «crises económicas», que são o seu efeito. Deste ponto de vista, pode dizer-se que se tratou do seguinte processo: crise económica do após-guerra, até 1921; recuperação económica e expansão crescente, ainda que flutuante, até 1929; crise económica aguda, em 1929-1931; reabsorção progressiva da crise e marcada recuperação, ainda que hesitante, depois.

De qualquer forma, para voltar ao problema da luta de classes, estas crises económicas ou já se tinham extinguido — fascismo — ou estavam já em declínio e os seus *efeitos directos* sobre a luta de classes em vias de ser *relativamente* assimilados — nacional-socialismo —, quando o fascismo e o nacional-socialismo chegaram ao poder. A conjuntura da luta de classes que a tal conduziu não foi directamente determinada por uma qualquer «crise económica». Esta conjuntura, assim circunscrita, depende, finalmente, de uma periodização *fundada nas etapas e viragens da luta de classes*.

O FASCISMO E A LUTA DE CLASSES

1. A CRISE POLÍTICA: FASCISMO E ESTADO DE EXCEPÇÃO

I. O PROBLEMA E A INTERNACIONAL COMUNISTA.

Tendo sido exposto o quadro geral do período que circunscreve a conjuntura da luta de classes que conduz ao fascismo, parece necessário, antes de entrar na análise dessa conjuntura, colocar certos problemas no centro dos quais se situará, doravante, esta análise.

Com efeito, se o fascismo deve ser situado no quadro de um estágio determinado do desenvolvimento capitalista, é evidente que esse estágio não chega para explicar o fascismo: o Estado «intervencionista» não se reveste necessariamente da forma fascista. O que indica, portanto, que o fascismo corresponde a uma conjuntura específica da luta de classes. Mas é preciso ir mais longe: o fascismo, efectivamente, não constitui uma simples forma diferencial do Estado capitalista num estágio determinado do seu desenvolvimento. O fascismo constitui uma forma de Estado e uma forma de regime «limite» do Estado capitalista. Por *caso limite* não se deve entender aqui, precisamente, uma forma «patológica» do sistema político burguês,¹ ou seja, uma forma que, de algum modo, seria estranha à «democracia parlamentar»; deve enten-

1. Foi a escola «funcionalista», com efeito, que considerou o fascismo, e a «crise» a que ele corresponde, segundo o modelo da «anormalidade» — e mesmo da «disfunção». A este respeito, T. Parsons, *Some Sociological Aspects of the Fascist Movements*, 1942.

der-se, antes, uma forma devida a uma conjuntura extremamente particular da luta de classes. Esta mesma particularidade não é exaustivamente determinada pelo período de desenvolvimento do capitalismo no qual se situa essa luta de classes.

O que é já colocar o problema da *crise política* — porque é precisamente a uma crise política que corresponde a instauração do fascismo. Poder-se-ão, desta maneira, esclarecer as proposições expostas acima, precisando que a crise política consiste numa série de *características particulares* da luta de classes: o problema aqui levantado é, aliás, análogo ao colocado pela situação revolucionária.

Deste modo, a questão precisa-se: se é verdade que o fascismo não é estranho à democracia parlamentar, se é também verdade que o Estado burguês — e o sistema capitalista — comporta em si mesmo os «germes» do fascismo (como comporta igualmente, e não se pode esquecê-lo, os «germes» da revolução), não é menos verdade que o fascismo não pode ser explicado pelo simples autodesenvolvimento, linear e necessário, destes «germes» até ao seu amadurecimento (exactamente como o não pode ser a revolução).

No entanto, foi desta maneira que a 3.^a Internacional muitas vezes considerou o fascismo, o que acompanha a sua incapacidade em situar a diferença entre a forma democrática parlamentar do Estado burguês e o fascismo e lhe impede, assim, a compreensão da especificidade do fascismo: «O fascismo desenvolve-se, de forma orgânica, a partir da democracia burguesa. O processo de passagem da ditadura burguesa às formas abertas de repressão constitui a essência da democracia burguesa». ² Ou ainda: «a Alemanha mostra [...] que a passagem da democracia ao fascismo é um processo orgânico, que se desenrola sem acontecimentos particularmente surpreendentes e explosivos, sem ponto culminante marcante: que pode realizar-se de uma forma gradual e a frio». ³

2. Relatório de Manuisky ao XI Pleno, 1931.

3. W. Hirsch, «Faschismus und Hitlerpartei», in *Die Internationale*, Janeiro de 1932. As teses de Roma, de 1922, do partido comunista italiano, redigidas pela tendência «ultra-esquerda» de Bordiga, também assinalam que «o fascismo é um estágio natural do desenvolvimento do capitalismo».

A concepção da passagem gradual e quase imperceptível ao fascismo recorta, assim, a concepção que afirma que «entre o fascismo e a democracia burguesa não há *senão uma diferença de grau* [...]», o fascismo não é um novo método governamental...» (Manuisky, *ibidem*). Ou ainda: «A tarefa dos comunistas não é, pois, de forma alguma, a de procurar com lentes especiais uma pseudoteoria para encontrar umas quaisquer diferenças entre a democracia e o fascismo». ⁴

Estas posições foram as do partido comunista italiano e tinham sido já amplamente expressas no seio da Internacional Comunista, durante o 5.^o Congresso, de 1924. ⁵

É claro que, neste contexto, o problema da crise política — situação de condensação das contradições, que rompe com o ritmo «gradual» de desenvolvimento e que conduz ao fascismo — nem sequer pode ser posto. Qualquer situação semelhante será directamente reduzida, como o fez a Internacional, a uma situação revolucionária, ela própria considerada como um processo em vias de amadurecimento «progressivo» contínuo.

Assim, para abordarmos o problema da crise política, devemos fazer a seguinte pergunta: será possível isolar certos caracteres gerais de uma crise política, distinta da situação revolucionária em sentido estrito, crise essa que determine uma forma de Estado e formas de regime verdadeiramente específicos? Duplo aspecto, portanto, do mesmo problema: poder-se-á apreender uma «crise», na generalidade do seu conceito, e, desta maneira, determinar certas particularidades de conjunto próprias da *forma de Estado de excepção* a que ela conduz? Mas também: poder-se-á determinar, no quadro

4. Hirsch, *ibidem*.

5. Relatórios de Bordiga e de Freimuth ao 5.^o Congresso, in *Protokoll des fünften Kongresses der K. I.*, 1925, T. II, págs. 715 e segs. O exemplo mais patente desta ausência de diferenciação entre fascismo e outras formas de Estado burguês, que culmina entre 1928 e 1935, é a caracterização, no XIII Pleno da Internacional Comunista (1933), do regime de Roosevelt nos Estados Unidos. P. Dutt declarava: «Trata-se aí do tipo clássico de processo de fascização, o mais avançado entre os países imperialistas», posição ratificada por Kuusinen.

geral da crise política, espécies diferentes e particulares de crise, que conduzam, cada uma delas, a *formas de regimes de excepção* — bonapartismo, ditaduras militares, fascismo — específicas da forma de Estado de excepção?*

II. THALHEIMER, GRAMSCI, TROTSKY.

Para assentarmos ideias, assinalemos desde já que, no que respeita ao exame do fascismo sob este ângulo, dispomos de duas concepções aparentadas, mas distintas: a de August Thalheimer e a de Antonio Gramsci; e, enfim, da concepção de Trotsky.

As duas primeiras são aparentadas na medida em que se reivindicam ambas de certas análises de Marx e de Engels, retomadas por Lenine. Elas tratam, principalmente, de uma forma de Estado que tem por característica essencial uma «*autonomia relativa*» particular em relação às classes dominantes e que surge em situações de «*equilíbrio*» entre as duas forças de classe principais numa formação social: análises aplicadas concretamente aos casos do *Estado absolutista* — equilíbrio entre burguesia e nobreza agrária — e do *bonapartismo* — equilíbrio entre burguesia e classe operária —, sendo o caso do *bismarckismo* considerado como uma conjunção dos outros dois casos.⁷ É preciso ter atenção com o termo «*equilíbrio*», porque ele se reveste aqui de um sentido particular: o de um equilíbrio de «*igualdade*», situação na qual os dois antagonistas principais têm, segundo a imagem da balança, «*forças iguais*». Os clássicos do marxismo, com

6. Talvez seja inútil, aliás, assinalar que também a este ponto, e pela mesma razão, a Internacional Comunista não pôde dar resposta: já a partir do 4.º Congresso, mas sobretudo com o 5.º (1924), a característica de *fascismo* é aposta a todos os regimes de excepção. São considerados como *fascistas*, indistintamente: o regime de Horthy na Hungria, o exército de von Seeckt na Alemanha (de onde, em 1923, se espera o fascismo), o regime de Pilsudski na Polónia, o Kuomintang, o franquismo, o regime peronista, o regime japonês, etc.

7. Remeto sobre este ponto, para as análises do meu livro *Poder político e classes sociais*, obra citada.

efeito, e nomeadamente Lenine e Mao, empregam muitas vezes o termo equilíbrio num sentido diferente: para designar situações de «*estabilização relativa*» da relação de forças entre duas forças, no entanto, «*desiguais*».

Quanto a Thalheimer,⁸ ele deixou-nos textos importantes em que examina o caso do fascismo segundo a problemática do bonapartismo. O factor essencial (porque há muitos outros) da crise política que ele tenta circunscrever é, precisamente, o do equilíbrio entre as duas forças de classe principais, a burguesia e o proletariado. Esta crise conduz às formas bonapartistas de Estado, de que um dos traços essenciais é a particular autonomia relativa do Estado em relação às classes dominantes. Estas sacrificam, assim, a sua «*dominação política*» em proveito de um «*salvador*», a fim de conservarem a sua «*dominação económico-social*». O fascismo surge a Thalheimer como uma forma particular de bonapartismo.

O caso é relativamente diferente para Gramsci. Diferente, porque Gramsci determina, no interior do quadro geral da crise política, um caso específico de crise política, o da crise *hegemónica* ou crise de *equilíbrio catastrófico*, que conduz ao fenómeno do *cesarismo*.⁹ Já não se trata de um simples equilíbrio das duas principais forças em presença, mas de um equilíbrio particular que se apresenta «*de tal forma que o prosseguimento da luta não pode ter outra conclusão que não a destruição recíproca [...]* e que oferece uma perspectiva de catástrofe». Observação importante — próxima, aliás, da de Marx — que o próprio Thalheimer retoma por sua conta sem lhe atribuir, como o faz Gramsci, um sentido particular: Marx reporta, por vezes, o bonapartismo francês a esse equilíbrio particular, resultante de «*a classe burguesa ter*

8. «*Ueber den Faschismus*», in *Faschismus und Kapitalismus*, obra citada; ver, igualmente: Griepenburg e Tjaden, «*Faschismus und Bonapartismus. Zur Kritik der Faschismus-theorie August Thalheimer*», *Das Argument*, Dezembro de 1966.

9. Gramsci, *Le Césarisme*, in *Oeuvres choisies*, pág. 255, e numerosas passagens disseminadas pelo *Machiavel*. Apenas exponho aqui o quadro geral da interpretação do fascismo por Gramsci: voltaremos mais de perto às suas análises pormenorizadas.

já perdido, e a classe operária não ter ainda adquirido a faculdade de dirigir a nação».

Esta crise política catastrófica originária, segundo Gramsci, o fenómeno cesarista — de que um dos traços essenciais seria, igualmente, a autonomia relativa, mas desta vez muito particular, do Estado em relação às classes dominantes. O fascismo é considerado por Gramsci como um caso absolutamente típico de cesarismo, enquanto ele parece hesitar em considerar como tal o bonapartismo francês, só o fazendo com muitas reservas: o que lhe evita, diga-se de passagem, assimilações superficiais e puramente analógicas entre fascismo e bonapartismo — o que Thalheimer nem sempre consegue.

Ora, se Thalheimer e Gramsci foram os únicos (que eu saiba) a formular claramente, a propósito do fascismo, a tese de crise política reportada ao equilíbrio de «igualdade» das forças em presença, isto não impede que essa concepção pareça, de O. Bauer a A. Tasca e a A. Rosenberg,¹⁰ subtender numerosas tentativas marxistas, antigas, mas também actuais, de explicação do fascismo: basta mencionar o actual retomar, nos estudos sobre o fascismo, das análises de Thalheimer na Alemanha e das de Gramsci em Itália. Estas análises, contudo, se bem que comportem elementos importantes, *parecem-me enganar-se num ponto essencial*. Nem na Alemanha nem em Itália correspondeu a instauração do fascismo a uma crise política de equilíbrio — não importa em que sentido do termo. A classe operária estava já vencida no momento dessa instauração e esta derrota não custara à burguesia o preço de um equilíbrio catastrófico. Por outras palavras: ao longo de todo o processo de fascização, é a burguesia o aspecto principal da contradição principal.

Quanto a Trotsky, as coisas são mais complexas. Nos seus *Escritos sobre a Alemanha*, Trotsky distingue cuidadosamente

10. Ela é claramente formulada por A. Tasca, *Naissance du fascisme*, 1967, págs. 349 e segs., e por O. Bauer, «Der Faschismus», in *Faschismus und Kapitalismus*, obra citada, pág. 156 inclinando-se este último para a concepção do equilíbrio catastrófico; com menos nitidez por A. Rosenberg, «Der Faschismus als Massenbewegung», *ibidem*.

o bonapartismo — fundado num equilíbrio das duas forças — e o fascismo.¹¹ Não obstante, quanto ao fascismo, Trotsky parece descuidar a questão da crise política *específica* que o caracteriza. Ele retém, essencialmente, duas características — que são significativas, pois mostram que, *a despeito das divergências*, Trotsky partilhava, no fundo, a concepção da Internacional Comunista:

1. O fascismo corresponderia a uma «guerra civil» aberta da burguesia contra a classe operária «insurgida»: portanto, a uma ofensiva revolucionária desta — caracterização errada, pela qual Trotsky se aproxima da Internacional Comunista;

2. Uma característica geral do «período», deduzida de forma mecanicista e que subestima a luta específica de classe: o fascismo seria o modo de apoio próprio da *burguesia em declínio* na pequena burguesia — como o foi o jacobinismo para a *burguesia ascendente* e a social-democracia para a *burguesia na época da sua estabilização*.

Mas é preciso dar a Trotsky o que lhe é devido. Ele pôs a claro, de forma notável, elementos importantes do fascismo: entre outros, as suas relações com a classe operária e com a pequena burguesia. Foi ele, de resto, quase o único a prever, e de forma surpreendente, o desenrolar do processo na Alemanha. No entanto, como muitas vezes acontece com Trotsky, as suas análises descobrem e indicam problemas reais, que ou não são resolvidos ou recebem explicações erradas. Assim, o próprio I. Deutscher (cuja simpatia pelas posições de Trotsky é notória) é obrigado a assinalar a propósito da sua concepção do fascismo: «Em certas ocasiões, contudo, Trotsky aplicou-a de maneira assaz imprecisa. Ele viu a iminência do fascismo em França e quis, a todo o custo, etiquetar de «fascista» a ditadura pseudobonapartista na Polónia. [...] Por outro lado, Trotsky descreveu como bonapartistas, de forma pouco convincente, os governos de Schleicher e de Papen e, igualmente, o débil governo Doumergue, de 1934. Foi só em 1940 que, finalmente, descreveu o regime de Pétain mais como pseudobonapartista do que como fascista».¹²

11. *Escritos*, t. III, págs. 128 e segs., 265 e segs.

12. Deutscher, *Trotsky*, t. III, pág. 375, nota. Não se pretende, pois, minimizar a importância das análises de Trotsky sobre o fascismo: os seus *Escritos* sobre a Alemanha, nomeadamente, continuam a ser um dos textos mais lúcidos sobre este período.

III. O QUADRO DE ANÁLISE. CRISE POLÍTICA, LUTA DE CLASSES E SISTEMA INSTITUCIONAL.

Já estamos assim a delimitar, sob forma de teses a justificar, o quadro de exame do fascismo:

A. Podem muito bem determinar-se as características gerais da *crise política*. O elemento de equilíbrio de «igualdade» pode especificar espécies particulares de crise política — crise de equilíbrio geral e crise de equilíbrio catastrófico. O fascismo não corresponde a estas espécies de crise política de equilíbrio. Por outro lado, se a conjuntura da luta de classes dos fascismos apresenta as características gerais da crise política, apresenta também características particulares de uma crise política absolutamente específica.

É esta a linha de investigação que será seguida neste ensaio, concentrado no problema do fascismo. Ao examinarmos em particular, e sob todos os seus aspectos, a crise política do fascismo, exporemos simultaneamente os traços que relevam de qualquer crise política em geral e aqueles que a especificam como espécie particular de crise.

B. A crise política, que pode levar a uma forma de Estado de excepção, reside essencialmente em certas características particulares do campo da luta de classes, do campo das «relações sociais».¹³ Ela é acompanhada, contudo, por rupturas profundas do sistema institucional, isto é, dos aparelhos de Estado — tal como a situação revolucionária é caracterizada, deste ponto de vista, pelo «duplo poder», traço específico que concerne a instância estatal: é, entre outras, a estas rupturas que responde o Estado de excepção.

Mas esta «crise das instituições», mesmo com os seus efeitos próprios sobre a luta de classes, não é, ela própria, senão o seu efeito. Não são as instituições que determinam

13. Tentei determinar, em *Poder político e classes sociais*, o campo das «relações sociais», o da *luta de classes*, que recobre as *práticas de classe*, estabelecendo, nomeadamente, a distinção entre «relações de produção» e «relações sociais de produção» (*ibidem*, págs. 65 e segs., 89 e segs.) [na edição portuguesa: I vol. págs. 65 e segs., 91 e segs.]: ver agora, sobre este último ponto, Bettelheim, *Calcul économique et formes de propriété*, 1970, págs. 59-60.

os antagonismos sociais, é a luta de classes que comanda as modificações dos aparelhos de Estado. Era necessário assinalá-lo, dadas as concepções «institucionalistas-funcionalistas» da «crise social», que a reduzem a uma «crise das instituições» e que tiveram as suas repercussões na análise do fascismo: a maior parte dos estudos de teoria política sobre o fascismo reduzem-no a uma «crise do Estado democrático-parlamentar».¹⁴

Assim, na ordem de apresentação das análises, e quanto ao essencial, expor-se-ão *em primeiro lugar* os traços da luta de classes que caracterizam a crise política do fascismo. Os seus efeitos sobre os aparelhos de Estado durante o processo de fascização serão apenas indicados — isto porque se reservará, *em seguida*, um capítulo particular para examinar *sistematicamente* estes efeitos sobre os aparelhos. Este plano será igualmente seguido no que se refere ao próprio fascismo: no essencial, expor-se-ão primeiro as relações do fascismo estabelecido com as diversas classes e interesses de classe em luta, reservando-se um capítulo particular para o exame sistemático do Estado fascista. É nesse capítulo que será tratada a questão da *forma de Estado de excepção*, e do fascismo como *forma de regime específica* deste Estado.

14. Estas concepções — actualmente muito em voga — encontram-se também em numerosas tentativas de análise da «crise» de Maio-Junho de 1968 em França: ver, a este respeito, as justas críticas de D. Vidal, «Institutions ou rapports sociaux: Préface à une analyse du politique», in *Atelier* n.º 3.

2. O PROCESSO DE FASCIZAÇÃO

Finalmente, seguir-se-á neste texto a linha de exposição que consiste em marcar as etapas do *processo de fascização*. Não se insistirá muito, aqui, nos preliminares que concernem este processo. Basta assinalar que o fascismo não surge como um trovão num céu sereno. É mesmo na medida em que não se trata de um simples autodesenvolvimento dos «germes» contidos na democracia parlamentar, mas sim de uma diferença importante em relação a ela, correspondente a uma crise política, que se pode falar de processo de fascização. O processo de fascização só pode, portanto, ser apreendido se se romper completamente com a tese do «processo orgânico e contínuo», de feitura evolutivo-linear, entre democracia parlamentar e fascismo.

Assim, não é por acaso que foi preciso esperar por Dimitrov, que, no 7.º Congresso da Internacional, insistindo precisamente no facto de que «o fascismo não é a simples vulgar substituição de um governo burguês por um outro, *mas uma mudança na forma do Estado*», foi por isso mesmo capaz de ao menos assinalar o problema do processo de fascização: «Da chegada do fascismo ao poder não se pode ter a ideia simplista e singela de que um qualquer comité do capital financeiro teria decidido instaurar, em tal data, a ditadura fascista. Na realidade, o fascismo chega normalmente ao poder através de uma luta recíproca, e por vezes aguda, com os velhos partidos burgueses. [...] Tudo isto sem diminuir, no entanto, a importância do facto de que, antes da instauração da ditadura fascista, os governos bur-

gueses passam normalmente por uma série de etapas preparatórias e tomam uma série de medidas reaccionárias que contribuem para o directo estabelecimento do fascismo».¹

Ora, a questão dos *inícios do processo de fascização* não poderá ser confundida com a das *origens do fascismo*, questão privilegiada da historiografia respeitante ao fascismo. Em primeiro lugar porque — o que é notável — os inícios deste processo não são, de forma nenhuma, marcados pelo «nascimento» de organizações fascistas — que, por um lado, na Alemanha e em Itália, vegetaram durante muito tempo antes do começo real do processo, e, por outro, existiram muitas vezes noutros sítios, sem que o processo de fascização chegasse sequer a iniciar-se. Seguidamente, e sobretudo, porque os inícios do processo foram, na realidade, marcados por uma acumulação — poderia mesmo dizer-se, com todo o rigor, uma *articulação sistemática* — de características particulares.

Uma observação, por fim, acerca do ritmo deste processo de fascização. Trata-se, também aqui, de um processo com um ritmo desigual de desenvolvimento, ritmo escandido pelas formas de acumulação das diversas contradições. Isto não quer dizer que este processo não possa ser rigorosamente dividido em *períodos*, seguindo o desenvolvimento da luta de classes e as modificações nos aparelhos; quer, sim, dizer que estes períodos apresentam um ritmo — lento, rápido — e uma duração — longa, curta — próprios: a sua articulação é, ela mesma, determinada pelas formas conjunturais da crise política em questão.

No caso do processo de fascização, poderão distinguir-se, pela própria natureza do fascismo, os períodos seguintes — que desde já assinalo para clareza da exposição:

a) *O período que vai dos inícios do processo até ao ponto de «irreversibilidade»*. Se o fascismo é um fenómeno resistível e evitável, isso não impede que se possa determinar, no

1. Dimitrov, *Oeuvres choisies*, págs. 40 e segs. É verdade que Trotsky havia já assinalado estes pontos em 1930.

processo, um momento a partir do qual ele parece dificilmente reversível. Este momento não coincide exactamente com a chegada do fascismo ao poder: esta chegada ao poder surge como um simples e último acto formal, só intervindo quando as coisas essenciais já estão jogadas e decididas: como uma confirmação de uma vitória já adquirida, em suma. Avalia-se a importância da questão: com efeito, se nos fixarmos exclusivamente no que se passa na cena política, ela acaba por funcionar como uma cortina que esconde os mecanismos profundos da luta de classes onde o poder real se joga.

b) *O período que vai do ponto de irreversibilidade à chegada do fascismo ao poder.* Período importante, não tanto no que respeita à vitória e à própria instauração do fascismo, mas sobretudo no que se refere à sua natureza e ao seu carácter político preciso.

c) *O primeiro período do fascismo no poder:* período caracterizado por uma instabilidade e uma ambiguidade particulares, por causa do carácter de origem de classe, muito complexo, do fascismo, isto é: por causa do carácter muito ambíguo do apoio popular de que beneficia no momento da sua chegada ao poder. É o período em que o fascismo está ainda fortemente marcado pelos seus começos, vendo-se obrigado, na maioria das vezes, a tomar medidas de compromisso, próprias para alimentar numerosas ilusões.

d) *O período de estabilização do fascismo,* ele próprio efectuado em várias etapas. Período que começa pela depuração, feita pelo fascismo, das suas origens de classe ou, pelo menos, da ambiguidade dos seus inícios — o que se manifesta, aliás, em depurações maciças e sangrentas nas suas próprias fileiras: desta forma ele desmascara-se e passa a desempenhar plena e directamente as suas funções de classe. Se não é verdade que, como afirmava Trotsky, o fascismo degenera, durante este período, numa «vulgar ditadura militar» — pois não deixa, em momento algum, de apresentar as características que dela o distinguem —, não deixa de ser verdade que ele se vê assim livre, de forma brutal, de uma parte da carga de classe que sobre si pesa, inaugurando o período da sua estabilização.

FASCISMO E CLASSES DOMINANTES

Começaremos por examinar, nesta parte, e seguindo a periodização atrás referida, as relações entre o fascismo e as classes ou fracções de classe dominantes. Assinalemos, desde já que o fascismo é um fenómeno muito complexo, que só pode ser explicado através da elucidação das suas relações *com as diversas classes em luta*. O que não impede que o fascismo corresponda a uma situação muito particular das diversas classes e fracções de classe dominantes.

I. PROPOSIÇÕES GERAIS

I. AS CONTRADIÇÕES ENTRE CLASSES E FRACÇÕES DOMINANTES.

O processo de fascização e a instauração do fascismo correspondem a uma situação de aprofundamento e de ajuda exacerbação das contradições internas entre as classes e fracções de classe dominantes: é este um elemento importante da crise política em questão.

Isto só pode ser apreendido a partir de uma concepção correcta da aliança das classes e das fracções de classe ao nível da dominação política. Numa formação social, composta por numerosas classes sociais, e em particular numa formação social capitalista, onde a classe burguesa está constitutivamente dividida em fracções de classe, o terreno da dominação política não é ocupado por uma só classe ou fracção. É-o por uma aliança específica de várias classes e fracções de classe — aliança que, noutro lugar, designei pelo termo *bloco no poder*. Assim, as contradições entre as classes e fracções de classes dominantes assumem, muitas vezes, uma importância determinante no que concerne as formas de Estado e de regime.

A propósito das contradições entre classes e fracções de classe dominantes, na conjuntura do fascismo, é preciso ainda assinalar que estas contradições não se limitam, como muitas vezes acontece, ao mero nível económico. No caso do processo de fascização, a exacerbação das contradições «internas» do bloco no poder manifesta-se pela sua extensão característica no plano político e no plano ideológico: o que

se repercute na *crise de representação partidária* e na *crise ideológica* profundas que afectam este bloco.

Se o processo de fascização é, assim, caracterizado pelo facto de a luta política do bloco no poder contra as massas populares deter o papel dominante em relação à luta económica — isto é, por aquilo que se pode designar por um *processo de politização declarada da luta de classes* por parte do bloco no poder — o que aqui o especifica é, precisamente, a extensão dos efeitos dessa politização às contradições no próprio seio do bloco. Traço notável este, já que nem sempre uma tal politização tem necessariamente este efeito: na maioria das vezes, ela tem mesmo como efeito a «res-soldagem» directa do bloco no poder face ao inimigo comum.

II. A CRISE DE HEGEMONIA.

No caso do processo de fascização e do fascismo, *nenhuma classe ou fracção de classe dominante parece capaz de impor, seja pelos seus próprios meios de organização política, seja por intermédio do Estado «democrático-parlamentar», a sua «direcção» às outras classes e fracções do bloco no poder.*

Com efeito, o bloco no poder, como acontece em qualquer aliança, não é normalmente composto por classes ou fracções de «importância igual», partilhando entre si pedaços de poder. Ele só pode funcionar regularmente na medida em que uma classe ou fracção dominante impõe uma *dominação particular* aos outros membros da aliança no poder, em suma: na medida em que ela lhes consegue impor a sua *hegemonia* e cimentá-los sob a sua égide.

É a incapacidade de uma classe, ou fracção, em impor a sua hegemonia, ou seja, ao fim e ao cabo, a incapacidade da aliança no poder em ultrapassar «por si mesma» as suas próprias contradições exacerbadas, que caracteriza a conjuntura dos fascismos. Esta incapacidade de hegemonia, no interior do bloco no poder, liga-se também, de resto, à crise de hegemonia que atravessam o bloco no poder e os seus membros no que respeita, agora, à sua *dominação política* sobre o conjunto da formação social.

III. AS MODIFICAÇÕES DA HEGEMONIA.

Sendo esta a situação no interior do bloco no poder, o fascismo corresponde, além disso, a toda uma reorganização — e que não é uma reorganização qualquer — deste bloco. Trata-se:

a) de uma modificação da relação de forças no seio desta aliança, de uma redistribuição dos pesos respectivos das forças que dela fazem parte;

b) do estabelecimento, por intermédio do fascismo, da hegemonia de uma nova fracção de classe no seio do bloco no poder: *a do capital financeiro, e mesmo do grande capital monopolista.*

Enquanto, com os inícios do processo de fascização, se verifica uma *instabilidade hegemónica*, etapa durante a qual diversas classes e fracções ocupam alternadamente este lugar, e, mais tarde, uma etapa de *incapacidade hegemónica* em sentido estrito, com o fascismo no poder assiste-se ao estabelecimento da hegemonia política de uma fracção que até então não tinha detido esse papel.

Função do fascismo em relação a um deslocamento da *hegemonia política* (a distinguir da dominância, já avançada, do grande capital no económico) que a Internacional Comunista teve tendência a desconhecer, através de uma identificação pura e simples da dominação económica com a hegemonia política: «A ditadura fascista de forma alguma representa uma distinção [...] em relação à democracia burguesa, sob a qual se realiza, igualmente, a ditadura do capital financeiro».¹

IV. A RUPTURA DO LAÇO «REPRESENTANTES-REPRESENTADOS» E OS PARTIDOS POLÍTICOS.

A conjuntura dos fascismos e os inícios do processo de fascização correspondem, no que se refere aqui ao bloco no poder, aquilo que designaremos por uma *crise de representação partidária*: elemento absolutamente notável da crise política em questão. Por outras palavras, verifica-se uma rup-

1. Resolução de Maio de 1931 do C. C. do K. P. D. [Partido Comunista Alemão].

tura da relação, simultaneamente na ordem de *representação* — no sistema estatal — e na ordem de *organização*, entre as classes e fracções de classe dominantes e os seus *partidos políticos*. Elemento cuja importância foi assinalada quer por Marx, nas suas análises a respeito da situação em França antes de Luís Bonaparte, quer por Gramsci: «Como se formam estas situações de oposição entre «representantes-representados» que, do terreno dos partidos [...], se reflectem em todo o organismo do Estado, reforçando a posição correspondente do poder burocrático?...»²

Facto significativo: os partidos políticos tradicionais da burguesia e dos seus aliados em momento algum adoptaram inteiramente o fascismo: tentaram mesmo por vezes, já bastante tarde, opor-se abertamente à sua instauração. Nos casos em que estes partidos aceitaram formar governos com a participação dos partidos fascistas, só o fizeram com o objectivo, declarado e prosseguido, de jugular a sua ascensão, isto é: de se verem livres deles depois de os terem utilizado contra as massas populares.

Ora, estes partidos políticos não eram seguidos pelas classes e fracções que, em princípio, representavam. O que de forma alguma quer dizer que, como se tem muitas vezes afirmado, o conjunto da classe burguesa e dos seus aliados tivesse apoiado abertamente, de modo unânime e ao longo de todo o processo de fascização, a subida do fascismo ao poder. Tratou-se, antes, de uma profunda desorientação política do bloco no poder, no quadro da qual, seguindo diversas etapas e viragens, o partido fascista, abertamente apoiado pela fracção do grande capital monopolista, veio preencher o vazio deixado pela ruptura do laço representantes-representados com os partidos políticos clássicos. Em consequência do que, o conjunto da burguesia e dos seus aliados assistiu passivamente à eliminação destes partidos pelo partido fascista.

Tudo isto não quer dizer, tão-pouco, que nada se estava a passar no próprio seio dos partidos políticos em questão: eles estavam longe de permanecer fiéis ao seu papel numa forma de Estado «democrático-parlamentar». Os inícios do processo de fascização, com efeito, correspondem a uma

2. *Oeuvres*, Ed. sociales, pág. 246.

radicalização dos partidos burgueses em direcção a formas de Estado de excepção. No entanto, a solução pretendida por estes partidos era a de um endurecimento do Estado sob formas diferentes — indo mesmo até à solução de uma ditadura de tipo militar —, no quadro das quais estes partidos teriam podido prosseguir, ou restaurar, a sua direcção sobre a cena política.

Para voltar à questão da ruptura do laço representantes-representados, esta ruptura progressiva afectou, em primeiro lugar, a relação de «representação». Com os inícios do processo de fascização, enquanto a forma «democrático-parlamentar» de Estado se conserva aparentemente intacta, as relações entre as classes e fracções dominantes, por um lado, e o aparelho de Estado, por outro, já não se estabelecem principalmente pelo canal destes partidos políticos mas revestem-se antes de um carácter cada vez mais directo. Isto tem dois efeitos:

1. O redobramento institucional destes partidos por toda uma série de circuitos paralelos ocultos, funcionando como correias de transmissão real do poder e das decisões: o que vai do aparecimento de grupos de pressão e de milícias privadas como núcleos de reorganização política até à instalação de verdadeiros circuitos para-estatais;

2. Um recrudescimento do papel do próprio aparelho de Estado — exército, polícia, tribunais, administração — que, por assim dizer, põe em curto-circuito o papel do governo formal, torneando de forma característica a ordem jurídica estabelecida e deslocando o poder real do lugar onde ainda se exprimem estes partidos (transformados em simples «agrupamentos»), isto é, do Parlamento, para o aparelho de Estado em sentido estrito.

Em resumo: assiste-se àquilo que, por analogia com a situação de «duplo poder» que especifica a situação revolucionária, pode ser designado por uma *distorção característica entre «poder formal» e «poder real»* que especifica a crise política.

Assim, este processo não deverá, de forma alguma, ser reduzido a uma simples transformação das relações legislativo-executivo, isto é: a uma simples passagem de um «Estado parlamentar» a um Estado forte, com predominância do

executivo. Esta transformação, que marca efectivamente, sob numerosas variantes, a passagem da forma de Estado liberal do capitalismo de concorrência à forma de Estado intervencionista do capitalismo monopolista não é, enquanto tal, identificável com o processo de fascização assinalado, mesmo que se possam detectar traços comuns a ambos, que derivam do facto de o fascismo se situar, precisamente, no estágio imperialista. O elemento importante parece ser aqui o tratar-se de características de distorção entre poder real e poder formal, directamente devidas à ruptura do laço representantes-representados. Situação de distorção e de ruptura que não surge, bem entendido, em todas as transformações do Estado liberal num Estado intervencionista.

Esta ruptura representantes-representados afectou igualmente a *relação de organização*. As lutas extremamente ásperas entre os diversos partidos políticos das classes e fracções de classe no poder parecem desviar-se, no seu objectivo, em relação às contradições políticas reais. Estes partidos parecem acantonar-se em objectivos relevando unicamente das contradições «económicas» (ao mesmo tempo que as transpõem directamente em «querelas» de pessoal político) e perder de vista os meios concretos de atingir o interesse político geral de classe. Triste situação esta, bem descrita por Marx e Lenine, dos dirigentes políticos burgueses incapazes de organizar politicamente a aliança das classes e fracções que representam e a sua hegemonia, cortados daqueles que representam, fantoches na agonia do cretinismo parlamentar, a quem o pavor da classe operária só serve para aguilhoar o delírio: situação que, antes da instauração do fascismo, dá, aliás, muitas vezes origem a situações de uma loucura sem precedentes.

Enfim, último elemento importante: assiste-se, ao longo de todo o processo de fascização, a *uma proliferação*, característica da instabilidade e da incapacidade hegemónica, das organizações — incluindo partidos — das classes e fracções dominantes, isto quando a solução não fascista da crise requereria, como o sublinhou Gramsci, a fusão destas organizações num partido único da burguesia.³

3. Gramsci sublinha este elemento, reportando-o, contudo, à sua concepção, já assinalada, do «equilíbrio catastrófico» — concepção

V. A CRISE IDEOLÓGICA.

A conjuntura dos fascismos corresponde a uma *crise da ideologia dominante*. Nunca será demais sublinhar este aspecto do problema: com efeito, o fascismo não poderá ser explicado e compreendido sem uma posição justa em relação ao papel decisivo que, em determinadas circunstâncias históricas, a ideologia detém e sem um exame aprofundado da crise ideológica que atravessaram as formações sociais em que o fascismo triunfou.

Por crise ideológica é preciso entender, sobretudo, *crise da ideologia dominante* numa formação social, quer dizer: crise da ideologia da classe dominante nessa formação. A ideologia da classe dominante, verdadeiro «cimento» de uma formação social, é fortemente combatida no que se refere, antes de mais, às massas populares, isto é, às classes oprimidas — que é função principal dessa ideologia manter na sua subordinação e sujeição política.

Mas este é só um aspecto da questão: para além desta crise da ideologia dominante, pode falar-se, em conjunturas determinadas, de uma *crise ideológica generalizada*, distinta da que se refere unicamente à ideologia dominante.

Existe, com efeito, no seio de uma formação social, *não simplesmente uma ideologia dominante* — isto é, um discurso ideológico ao qual a ideologia dominante atribui, graças à sua dominância, um carácter relativamente sistemático — mas verdadeiros *subconjuntos ideológicos*. Estes subconjuntos são constituídos pela dominância, no seu seio, de ideologias que

que não é válida para o fascismo: «A passagem das tropas de um grande número de partidos para a bandeira de um partido único, que represente melhor e que resuma os interesses de toda a classe, é um fenómeno orgânico e normal — mesmo se o seu ritmo é muito rápido e quase fulminante em comparação com os períodos de calma: ele representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direcção, considerada como a única capaz de resolver um problema supremo da existência e de afastar um perigo mortal. Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas sim a do chefe providencial, isto significa que existe um equilíbrio estático [...], que nenhum grupo — nem o grupo conservador, nem o grupo progressista — tem força suficiente para vencer e que também o próprio grupo conservador tem necessidade de um senhor.» (*Oeuvres choisies*, pág. 247).

relevam de outras classes que não a classe dominante: a ideologia da classe operária, ideologia pequeno-burguesa. Bem entendido, se a ideologia dominante, isto é, a ideologia da classe dominante, domina efectivamente no conjunto de uma formação social, fá-lo na medida em que consegue igualmente impregnar, por numerosas vias, as ideologias próprias dos subconjuntos ideológicos. Por exemplo: a ideologia da classe dominante domina o subconjunto ideológico «ideologia da classe operária» na medida em que consegue impregnar a ideologia deste subconjunto. É assim que a ideologia trade-unionista — que não é, enquanto tal, a ideologia da classe burguesa — não é senão um aspecto desta ideologia no seio da classe operária, quer dizer: não é senão a forma pela qual a ideologia burguesa domina o subconjunto «ideologia operária», impregnando a ideologia deste subconjunto.

Torna-se, assim, evidente que qualquer crise da ideologia dominante afecta o conjunto do universo ideológico de uma formação social — embora o não faça sempre do mesmo modo. Por exemplo: pode muito bem acontecer que uma crise aguda da ideologia da força social dominante permita um avanço ou progressão, na formação, da ideologia da força social antagonista. Pode-se mesmo assistir a uma «substituição» relativa daquela por esta, mesmo antes de se verificar uma revolução, em sentido estrito — caso clássico: a situação, em França, da ideologia burguesa «substituindo» sub-repticiamente a ideologia feudal, antes da Revolução francesa.

Mas pode também acontecer que se esteja face a uma situação de crise ideológica generalizada. Por outras palavras, face a uma situação onde, paralelamente, e por razões diferentes, se assista, *simultaneamente*, a uma crise da ideologia dominante e a uma crise da ideologia da principal força social dominada. O que foi, precisamente, o caso dos fascismos — onde se verificam, paralelamente, uma profunda crise da ideologia burguesa dominante e uma profunda crise, nas massas, não da ideologia operária dominada pela ideologia burguesa, isto é: da ideologia reformista-revisionista, o que teria permitido o avanço da ideologia marxista-leninista, mas da própria ideologia marxista-leninista.

4. Sobre este assunto, remeto para *Poder político e classes sociais*, págs. 223 e segs. [na edição portuguesa, obra citada: II vol., págs. 30 e segs.]

No entanto, aquilo em que será preciso determo-nos neste momento é a crise da ideologia dominante, e um aspecto particular desta crise — a saber: que ela não afecta apenas, no caso dos fascismos, o impacto desta ideologia sobre as classes dominadas, mas afecta também a *relação da burguesia (e dos seus aliados) com a sua própria ideologia*. A crise ideológica estende-se, com efeito, ao próprio interior da aliança no poder: as classes e fracções dominantes parecem não poder continuar a «viver» do mesmo modo a sua relação com as suas condições de existência. Dito de outra forma: a ideologia dominante é atingida, além do mais, na sua função em relação às próprias classes dominantes.

Precisamente, um dos efeitos, e não dos menores, desta situação foi a ruptura do laço representantes-representados entre estas classes e fracções e os seus partidos políticos, e a falência organizacional destes partidos: um outro foi a característica e espectacular transferência dos «cães de guarda» do bloco no poder — da casta dos seus «funcionários da ideologia» credenciados — para a ideologia fascista e o seu ataque sistemático contra a ideologia burguesa tradicional. Esta conversão dos «funcionários da ideologia» burguesa, conjugada com a crise ideológica no próprio seio das classes dominantes, foi um dos factores importantes da passagem franca e definitiva da burguesia para o fascismo.

Pode mesmo dizer-se que esta crise ideológica, sob as formas que assume no próprio seio da classe dominante, está na origem de um elemento suplementar da crise política: a *ruptura entre os representantes políticos — partidos e pessoal político — da burguesia e os seus representantes ideológicos — os seus «funcionários da ideologia - cães de guarda»*. Estes últimos parecem adoptar e preconizar o fascismo de forma mais radical, directa e aberta que os primeiros, entrando muitas vezes, pelos seus ataques contra os «partidos» e os «políticos», em conflito agudo com eles. E não foi por acaso que o laço da burguesia com os seus «funcionários da ideologia» se revelou o mais forte.

VI. A OFENSIVA DO GRANDE CAPITAL E DO BLOCO NO PODER.

Um outro elemento, enfim, que diz respeito à conjuntura dos fascismos — e que é da maior importância: *contra a*

concepção dominante da Internacional Comunista, o processo de fascização corresponde a uma viragem decisiva na relação das forças em presença; corresponde, muito exactamente, a uma etapa e a uma estratégia ofensivas da burguesia e a uma etapa de defensiva da classe operária.

a) *Acerca da ofensiva e da defensiva.*

Convém, todavia, esclarecer prèviamente as noções de etapas ofensiva e defensiva, bem como a noção de estratégia ofensiva e defensiva. E, antes de mais: será legitimo recorrer, para analisar a situação concreta da relação de forças, a esta distinção entre ofensiva e defensiva?⁵

Notemos, em primeiro lugar, que tanto Lenine como Mao fundam as suas análises políticas e militares na *dissimetria irreductível da ofensiva e da defensiva*: todo o seu cálculo estratégico é fundado nesta diferença. Como o sublinha Mao: «A guerra civil na China, como qualquer outra guerra, nos tempos antigos ou no período moderno, na China ou nos outros países, só conhece duas formas fundamentais de combate: a ofensiva e a defensiva».⁶ A concepção de «guerra prolongada» de Mao não oblitera em nada esta diferença.

Essa diferença concerne, antes de mais, as etapas objectivas da luta, que dependem de toda uma série de factores objectivos da relação de forças. Neste sentido, e para todo o adversário no campo da luta de classes, pode determinar-se uma etapa de ofensiva e uma etapa de defensiva: entre estas duas etapas intercala-se a da *estabilização relativa* das forças em presença, que Lenine caracteriza como equilíbrio relativo de forças e Mao como etapa de «consolidação» da relação de forças.

O diagnóstico correcto e justo destas etapas é, precisamente, a base de uma estratégia justa por parte da classe

5. O que não tem nada de evidente, se se tomar como referência o que dizia o P. C. Italiano, em 1922, em pleno período «ultra-esquerda», contra os *Arditi del Popolo* vermelhos: «... eles demonstram, assim, o carácter pernicioso e derrotista de qualquer distinção entre defensiva e ofensiva.» Posição atacada por Lenine, que a designava, com a sua costumada ironia, por «filosofia da ofensiva».

6. *Escritos militares de Mao Tsé-toung*, Pékin, 1964, págs. 109 e seg.

operária e das massas populares e da sua direcção. A estratégia justa não cai do céu: não se decreta.

É, pois, sobre estas etapas — e é este o segundo aspecto da questão — que se articula a estratégia, em sentido rigoroso. Estratégia que tem as suas regras próprias e que é, aliás, ela própria fundada nesta distinção entre ofensiva e defensiva. Para Mao, trata-se, também aqui, de três momentos distintos: «defensiva estratégica», «consolidação estratégica», «contra-ofensiva estratégica», correspondentes às etapas da relação de forças.⁷ A estratégia diz como devem agir a classe operária e as massas populares, *segundo as etapas*, para atingirem a *vitória final* — «guerra prolongada». Ora, se a estratégia é fundada no diagnóstico das etapas, ela intervém igualmente como um dos elementos da própria etapa — a relação de forças: por exemplo, uma etapa defensiva da classe operária, que deve dar lugar a uma «defensiva estratégica», é, entre outras coisas, marcada pela *estratégia do adversário*, isto é, pela sua ofensiva estratégica.

A propósito do processo de fascização, estamos, portanto, face a um duplo problema:

- a) O do carácter real da etapa e do diagnóstico que dela fez a Internacional;
- b) O da estratégia que então foi aplicada.

b) *As etapas do processo.*

Temos que esperar, para atingir o fundo do problema, pelo capítulo sobre o fascismo e a classe operária: o carácter de uma etapa depende da *relação* de forças. Assinalemos contudo aqui que, deste ponto de vista, o fascismo não exprime, de forma alguma, como o pensava a Internacional Comunista, apenas a «fraqueza» da burguesia (nem o processo de fascização uma estratégia defensiva — contra-revolucionária «a quente» — da sua parte) e consequentemente,

7. «De la guerre prolongée», *ibidem*, págs. 240 e segs., [na edição portuguesa: *Sobre a guerra prolongada*, Edições do Povo, 1971: págs. 41 e segs.]

para a classe operária, uma etapa ofensiva. Muito pelo contrário, o esquema é, na sua *linha geral, antes e durante* o processo de fascização, o seguinte:

1. Derrota da classe operária e das massas populares na sua ofensiva, após uma grave e prolongada confrontação.

2. Etapa de estabilização relativa das forças em presença, estabilização marcada por «pontas» — já que esta estabilização não é uma acalmia, pois situa-se sempre num contexto de exacerbação das lutas de classe —, pontas que não chegam, no entanto, para modificar a relação, desigual mas congelada, das forças: em suma, *guerra de posições*. Mas livremo-nos de entender aqui por etapa de «estabilização» um «equilíbrio de igualdade» das forças em presença. A burguesia continua a manter a sua vantagem, persegue e divide o adversário, prepara-se para passar à ofensiva. E, se ela é fraca, é-o sobretudo no sentido em que não é ainda suficientemente forte para passar à ofensiva, não no sentido de se ter, durante este período, enfraquecido ainda mais. Durante este período, precisamente, a estratégia da classe operária não só não enfraqueceu a burguesia como, pelo contrário, lhe deu novas forças.

Esta etapa de estabilização relativa só parece ter sido correctamente diagnosticada pelo 3.º Congresso da Internacional Comunista (1921). Com efeito, o 4.º Congresso (1922-1923), vê-lo-emos dentro de um instante, com a sua palavra de ordem de «governos operários» — governos «burgueses» com a participação de comunistas —, *identifica* esta etapa de estabilização com uma etapa defensiva para o movimento operário e ofensiva para a burguesia, quando, na realidade, a etapa ofensiva para a burguesia e defensiva para a classe operária começa com os inícios do processo de fascização, *que se segue* ao período de estabilização.⁸

8. Estas caracterizações da etapa pela Internacional Comunista só se referem, daqui por diante, nos seus efeitos práticos e para o caso do fascismo, à Alemanha — já que o fascismo se instala no poder, em Itália, imediatamente antes do 4.º Congresso. Estas análises da etapa pelo 4.º Congresso concernem «praticamente» a Alemanha, a França, a Inglaterra, onde se está *ainda*, de facto, numa etapa de estabilização. Esta análise do 4.º Congresso só

Quanto ao 5.º Congresso (1924), também ele oblitera a etapa de estabilização, mas num sentido inverso, na medida em que diagnostica uma etapa ofensiva da classe operária.

Significativa a este respeito é, aliás, a posição de Trotsky:⁹ ao mesmo tempo que critica, de forma pertinente, as posições do 5.º Congresso da Internacional Comunista — que, diagnosticando uma etapa ofensiva do proletariado, escamoteavam a etapa de estabilização —, retoma por sua conta o erro do 4.º Congresso, identificando etapa de estabilização e etapa de defensiva do movimento operário. Quanto à caracterização do período que se lhe segue, marcado pelos inícios do processo de fascização, e para o qual, precisamente, este diagnóstico é exacto, Trotsky comete os mesmos erros que a Internacional Comunista: o encerramento do período de «estabilização-defensiva [refluxo] do movimento operário» significaria uma exacta inversão das coisas e, assim, uma ofensiva da classe operária. Também para Trotsky, que nisto se junta à Internacional Comunista, o fascismo «é uma resposta da burguesia no momento em que um perigo imediato ameaça as bases do seu regime [...] o fascismo é um estado de guerra civil contra o proletariado insurgido».

Esta *junção* de Trotsky e da Internacional Comunista deve-se, como já havíamos sugerido, ao seu comum economicismo.¹⁰ Esta concepção economicista manifesta-se, aqui, no facto de que, no tocante ao período que precede o início do processo de fascização, ambos obliteram a etapa de estabilização, ainda que daí tirem conclusões diferentes: «desin-

teria sido justa para a Itália... com a condição de ter sido feita uns meses mais cedo! De resto, o *desenvolvimento desigual* já não fazia grande sentido para a Internacional Comunista.

9. *L'Internationale Communiste après Lénine*, págs. 178-220.

10. É bem uma sugestão o que aqui se faz e não uma *demonstração*: o problema é demasiado importante para poder ser aqui objecto de uma análise aprofundada. Dizer, no entanto, que Trotsky partilhava, no fundo, o «economicismo» da Internacional Comunista não significa que não haja diferenças entre eles. Porque, se o processo da Internacional Comunista se caracteriza, simultaneamente, pelo economicismo e pelo abandono progressivo do internacionalismo proletário, Trotsky, por seu lado, manteve-se firme no terreno do internacionalismo. Em compensação, contudo, não é por acaso que este internacionalismo de Trotsky se exprimiu sob a forma da «revolução permanente» (coisa completamente diferente da «revolução ininterrupta»).

tegração económica = ofensiva do proletariado» para o 5.º Congresso da Internacional Comunista, «estabilização económica = defensiva do proletariado» para Trotsky, na peugada do 4.º Congresso — onde despona já o economicismo. O que parece tê-los posto, a ambos, de acordo sobre o mesmo erro foi a «crise económica (de 1929) = ofensiva do proletariado». ¹¹

3. *Início do processo de fascização, correspondente à passagem da burguesia à ofensiva*: período caracterizado por uma acuidade nova da luta de classes, acuidade devida a esta estratégia ofensiva mas que deu à Internacional Comunista, particularmente após o seu 6.º Congresso, a ilusão de uma reprodução das condições de um período revolucionário.

Assiste-se, enfim, com a instauração do fascismo, não a uma confissão de fraqueza da burguesia, mas a uma consagração, e por muito tempo, da sua força.

O que se passou pois, efectivamente, no caso do processo de fascização, foi a correspondência entre uma crise política da burguesia e uma estratégia ofensiva. O que, bem entendido, quer dizer que as coisas não corriam pelo melhor para as classes dominantes. Mas designar esta crise política por «fraqueza» da burguesia é caracterizar a sua relação de forças com a classe operária e é precisamente aqui que o sentido

11. Uma observação conexas sobre Trotsky: tudo se passa como se a própria noção de *revolução permanente*, aposta ao catastrofismo economicista de Trotsky (ver a tese da paragem do desenvolvimento das forças produtivas com o imperialismo, tese que ele sempre defendeu), não lhe permitisse reconhecer a existência de etapas, no sentido rigoroso do termo, na luta de classes. Revolução permanente parece significar, para Trotsky, *iminência sempre presente da revolução* — o que dá resultados assaz paradoxais: caracterizar uma etapa como *defensiva* não impede Trotsky de, *ao mesmo tempo*, constantemente esperar o ressurgimento, quase metafísico, de uma situação revolucionária ofensiva, *a qual quer instante*, no interior dessa etapa. A caracterização, por Trotsky, da «era da revolução» como a da «revolução permanente» parece abolir para ele o tempo, no sentido de que não pode fundar uma *periodização*. Para dar só um exemplo: depois de 1930, acontece muitas vezes que Trotsky fale, em relação à Alemanha, de etapa defensiva e de refluxo, o que de forma alguma o impede, na sua previsão do fascismo, de o considerar como uma resposta à ofensiva da classe operária — situação revolucionária.

atribuído pela Internacional Comunista a esta designação se revela errado (fraqueza da burguesia = força + ofensiva do proletariado).

Ora, é preciso esperar pelo 7.º Congresso da Internacional Comunista para que Dimitrov ouse sugerir, em termos velados, que o processo de fascização corresponde a uma etapa defensiva da classe operária. Isto é visível na crítica feita por Dimitrov à concepção dos «governos operários» do 4.º Congresso da Internacional, na medida em que retoma por sua conta esta palavra de ordem, recomendando, precisamente, a participação dos comunistas em tais governos. Mas, diz Dimitrov, o que o 4.º Congresso não fez foi assinalar que estes governos «estão clara e firmemente ligados à existência de uma crise política»: eles não deveriam ser mais do que «governos de luta contra o fascismo e a reacção». ¹² O que aqui se percebe nas entrelinhas, mas que Dimitrov cuidadosamente evita dizer de modo explícito, é, precisamente, a concepção de um processo de fascização em correspondência com uma etapa defensiva do movimento operário.

Notemos, de passagem, que Dimitrov tem razão em criticar o 4.º Congresso, mas que o erro deste Congresso não está onde ele o situa. A palavra de ordem de «governos operários» foi admitida pelo 4.º Congresso por causa da sua concepção da «estabilização». Esta denota já uma redução da luta de classes ao económico e implica assim, de facto, a adequação «estabilização económica = defensiva da classe operária», exactamente como, em sentido inverso, para o 6.º Congresso: «fim da estabilização = crise económica catastrófica = ofensiva da classe operária». É isto que explica a palavra de ordem «governos operários» do 4.º Congresso, enquanto Lenine, no 3.º Congresso, *de forma alguma identificara estabilização e defensiva da classe operária*. Lenine referia-se à luta de classes — empregando, aliás, unicamente a expressão «equilíbrio relativo das forças em presença» — e lançava a palavra de ordem «para as massas», que difere grandemente da de «governos operários».

Não foi assim, como o diz Dimitrov, ao não associar uma etapa defensiva aos governos operários que o 4.º Con-

12. *Oeuvres choisies*, págs. 99-103.

gresso se enganou; ele enganou-se, sim, na sua compreensão do carácter real da etapa, interpretando como etapa defensiva esta etapa de estabilização da luta de classes.¹³

VII. OS PARTIDOS FASCISTAS, O FASCISMO E AS CLASSES E FRACÇÕES DOMINANTES. DOMINAÇÃO, HEGEMONIA E CLASSE REINANTE: A AUTONOMIA RELATIVA DO FASCISMO.

A última questão importante, finalmente, diz respeito às relações das classes e fracções de classe dominantes com o fascismo — com o partido fascista, em primeiro lugar, com o Estado fascista, em seguida.

As três concepções principais, relativas a esta questão, parecem-me igualmente erradas:

a) *A concepção progressivamente dominante na Internacional Comunista*: ao contrário do Estado «democrático-parlamentar», no quadro do qual outras classes e fracções dominantes teriam um papel político decisivo, o Estado fascista corresponderia a um domínio total do Estado por uma única fracção, a do grande capital monopolista. O Estado capitalista teria, assim, atingido aqui um estágio de subordinação total aos interesses estritos desta fracção, sendo o Estado fascista o seu «agente» puro e simples, no sentido pleno, um «utensílio» manipulável à sua vontade, *com exclusão das outras classes e fracções dominantes*. É mais que evidente que, neste caso, não pode ser reconhecida ao Estado fascista nenhuma *autonomia relativa* face ao bloco no poder e à sua fracção hegemónica.

Ilusão tenaz no seio da 3.^a Internacional, que remonta a toda uma concepção «instrumentalista» do Estado, estre-

13. Esta identificação «estabilização económica = defensiva da classe operária» não aparece nas resoluções do 4.^o Congresso. Mas é muito nítida no relatório de Radek a este mesmo Congresso, sobre *A ofensiva do capital*: «A caracterização da nossa época consiste no facto de que [...] as largas massas do proletariado [...] estão encurraladas na defensiva.» (*Protokoll des vierten Kongresses der kom. Internationale*, obra citada, págs. 296 e segs.) Lenine, prostrado pela doença, surge em público neste congresso pela penúltima vez e limita-se a um breve relatório sobre a N.E.P. na U.R.S.S.

tamente ligada ao economicismo — e que, aliás, como se sabe, comanda, *tal qual*, as análises actuais dos partidos comunistas a respeito do Estado no estágio do «capitalismo monopolista de Estado». Sob este aspecto, as análises respeitantes ao Estado fascista e ao Estado actual são *rigorosamente idênticas*. Esta concepção domina na Internacional Comunista, de forma decisiva, com Dimitrov e o 7.^o Congresso.

O que será preciso notar, por agora, é que esta concepção é muitas vezes acompanhada, de forma aparentemente contraditória, pela das «contradições internas» do fascismo. Se frequentemente se acentua o facto de que o fascismo representa interesses contraditórios *de diversas classes*, tudo se passa, não obstante, como se essas contradições desaparecessem miraculosamente ao nível institucional do partido e do Estado fascistas.

Esta concepção da relação entre o Estado fascista e o grande capital, após a instauração do fascismo, comanda a principal posição errada — a que iremos reter — a respeito das relações entre o grande capital e o partido fascista, ao longo de todo o processo de fascização. O partido fascista é sobretudo considerado como o «agente pago» ao serviço do grande capital. O partido fascista, «instrumento militar de combate do grande capital», é muitas vezes assimilado a um «bando de guardas brancos», a uma simples «milícia armada» a soldo do grande capital, instrumento por ele manipulável à sua vontade.¹⁴

Assim, por um lado, a questão principal, a que mais retém a atenção, é a dos financiadores das organizações fascistas — quando a relação organizacional entre o partido fascista e a burguesia é muito mais complexa. Por outro lado, o aspecto militar não só é considerado o aspecto principal do processo de fascização, ao longo de todo esse processo, como aparece mesmo cortado do aspecto político. Isto quando, na realidade, o aspecto militar é constantemente determinado pelo aspecto político do processo e quando — traço específico do processo de fascização — o aspecto

14. Ver a definição do 5.^o Congresso: «O fascismo é uma das formas clássicas da contra-revolução na época da decadência da sociedade capitalista, na época da revolução proletária. [...] O fascismo é o instrumento militar de combate do grande capital.» (in *Imprekorr*, ed. alemã, n.^o 119, Setembro de 1924).

político detém, salvo durante a última etapa, o papel dominante. A este respeito, continua a ser justa a advertência da Clara Zetkin ao comité executivo da Internacional Comunista, de 23 de Junho de 1923: «O erro do partido comunista italiano consistiu, principalmente, no facto de considerar o fascismo apenas como um movimento militar-terrorista e não como um movimento de massas, com profundas bases sociais. Deve sublinhar-se explicitamente o facto de que, antes de ter ganho militarmente, o fascismo atingira já a vitória, ideológica e política, sobre a classe operária...»¹⁵

b) *A série de concepções que decalcam o fascismo sobre o esquema do bonapartismo, isto é: sobre o esquema de uma relação de «equilíbrio de igualdade» entre as duas principais forças em presença: concepção sobretudo tematizada por Thalheimer, mas também persistente em numerosos teóricos marxistas do fascismo. Ela levará a atribuir ao Estado fascista um modo e uma extensão de autonomia relativa que ele, de facto, não possui, e, no limite, a não poder estabelecer correctamente as relações entre o fascismo e o grande capital. Chegar-se-á mesmo a falar, por exemplo, de uma distorção entre dominação económica, detida pelo grande capital, e dominação política, monopolizada pelo Estado fascista, totalmente «independente» — isto graças a uma interpretação viciada das célebres frases de Marx, no 18 de Brumário, sobre a «oposição entre o Estado e a Sociedade» e a «independência do Estado em relação à sociedade civil».*¹⁶ Esta autonomia relativa do Estado significaria mesmo, no limite, uma ruptura do laço entre o Estado e a fracção hegemónica: donde as descrições, totalmente falsas, de um fascismo que,

15. Ver, igualmente, Radek: «O fascismo não representa uma simples clique de oficiais, mas um vasto, ainda que contraditório, movimento de massas.» (*Rote Fahne*, 16 de Agosto de 1923). De assinalar também as análises, desta época, de Gramsci e de Togliatti — nitidamente demarcadas das análises oficiais do P. C. Italiano e de Bordiga (mais à frente, II vol., pág. 17).

16. Ver, a este respeito, as justas críticas de Togliatti à concepção de Thalheimer, numa série de conferências de 1935, *Lezioni sul fascismo*, ed. 1970, págs. 6 e segs., e no artigo, já assinalado, de Griepenburg e Tjaden, «Faschismus und Bonapartismus. Zur Kritik der Faschismus-theorie A. Thalheimer», *Das Argument*, Dezembro de 1966.

a longo prazo e explicitamente, através da economia de guerra, agiria contra os interesses do grande capital e em declarada oposição a ele.¹⁷

c) *A concepção, bastante corrente nos círculos da social-democracia e contra a qual justamente se ergueu a Internacional, do fascismo como «ditadura política da pequena burguesia».* Existe, de facto, entre o fascismo e a pequena burguesia, um laço muito estreito e complexo, que a Internacional subestimou. Mas a concepção em causa, ao querer estabelecer a autonomia relativa do Estado fascista, crê dever fazê-lo, a exemplo da concepção anterior, a partir de uma distorção entre dominação económica e dominação política: com a diferença de que já não se trata aqui de um Estado de algum modo independente face às duas forças em equilíbrio, mas de um Estado que exprime a dominação política da pequena burguesia — a «terceira força» — face a uma dominação económica do grande capital.¹⁸

Assim, avançaremos aqui a posição que nos parece justa a este respeito. Ao longo de todo o processo de fascização, e após a conquista do poder, o fascismo — partido fascista, Estado fascista — detém uma autonomia relativa caracteris-

17. Tal é, por exemplo, a conclusão de Tim Mason (que se funda na concepção de Thalheimer) no seu artigo: «Der Primat der Politik — Politik und Wirtschaft im National-sozialismus», *Das Argument*, Dezembro de 1966, págs. 473 e segs. Esta concepção aproxima-se, assim, pela sua falsa interpretação das análises de Marx, da concepção «elitista», muito corrente, de uma pretensa distinção radical, sob o regime fascista, dos «três domínios» do poder: a economia, onde dominam os «magnates industriais», a política e o Estado, onde dominam o partido e a burocracia fascistas, o exército, onde dominam as esferas superiores da Wehrmacht: ver, para só citar um exemplo, A. Schweitzer, *Big Business in the Third Reich*, 1964, págs. 227 e segs. Esta concepção da «autonomia do político» sob o nacional-socialismo é, enfim, igualmente partilhada por Fr. Neumann, *Demokratischer und Autoritärer Staat*, 1967, págs. 93 e segs.

18. Quanto a esta posição social-democrata da pequena burguesia como «terceira força», ver, entre outros, G. D. H. Cole, *History of socialist thought*, t. V, *Socialism and Fascism*, págs. 5 e segs.

tica em relação, simultaneamente, ao bloco no poder e à fracção do grande capital monopolista cuja hegemonia estabelece. Esta autonomia relativa provém de duas séries de factores:

a) das contradições internas das classes e fracções da aliança no poder, isto é, da sua crise política interna: autonomia relativa necessária para reorganizar este bloco e estabelecer no seu seio a hegemonia da fracção do grande capital monopolista;

b) das contradições entre as classes e fracções dominantes e as classes dominadas, isto é: da crise política do conjunto da formação social e da complexa relação entre o fascismo e as classes dominadas. Esta relação fará precisamente do fascismo o mediador indispensável de uma reestabilização da dominação política e da hegemonia.

Esta autonomia relativa não é, no entanto, do mesmo tipo, nem tem a mesma extensão, que a de um Estado no quadro de um equilíbrio de forças das duas principais forças sociais. Não é que, neste último caso, o Estado se torne um mediador neutro na luta de classes: ele não deixa nunca de ser o organizador da dominação política. Mas, nesse caso, possui uma margem de manobra, imposta pela conjuntura, que o Estado fascista, situado no quadro de uma crise política diferente, nunca teve realmente. Em resumo: se é verdade que o Estado fascista detém uma autonomia relativa característica, que o distingue, a despeito das aparências, das formas «normais» do Estado capitalista, não se pode considerá-lo como um caso particular da autonomia relativa própria das formas bonapartistas de Estado.¹⁹

19. Assinalo assim o erro de R. Miliband a este respeito, contínuando sempre a reservar-lhe um lugar à parte na medida em que ele parece consciente dos perigos desta concepção, já indicados: «E nesta perspectiva que deve ser compreendida a noção da independência do Estado em relação a todas as forças da sociedade civil, à qual Marx e Engels se referem ocasionalmente como sendo possível em «circunstâncias excepcionais» — o 18 de Brumário, etc. — e da qual se pode dizer que o fascismo constitui, no contexto do capitalismo avançado, o exemplo mais conseguido. Neste contexto, contudo, o conceito é ambíguo, na medida em que sugere uma certa *neutralidade* do Estado que a experiência desmente...» (*The State in capitalist Society*, 1969, págs. 93 e segs.).

Limitar-nos-emos, por agora, ao exame da primeira série de factores desta autonomia relativa, indicando as suas etapas, que recortam as do processo de fascização:

a) *Dos inícios do processo ao ponto de irreversibilidade.* O partido fascista, que antes só existia sob a forma embrionária dos bandos armados, apoiado por fracções dominantes durante a etapa ofensiva do proletariado mas por elas abandonado durante a fase de estabilização, assume progressivamente o carácter de um partido de massa. Os círculos do grande capital apoiam-no de foma declarada, mas ele está longe de constituir o partido que «represente» essa fracção e, por maioria de razão, o conjunto da aliança no poder.

No ponto de irreversibilidade, o partido fascista, dando-lhe garantias seguras, ganha o apoio da fracção do grande capital. Procura consolidar as suas relações com certas classes e fracções no poder e neutralizar as reticências das outras. Resumindo: o partido fascista estabelece a sua ligação de organização partidária com uma aliança no poder que passou à ofensiva e se encontra privada de organizações políticas representativas próprias (o que distingue o fascismo do bonapartismo, que, geralmente, não se constitui em partido, no sentido rigoroso do termo). A sua ligação política com as massas populares, no entanto, mantém-se muito forte.

b) *Periodo que vai do ponto de irreversibilidade até ao estabelecimento do fascismo no poder.* Remate do periodo anterior, pela neutralização conseguida das contradições entre a fracção do grande capital monopolista e as outras classes e fracções dominantes, através de compromissos do fascismo em relação a estas. Mas, ao mesmo tempo, uma espécie de guinada em direcção às massas populares — inquietas com as relações, cada vez mais declaradas, do partido fascista com o bloco no poder. Periodo marcado pelo estabelecimento de uma aliança efectiva entre a fracção monopolista e a pequena burguesia, aliança já anteriormente esboçada e realizada agora por intermédio do partido fascista: marcada, no entanto, pela ambiguidade e portadora de germes explosivos.

c) *Primeiro periodo do fascismo no poder.* Hora da verdade — mas de uma verdade ainda muito relativa. A política

do fascismo para o estabelecimento da hegemonia do grande capital monopolista consolida-se, mas dissimuladamente, face às outras classes e fracções no poder. O fascismo vê-se obrigado, paralelamente, e contra a vontade do bloco no poder, a certas concessões às massas populares — o que não impede, antes pelo contrário, a eliminação da sua vanguarda e das suas organizações.

Por outro lado, as coisas mudam na *cena política*. Através do partido fascista (ainda fortemente marcado pelas suas origens de classe) e pela reorganização do sistema estatal e dos seus aparelhos, a pequena burguesia torna-se, durante este período, e sem nunca se transformar numa classe politicamente dominante, a *classe reinante* e começa por se tornar a *classe-detentora* do Estado.²⁰

Situação explosiva, que termina com uma depuração maciça da «ala esquerdizante» do próprio partido fascista e com o fim da *era dos compromissos* (política de compromisso que, em contrapartida, caracteriza o conjunto do bonapartismo).

d) *Período de estabilização do fascismo*. A fracção do grande capital monopolista estabelece a sua hegemonia e acede, igualmente, ao estatuto de *classe reinante* (identificação esta, da *fracção hegemónica* com a *fracção reinante*, que igualmente distingue o fascismo do bonapartismo), desalojando a pequena burguesia. Esta continua, contudo, a ser a classe-detentora do Estado: este processo reforça-se mesmo, através de toda uma reorganização do pessoal político, em sentido lato.

A era dos compromissos, enquanto período *característico*, fez o seu tempo. Mas o fascismo «estabilizado» vê-se muitas vezes obrigado a impor ao bloco no poder certas concessões às massas populares (que foram subestimadas pela Internacional Comunista), a fim de que os seus laços com elas não sejam nunca inteiramente rompidos. Paralelamente, o estabelecimento da hegemonia do grande capital reaviva as contradições no seio da aliança no poder. O fascismo vê-se obrigado a tergiversar face a ela, marcando, por vezes, as suas distâncias em relação à fracção hegemónica. Se o

20. Sobre estas distinções, ver *Poder político e classes sociais*, págs. 261 e segs., 266 e segs. [na edição portuguesa, obra citada: II vol., págs. 71 e segs., 76 e segs.].

fascismo aplica em última análise, e maciçamente, uma política conforme aos interesses a *longo prazo* desta fracção, não é um agente às suas ordens.

Enfim, tendo a situação na cena política — a pequena burguesia como classe-detentora — e ideológica — a ideologia fascista — vindo juntar aos factores precedentes os seus próprios efeitos, a política conduzida pelo fascismo acaba por indispor o grande capital.

2. A ALEMANHA

I. O PROCESSO E AS CONTRADIÇÕES ECONOMICAS.

As proposições atrás expostas verificam-se no que concerne o processo de fascização e o estabelecimento do fascismo na Alemanha. Elas permitem-nos, do ponto de vista das classes e fracções dominantes, localizar os seus inícios e marcar as suas etapas. Estes inícios (contra uma opinião geralmente admitida que os situa — atendo-se somente aos acontecimentos da cena política — no último período do governo Brüning) parecem-me dever situar-se antes mesmo do último governo social-democrata (1928), mais exactamente: por volta do ano de 1927. O que parece ter sido atingido, de forma decisiva, com o fim de Brüning é o ponto de irreversibilidade.

É durante este período, efectivamente, que o processo de estabelecimento da dominância do capitalismo monopolista na formação social alemã é marcado por uma aceleração característica. A concentração (após ter marcado passo, e mesmo recuado, com a crise inflacionista de 1923) torna a arrancar de forma bem mais radical do que anteriormente: o número de cartéis passa de 1500, em 1923-1924, para 2500, em 1925, e 2100, em 1930.¹ No que se refere às sociedades anónimas, no fim deste período, 10% dentre elas — mas as mais importantes, pois o seu capital representa 65% do capital-acções total — fazem parte de *Konzern*. A partir de 1926,

o enorme trust *I. G. Farben* estabelece o seu poderio e, em 1926-1927, são criadas as *Vereinigte Stahlwerke*, que reagrupam os quatro maiores produtores alemães de aço. Em Setembro de 1929, após a fusão da *Deutsche Bank* com a *Disconto Gesellschaft*, três grandes bancos passam a controlar todas as operações financeiras importantes.

Este processo, nas circunstâncias concretas da formação social alemã, é acompanhado por um agravamento das contradições económicas internas das classes e fracções no poder. Contradições características da transição para o capitalismo monopolista, que entravam relativamente este processo até ao estabelecimento do fascismo no poder e que, mas sob uma forma diferente, persistiram durante o período do fascismo estabelecido. Estas contradições *agravam-se* durante o período que vai dos inícios até ao ponto de irreversibilidade do processo de fascização, *exacerbam-se* do ponto de irreversibilidade até ao estabelecimento do fascismo no poder e são, em seguida, *neutralizadas*.

Em primeiro lugar, a contradição entre a *burguesia* e a *grande propriedade agrária*, que era, na Alemanha, de uma importância capital e que apresentava ainda muitas características feudais. Verifica-se, de facto, a continuação da aliança entre o grande capital monopolista e a grande propriedade agrária, aliança nunca desmentida ao longo de todo o processo de fascização e durante o fascismo. Esta aliança não nos deve mascarar, contudo, a contradição económica que ela encobre. A grande propriedade agrária, que iniciara já a viragem para uma capitalização da renda fundiária, continuou, como o assinala K. Kautsky², relativamente à margem do capital industrial e financeiro. Ela sofre, assim, do mesmo atraso global do sector agrícola em relação ao sector industrial. A quota-parte da agricultura no conjunto da produção alemã não pára de baixar e os Junkers vêem o seu peso económico diminuir progressivamente: entre 1924 e 1929, a parte da agricultura na produção total da Alemanha baixou de 22,7% para 20,9%. A baixa característica dos preços dos produtos agrícolas — que originou a chamada «tesoura dos

1. G. Badia, *Histoire de l'Allemagne contemporaine*, 1962, T. I., pág. 240.

2. Kautsky, *A Questão Agrária*, reimpressão Maspero, 1970, págs. 59, 67, 129 e segs. [na edição portuguesa, Portucalense, 1972: I vol., págs. 66, 72, 121 e segs.].

preços dos produtos agrícolas e industriais», tesoura que abriu consideravelmente durante o período de 1924-1929 — toca, igualmente, os grandes agrários:³ baixa relativa dos preços agrícolas que convinha ao grande capital monopolista, receoso de toda e qualquer alta dos preços na agricultura por causa das repercussões sobre os seus próprios preços de custo, nomeadamente sobre os salários.

Outro facto importante: as medidas governamentais respeitantes à renda (ou seja, a uma das formas de repartição do lucro total) anteriores a este período são então reforçadas. É que a introdução maciça do capitalismo na agricultura tem por efeito, entre outros, a *baixa* da renda fundiária absoluta, aumentando correlativamente a parte da mais-valia total açambarcada pelo capital. Trata-se da *fixação* dos preços dos alugueres urbanos e dos arrendamentos. Como, justamente, o assinala Bettelheim:⁴ «Esta regulamentação tem a sua origem nos problemas "sociais", mas a sua raiz profunda é o conflito que opõe propriedade agrária e capital industrial. Ela marca uma vitória do capital industrial sobre a propriedade agrária. O que significa que a legislação sobre os alugueres tem como efeito provocar uma transferência do lucro em benefício do capital industrial e em detrimento da propriedade agrária.»

Enfim, e precisamente durante este período, a grande propriedade agrária dá um passo decisivo para a mecanização; o que a vai endividar, progressivamente, junto dos grandes bancos. Pela concentração nos ramos de produção de máquinas agrícolas e de adubos químicos, o grande capital impõe os seus preços de monopólio. As indústrias de transformação, criadas até então «no local» e controladas pela grande propriedade agrária, passam para o controlo do capital financeiro, ao mesmo tempo que assumem uma importância cada vez maior no tratamento do produto agrícola bruto. Pela criação de grandes empresas de consumo — grandes arma-

3. C. Bettelheim, obra citada, pág. 6; G. Badia, obra citada, pág. 49; D. Guérin, obra citada, pág. 273. Para o que segue, igualmente: A. Schweitzer, obra citada; T. Mason, obra citada; S. J. Woolf, «Did a fascist economic system exist?», in *The Nature of Fascism*, Woolf ed., 1969.

4. Obra citada, pág. 194.

zéns, etc. —, uma parte crescente dos lucros é transferida da grande propriedade agrária para o grande capital comercial.

Ora, se insistimos nas «novas» contradições entre a grande propriedade agrária e o grande capital monopolista, é preciso não perdermos de vista a persistência das contradições «tradicionais», entre a grande propriedade agrária e o *médio capital* industrial e comercial. São precisamente elas que se exacerbam durante o período do processo de fascização — do ponto de irreversibilidade até à instalação do fascismo no poder.

O *médio capital* tenta mesmo, durante este período — e em virtude das suas próprias contradições com o grande capital — uma aproximação com o campesinato rico e médio, de algum modo à custa da grande propriedade agrária. Bruening, representante do *médio capital*, estabelece um plano de «colonização» de alguns grandes domínios totalmente hipotecados, cuja exploração é absolutamente deficitária, e põe de pé um projecto de reforma e de ajuda à média propriedade rural na Alemanha oriental. O *Zentrum* católico (o partido de Bruening) é apoiado pelo campesinato rico e, sobretudo, médio, do Sudoeste e do Centro-Oeste. O próprio Schleicher recusa à nobreza agrária os contingentes de importações que ela reclama. O que provocará enormes gritos de indignação contra o *Agrarbolchevismus!*

A resistência dos grandes agrários manifesta-se ao longo de todo o processo de fascização. Ela tem o exército como principal ponto de apoio e cristaliza-se, durante o segundo período do processo de fascização, em torno do presidente Hindenburg e do «topo» do executivo. É esta resistência, precisamente, que será neutralizada pelo acesso e pela consolidação no poder do nacional-socialismo.

Com efeito, toda a política económica do nacional-socialismo visa, neste domínio, *cimentar a aliança do grande capital monopolista e da grande propriedade agrária, mas com franca vantagem do primeiro, e em detrimento das massas populares do campo*. Se, através de toda uma série de medidas, a grande propriedade agrária aumenta maciçamente a sua exploração do médio e pequeno campesinato, isso não a impede de, paralelamente, estar desfavorecida em relação ao grande capital. A política nacional-socialista de fixação dos preços

agricolas, se favorece os preços dos cereais da grande cultura em detrimento dos preços da criação de gado e da pequena cultura, aumenta, paralelamente, o distanciamento entre os preços agrícolas, no seu conjunto, e os preços industriais. A política de fixação dos alugueres segue o mesmo curso.

Progressivamente, no último período da sua estabilização, o nacional-socialismo aplica uma política que favorece sistematicamente, e cada vez mais, o domínio do grande capital sobre o conjunto do sector agrícola. Se é verdade que a participação da grande propriedade agrária nas indústrias de transformação e no circuito de circulação se mantém, nem por isso esta política deixa de ser sobretudo proveitosa para o grande capital, produtor de adubos químicos (*I.G.Farben*) e de máquinas agrícolas. A política nacional-socialista no domínio das exportações tende, progressivamente, a favorecer os produtos industriais em detrimento dos produtos agrícolas. Toda esta política foi, enfim, definitivamente firmada com a economia de guerra, que visava a auto-suficiência da produção alemã.



Mas as contradições económicas internas da aliança no poder manifestam-se, principalmente, no que respeita às próprias *fracções da burguesia*. Trata-se, em primeiro lugar, das contradições entre o *grande capital monopolista* e o *médio capital*. Estas contradições concernem, simultaneamente, a resistência do médio capital à sua absorção pelo grande e a sua oposição a um processo económico no qual o grande capital chama a si uma parte cada vez maior do lucro total.

Estas contradições agravam-se durante o primeiro período do processo de fascização, quando se acelera a concentração do capital de acordo com as condições concretas da formação social alemã: imposição, ao médio capital, do preço das matérias-primas e dos meios de produção de que tem necessidade — preços fixados pelos grandes monopólios, cartéis e *Konzern*; tendências inflacionistas, que favorecem nitidamente o grande capital; endividamento progressivo do médio capital junto dos grandes bancos, a fim de manter o ritmo de inovação tecnológica e de produtividade do trabalho imposto pelos grandes monopólios, etc.

As contradições revelam-se ainda mais claramente se tivermos em conta que a distinção entre grande e médio capital recobre ainda nesta época — mas só parcialmente — ramos de indústria diferentes: a indústria pesada, por um lado, a indústria de bens de consumo ou de produtos acabados, a *Fertigindustrie*, por outro.

Uma observação aqui: foi um mérito de Daniel Guérin o ter sublinhado esta distinção (distinção que, aliás, tinha já sido estabelecida por alguns autores dentro da Internacional Comunista).⁵ No entanto, Guérin atribui-lhe um valor absoluto, passando para segundo plano a única distinção fundamental — a que existe entre grande capital monopolista e médio capital. Com efeito, o grande capital monopolista expande-se tanto no domínio da *Fertigindustrie* como o médio capital no da indústria pesada. Se a distinção entre indústria pesada e indústria ligeira continua a ser pertinente neste processo de transição, ela só o é na medida — parcial — em que recorta aquela que existe entre grande e médio capital. É com referência a esta última, que concerne *fracções do capital*, que se podem explicar os conflitos que marcam o processo de fascização: se nos limitarmos unicamente à distinção por *ramos de indústria*, as razões profundas destes conflitos permanecem ocultas.

De qualquer modo, o médio capital investido na indústria ligeira ergue-se, cada vez mais, contra os grandes monopólios, que o fazem pagar a preços cartelizados os instrumentos de produção e as matérias-primas; a inflação e a retracção do mercado interno afectam, principalmente, os bens de consumo; a protecção aduaneira, imposta pelos grandes monopólios industriais, lesa os interesses da indústria ligeira, orientada sobretudo para as exportações.

Tudo isto faz com que o médio capital esteja virado, ao longo de todo o processo de fascização, *para uma política de compromisso com a classe operária*, a fim de poder contrariar os designios do grande capital monopolista. É o plano de colaboração capital-trabalho, anteriormente iniciado pelo último governo social-democrata de Mueller e, se bem que consideravelmente reduzido, prosseguido por Bruening e

5. Nomeadamente, por O. Desenis: «Der Faschismus und die Widersprüche im Lager der deutschen Bourgeoisie», in *Unter dem Banner des Marxismus*, 1933, págs. 166 e segs.

Schleicher, o «general social». Esta política provoca a oposição, cada vez maior, do grande capital, porque, entretanto, com a crise de 1929, as contradições entre grande e médio capital entram, efectivamente, numa fase de exacerbação. Se a crise de 1929 afecta também o médio capital, ela afecta sobretudo, pelo seu aspecto financeiro, os grandes bancos e o grande capital industrial, cuja composição orgânica apresenta uma maior proporção de capital constante investido e «congelado» pela baixa da produção. O grande capital financeiro procura monopolizar a ajuda financeira do Estado, que, por meio de créditos, socializa as suas perdas. O plano de austeridade orçamental e as medidas fiscais adoptadas lesam, em virtude da retracção do mercado, os interesses do médio capital, que não pode dispor de preços de cartel.

Esta política de compromisso—de «colaboração de classe»—do médio capital em relação à classe operária, que é perfeitamente demarcada da do grande capital e que encontraremos, igualmente, no caso italiano, é absolutamente notável. Com efeito, o que geralmente se verifica, depois da Segunda Guerra Mundial, é que esta política é bem mais a do grande capital do que a do médio: por razões «económicas» — composição orgânica do capital mais elevada, superlucros, possibilidades de intensificação do trabalho, etc. —, o grande capital, em regra, resiste menos aos compromissos com a classe operária do que o capital médio. Ora, antes de mais, é preciso acentuar a situação económica extremamente difícil do grande capital na época. Mas as razões desta atitude diferente do grande e do médio capital em relação à classe operária são, nesta altura, *essencialmente políticas*: dado o carácter do período e as formas que nele assume a contradição entre grande e médio capital, o médio capital tenta desesperadamente encontrar um apoio na classe operária — a fim de contrariar, desta forma, a sua própria sujeição ao grande capital.⁶

6. Esta diferença de política entre grande e médio capital diz, pois, particularmente respeito aos casos precisos dos processos de fascização na Alemanha e em Itália.

As contradições manifestam-se, enfim, também no seio do que foi designado por *grande capital*. É preciso não perder de vista que se trata aqui, precisamente, de uma transição para a constituição do grande capital financeiro. Com efeito, ao falar-se de «fusão» entre capital comercial bancário e capital industrial monopolista, tem-se muitas vezes demasiada tendência para menosprezar as suas contradições durante o processo de transição.

Esta transição não se faz de qualquer maneira: a fusão, em vias de realização, do capital bancário e do capital industrial monopolista, que constitui o grande capital financeiro, *faz-se, na Alemanha, em proveito do capital bancário e por meio da dominação da banca sobre a indústria*: embora os grandes complexos industriais tentem, durante a primeira etapa do processo de fascização, criar os seus próprios bancos, estes, na realidade, só podem manter-se graças ao apoio dos grandes bancos, que desta forma os subordinam. Daqui resulta uma forte resistência do capital industrial monopolista, resistência que aumenta após a crise de 1929, na medida em que é principalmente para os grandes bancos que vai o auxílio do Estado. Para mais, manifestam-se certas contradições entre o grande capital investido na esfera da produção e o grande capital investido na esfera da circulação: acontece que os grandes armazéns são concorrentes em vias de crescimento — por integração feita a partir de cima — dos *Konzern* industriais.

Ora, a crise económica de 1929 — que age, de forma específica, na exacerbação das contradições no seio do bloco no poder — começa a esbater-se por volta de 1932.⁷

No entanto, o aspecto exacerbado destas contradições mantém-se ao longo de toda a segunda etapa do processo de fascização. É que a crise teve como efeito prolongado a concentração e a fusão aceleradas do capital. Esta crise inscreve-se, assim, no processo da dominação do capitalismo monopolista, amplificando as suas contradições — processo

7. Segundo as estatísticas, com efeito, é durante o ano de 1932 que a Alemanha atinge o ponto mais baixo e que a recuperação começa. Primeiro sinal: a estabilização do marco, que reconquista quase completamente a sua paridade-ouro. Badia sublinha assim, com razão, que «os sinais de recuperação se afirmavam» (obra citada, pág. 317).

que retoma rapidamente o primeiro lugar, antes mesmo da subida ao poder do nacional-socialismo, enquanto factor das contradições internas do bloco no poder.⁸

Com a subida do nacional-socialismo ao poder e com a sua estabilização, estas contradições são neutralizadas — particularmente as existentes entre o grande e o médio capital. Esta neutralização resultou, no entanto, de uma *política económica favorável ao grande capital monopolista, e mesmo ao capital financeiro, em resumo: favorável ao estabelecimento da dominância, na formação social alemã, do capitalismo monopolista*. Cartelização forçada, estabilização dos preços, regresso das empresas e bancos nacionalizados ao sector privado, política em relação aos salários, política fiscal e orçamental, obras públicas e encomendas do Estado, economia de guerra, sobretudo — tudo concorreu para este resultado. Mais particularmente, esta política fez-se, através do pronunciado papel «intervencionista» do Estado, em proveito da dominação, no processo de fusão, do *capital bancário*.⁹

II. GRANDE E MEDIO CAPITAL. O FASCISMO, FENÓMENO «ECONOMICAMENTE RETROGRADO»?

Será preciso, pois, determo-nos aqui, a fim de vermos bem como é que esta política conseguiu a neutralização dessas contradições.

Antes de mais nada, se esta política económica do nazismo aproveita, de forma maciça, ao grande capital, isso não quer dizer — longe disso — que o médio capital seja sacrificado e que não retire, também ele, vantagens económicas deste

8. São de assinalar, nomeadamente, as medidas tomadas por Brüning, representante do médio capital *contra* a concentração do capital. Através de quatro «ordenanças de urgência» sucessivas, Brüning estabelece toda uma legislação «antitrusts» — limitação da concentração, luta contra os preços cartelizados, etc. —, o que suscita uma violenta reacção por parte do grande capital (Fr. Neumann, *Behemoth. The Structure and Practice of National-Socialism*, 1966, págs. 261 e segs.).

9. Este papel económico, muito importante e característico, do «Estado nazi» limito-me aqui a indicá-lo. Bettelheim, na sua obra mencionada, examina-o de forma exaustiva.

processo. As medidas em favor do grande capital lesaram, principalmente, ao lado das massas populares, os pequenos empresários. Quanto ao médio capital, antes de mais, também ele aproveitou directamente com a exploração, consideravelmente reforçada, da classe operária. Ele aproveitou, igualmente, com a recuperação económica geral que, até à economia de guerra, marcou a Alemanha sob o nazismo: nomeadamente, a reabsorção do desemprego provocou um relativo alargamento do mercado alemão. A própria cartelização forçada, orientada por numerosas medidas estatais, não se processou por meio da expropriação (isto é: por uma «compra» pura e simples) das médias empresas, mas sim através da sua subordinação económica (política estatal de cartelização e regulamentação dos *Konzern*) e administrativa (uniões corporativas) ao grande capital. Se o médio capital investido na indústria de bens de consumo é, com a economia de guerra, progressivamente lesado, o médio capital investido na indústria pesada aproveita, através de contratos de subempreitada, com as encomendas do Estado; ainda que o capital médio investido nas indústrias de bens de consumo, mau grado a retracção do mercado interno (que ressurge com a economia de guerra), aproveite, também, com as encomendas do exército — couro, têxteis, etc.¹⁰

Enfim, e principalmente, o nacional-socialismo, a fim de manter a neutralização destas contradições, e através da intervenção maciça do Estado, teve muitas vezes que exercer *uma espécie de controlo sobre este processo da dominância do capitalismo monopolista*: ele interveio mesmo, por vezes, para «travar» uma absorção demasiado brutal e «selvagem» do médio capital pelo grande. Foi este um dos aspectos desta política económica que deu azo a numerosas ilusões sobre uma pretensa «subordinação» do grande capital à «burocracia» e ao «Estado» nacional-socialistas. O episódio do conflito de Schacht e de Goering, em 1938, a propósito de exportações que interessavam, entre outros, o médio capital, conflito que terminou por um compromisso, é revelador

10. A este respeito, ver J. Kuczynski, *Studien zur Geschichte des deutschen Imperialismus*, t. I, 1952; e também D. Eichholtz, «Probleme einer Wirtschaftsgeschichte des Faschismus in Deutschland», *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte*, 1963, 3.ª parte, págs. 103 e segs.

desta política. Isto, de resto, nada tem de espantoso — basta lembrarmo-nos que, entretanto, nos Estados Unidos, também Roosevelt levava a cabo, num contexto completamente diferente, uma política económica maciça em favor dos grandes monopólios, ao mesmo tempo que fazia numerosas concessões ao médio capital.

Este problema releva, aliás, de uma questão mais geral: a dominação do capitalismo monopolista não conduz, de facto, só pela sua natureza própria, a uma contradição económica insuperável, ou mesmo explosiva, entre grande e médio capital. Deste ponto de vista, aquilo que surge como importante, na política económica do nacional-socialismo, é que, sendo maciçamente favorável ao grande capital, ela foi, não obstante, *regulamentada*: não no sentido mítico de uma «planificação» ou de um «capitalismo organizado» que por vezes se lhe atribuiu, mas no sentido de um esforço, coroado de êxito, para aplanar os choques, para obter o *domínio controlado* do processo; o que permitiu a neutralização dessas contradições.



O que nos leva ao problema da caracterização do fascismo pela 3.ª Internacional. Com efeito, progressivamente, mas sobretudo com a passagem à política das «frentes populares» do 7.º Congresso e à sua aplicação, e através das noções respeitantes às relações do fascismo com os interesses económicos de classe, o *campo dos interesses de que o fascismo seria o representante «exclusivo» é concebido como cada vez mais restrito*. Ditadura do capital «na época da decadência» (5.º Congresso); ditadura do grande capital; ditadura do capital financeiro (6.º Congresso); ditadura «dos elementos mais reaccionários, mais chauvinistas, mais imperialistas, do capital financeiro» (aqui é Dimitrov quem fala); ditadura das «duzentas famílias»: a retracção é nítida. É igualmente muito claro o que aqui se desenha em filigrana. É a concepção da política das frentes populares: ela preconiza a mais larga aliança antifascista, compreendendo todas as fracções do capital com excepção daquela, cada vez mais restrita, de que o fascismo é considerado representante «exclusivo».

Conhecem-se as consequências *actuais* desta política: não é de admirar que as formulações respeitantes a este aspecto do fascismo se encontram hoje, *tais quais*, nas análises sobre o Estado do «capitalismo monopolista de Estado», instrumento exclusivo de um «punhado» de monopolizadores. O que é preciso assinalar com vigor é que, mau grado o próprio texto do relatório de Dimitrov e mau grado as justas fórmulas relativas à frente única e à frente popular, é aqui que se confirma a viragem. É aqui que se inscreve, e de forma decisiva, a escalada de constantes restrições na concepção dos interesses económicos que o Estado, numa progressão continua, é considerado representar; o que, precisamente, abre o caminho a toda a ulterior estratégia de alianças.

Não é, assim, por acaso que esta definição de Dimitrov acaba por se encontrar com a concepção social-democrata, formulada por O. Bauer: «Se, na democracia burguesa, é o conjunto da burguesia, ainda que sob a direcção do grande capital, quem domina, no fascismo já não há quem domine além do grande capital e da grande propriedade agrária».¹¹

Ora, é exacto que o fascismo corresponde a uma efectiva *reorganização* e redistribuição das relações de forças entre as classes e fracções dominantes. Ele aprofunda e estabiliza, de forma acelerada, a dominação económica do grande capital financeiro sobre as outras classes e fracções dominantes. Isto não pode, no entanto, em sentido algum, ser interpretado como uma «exclusiva» correspondência do fascismo unicamente aos grandes interesses económicos do grande capital. O fascismo actua, antes, do ponto de vista económico, como um factor de *neutralização* das contradições entre estas clas-

11. «Der Faschismus», in *Faschismus und Kapitalismus*, pág. 158. A fim de marcar o caminho andado, em relação a este ponto, pela Internacional Comunista, assinalemos que as Teses de Lyon, do partido comunista italiano, em 1926, redigidas sob a égide de Gramsci, apoiado pela Internacional Comunista, insistiam ainda *justamente* no facto de que: «O fascismo [...] propõe-se realizar uma unidade orgânica de todas as forças da burguesia num só organismo político...» (*Le origini del Fascismo*, a cura di M. Bartolotti, 1969, pág. 102). A evolução da Internacional Comunista a este respeito manifesta-se muito nitidamente, vê-lo-emos mais adiante, nos diversos textos consecutivos de Togliatti sobre o fascismo.

ses e fracções, prossequindo, por um processo de *regulação*, a dominação decisiva do grande capital.

Uma observação, enfim, sobre a caracterização, corrente na Internacional Comunista, do fascismo como expressão do grande capital mais «*retrógrado*» ou mais «*reaccionário*» — ver, entre outras, a definição de Dimitrov. Também aqui é preciso ter cuidado, pois, como se sabe, tais adjectivos, quando se trata de dirigentes da Internacional Comunista, não são simples erros de expressão.

Entendamo-nos bem: se estes adjectivos quisessem simplesmente designar um acréscimo considerável da exploração económica das massas populares, teriam fundamento. Mas trata-se aqui de uma coisa completamente diferente: esta caracterização deriva da concepção economicista da Internacional Comunista, segundo a qual o imperialismo — e a dominação do grande capital —, enquanto agonia do capitalismo «em putrefacção», significaria automaticamente, e exactamente por isso, *uma paragem do desenvolvimento das forças produtivas*. As próprias «forças produtivas» são concebidas, segundo esta perspectiva economicista-tecnicista, como independentes das relações de produção, sendo a simples «*progressão*» ou «*paragem*» deste processo «técnico» o que determina o carácter — «*retrógrado*» — deste capital.

Mas hoje não é possível continuar a ter ilusões a este respeito, ilusões que derivam apenas de uma falsa maneira de pôr a questão. Com efeito, o fascismo correspondeu, exactamente, a um desenvolvimento das *forças produtivas capitalistas*, isto é: nos limites das *relações sociais imperialistas*. Correspondeu a um desenvolvimento industrial, a inovações tecnológicas, a um aumento da produtividade do trabalho — mas tudo isto ao mesmo tempo que desenvolvia a *reprodução alargada* das condições de produção capitalistas, quer dizer: que reforçava a exploração e a dominação política de classe. Caindo na armadilha do tecnicismo, muitos historiadores marxistas do fascismo cansam-se, ainda hoje, a demonstrar o seu carácter «económicamente retrógrado» —

como se fosse isso o que importasse a seus olhos, e não principalmente a exploração e a dominação de classe.¹²

Voltemos aos factos — de que só mencionaremos alguns. Para a Alemanha, em particular, a recuperação industrial, após a crise de 1929, é, no plano mundial, a mais marcante. Em 1939, a produção industrial (superior em 26% ao seu elevado nível de 1929) mais do que duplicou em relação a 1933. A Alemanha produz, em 1938, 22,5 milhões de toneladas de aço, contra 16 em 1929; a extracção do minério de ferro é multiplicada por 2,5, etc. Quanto à Itália, a recuperação industrial, entre 1922 e 1929, é a mais marcante da Europa capitalista: o índice de produção industrial global, que, para um índice 100 em 1938, é de 60 em 1922, passa para 90 em 1929. Cai para 75 em 1932, com a crise. Mas a recuperação após a crise é espectacular; se não iguala o ritmo da Alemanha, ultrapassa nitidamente o da França: 86 em 1935, 100 em 1938, 109 em 1939. Entre 1922 e 1939, a produção de ferro fundido é multiplicada por 6, a do aço por 2,2, a da energia eléctrica por 5.¹³

Isto faz-se, bem entendido, no quadro das relações sociais imperialistas; a saída será a *guerra* e a prodigiosa destruição das forças produtivas.

Para voltarmos ao nosso problema: do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o fascismo corresponderia, efectivamente, a um movimento «*retrógrado*» se ele defendesse de forma privilegiada os interesses seja da grande propriedade agrária seja do médio capital na sua resistência ao capital monopolista. Zinoviev assinalara-o bem, no 4.º Congresso da Internacional Comunista

12. Concepção cuja *exacta contrapartida* se encontra, aliás, nos autores que sustentam uma correspondência entre o fascismo e a «*modernização tecnológica*»: A. Organsky, *The Stages of Political Development*, 1965; R. Dahrendorf, *Gesellschaft und Demokratie in Deutschland*, 1965, págs. 432 e segs. Na realidade, é a própria problemática que comanda estas duas concepções «*opostas*» que é falsa.

13. M. Roncayolo, *Le Monde et son histoire*, t. IX, 1968, págs. 338 e 342. Igualmente, neste sentido, A. Rosenberg, «*Der Faschismus als Massenbewegung*», in *Faschismus und Kapitalismus*, pág. 114; R. Romeo, obra citada, págs. 215 e segs.

(1922-1923), exactamente através do seu erro: «Os fascistas são, antes de tudo, uma arma nas mãos dos *agrários*: a burguesia industrial e comercial segue cheia de terror esta experiência da reacção...»¹⁴ Mas viu-se bem que não era este o caso.

Se se insiste, pois, aqui, nestas expressões figuradas de «avanço» ou de movimento «retrógrado», é unicamente por causa da ilusão, muito tenaz no movimento operário, do fascismo como tentativa de uma espécie de travagem ou de retrocesso no desenvolvimento do capitalismo.. O fascismo não é, com efeito, deste ponto de vista, *um retrocesso mas, antes, uma fuga para a frente*. Bordiga tentava exprimi-lo ao atacar, durante o 4.º Congresso, a concepção de Zinoviev: «É um erro considerar o fascismo como a organização dos elementos mais atrasados da burguesia. O fascismo não é a parte mais cega e sombria da reacção, mas sim o instrumento dos elementos mais avançados, experimentados e conscientes da burguesia...»¹⁵

III. A CRISE E O PROCESSO POLITICO-IDEOLOGICO.

Estas contradições económicas traduzem-se numa luta política interna, entre as classes e fracções dominantes na Alemanha, segundo as etapas do processo de fascização.¹⁶

Durante o primeiro período do processo, verifica-se uma *instabilidade hegemónica* característica no seio do bloco no poder. Se o grande capital estava já em vias de estabelecer, progressivamente, a sua *dominação económica*, ele está longe ainda de conseguir o estabelecimento da sua *hegemonia política*. Assiste-se aqui, efectivamente, a um desfasamento, característico muitas vezes das fases de transição, entre *dominação económica* e *hegemonia política*, desfasamento que tem,

14. Discurso já citado, in *Protokoll...*, obra citada, págs. 897 e segs.

15. In *Protokoll...*, *ibidem*, págs. 330 e segs.

16. Sobre estas questões, ver, principalmente, A. Rosenberg, *Entstehung der Weimarer Republik*, 1961, e *Geschichte der Weimarer Republik*, 1961; K. Bracher, *Die Deutsche Diktatur: Entstehung, Struktur, Folgen des National-sozialismus*, 1969.

aliás, como efeito a «travagem» do processo de dominação económica.

É certo que, subsequentemente à crise inflacionista de 1923, se forma, com Ebert, o ministério Cuno, emanação directa — pela primeira vez desde 1918 — do grande capital. Este estado de coisas, no entanto, pouco dura. O período de 1924-1928 é o reinado das coligações políticas com *dominância* de partidos tais como o dos democratas (Rathenau), o centro católico bávaro, o *Zentrum* (Marx, Wirth, Brüning) — partidos que representam ainda, tradicionalmente, os interesses do médio capital e os do capital investido na indústria ligeira. Na cena política, desenvolvem-se lutas muito duras contra o grande capital — que, no entanto, através dos partidos dos nacionais-alemães e dos populistas (Stresemann, Schacht, Thyssen), participa, aqui e ali, no governo.¹⁷ A instabilidade ministerial — oito governos em quatro anos, todos de «direita» —, as rivalidades entre os partidos, os atritos crescentes no próprio seio desses partidos, são as premissas da instabilidade hegemónica que se vai instaurar. Quanto à grande propriedade agrária, ainda que estando relativamente representada pelos nacionais-alemães, ela exerce a sua influência política, que continua a ser importante, sobretudo mantendo-se no interior do executivo: o «topo» do exército, em particular, é ainda directamente recrutado no seio desta classe.

Assiste-se, assim, a uma ofensiva do grande capital pela sua hegemonia política. Esta ofensiva é conduzida, a este nível, pela participação directa dos nacionais-alemães e dos populistas no governo; pela infiltração e controlo, por um lado, pela torção da representatividade e o deslizar para a direita, por outro, dos outros partidos políticos governamentais — nomeadamente do *Zentrum* católico —; enfim, pela progressiva investida do próprio executivo. Ela abala seriamente a hegemonia que o médio capital, através da colaboração da social-democracia, conseguira manter. As resistências do médio capital e da grande propriedade agrária, no entanto, continuam a ser consideráveis e, em larga medida, conseguem fazer abortar esta ofensiva do grande capital.

17. Ver também R. Hanser e R. Kühni, *Deutschland zwischen Demokratie und Faschismus*, 1969, págs. 34 e segs.

No interior deste, aliás, as contradições entre capital bancário e capital industrial manifestam-se por atritos intestinos, no seio dos seus representantes políticos e do aparelho governamental. A influência preponderante alternada de um ou outro dos elementos do bloco no poder explica a verdadeira incoerência, caracterizada por bruscas guinadas, que marca, progressivamente, a política governamental e que a marca de forma decisiva durante a primeira etapa do processo de fascização, etapa de uma efectiva instabilidade hegemónica.¹⁸

Com efeito, as eleições de 1928 constituem uma vitória dos partidos de esquerda, vitória que permite a participação da social-democracia no governo: em 1929, é a crise económica. Com Bruening (1930-1932), inicia-se o segundo período do processo de fascização, sendo o ponto de irreversibilidade marcado, durante a última etapa do governo Bruening, pela abertura do período de incapacidade hegemónica. A luta política interna no bloco no poder atinge uma acuidade tal que nenhum dos seus elementos consegue impor, ainda que por um período curto, uma política que, correspondendo aos seus interesses específicos, represente o interesse político geral do bloco. Fracassa a colaboração com a social-democracia — preconizada pelo médio capital e aceite pelo grande capital e pelos agrários na sequência de concessões que lhes haviam sido feitas. O período de Bruening é marcado por uma luta política aberta entre o médio capital (cujas linhas gerais Bruening seguia, se bem que com concessões cada vez maiores, mas ainda insuficientes, ao grande), o grande capital e a grande propriedade agrária. A continuação, até ao aparecimento de Hitler, limita-se a prolongar esta situação, por diversos episódios.

Contudo, estes acontecimentos da cena política revestem-se, progressivamente, de cada vez menos importância, se se tomar em consideração o que se passa no terreno político, que ela dissimula. Com efeito, a ruptura de representação

18. Varga assinalava justamente: «Os interesses contraditórios das diversas camadas das classes reinantes ocasionaram [...] uma política de zigzagues, sem nenhuma linha, e que constitui um dos fundamentos da fascização do Estado». (*La Crise*, obra citada, pág. 106). Ver igualmente, Trotsky, *Écrits*, obra citada, págs. 261 e segs.

partidária, entre os partidos políticos e as classes e fracções representadas, inicia-se desde o primeiro período do processo de fascização.¹⁹ Nomeadamente, o grande capital e a grande propriedade agrária afastam-se progressivamente dos seus representantes. Os agrários, em particular, afastam-se cada vez mais dos partidos e colocam cada vez mais os seus desígnios políticos numa ditadura militar: voltaremos a este ponto aquando do exame do processo de fascização no seio dos aparelhos de Estado. Mas, ainda: a representação partidária é posta em curto-circuito pela constituição de organizações paramilitares, que funcionam, desta vez, ao contrário dos antigos corpos francos — *Reichswehr negra* —, como efectivos núcleos organizacionais de classe. É este o caso, sobretudo, da *Stahlhelm*, financiada directamente pelo grande capital, sobretudo industrial, e que polariza doravante a agitação nacionalista, pondo em curto-circuito o próprio partido dos nacionais-alemães.

Este processo de ruptura do laço de representação partidária parece consumado no ponto de irreversibilidade. A dissociação entre poder real e poder formal está, daqui por diante, realizada. Os partidos políticos do bloco no poder transformam-se em simples agrupamentos parlamentares, e isto quando o Parlamento já deixou de ser um lugar de exercício do poder real. Se, durante o primeiro período do processo de fascização, o grande capital ainda tenta controlar — e com sucesso — os partidos políticos que representam as outras fracções da burguesia, a partir de agora entra em conflito aberto com eles. O que leva, no Outono de 1931, à «frente de oposição nacional», cujo objectivo real era menos a queda de Bruening do que a transformação desta ditadura camuflada, aprovada pelo Parlamento, numa ditadura pura e simples, submetida aos interesses do grande capital. Finalmente, o próprio médio capital afasta-se, de forma decisiva, dos seus representantes (entre os quais Bruening), que, no entanto, detêm o poder formal: esta situação não passa, aos olhos do médio capital, de uma carta no jogo de pressões sobre o executivo, que doravante governa por meio de decretos-leis.

19. A este respeito, L. Bergstrasser, *Geschichte der politischen Parteien in Deutschland*, 1965, págs. 240 e segs.

A substituição do papel dos partidos políticos pelo dos «grupos de pressão» económico-corporativos, que agem directamente, a todos os níveis, sobre o executivo, prossegue — após ter sido iniciada, durante os períodos precedentes, pela reconstituição maciça das «associações patronais», tendo à cabeça a *Reichsverband der deutschen Industrie* e a *União dos sindicatos patronais*, e pelo crescente papel político, como correias de transmissão do poder real, que progressivamente lhes cabe. Durante o segundo período do processo de fascização, rebentaram alguns conflitos abertos entre, por um lado, Bruening e Schleicher e, por outro, estas diversas associações, cada vez mais reforçadas: mas isto já não passa de um episódio.

Ora, progressivamente, mas sempre em atraso relativamente às classes e fracções que, em princípio, representam, estes partidos «governamentais», sobretudo durante o segundo período do processo, aderem, eles próprios, ao projecto de uma ditadura declarada: é o caso do conjunto destes partidos a partir da experiência Bruening. Ditadura declarada que, no entanto, se processaria sob a sua direcção: donde a sua divergência, salvo no caso dos nacionais-alemães, relativamente ao projecto de uma ditadura militar sob o controlo directo do exército. Quanto ao partido nacional-socialista, os nacionais-alemães, desencorajados do seu projecto de ditadura militar, são praticamente os únicos a preconizar, cada vez mais abertamente, que ele se apodere do poder — embora sejam constantes os atritos entre a *Stahlhelm*, estreitamente ligada aos nacionais-alemães, e o partido nacional-socialista. Os outros representantes políticos da burguesia pensam utilizar o partido nacional-socialista, subordinando-o à sua própria direcção política. Foi o caso de Bruening, ainda mais claramente o de von Papen e, por fim, o de Schleicher, que tenta, em vão, realizar este designio provocando uma cisão interna no seio do próprio partido nacional-socialista — caso Strasser.

Esta crise de representação partidária vai a par com a crise ideológica que afecta a aliança no poder. A passagem da Alemanha ao capitalismo, através da revolução a partir de

cima de Bismarck, sob a direcção política da feudalidade agrária, impediu a burguesia alemã de se constituir uma ideologia específica que domine na formação social alemã. O «liberalismo», aspecto importante da ideologia burguesa dos começos do estabelecimento do capitalismo na área europeia, não conseguiu nunca firmar pé na Alemanha. A ideologia dominante, até ao fim da Primeira Guerra Mundial, foi precisamente a ideologia feudal, mas transformada, até cobrir os interesses próprios da burguesia: militarismo, culto do despotismo estatal, etc., são outras tantas características de uma ideologia com dominância da ideologia feudal «transformada». É mesmo significativo que não se encontre na Alemanha, antes da guerra, nenhum desses amplos movimentos nacionalistas-liberais que existem nos outros países europeus. O nacionalismo alemão exprimiu-se directamente sob a forma do militarismo, isto é, nesta etapa, sob a dominância da ideologia feudal. Nos hábitos, costumes e usos, isto manifesta-se por esse ideal de «oficial subalterno do exército prussiano», que efectivamente impregnou a formação social alemã.

Com o fim da guerra e a constituição da república de Weimar, verifica-se uma tentativa de penetração da ideologia «liberal», correspondente aos interesses do médio capital. Demasiado tarde, no entanto. Em primeiro lugar, porque a própria ideologia dominante foi, com o fim da guerra e a ofensiva das massas populares, consideravelmente abalada no seu conjunto. Em seguida, porque o tratado de Versalhes — que, pelo traumatismo nacional que provocou, teve efeitos consideráveis — foi considerado como o estigma do nascimento de Weimar. Finalmente, porque se assiste já à transição para o capitalismo monopolista e ao processo de dominação económica do grande capital.

Com efeito, a ideologia imperialista do grande capital pode muito bem inserir-se, em larga medida, num sistema ideológico dominado pela ideologia feudal «transformada». Neste sentido, a ideologia imperialista parece bem menos contraditória com a ideologia feudal «transformada» do que a ideologia «liberal» do estágio do capitalismo de concorrência: caso, aliás, nítido, actualmente, em muitos países do terceiro mundo, em particular na América Latina. Nacionalismo expansionista, militarismo, culto do despotismo e da autoridade estatal,

respeito da «hierarquia» e da «disciplina» em todos os domínios são outros tantos pontos de convivência entre a ideologia imperialista e uma ideologia feudal «transformada».

Esta convivência entre os dois subsistemas ideológicos, que tende para a sua fusão em ideologia dominante, é combatida pela ideologia da burguesia liberal, cujas contradições com o grande capital se agravam. Os representantes políticos do médio capital, dos democratas até ao *Zentrum*, resistem tenazmente a esta ideologia.

Em seguida, durante o primeiro período do processo de fascização, se a ofensiva da ideologia «imperialista-feudal» contra a ideologia «weimariana» toma formas cada vez mais declaradas, surgem entretanto a claro certas rupturas entre o aspecto propriamente imperialista e o aspecto propriamente feudal desta ideologia. O lado tecnocrático da ideologia imperialista manifesta-se de forma crescente, com a tónica na «técnica» e nos «especialistas», no Estado «técnico» neutro, no «capitalismo organizado», etc. A reacção da grande propriedade agrária manifesta-se por um ressurgimento do *romantismo reaccionário feudal*: a tónica é posta na «comunidade do solo», nos «laços de fidelidade pessoal» entre os «trabalhadores da terra», resumindo: num *corporativismo*, de feitura medieval, que se estende do «campesinato» ao conjunto da «comunidade nacional». Este ideal corporativista reencontrá-lo-emos na ideologia fascista: assinalemos desde já, no entanto, que o grande capital permanece inteiramente estranho a este aspecto da reacção ideológica.

Durante o primeiro período do processo de fascização verifica-se, precisamente, uma acuidade característica da luta ideológica no próprio seio do bloco no poder. As contradições ideológicas, com efeito, não existem só nas ideias: a ideologia incarna-se em toda uma série de instituições ou *aparelhos ideológicos* — que designaremos por «aparelhos ideológicos de Estado». Segundo as etapas da luta ideológica, estes aparelhos assumem uma importância e um peso políticos maiores ou menores. Durante o primeiro período do processo de fascização verifica-se, efectivamente, uma viragem para um papel político decisivo destes aparelhos ideológicos.

Para só mencionar alguns: os *diversos grupos «nacionalistas»*, que, surgidos, contudo, antes da república de Weimar — por exemplo: a «Liga Pangermânica» —, começam a pulu-

lar e vêem a sua influência aumentar («Estes grupos eram muito numerosos, muito diversificados, implantados em toda a Alemanha. Em cada cidadezinha coexistiam secções de numerosos grupos "patrióticos". A influência destes grupos na vida local foi muito grande; as pessoas importantes estão sempre muito bem representadas neles, de tal forma que, muitas vezes, a vida política local se desenrola em volta destes grupos».²⁰); as *Universidades*, centro da vida intelectual na Alemanha e que, após terem fornecido aos corpos francos o essencial das suas tropas, vêem a sua influência ideológico-política aumentar; a *Igreja*, que, após o fim das repercussões do *Kulturkampf* de Bismarck, procedendo à revolução a partir de cima em favor do capitalismo, vê a sua influência ideológico-política acentuar-se. O *aparelho de informação* expande-se — aumento do número de jornais e periódicos e da sua tiragem, inícios da rádio e do cinema como meios de informação de massa, etc.; *enfim*, os *diversos círculos, cenáculos, clubes, etc., de «intelectuais»* começam a desempenhar um papel importante.

Recrudescimento, pois, do peso político dos aparelhos ideológicos, corolário da intensificação da luta ideológica: o essencial é o que aí se passava. Além da ofensiva contra a ideologia da classe operária, ofensiva que tinha à cabeça as universidades e o movimento estudantil, há igualmente aqui um sinal de desorientação ideológica interna do bloco no poder. Se estes aparelhos parecem unir-se em ataques comuns contra a ideologia liberal, isso não os impede de serem, igualmente, o lugar de um rebotar de contradições entre a ideologia imperialista e a reacção feudal.

Seria fastidioso entrar no pormenor. O fenómeno mais interessante diz respeito a certos aspectos desta luta ideológica que contribuem, através das dissensões internas, para minar a ideologia dominante no seu conjunto. Com efeito, se certos círculos, constituídos em volta de escritores como O. Spengler — o *Juniklub* —, levam a cabo uma luta contra a ideologia liberal, luta nitidamente situada do lado da ideologia imperialista-feudal, as coisas são por vezes, noutros lados, muito mais complicadas. Nota-se frequentemente, na luta contra a ideologia liberal, um aspecto «anticapitalista»

20. Klein, *Weimar*, 1968, pág. 65.

— e de modo algum socialista — devido à influência da ideologia pequeno-burguesa e, também da ideologia operária, através da crise ideológica generalizada.²¹

Ora, sabe-se, desde o *Manifesto Comunista*, que a ideologia dominante dispõe sempre de uma linguagem específica destinada, mais particularmente, à exportação para as classes dominadas. Marx falava assim do *socialismo burguês* — a distinguir do socialismo utópico — e, mesmo, do *socialismo feudal*. No caso presente, no entanto, não se trata só disto. Trata-se, realmente, de elementos de crítica ideológica «anticapitalista» e «antifeudal», insertos nos ataques contra a ideologia liberal. Foi este o caso de muitos círculos agrupados em torno de revistas, que constituíram aquilo que se designou por tendência «nacional-bolchevista» ou *Linke Leute von Rechts* — gente de esquerda da direita.²² Eram, principalmente, tentativas ideológicas de conciliação das tradições nacionalistas com elementos da ideologia operária e que, muitas vezes, se manifestavam por ataques contra a «plutocracia» e a «grande riqueza» e pela valorização da «importância histórica» da classe operária. É desta tendência que se aproximam escritores como Ernst Juenger e Ernst von Salomon, que haviam criado o grupo dos «nacionalistas-revolucionários». Assinalemos, por agora, que estas ofensivas vêm de círculos nitidamente distintos da organização nacional-socialista.

Paralelamente, assiste-se à ruptura entre o pessoal político e os «funcionários da ideologia» - cães de guarda do bloco no poder. Os ataques contra a ideologia «liberal-parlamentar» dirigem-se cada vez mais contra os «políticos», a incapacidade, a moleza e a corrupção dos «partidos»: os próprios nacionais-alemães não são poupados. O conjunto destes movimentos ideológicos situa-se inteiramente à margem dos partidos políticos. Única excepção: a *Jungdeutscher Orden*, que contará com perto de 40 000 membros, de base místico-religiosa fortemente matizada de ataques contra a «plutocracia».

21. Sobre o conjunto destes movimentos, R. Kühnl, *Die National-sozialistische Linke*, 1966.

22. J. Droz, *Les forces politiques de la république de Weimar*, Les cours de la Sorbonne éd., pág. 147 e segs.; cf., sobretudo, E. Vermeil, *Doctrinaires de la révolution allemande (1918-1938)*, 1939.

e que tenta, depois de 1930, uma fusão com o partido democrata: fusão tentada, notemo-lo, para combater o perigo fascista que se precisa.

Esta situação acentua-se no segundo período do processo de fascização: porque, entretanto, saltara o último ferrolho. Trata-se da última tentativa de resistência ideológica do médio capital, feita por intermédio do governo social-democrata e através da sua abortada ofensiva ideológica para uma concepção renovada da colaboração de classes: a da «associação capital-trabalho», fortemente combatida pela ideologia imperialista-feudal. Será a «ideologia fascista» que incumbirá o papel de ressoldar, ideologicamente, o bloco no poder, sob a hegemonia do grande capital.

■

O processo de fascização corresponde, enfim, a uma etapa e *estratégia ofensivas* por parte do bloco no poder e, em particular, por parte do grande capital.

Deste ponto de vista, é ainda o período à volta de 1927 que parece decisivo. Após o estado de sítio de 1923, simples aviso, e o memorando dos grandes magnates industriais, reclamando o prolongamento da jornada de trabalho, a abolição de numerosas regalias sociais, a supressão dos subsídios para o pão, o retorno dos caminhos de ferro ao sector privado, etc., os governos satisfazem, progressivamente, as suas exigências. O prolongamento da jornada de trabalho de 8 horas atinge, a pouco e pouco, no mínimo 9 horas, frequentemente 10 e por vezes 12: situação oficialmente ratificada pelos sindicatos social-democratas, em 1927.²³ A tática patronal do *lock-out* generaliza-se: facto significativo, o número de dias de trabalho perdidos, no Reich, por motivo de *lock-out* ultrapassa, a partir de 1927, o dos dias perdidos por motivo de greve.²⁴ Paralelamente, a grande propriedade agrária esforça-se por anular, progressivamente, as vantagens adquiridas pelo médio e pequeno campesinato: protecção aduaneira dos cereais à custa dos produtos da média e pequena

23. G. Badia, obra citada, pág. 215.

24. G. Castellan, *L'Allemagne de Weimar*, 1969, pág. 76.

cultura, neutralização dos projectos de «colonização» estabelecidos em 1919 em detrimento da grande propriedade, etc.

Este processo acelera-se, enfim, com a subordinação definitiva da social-democracia às exigências do grande capital. O caminho aberto pela política social-democrata declarada da «associação capital-trabalho» conduz ao plano de austeridade de Bruening e à colaboração directa com ele dos sindicatos social-democratas; a ofensiva da grande propriedade agrária, reunida em torno de Hindenburg, intensifica-se.

Mas é principalmente no plano político que as coisas se tornam patentes. Antes de mais nada, a burguesia alemã tenta resolver, pelo menos temporariamente, as suas contradições com as burguesias ocidentais²⁵, o que lhe permite ter as mãos livres na ofensiva interna que ela inicia. Processo que se cristaliza na viragem da política externa de Stresemann e que permite, entre outras coisas, o processo de remilitarização da Alemanha.

No que concerne a luta de classes «interior», já se indicaram as grandes linhas da ofensiva. O elemento mais significativo é a constituição de organizações que, ao invés dos simples corpos francos, funcionam como efectivos núcleos organizacionais, substituindo-se já à representação partidária, doravante rompida: *Stahlhelm*, *Gruene Front* para os grandes senhores agrários, etc. Paralelamente, constituem-se numerosos grupos e associações de carácter sobretudo *ideológico*, destinados a uma ofensiva directa contra as massas populares.

IV. O PARTIDO NAZI, O NAZISMO E AS CLASSES E FRACÇÕES DOMINANTES. HEGEMONIA E CLASSE REINANTE.

A última questão de que trataremos aqui é a da relação do partido nacional-socialista e do nacional-socialismo com o bloco no poder e, mais particularmente, com o grande

25. De assinalar aliás, mais uma vez, as responsabilidades das burguesias ocidentais no ascenso do nacional-socialismo, através do monstruoso *Tratado de Versalhes*: não tanto por causa dos seus aspectos económicos, mas, principalmente, pelos seus efeitos político-ideológicos.

capital. Com efeito, marcando os inícios do processo de fascização um corte a este respeito, esta relação não pode ser reduzida à questão das «origens» do fascismo. Nos períodos anteriores, não se passara dos bandos armados e dos corpos francos, às ordens directas de grandes agrários e do capital, bandos que eram abandonados pelos seus financiadores logo que o seu papel militar directo se tornava inútil. Com o início do processo, a situação é completamente diferente. Coincidindo com a etapa ofensiva do bloco no poder, o partido nacional-socialista torna-se um verdadeiro movimento de massa e estabelecem-se, progressivamente, relações organizacionais efectivas entre ele e o bloco.

Falou-se propositadamente de *coincidência*, a fim de marcar que não se trata aqui nem de uma ordem cronológica nem de relações directas de causa a efeito. Por outras palavras, não é o estabelecimento de uma relação «prévia» com o bloco no poder e, em particular, com o grande capital que faz imediatamente do partido nacional-socialista um movimento de massa. Estes dois elementos surgem, antes, ligados pela *conjuntura*: pode dizer-se, da mesma maneira, invertendo os dados, que é precisamente porque o partido nacional-socialista se torna um movimento de massa, e à medida que em tal se vai transformando, que o bloco no poder progressivamente se volta para ele. Porque também não é verdade, contra o que sustentam a maioria dos ideólogos do «totalitarismo»²⁶, que o partido nacional-socialista se torne *primeiro* um movimento de massa, para só *depois* conquistar o apoio do grande capital.

O partido nacional-socialista, que parece esmagado após o golpe abortado de 1923 na Baviera, reconstitui-se rapidamente:²⁷ de 27 000 membros em 1925, passa, no congresso de Nuremberga de 1927, a 72 000 membros, dos quais 30 000 S. A. Este número subirá rapidamente a 108 000 em 1928, e a 178 000 em 1929. Em 1926, Baldur von Schirach cria

26. É a concepção de Hitler como «chantagista» do grande capital, concepção sustentada, entre outros, por Kornhauser, *The Politics of Mass Society*, 1965, págs. 198 e segs.; G. Almond, «The Politics of German Business», in *West German Leadership and Foreign Policy*, ed. por H. Speier, 1957, págs. 195 e segs.; Hallgarten, Heiden, etc.

27. Rosenberg, obra citada, págs. 200 e segs.

a famosa União dos estudantes nacional-socialistas, que não cessa de alargar a sua influência no meio universitário e de obter êxitos nas eleições estudantis. É verdade que o partido nacional-socialista não obtém apreciáveis êxitos eleitorais antes de 1930, o que leva a Internacional Comunista, durante muito tempo, a menosprezar a sua importância: isso não o impede de se tornar um partido de massa desde o primeiro período do processo de fascização. As coisas tornam-se ainda mais claras se se considerar a influência crescente da ideologia fascista nos diversos movimentos nacionalistas: veja-se a criação, em 1927, do jornal fascista *Der Angriff* [O Ataque], que rapidamente atinge uma larga difusão.

Durante este período, estabelecem-se laços políticos entre o partido nacional-socialista e círculos do grande capital, laços que, atingido o ponto de irreversibilidade, provocam o apoio do conjunto desta fracção a este partido. Em 1927, facto significativo, Gr. Strasser, cujas ideias «esquerdizantes» indispunham estes círculos, é substituído à cabeça da região (*Gau*) de Berlim-Brandenburgo por Goebbels. É igualmente em 1927 que se verifica a primeira refundição radical do programa nacional-socialista, marcada pelo esbatimento das exigências demasiado «anticapitalistas» que anteriormente continha.

É por volta desta época, precisamente, que certos círculos de agrários e do grande capital apoiam, cada vez mais, este partido. Os agrários — e entre eles certos membros da família imperial — aderem a ele maciçamente. Progressivamente, é o conjunto dos agrários, mas sobretudo do grande capital, que apoia o partido nacional-socialista — revestindo-se nitidamente esses laços de um aspecto político-organizacional. Por volta de 1927 começa, com efeito, o processo de subordinação política do partido dos nacionais-alemães, e de outras organizações de direita, ao partido nacional-socialista. Hugenberg, eleito para a presidência do partido dos nacionais-alemães em 1928, alia-se abertamente a Hitler em 1929, numa grande campanha nacional contra o plano Young. Cria-se a *Frente Nacional Unida*, que agrupa os nacionais-alemães, os capacetes de aço, o partido nacional-socialista e a liga pangermânica. Em 1930, com Bruening, a «oposição nacional» está cada vez mais dominada pelo partido nacional-socialista. Os apoios e os fundos acorrem. Igualmente em 1930, Hitler

declara-se partidário da legalidade constitucional para a chegada do seu partido ao poder, o que não é mais do que um índice do laço político estabelecido com o grande capital.²⁸

Durante o segundo período do processo de fascização, o partido nacional-socialista consegue, em larga medida, desarmar as contradições políticas das outras fracções do bloco no poder com os agrários e o grande capital e acalmar as reticências daquelas à sua subida ao poder. Enquanto se intensificam as contradições económicas no seio do bloco no poder, o partido nacional-socialista parece ser, efectivamente, o *denominador político comum* deste bloco na sua fase ofensiva. O que se manifesta, principalmente, no franco apoio do aparelho de Estado ao partido nacional-socialista, pela atitude mais que ambígua dos representantes políticos do médio capital em relação ao nacional-socialismo — episódio da interdição temporária das S. A. — e, enfim, pela total passividade do médio capital, aquando da superação dos últimos obstáculos à subida do nacional-socialismo ao poder: esta passividade é clara no momento do afastamento de Bruening por Hindenburg.

No entanto, e durante esta mesma etapa, o laço político entre o partido nacional-socialista e as massas populares continua a ser muito forte. A tal ponto mesmo que o grande capital se indis põe, muitas vezes, com a política do partido nacional-socialista. A cartada Hindenburg-ditadura militar é jogada paralelamente, mas daqui em diante de modo secundário, pelo grande capital: veja-se o apoio paralelo por ele dado à candidatura Hindenburg, em 1932, apresentada contra a de Hitler.

Com a subida do nacional-socialismo ao poder, assiste-se ao estabelecimento da hegemonia política do grande capital, a uma reabsorção do desfasamento entre hegemonia política e dominação económica e a uma intensificação do processo

28. Sobre o conjunto dos elementos políticos deste último período, K. D. Bracher, *Die Auflösung der Weimarer Republik. Eine Studie zum Problem des Machtverfalls in der Demokratie*, 1964; e, do mesmo autor, *Die Deutsche Diktatur...*, obra citada; R. Heberle, *From Democracy to Nazism*, 1945; D. Schönbaum, *Hitler's Social Revolution*, 1966.

de dominação econômica. Este processo, por etapas e não sem peripécias, indica o seguinte: o grande capital consegue, por intermédio do partido, do Estado e da ideologia fascistas, impor uma política geral, que unifica sob a sua égide o bloco no poder, superando politicamente as contradições econômicas internas que o atravessam.

Durante a primeira etapa do nacional-socialismo no poder, este procede à dissolução do conjunto das organizações políticas próprias do bloco no poder, isto é: à expulsão da cena política dos seus representantes tradicionais. Um ano após a subida do partido nacional-socialista ao poder, este torna-se *partido único* na Alemanha.²⁹ Os últimos membros deste pessoal político — von Papen, Hugenberg, von Neurath — são expulsos do governo e, por outro lado, são tomadas contra eles medidas severas — indo até à exterminação física. Paralelamente, assiste-se à depuração, no seio do partido nacional-socialista, da sua ala «esquerdizante»; é a famosa *noite das facas longas*, a dissolução de 2 milhões de S. A. que reclamam a «segunda revolução» — «anticapitalista» —, e a eliminação física dos seus chefes, Roehm, Gr. Strasser. Isto continua depois com a eliminação das resistências políticas que ainda existem no seio do aparelho de Estado.

Este processo segue, no entanto, uma via *muito particular*. Com o aumento da importância política do aparelho de Estado, com o deslocamento do peso, no próprio interior do aparelho, do exército para a polícia e a administração, e com a investida em massa do «topo» do aparelho de Estado pelos membros do partido nacional-socialista, é, durante o primeiro período do nacional-socialismo no poder, a *pequena burguesia* — cujos laços particulares com o partido nacional-socialista veremos depois — que se torna a *classe reinante*. É a classe no seio da qual se recruta o pessoal político do «topo» do aparelho de Estado: pessoal político que não rompeu ainda os laços de representatividade com ela. A pequena burguesia retira, assim, durante o primeiro período do nacional-socialismo no poder, vantagens reais desta situação.

Paralelamente, verifica-se, por um lado, a investida, através do partido nacional-socialista, do conjunto do aparelho de

Estado, que cresce de forma «monstruosa», por membros de origem pequeno-burguesa, com uma ideologia pequeno-burguesa absolutamente específica; por outro lado, verifica-se a subordinação dos aparelhos de Estado, primitivamente ligados a outras classes — nomeadamente o *exército* —, aos aparelhos de Estado propriamente «pequeno-burgueses». A pequena burguesia torna-se assim, igualmente, a «*classe detentora*» do Estado — é o processo da *Gleichschaltung* e o problema da «burocracia fascista».

O que leva, seguidamente, com o período de estabilização, à *subordinação do partido nacional-socialista ao aparelho de Estado nazi, em sentido estrito*.³⁰ Porque, com o período de estabilização, o «topo» pequeno-burguês do aparelho de Estado e a «cúpula» do partido romperam já os seus laços de representatividade com a pequena burguesia, que perde o lugar de classe reinante, mas permanece uma *classe de apoio* do Estado nacional-socialista: é que, não obstante a decisiva lesão dos seus interesses pela política nacional-socialista, ela continua a ser a classe detentora do Estado. Esta *subordinação* do partido ao Estado, que não vai, no entanto, até à *fusão*, indica que a pequena burguesia perde o meio político — o partido — que lhe havia permitido, durante um breve período, funcionar como classe reinante: mas ela continua a funcionar, através das suas relações com o conjunto dos aparelhos de Estado, como força social. Isto é acompanhado, aliás, por sucessivas depurações no seio do partido nacional-socialista, depurações que, de forma alguma, se limitam à sua «cúpula» esquerdizante: 20% dos responsáveis políticos do partido antes de 1933 são expulsos até ao fim de 1934. A partir desta data, cerca de 80% dos seus responsáveis e dirigentes políticos são recrutados entre os membros que a ele aderiram após 1933.³¹

Esta situação deve-se, ela própria, ao conjunto das relações de forças que conduzem ao estabelecimento e à manutenção

29. A este respeito, E. Matthias und R. Morsey (ed.), *Das Ende der Parteien: 1933, 1960*.

30. Sobre todas estas questões, ver, analiticamente, mais à frente, II vol., págs. 19 e segs., págs. 126 e segs.

31. K. Bracher, obra citada, pág. 257.

do nacional-socialismo no poder: situação marcada pela decisiva aproximação — que vai, segundo as etapas, da aliança ao apoio — do grande capital e da pequena burguesia. Marcando esta situação a cena e o conjunto dos aparelhos políticos, ela é, *ao mesmo tempo*, um factor da *autonomia relativa* do Estado nazi face ao grande capital.

Vejamos de mais perto: é verdade que os industriais e financeiros, em particular através das organizações corporativas, através da sua participação no partido nacional-socialista, através igualmente de uma segura e progressiva fusão de uma parte do «topo» do partido nacional-socialista — Goering, etc. — com o grande capital pela formação de um núcleo de *burguesia de Estado*, não são de forma alguma afastados, no rigoroso sentido da palavra, dos aparelhos de Estado: pelo contrário, eles estão fortemente e directamente presentes. Esta é uma das razões que torna caduca a tese de Thalheimer de explicação do fascismo segundo o modelo bonapartista: a «autonomia relativa» do fascismo fundar-se-ia num desfasamento decisivo entre a dominação económica do grande capital e a sua hegemonia política, requerendo da sua parte a salvaguarda da sua dominação económica a demissão desta hegemonia em proveito de um «senhor» (Luis Bonaparte-Hitler). A principal razão do erro de Thalheimer reside, contudo, na negligência desta diferença capital entre fascismo e bonapartismo que é a existência do *partido fascista* e o seu papel objectivo em relação ao grande capital. Com efeito, o partido fascista funciona, progressivamente, como representante político do grande capital, assegurando a sua hegemonia política e a sua participação *directa* nos postos de comando dos aparelhos de Estado.³²

Isso não impede, no entanto, que precisamente a existência do partido nacional-socialista constitua, paralelamente, um factor da *autonomia relativa* do Estado face ao grande capital. O conjunto deste partido, nomeadamente as camadas subalternas e a base, continua a manter laços profundos com a pequena burguesia — que, de resto, investiu entretanto todos os andares dos aparelhos de Estado. Mesmo nas

32. A este respeito, D. Lerner (ed.), *The Nazi Elite*, 1951, págs. 6 e segs.; D. Schönbaum, obra citada, pág. 239; H. Gerth, «The Nazi Party. Its Leadership and Composition», in *Reader for Bureaucracy*, Merton ed., 1952, págs. 100 e segs.

organizações corporativas, em que participam directamente os membros do grande capital, é ainda o partido quem domina.

É inútil entrar no pormenor das constantes contradições entre o grande capital e o Estado-partido nacional-socialista. Elas derivam do «jogo» que o nacional-socialismo mantém entre o grande capital e as outras classes e fracções do bloco no poder, e entre este e as massas populares. Elas tornam-se patentes a partir do plano de quatro anos (1936) — conflitos entre Goering e Schacht — e da organização da economia de guerra — desgraça dos marechais Blomberg e Fritsch, em 1938. Não é de forma alguma, bem entendido, que a guerra não tenha correspondido aos interesses do grande capital alemão. É principalmente, neste caso, por causa das tentativas de «controlo», pelo Estado nacional-socialista, do processo de dominação do grande capital sobre os outros elementos do bloco no poder.

3. A ITALIA

I. O PROCESSO E AS CONTRADIÇÕES ECONOMICAS.

Antes de entrar no exame do processo de fascização e do fascismo em Itália, assinalemos que, apesar das origens relativamente diferentes, eles apresentam caracteres comuns aos do caso alemão. Assim, no quadro deste plano, que visa o exame dos casos concretos a título de *exemplos*, não insistiremos nesses caracteres, mas sim nas *diferenças* entre o caso italiano e o caso alemão.

Reencontram-se em Itália, com efeito, pelas razões atrás expostas, a crise e as contradições económicas no interior do bloco no poder. Mas, por um lado, estas contradições são mais profundas do que no caso alemão; por outro, e devido a esse facto, o fascismo, enquanto meio da hegemonia do grande capital, encontra resistências mais fortes por parte dos outros membros do bloco no poder. Assim, embora o processo de fascização seja mais curto do que na Alemanha — começa em fins de 1920-princípios de 1921, atinge o ponto de irreversibilidade no decorrer de 1921 e instala-se no poder em 1922 —, o processo de estabilização do fascismo no poder é muito mais lento. É só em 1925, três anos após a sua instalação no poder, que o fascismo italiano, com as *leis fascistíssimas*, se estabiliza, entrando na segunda fase do fascismo no poder.

Em primeiro lugar, a contradição entre *grande capital e grande propriedade agrária* que o problema do Mezzogiorno recobre — isto é, principalmente, a contradição entre bur-

guesia do Norte e agrários do Sul — é bem mais profunda aqui do que na Alemanha. O atraso da agricultura em relação à indústria é muito mais grave, no processo precoce e factício de concentração do capital face a uma forma de produção agrícola semifeudal. Se, durante a segunda metade do século XIX, a burguesia nascente e a grande propriedade agrária encontraram um terreno de entendimento na política proteccionista, as contradições surgem de novo com o processo acelerado de concentração do capital, a par de uma permanência das estruturas feudais de exploração agrícola. Com a crise que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, cava-se de forma catastrófica o fosso entre indústria e agricultura. Além disso, a ausência de acumulação de capital na agricultura deixa os agrários inteiramente à margem da industrialização; eles passam a jogar apenas na especulação fundiária.

Durante o primeiro período do processo de fascização, marcado por uma aceleração decisiva do ritmo de concentração do capital e por uma queda da produção e dos preços agrícolas, a contradição agrava-se. O que se manifesta na concorrência entre as duas grandes associações, criadas, precisamente em 1920, pelos grandes industriais (Confederação Geral da Indústria) e pelos agrários (Confederação Geral da Agricultura). Esta última opõe-se à política *fiscal* do Estado — de grande importância em Itália, no quadro do desenvolvimento factício do capitalismo — que reverte em benefício exclusivo da indústria, no contexto de um agravamento do deficit orçamental. De facto, a criação, em 1919, do Partido Popular — partido «camponês» — não é estranha a este conflito.¹

Verifica-se, pois, no caso italiano, e contra o que acontece no caso alemão, que a aliança tradicional entre a burguesia do Norte e os agrários do Sul é seriamente posta em causa pelo processo de concentração do capital e pela criação do grande capital. Se ela resiste no plano político, os germes explosivos que contêm ao nível económico são postos a claro.

E isto tanto mais quanto nela se enxertam contradições crescentes entre *grande e médio capital*, contradições ine-

1. R. Paris, *Les Origines du fascisme* (citado, daqui por diante, Paris I), págs. 54 e segs.

rentes ao processo de concentração do capital. Elas recobrem, também aqui, *parcialmente*, a contradição entre ramos de indústria: indústria pesada, de um lado, indústria de bens de consumo, do outro. Já em 1919 constitui-se, em Milão, a União Mecânica Metalúrgica Nacional, reagrupando as médias empresas apavoradas pela concentração.² Mas: verifica-se uma aliança entre o médio capital e os agrários contra a dominação económica do grande capital, o que é aqui possível em virtude da fraqueza económica do grande capital italiano e, também, da particular desigualdade do desenvolvimento do capitalismo em Itália, que permite uma convergência conjuntural dos interesses económicos do médio capital e dos agrários. Este esboço de aliança precisa-se, aliás, progressivamente, através, simultaneamente, da política do Partido Popular e da dos representantes do médio capital — que, em Itália, estão no poder durante o processo de fascização (Giolitti, Nitti, Bonomi, Facta).

A estas contradições económicas no interior do bloco no poder juntam-se, também aqui, as contradições, no próprio seio do grande capital, entre capital bancário e capital industrial. O processo de concentração do capital está menos avançado em Itália do que na Alemanha e reveste-se de um carácter precoce: por isso as contradições entre bancos e indústria são, aqui, particularmente vivas. Assiste-se a uma verdadeira ofensiva dos grandes industriais pelo controlo sobre os bancos — isto graças aos enormes lucros que retiraram da guerra, enquanto o capital bancário italiano, diferentemente do caso alemão, matém o seu carácter especulativo, hesitando em lançar-se na industrialização. O capital bancário procura defender-se deste assalto da grande indústria: em 1918, os 4 principais bancos italianos constituem-se em cartel.

Relativamente rechaçado, este assalto dá, no entanto, origem a intensas convulsões.³ No contexto da crise do após-

2. R. Paris, *Histoire du fascisme en Italie* (citado, daqui por diante, Paris II), pág. 132; A. Tasca, *Naissance du fascisme*, 1969, págs. 111 e segs.; R. Romeo, *Breve Storia della Grande Industria Italiana*, 1967.

3. Sobre esta contradição, R. Romeo, obra citada, págs. 128 e segs.; S. B. Clough, obra citada.

-guerra, em 1921, a *Ansaldo*, mastodonte industrial, que chegara a controlar a *Banca italiana di Sconto*, é levada à falência; a *Ilova*, que controlava a Lloyd Mediterranée, desmoro-na-se. O governo está dividido entre os dois antagonistas: Bonomi recusa o socorro do Estado à grande indústria, o que provoca a sua queda. Ao contrário do caso alemão, é só com o fascismo que o grande capital industrial monopolista estabelecerá a sua dominância sobre o capital bancário, no seio do grande capital.⁴

Todas estas contradições se exacerbam durante o segundo período do processo de fascização, e isto quando a «crise económica» do após-guerra é reabsorvida, nos fins de 1921: o índice, em percentagem, da produção industrial no produto global, que, de 30,6% em 1918, descera para 25,3% em 1921, sobe para 29% em 1922; o índice de produção aumenta em todos os ramos industriais; o deficit orçamental decresce consideravelmente, baixam os preços, diminui o desemprego. Mas exacerbam-se as contradições derivadas do processo de concentração do capital: rivalidades entre os dois grupos bancários que estão por detrás de Nitti e Giolitti, a *Banca di Sconto* e o Banco Comercial, que rebentam em 1921; contradição entre grande capital e médio capital, concretizada na oposição crescente do primeiro à política de «associação capital-trabalho» e de manutenção dos salários, prosseguida, tal como na Alemanha, pelos representantes políticos do médio capital (Giolitti); contradição entre grande capital e agrários, opondo-se o grande capital à política de fixação dos preços agrícolas — é a questão do «preço político do pão», que provoca, em 1921, a queda do governo Nitti — por um sistema fiscal que beneficia os agrários.

Ora, notam-se, a propósito do fascismo no poder, as duas particularidades seguintes em relação ao nacional-socialismo alemão:

Pela sua política económica, concretizada em toda uma série de medidas, o fascismo italiano intervém, de forma ainda mais pronunciada do que o nacional-socialismo, na dominação

4. P. Alatri, «La Crisi della classe dirigente...», in *Fascismo e Antifascismo*, 1963, pág. 66.

econômica do grande capital sobre a grande propriedade agrária. Enquanto a capitalização da agricultura tinha sido iniciada, na Alemanha, antes da instauração do nacional-socialismo, que a continuou intensificando-a, em Itália foi por meio do fascismo que ela se introduziu. Como o diz A. Rosenberg: «Mussolini apoiou os agrários do Sul na sua batalha contra a revolução agrária, mas não teve nunca tendência para devolver a esses senhores semifeudais a influência decisiva sobre o Estado que eles tiveram durante o período "liberal". O partido fascista foi e permaneceu sempre o partido do Norte moderno. [...] O fascismo quebrou a influência dominante dos círculos atrasados do centro e do sul da Itália. Para os agrários e o potentados locais do Sul, tratava-se do mal menor: eles sentiam, evidentemente, a revolução vermelha como o mal maior e foi por isso que apoiaram o fascismo. Mas sabiam também que, com a instauração do fascismo, teriam perdido o seu antigo reinado.»⁵ Esta é, sem dúvida, uma das razões pelas quais o Partido Popular conduziu, durante muito tempo, uma política de oposição ao fascismo. Finalmente, bem mais do que os agrários «semifeudais» do Sul, são os proprietários fundiários «capitalistas» e os grandes arrendatários do Norte e do Centro que apoiam o fascismo: o «fascismo rural» concentra-se no vale do Pô, em Emilia, na Toscana.⁶

Se a política econômica do fascismo intervém maciçamente, também aqui, na concentração do capital e na dominação econômica do grande capital sobre o capital médio, este processo é, no entanto, *mais longo*. Tendo em conta a fraqueza econômica do grande capital italiano, o fascismo deverá, durante muito tempo, tomar em consideração (e muito mais que o nazismo) os interesses econômicos do médio capital — é o primeiro período do «liberalismo econômico» do fas-

5. Rosenberg, *Der Faschismus...*, obra citada, págs. 111-112.

6. Estas contradições entre os agrários «semifeudais» do Sul e os grandes capitalistas fundiários manifestam-se, durante o processo de fascização, a propósito da *protecção aduaneira dos cereais*. Os agrários «semifeudais», com efeito, estão *principalmente* interessados na alta dos preços do cereal (protecção aduaneira), enquanto os capitalistas fundiários estão interessados, *principalmente*, na *renda e no aluguer da terra*.

cismo — e, subsidiariamente, os da indústria de bens de consumo.

II. GRANDE CAPITAL E AGRARIOS.

O problema das relações, no quadro do fascismo italiano, entre o grande capital e a grande propriedade agrária levanta, aliás, um problema de uma importância teórico-política capital: o das relações entre dois modos de produção que «coexistem» — de forma combinada — nesta formação: o *modo de produção capitalista (M. P. C.)*, que entrará já na fase de transição para a *dominância do capitalismo monopolista*, e o *modo de produção feudal*, ainda dominante no campo. Trata-se, como se sabe, de um problema que é hoje largamente discutido em relação ao terceiro mundo, e mais particularmente à América Latina.

As relações entre capitalismo monopolista e grande propriedade agrária são, com efeito, muito diferentes das relações entre o capitalismo pré-monopolista (de concorrência) e a mesma grande propriedade. Neste último caso, pode falar-se, em certas circunstâncias, de uma «coexistência» combinada do M. P. C., dominante na indústria, e do modo de produção feudal, ainda dominante no campo.⁷ Mas este termo «coexistência» não pode designar de forma adequada as suas relações aquando da dominância, no seio de uma formação, do capitalismo monopolista.

É que esta dominância implica a consolidação das condições de *reprodução alargada* do próprio M. P. C.. O estabelecimento da dominância do capitalismo monopolista implica, assim, concomitantemente, não apenas a dominância do M. P. C. sobre o modo de produção feudal no campo, mas realmente a *dissolução* deste último. Este modo não subsiste, então, senão sob a forma de «elementos» *subsumidos* no

7. O que não quer de forma alguma dizer que os dois modos de produção sejam impermeáveis: esta «coexistência» combinada pode permitir, em certos casos, como o italiano, a penetração do capitalismo no campo, sob a dominância do modo de produção feudal. Sublinho isto por causa da ambiguidade dos próprios termos de «coexistência» e de «combinação», que são ainda relativamente descritivos, na medida em que não podem designar exactamente as relações entre os dois modos de produção.

M. P. C., numa formação social onde só «coexistem», em sentido pleno, formas do M. P. C. (de concorrência, monopolista).⁸

A Itália oferece-nos, a este respeito, um exemplo característico. Com a precoce formação do grande capital financeiro assistia-se, efectivamente, antes da chegada do fascismo ao poder, a uma transição para a dominância do capitalismo monopolista, enquanto o modo de produção feudal era ainda, ao contrário do que acontecia no caso alemão, dominante nas relações de produção no campo. O papel do fascismo — batalha do cereal, bonificação integral, mecanização, transformação do estatuto do arrendamento, transformação dos pequenos rendeiros em operários agrícolas, etc. — foi precisamente o de estabelecer a dominância do capitalismo monopolista e do grande capital, eliminando o modo de produção feudal, enquanto tal, na agricultura.⁹

8. Pode, assim, perguntar-se se o termo «coexistência», em sentido pleno, de dois «modos de produção» numa formação social não se deveria reter (desde que se defina o modo de produção, como eu o fiz em *Poder político...*, pág. 10 [ed. port.: I vol., pág. 8], como conjunto de instâncias) unicamente para os períodos de transição de um para outro modo de produção. A «coexistência» do modo de produção feudal, em certos casos do período do capitalismo de concorrência, relevaria, assim do facto de se tratar, neste caso, de um período ainda fortemente marcado pela transição do feudalismo para o capitalismo. Em compensação, a progressiva dissolução do modo de produção feudal, durante a fase de transição para o estágio do capitalismo monopolista, proviria do facto de este estágio implicar a consolidação das condições de reprodução alargada do M. P. C.. Esta dissolução, aliás, não implica de forma alguma que o modo de produção feudal desapareça, pura e simplesmente, da formação social, mas sim que ele não exista, doravante, senão como simples forma de produção e enquanto «elementos» simples — que concernem, igualmente, a superestrutura.

9. Esta questão releva, essencialmente, das relações de produção. Esperar-se-á, pois, para demonstrar e fundamentar este ponto, pelo capítulo sobre «O fascismo e o campo» (mais à frente, II vol., pág. 47). Assinalemos, contudo, desde já, que esta questão, relevando precisamente das relações de produção, não depende das formas jurídicas da propriedade da terra. Como o mostrou Lenine, a introdução do capitalismo no campo não segue necessariamente a «via» histórica de uma partilha das terras (segundo o exemplo da Revolução Francesa); pode muito bem seguir a «via prussiana»,

Assim, através das contradições deste processo, o fascismo italiano mantém com a grande propriedade agrária relações diferentes das do nazismo (nos locais onde, na Alemanha, ela mantinha ainda características feudais). O fascismo impõe-lhe a viragem capitalista. Nesta conjuntura, a contradição entre agrários e grande capital aprofunda-se de forma muito mais grave do que na Alemanha, onde a viragem da capitalização dos agrários se tinha já realizado muito antes do nazismo.

Com efeito, verifica-se, por um lado, que a introdução maciça do capitalismo na agricultura dá, em Itália, resultados espectaculares: a produção cerealífera, nomeadamente, crónicamente deficitária, passa, em rendimento, de 10,5 quintais por ha, em 1909-1915, para 15,2 quintais por ha em 1932; a colheita passa de 4,85 milhões de toneladas, em 1909-1913, para 7,59 em 1935-1939, o que assegura o consumo nacional; notam-se, igualmente, notáveis progressos nos legumes e frutos.

Verifica-se, no entanto, por outro lado, que se intensifica a dominação económica do grande capital sobre a grande propriedade agrária. A proporção da indústria no produto nacional passa de 25,3%, em 1921, para 31,8% em 1929, e para 34,1% em 1940, enquanto a da agricultura baixa, nos mesmos períodos, de 46,3% para 38,4% e para 29,4%.¹⁰ O emprego de adubos químicos, que passa quase para o dobro entre 1922 e 1931, aproveita maciçamente ao grande capital (nomeadamente à *Montecatini*): o mesmo acontece com a mecanização (6 000 tractores em 1924, 41 000 em 1940), dado o alto grau de concentração deste ramo industrial.¹¹ Se a taxa de desenvolvimento do capital, entre 1920 e 1939, é de 1,50 na agricultura (1,35 para o período de 1894-1913), na indústria é de 2,58 (1,65 para o período de 1894-1913),¹² o que indica a baixa proporcional da renda

muito mais eficaz, e realizar-se sob a forma jurídica da grande propriedade agrária. Foi esta, precisamente, uma das vias que o fascismo italiano, por razões políticas, seguiu.

10. R. Romeo, obra citada, págs. 136-191; S. J. Woolf, in *The Nature of Fascism*, Woolf ed., 1969, págs. 119 e segs.

11. A. Giacomo, in *L'Economia italiana dal 1861 al 1961*, 1961, pág. 146.

12. Barberi, *ibidem*, pág. 676.

na repartição da mais-valia total. Aumenta a distância entre os preços industriais e os preços agrícolas.

Nesta contradição, particularmente viva em Itália, entre a grande propriedade agrária e o grande capital, o fascismo está ainda mais próximo do grande capital do que o nazismo, que não teve que fazer frente a esta contradição *sob esta forma*.



Ora, este fenómeno não foi correctamente diagnosticado — ou, pelo menos, não o foi em todos os seus aspectos — nem pela Internacional Comunista nem pelo partido comunista italiano. A Internacional Comunista, em primeiro lugar, sob a autoridade do seu presidente Zinoviev — relatório ao 4.º Congresso — considerou o fascismo italiano como a expressão principal, não do grande capital, mas da grande propriedade agrária «feudal» ou «semifeudal»: «Os fascistas são, antes de tudo, uma arma nas mãos dos *agrários*: a burguesia comercial e industrial segue cheia de terror esta experiência da *reação*, que considera como um bolchevismo negro.»¹³ O que deu origem a todas as interpretações erróneas do fascismo como fenómeno político próprio de uma formação social com predominância do sector agrícola: concepção devida, entre outras razões, à caracterização do fascismo como fenómeno «retardatário» e «retrógrado».

Politicamente mais interessante é a interpretação do fascismo pelo partido comunista italiano, do congresso de Lyon (1926) até depois de 1928. Em resumo, o P. C. I. considerou que o fascismo representa, indistintamente, os interesses do capital e dos grandes *agrários*, *nem sempre se podendo precisar nem qual é a força hegemónica — o grande capital — desta aliança, nem quais as razões e as formas desta hegemonia*.

Isto é nítido nas Teses de Lyon (1926): não obstante demarcarem-se relativamente à posição de Zinoviev, decla-

13. Discurso já citado de Zinoviev (ver também, a propósito desta interpretação, D. Desanti: *L'Internationale Communiste*, 1970, pág. 113). Ponto de vista ainda fortemente expresso, como se tem presente, durante o IX Pleno, de 1929.

ram que o fascismo «se propõe realizar a unidade orgânica» das classes dominantes — sem que seja precisado sob que força hegemónica esta unidade será realizada. O fascismo não é assim apreendido como cristalizador de uma modificação importante das relações entre grande capital e *agrários*: «Em substância, o fascismo não modifica o programa de conservação e de *reação* que sempre dominou a política italiana a não ser por uma simples maneira de conceber diferentemente o processo de unificação das forças reaccionárias.» O caso é, no essencial, o mesmo para Togliatti, nesta época: «O fascismo afirma-se definitivamente [...] como centro de unidade política de todas as classes dirigentes: capital financeiro, grande indústria, *agrários*.»¹⁴

14. Togliatti: «A proposito del fascismo», texto de 1928, reproduzido em *Società*, 1952, n.º 4 (ver, igualmente, mais à frente, a nota 17). Embora me veja aqui forçado a esquematizar, podem esboçar-se do seguinte modo as linhas gerais da concepção, a este respeito, do fascismo pelo P. C. italiano, até 1928: numa primeira etapa, as análises insistem na relação do fascismo com o conjunto das classes dominantes — mas, como vimos, enquanto Bordiga vê no fascismo o representante privilegiado da burguesia «mais avançada», Gramsci, em contrapartida, aproxima-se de Zinoviev e vê nele a expressão da *reação* dos *agrários* (e da pequena burguesia). É de assinalar, a propósito, que Togliatti atribui a Bordiga sem qualquer espécie de razão, a concepção do fascismo como representante dos *agrários* (*Lezioni sul fascismo*, obra citada). Foi mesmo a já mencionada intervenção de Bordiga no 4.º Congresso que impediu que a concepção de Zinoviev, retomada na *Mensagem* da Internacional Comunista ao proletariado italiano, de 20 de Novembro de 1922, figurasse nas Resoluções do 4.º Congresso. Bordiga, aliás, retomou as suas concepções no seu relatório sobre o fascismo ao 5.º Congresso (In *Protokoll*..., obra citada, págs. 715 e segs.). Mas voltemos à evolução do P. C. I.: nas *Teses de Lyon*, inspiradas por Gramsci, a posição (bem como a de Gramsci) muda. O fascismo já não é considerado como o representante privilegiado dos *agrários*, mas estes são, não obstante, postos no mesmo plano que as fracções da burguesia. Com efeito, se a tónica é colocada no carácter capitalista da formação italiana, as *Teses* insistem na «heterogeneidade» dos «dois sectores» em Itália e em sítio nenhum se põe em evidência o papel doravante hegemónico do grande capital monopolista (*Tesi sulla situazione italiana...*, in *Trent'anni di vita e di lotte del P. C. I.*, 1952). P. Spriano (*Storia del Partito comunista italiano*, 1967, T. I, pág. 493) parece-me, assim não ter razão em considerar que as análises de Gramsci, e as *Teses de Lyon*, contêm já os elementos essenciais da definição do fascismo por Dimitrov.

Qual é a concepção que subtende esta caracterização? Tratar-se-ia de uma aliança entre capital monopolista e grande propriedade agrária de carácter *feudal* persistente — na medida em que, sob o fascismo italiano, o capitalismo monopolista estaria em vias de se desenvolver em «coexistência» com as estruturas feudais da agricultura. Como o disse, ainda recentemente, E. Serreni: «A revolução socialista [...] deverá significar a transformação destas estruturas de base capitalistas, que se desenvolveram, no nosso país, com o aparecimento das novas formas do capitalismo monopolista, *enxertadas no velho tronco feudal*, e que o derrubamento da ditadura fascista não conseguiu liquidar.»¹⁵

Esta interpretação conduz, de facto, a uma separação por «etapas» da *revolução democrática* — ainda por fazer — e da *revolução socialista*: ela implica, politicamente, para a transição para o socialismo, alianças que se estendem à *média burguesia*, tendo por objectivo comum a liquidação de um modo de produção feudal que existiria *ainda* no campo. Sabe-se, aliás, que, num outro contexto, esta tese da «coexistência» de um capitalismo monopolista dominante e do modo de produção feudal subtende as actuais análises dos partidos comunistas da América Latina. Estes preconizam uma luta contra as formas ditatoriais através de alianças com o médio capital — baptizado, na circunstância, de «burguesia nacional» — pela liquidação da «feudalidade» e por uma «revolução democrática nacional», que precederia a revolução socialista.

Quanto ao fascismo italiano, este programa de alianças foi posto em prática pelo P. C. I. com a «frente antifascista»: a tese do feudalismo persistente veio corroborar, aqui, a linha preconizada por Dimitrov relativamente às alianças. Esta linha, para mais, reclamou-se de Gramsci, apoiando-se nas suas posições sobre o *Risorgimento* como «revolução falhada» porque deixando persistir — contrariamente à Revolução Francesa — a grande propriedade agrária e, portanto, o feudalismo: Gramsci concebia, sobretudo, a introdução do capitalismo na agricultura segundo o modelo francês, isto é, o de

15. «Antifascismo, democrazia, socialismo nella rivoluzione italiana», *Crítica marxista*, Setembro-Dezembro de 1966, pág. 28.

uma divisão dos grandes domínios feudais.¹⁶ Concluiu-se, assim, que a persistência da grande propriedade agrária significa, automaticamente, persistência do feudalismo — consistindo então a tarefa em completar a revolução e a «unidade nacional» que o *Risorgimento* não levava até ao fim.

Mas isto é um enorme *quiproquo* — e que não é o único — mantido em torno de Gramsci. É verdade que Gramsci parece negligenciar o problema dos efeitos do capitalismo monopolista sobre a agricultura; é verdade, também, que o próprio Gramsci sustenta a tese do fascismo italiano como representante do «bloco» capital-agrários, sem distinguir nitidamente a força hegemónica deste bloco. Mas, em compensação, Gramsci nunca se afastou de uma linha de aliança do proletariado do Norte com o campesinato pobre do Sul, contra os agrários e o *conjunto da burguesia*, incluindo, aliás, este conjunto no «bloco» em questão.¹⁷

III. A CRISE E O PROCESSO POLITICO-IDEOLOGICO.

No que concerne o processo de fascização em Itália no plano da luta política, verificam-se traços comuns aos do processo de fascização na Alemanha, mas também traços distintos. É que a burguesia italiana tinha conseguido, apesar da sua fraqueza económica e ao contrário do que acon-

16. De facto, se é verdade que, até à dominância do capitalismo monopolista os caracteres feudais continuavam a ser dominantes na agricultura italiana, isto não se devia, como Gramsci pensava, a uma ausência de divisão das terras, mas antes às próprias formas das relações de produção no campo.

17. As contradições que explicam, e que reflectem, este quiproquo são nítidas nos textos consecutivos de Togliatti sobre o fascismo. O seu texto já mencionado de 1928 exprime ainda a concepção, de Gramsci e das *Teses de Lyon*, do fascismo como «frente única» e «unidade orgânica» do conjunto da burguesia e dos agrários. Concepção que, se deixa escapar o problema da hegemonia do grande capital monopolista, tem, no entanto, o mérito de insistir na relação entre o fascismo e o *conjunto da burguesia* (incluindo o médio capital). Nas suas *Lezioni sul fascismo*, de 1935 (obra citada), Togliatti faz uma autocritica e adopta a definição do fascismo dada pelo XIII Pleno da Internacional Comunista (1933), que será consagrada por Dimitrov. No entanto, se Togliatti exclui assim, ainda implicitamente o médio capital (a «burguesia liberal») do bloco fascista, *ele parece conservar a concepção de Gramsci*

tecera na Alemanha com a revolução a partir de cima, dirigir politicamente o processo da revolução democrática burguesa — o Risorgimento. Mas só o pôde fazer à custa de importantes concessões político-económicas à grande propriedade agrária. Em última análise, quer-nos bem parecer que os agrários alemães detiveram, na evolução do Estado bismarckiano — realizado, no entanto, sob o reinado da nobreza agrária — menos poder político do que os agrários de Itália, favorecidos pelo pronunciado fracasso da unidade nacional e pela distinção político-administrativa entre o Norte e o Sul. Por outro lado, e por meio deste processo de direcção política e desta aliança burguesia/agrários, o médio capital conseguiu, pelas suas organizações políticas — sobretudo o Partido Liberal —, adquirir certas posições de força no seio do Estado, muito mais importantes do que as que detinha o médio capital alemão.

Também no caso italiano, e a partir de 1920, se assiste a uma ofensiva do grande capital pela sua hegemonia política no seio do bloco no poder. Esta ofensiva consegue abalar seriamente a hegemonia do médio capital, restabelecida depois do fim da guerra, e abre assim o período de *instabilidade hegemónica*. No entanto, se esta ofensiva é obra dos representantes «oficiais» do grande capital (em parti-

sobre os agrários. Com efeito, ao mesmo tempo que insiste, desta vez, no carácter muito avançado e concentrado do capitalismo em Itália e no papel hegemónico do capitalismo monopolista — o que não fora feito anteriormente —, Togliatti mantém a *distinção*, em Itália, sob o fascismo, dos «dois sectores» (um sector capitalista de carácter monopolista e um sector agrário muito atrasado, até mesmo feudal), sem ver a *penetração* do capitalismo na agricultura (*ibidem*, págs. 10-11). Daqui por diante, esta tese do «feudalismo persistente», em aparente continuidade com as análises anteriores, muda inteiramente de função: ela não fará mais que corroborar a estratégia de alianças preconizada por Dimitrov. De notar, finalmente, no que diz respeito a Gramsci, que ele insistiu efectivamente, na necessidade de combater o fascismo por uma «*revolução popular antifascista*»: mas unicamente no sentido em que ele se erguia contra a táctica que preconizava, como objectivo imediato da luta contra o fascismo, a instauração da república dos soviets e em que previa a necessidade de objectivos transitórios. Gramsci, de facto, não foi, em sentido algum, o apóstolo de Dimitrov.

cular do grupo Orlando-Sonnino-Salandra¹⁸), ela passa principalmente, devido às posições políticas de força adquiridas aqui pelo médio capital, pela própria mediação dos representantes políticos deste. Nisto reside todo o problema da cisão destes representantes em dois grupos principais: os que seguem Nitti, cuja aproximação com o grande capital é cada vez mais marcada, e os que seguem Giolitti. Quando a este último, e se bem que conduza uma política inspirada pelos interesses do médio capital — «colaboração de classe» com a classe operária —, também ele é, progressivamente, conquistado pelo grande capital.¹⁹

Esta ofensiva do grande capital é, também aqui, relativamente rechaçada pelas resistências do médio capital e dos agrários. Estes últimos continuam, sob o reinado do médio capital, a manter as suas posições políticas, por meio de um verdadeiro Estado no Estado no Sul. Eles inquietam-se com a aproximação entre os nacionalistas e o grande capital, mas também com o controlo dos «liberais» pelo grande capital.²⁰ A sua resistência manifesta-se, entre outras coisas, através do papel político do Partido Popular, partido católico de composição diversa — encontram-se nele camponeses pobres — mas que representa fundamentalmente os interesses da grande propriedade. Este partido cristaliza, essencialmente, a resistência dos agrários ao controlo dos representantes do médio capital pelo grande: a hegemonia do médio capital deixava intacto o seu poder político no Sul. Foi graças a esta ambivalência que a política do Partido Popular de Don Sturzo conseguiu, por vezes, apresentar-se como «progressista».²¹

Estas contradições exacerbam-se a partir de 1921, ano que, com o ponto de irreversibilidade, abre o período de inca-

18. L. Salvatorelli e G. Mira, *Storia d'Italia nel periodo fascista*, 1964, págs. 115 e segs.; E. Santarelli, *Storia del movimento e del regime fascista*, 1967, T. I, págs. 167 e segs., 245 e segs.

19. A. Tasca, obra citada, págs. 79 e segs.

20. U. Terracini *La situation italienne*, in *Imprekorr*, ed. alemã, n.º 216, Novembro de 1922.

21. O Partido Popular está, muitas vezes, durante o processo de fascização, presente no governo ao lado de representantes do médio capital — índice da aproximação assinalada entre agrários e médio capital contra o grande. Mas também não hesita em votar com os socialistas contra o governo (é o que acontece durante o primeiro ministério Facta, em Julho de 1922), reacção

pacidade hegemónica, sob o último ministério Giolitti.²³ Este não abandona os seus projectos de reformas, que lesavam os agrários do Sul em proveito do grande capital. Ele aproxima-se cada vez mais do grande capital, tentando manter, ao mesmo tempo, os seus laços de representatividade com o médio capital — projecto de estabelecimento da nominatividade dos títulos, que lesava directamente os interesses do Vaticano e do Banco de Roma, instituição de uma comissão de inquérito sobre os lucros de guerra, etc. Esta situação prolonga-se com Bonomi e Facta.

Ora, as resistências a esta ofensiva do grande capital pela hegemonia são, em Itália, mais fortes do que na Alemanha. O que determina certas particularidades do processo de fascização em Itália:

a) *A cena política* — neste caso, o Parlamento — na qual reinam os representantes do médio capital, que dispõem de um aparelho de Estado moldado a seu geito, continua a revestir-se, até ao fim do processo e mesmo após a instalação do fascismo no poder, de uma importância maior do que na Alemanha. A distinção entre aparelhos de Estado, em que se manifestam diferentes forças políticas, é menos acentuada do que na Alemanha — com excepção do Estado no Estado do

contra o «controlo» em questão (A. Repaci, in *Fascismo e anti-fascismo*, págs. 128 e segs., mas, sobretudo, G. Salvemini, *Le Origini del fascismo in Italia*, 1966, págs. 140 e segs.). Salvemini assinala muito bem que, por um lado, o Partido Popular, por causa da sua base «popular» no campo (entre os 1 189 000 membros, em 1920, dos sindicatos católicos, 945 000 pertenciam às classes populares do campo), e no contexto da crise italiana, apoia as reivindicações populares — o que o distingue das organizações católicas de antes da guerra; mas assinala também: «Mas o partido sentia o peso de todos os conservadores que, no período de antes da guerra, haviam controlado o movimento político italiano [...]; estes tinham o apoio do Vaticano. Tratava-se de aristocratas, de grandes proprietários e de outras solenes personagens...» (pág. 146). São os agrários que determinam a política geral deste partido: está-se aqui face ao fenómeno típico, assinalado por Marx e Engels em *O Manifesto*, do «socialismo feudal», ideologia utilizada pelos agrários a fim de ganharem o apoio das massas populares contra o capital. A «oposição» do Partido Popular ao fascismo deve-se, essencialmente, à contradição agrários/grande capital.

22. Gramsci, *L'Ordine nuovo*, págs. 333 e segs.

Sul, que levanta um problema diferente.²³ Não é que não exista, também aqui, uma dissociação entre *poder real e poder formal*; mas a cena política parlamentar conserva uma existência própria. A ofensiva do grande capital, e as resistências a ela, continuam a ter esta cena como ponto de impacto importante: o fascismo italiano, mais que o nazismo, é obrigado a seguir um processo particular de compromisso nesta cena.

b) A ruptura do laço de representatividade entre o médio capital e os seus representantes tem *um ritmo mais lento*, por causa, principalmente, das posições de força do médio capital no Estado. Ela só se completa após a subida do fascismo ao poder — uma, entre outras, das razões do longo primeiro período do fascismo no poder e da sua política de circunspecção em relação a estes representantes.

Durante o primeiro período do processo de fascização verifica-se, também aqui, a dissociação do poder real e do poder formal e a ruptura do laço de representatividade partidária, ao menos no que concerne o grande capital e os agrários.²⁴ aumento, a partir de 1920, da importância do papel dos organismos económico-corporativos (Confederação da Indústria, Confederação da Agricultura), pondo em curto-circuito o papel dos partidos políticos; constituição de organizações paramilitares em núcleos organizacionais de classe: criação dos corpos armados por d'Annunzio. As *squadre* paramilitares formam-se, aliás, fora dos *fasci*, mesmo se a maioria dos fascistas nelas participam.²⁵ O grande capital orienta-se para um golpe de Estado e uma solução de *ditadura militar* com o duque de Aosta: o papal político do exército, com os generais Diaz e Badoglio, aumenta.

Chegado ao ponto de irreversibilidade, este processo intensifica-se, acentuando, por outro lado, a ruptura do grande capital e dos agrários com os seus representantes políticos próprios, mas também com os do médio capital, que continuam, no entanto, a tentar controlar: constituição, em 1921, de uma federação de todas as uniões antibolcheviques e organizações cívicas de Itália, em conflito declarado com os representantes do médio capital; constituição do comité de

23. Ver neste sentido, A. Rosenberg, obra citada, pág. 95.

24. Gramsci, *L'Ordine nuovo*, págs. 109 e segs.

25. M. Gallo, *L'Italie de Mussolini*, 1966, pág. 98.

entendimento nacionalistas-fascistas para a criação do bloco nacional-fascista; constituição maciça de grupos paramilitares no campo, em declarada oposição ao Partido Popular; decomposição acentuada do próprio Partido Liberal, onde domina agora a ala direita de Salandra, e organização desta ala em corpo paramilitar próprio — os «*squadriste*» *liberais*.²⁶

Que se passa, agora, do lado dos representantes políticos do médio capital? Enquanto na Alemanha estes representantes se voltavam para projectos de ditadura militar, desconfiavam fortemente do partido nacional-socialista e não estavam decididos a utilizá-lo senão em último recurso, os do médio capital italiano — os «liberais de esquerda» — aproximavam-se do partido fascista.²⁷ Com Giolitti à cabeça, mas também Nitti, eles apresentavam-se, em 1921, em «listas nacionais» — que reuniam a maior parte dos partidos italianos, dos liberais aos fascistas: estas listas permitiram a eleição de 35 deputados fascistas. O projecto de Giolitti era o de uma Constituinte que instaurasse o «endurecimento» do Estado, mas através do reforço do papel do Parlamento, no interior do qual ele se poderia apoiar num fascismo «parlamentarizado».²⁸

A neutralização das oposições do médio capital no momento da instauração do fascismo fez-se pois, aqui, principalmente por intermédio dos seus próprios representantes políticos,

26. Salvatorelli e Mira, obra citada, págs. 193 e segs.

27. A. Tasca, obra citada, págs. 255 e segs.

28. Isto, essencialmente, porque a política de «colaboração de classe» dos representantes do médio capital, inaugurada por Giolitti e fundada numa aproximação entre a burguesia industrial e a classe operária, aproximação feita à custa do *campesinato meridional* (A. Gramsci, *Alcune note sulla questione meridionale*), assentava por causa deste facto e da fraqueza da burguesia italiana, numa forma de Estado com um base eleitoral *muito restrita*. Após o fim da guerra, com as reformas eleitorais arrancadas pelas massas populares, com a viragem «maximalista» da social-democracia (recusando a «colaboração de classe» oficial) e com o levantamento popular das massas camponesas, amplamente socialistas, os representantes «liberais» do médio capital — Giolitti, Bonomi, Facta — não vêem, daí em diante, outra solução que não seja o esmagamento «parlamentar» da social-democracia através do partido fascista. (P. Alatri, *Le Origini del fascismo*, 1963, págs. 33 e segs.).

cujo laço de representatividade com o médio capital se mantém, embora abalado, ao longo de todo o processo de fascização. O que o fascismo italiano só conseguiu fazer através de um «jogo» de compromissos políticos em relação a estes representantes.²⁹

■

Esta crise de representação partidária vai a par, também em Itália, com uma crise profunda da ideologia dominante.³⁰ Certas particularidades distinguem-na, no entanto, da crise alemã.

O processo de transição para o capitalismo fez-se aqui sob a direcção política da burguesia do Norte. Verifica-se nele a formação de *uma ideologia própria da burguesia*, e que é preponderante no sistema ideológico dominante em Itália. Trata-se da ideologia nacionalista e liberal no movimento de Mazzini. É verdade que o aspecto liberal desta ideologia é posto em causa — fenómeno Crispi — pelo intervencionismo marcado e constante do Estado durante o processo do capitalismo em Itália; o que não impede que se note efectivamente aqui a permanência de uma ideologia nacionalista-liberal, característica das revoluções democráticas burguesas.

Esta ideologia nacionalista-liberal está em plena crise após a Primeira Guerra Mundial. Em primeiro lugar, ela já não corresponde aos interesses do grande capital italiano, que passa a uma ofensiva ideológica. Mas, enquanto na Alemanha esta ofensiva se faz através da conivência da ideologia imperialista e da ideologia feudal «transformada», ela faz-se aqui, em virtude da contradição grande capital / propriedade agrária e da dominância desta ideologia burguesa específica, por uma tentativa de *transmutação, de algum modo «continua»*.

29. L. Basso, «Le Origini del fascismo», in *Fascismo e antifascismo*, págs. 19 e segs.

30. Sobre o que se segue há informações importantes em P. Alatri, obra citada págs. 5 e segs., e Santarelli, obra citada, págs. 85 e segs.

desta ideologia «nacionalista-liberal» em ideologia «imperialista-fascista».³¹

Por outras palavras, o grande capital, ao mesmo tempo que põe em causa o aspecto liberal desta ideologia, parece situar-se na linha directa da tradição nacionalista-liberal. Ele açambarca e transforma o aspecto nacionalista desta ideologia: em particular, explora o sentimento da usurpação pelas grandes potências dos frutos da intervenção italiana na guerra. A ideologia «nacionalista-imperialista» da política de expansão e de anexações, da política de «intervencionismo de direita» durante a guerra, do movimento de d'Annunzio — ocupação de Fiume —, etc., apresenta-se como o prolongamento do movimento garibaldino de unidade nacional do Risorgimento.³² Foi este o caso de numerosos movimentos ideológicos nacionalistas que, à semelhança do caso alemão, surgem em Itália — nomeadamente o da A. N. I. (Associação Nacionalista Italiana), que iria desempenhar um papel muito importante depois da guerra.

O médio capital reagiu fortemente a esta ofensiva ideológica do grande capital: todo o aspecto ideológico da oposição à participação na guerra — não-intervencionismo — e a ideologia giolittina liberal da «associação capital-trabalho», quando o nacionalismo imperialista se ergue cada vez mais contra aquilo que designa por «monarquia socialista» giolittina. No entanto, esta ofensiva ideológica do grande capital é feita dissimuladamente, na medida em que se mascara sob a directa apropriação de certos aspectos da ideologia nacionalista-liberal, que foi a ideologia do médio capital italiano.

31. A. Gramsci, *L'Ordine nuovo*, págs. 351 e segs. Assim, de forma bem mais nítida do que na Alemanha (onde este processo se caracteriza pela colusão de subsistemas ideológicos muito diversos), pode verificar-se aqui a relação entre a ideologia «nacionalista-liberal» tradicional da burguesia e a ideologia fascista, em suma: descobrir os «germes fascistas» contidos na ideologia «liberal». Fenómeno tanto mais importante quanto os teóricos burgueses do fascismo, escudando-se por detrás da complexidade do caso alemão, afirmam haver uma oposição, pretensamente irreductível, entre «ideologia liberal» e «ideologia fascista».

32. A. Tasca, obra citada, págs. 57 e segs., 71 e segs.

O próprio fascismo italiano se inseriu, precisamente, nesta ofensiva ideológica: ele está longe de apresentar a originalidade ideológica do nacional-socialismo alemão. A ofensiva ideológica do grande capital e do fascismo italianos, feita a coberto da «tradição» nacionalista do médio capital — os *camisas castanhas* de Mussolini, pôde escrevê-lo A. Rosenberg, apresentaram-se como os continuadores dos *camisas vermelhas* de Garibaldi —, é uma das razões da neutralização das oposições do médio capital no momento da subida do fascismo ao poder e do apoio muito particular que este recebeu por parte dos representantes «liberais» do médio capital.

A reacção da ideologia feudal a esta ofensiva ideológica do grande capital, sob a forma de «ressurgimento» do *Risorgimento*, também não se fez esperar. Se o aspecto «expansionista» da ideologia imperialista convinha aos agrários do Sul, isso não acontece, como na Alemanha, por causa da convivência entre uma ideologia feudal «transformada», de uma classe que fizera já a viragem capitalista, e uma ideologia imperialista. O expansionismo e o intervencionismo não correspondiam, ainda, aos interesses económicos da feudalidade agrária italiana — limitavam-se a cobrir, para ela, interesses políticos conjunturais. Como no caso da guerra da Líbia, onde se tratava de acenar aos camponeses pobres com a conquista de terras estrangeiras, para iludir o problema da divisão das suas próprias terras. Enfim, a feudalidade agrária do Sul via com inquietação o aspecto de «unidade italiana» — «tradicional» — que acompanhava o expansionismo da ideologia imperialista, testemunho de uma ofensiva do grande capital pela sua hegemonia, e do risco de abolição dos privilégios políticos dos agrários.

Desta forma, ao contrário do caso alemão, regista-se aqui uma oposição directa entre ideologia feudal «clássica» e ideologia imperialista. O que se manifesta por um característico ressurgimento do *socialismo feudal*, fortemente marcado pelo *catolicismo* (muito nítido na ideologia do Partido Popular), em oposição directa à ideologia imperialista expansionista, intervencionista e de unidade italiana do grande capital.

Também em Itália se encontram os movimentos de crítica contra a ideologia dominante, vindos de círculos ligados ao bloco no poder, e que, sob a sua forma «anticapitalista», exprimem a influência, no interior desta crise ideológica generalizada, da ideologia pequeno-burguesa e da ideologia operária. Foi, entre outros, o caso do grupo da revista *La Voce*, que reconcilia em torno de si nacionalistas como Papini e socialistas como Salvemini; do vasto movimento ideológico criado a partir das obras de A. Oriani, que conciliam o nacionalismo com um pronunciado «populismo»; do grupo que se tornou mais tarde o partido político futurista, profundamente anticlerical, preconizando a socialização das terras, o Estado corporativo, etc. No entanto, estes ataques de feitura «anticapitalista» contra a ideologia dominante fazem-se sob a máscara «tradicional» da ideologia nacionalista clássica. É o retomar do tema do «Risorgimento: revolução falhada» e o preconizar de um novo Risorgimento, que complete a obra do primeiro,³³ como acontece com Oriani, que gostava de opor à Itália artificial, «burguesa», saída desse Risorgimento inacabado, uma Itália renovando-se numa vasta renascença popular.³⁴ É desta forma, e a coberto desta máscara, que se fará, aliás, a junção, a partir do ponto de irreversibilidade, entre estes movimentos ideológicos — movimento de d'Annunzio, futuristas, etc. — e o fascismo.

Por outro lado, também se nota em Itália, com os começos do progresso de fascização e seguindo as suas etapas, o peso político cada vez mais decisivo dos aparelhos ideológicos — locais, simultaneamente, de deflagração das contradições ideológicas assinaladas e da ofensiva ideológica do grande capital: a *Universidade*, onde esta ofensiva se manifesta com uma insistência particular no aspecto nacionalista garibaldino da ideologia imperialista, isto por intermédio, sobretudo, do movimento de d'Annunzio; a *Igreja*, local onde se manifestam, ao mesmo tempo, a ofensiva ideológica do grande capital e a reacção feudal a esta ofensiva, etc.

33. É o caso, nomeadamente, do tristemente célebre «liberal-fascista» G. Gentile, *Origini e dottrina del fascismo*.

34. Paris I, pág. 40.

Enfim, também aqui, ruptura progressiva, marcada de forma decisiva pelos inícios do processo de fascização, entre os representantes políticos do bloco no poder e os seus «funcionários da ideologia»-cães de guarda. Que é, no entanto, realizada de forma particular: bastante pouco, ao contrário do que se passou na Alemanha, por ataques directos contra o liberalismo parlamentar, mas sim, na medida em que tudo isto se desenrola a coberto do nacionalismo «tradicional», através da reivindicação de uma «mudança das elites».

O processo de fascização corresponde, também em Itália, a uma etapa de *estratégia ofensiva* por parte do bloco no poder e, em particular, do grande capital. O plano é esboçado já em 7 de Março de 1920, pela primeira Conferência nacional dos industriais italianos, que confirma a preponderância da *Confindustria* sobre o conjunto da economia. Giolitti é encarregado de o executar. Na realidade, este plano só poderá ser aplicado após a viragem na efectiva relação das forças em presença, viragem que marca o fim da estabilização, isto é, após o movimento de ocupação de fábricas no Verão de 1920: o malogro deste movimento abre o caminho à etapa ofensiva do grande capital. O movimento de *lock-out* generaliza-se, o das greves está em nítido declínio.³⁵ No ponto de irreversibilidade, após a constituição do movimento fascista em partido e o pacto de pacificação socialistas-fascistas, com o governo Bonomi (Outubro de 1921), esta ofensiva acentua-se: suspensão da nominatividade dos títulos, em proveito do Banco de Roma, com Bonomi, aumento das subvenções às indústrias e aos grupos financeiros, com Facta. Ela põe directamente em causa, entre outras coisas pela inflação, as conquistas do movimento de ocupação de fábricas: aumento de salários e direitos sindicais de «controlo» na empresa. O salário real médio cai, com base num índice 100 estabelecido para 1913, de 127 em 1921 para 123 em 1922.

35. A. Tasca, págs. 103 e segs.

Tudo isto é ainda insuficiente para o grande capital: os representantes do médio capital continuam voltados para a política de «colaboração de classe». O grande capital rompe com os representantes do médio capital já com o último governo Giolitti, julgado demasiado indulgente em relação às reivindicações dos grevistas de 1920. Este processo intensifica-se com Bonomi e Facta, julgados ainda demasiado conciliadores em relação às massas populares.

Mas é no plano político que esta ofensiva se torna patente. Indicaram-se as grandes linhas: voltaremos a elas no momento do exame do processo de fascização no aparelho de Estado.

IV. O PARTIDO FASCISTA, O FASCISMO E AS CLASSES E FRACÇÕES DOMINANTES. HEGEMONIA E CLASSE REINANTE.

A última questão diz respeito à relação do fascismo e do partido fascista com o bloco no poder e, em particular, com o grande capital. Também aqui, o movimento, que data do período da guerra, como movimento em favor da intervenção, parece esmagado no após-guerra.³⁶ Reorganizado a partir de 1919, sob a forma de *fasci di combattimento*, quer dizer: essencialmente como bandos armados e corpos francos, vai vivendo até ao Verão de 1920. É a partir da viragem da etapa ofensiva da burguesia que o movimento fascista assume o carácter de movimento político de massa. Enquanto, nos começos de 1920, havia na Itália trinta e um *fasci*, agrupando 870 aderentes, o movimento fascista passa, em Dezembro desse ano, para 20 000 aderentes e, um ano mais tarde, para mais de 200 000 aderentes.³⁷

É dos inícios do processo de fascização — 1920 — que data o apoio (ainda assaz circunspecto, no entanto) do grande capital ao movimento fascista, apoio que se manifesta nos subsídios que dá ao movimento. Apoio bastante prudente ainda, ao contrário do caso alemão, porque o *fascismo italiano*

tem que resolver primeiro a questão das suas relações com os agrários.³⁸ questão cuja importância foi sublinhada e que deriva da forma particularmente aguda, em Itália, da contra-dição grande capital/agrários.

Com efeito, enquanto Mussolini concebera como centro de actividade do fascismo italiano o *quadro urbano*, desenvolve-se, a partir de 1920, enquadrado na ofensiva da grande propriedade agrária, o *fascismo rural*, sob a direcção de D. Grandi e de Italo Balbo. O fascismo rural, constituído principalmente sob a forma de corpos francos, ataca as ligas camponesas, compostas de operários agrícolas e de camponeses pobres, sob instigação comunista e socialista — ligas vermelhas — ou mesmo católica — ligas brancas.

Ora, em Junho de 1921, Mussolini decide fazer um compromisso tático com os representantes políticos do médio capital e, ao mesmo tempo, aproximar-se ainda mais do grande capital. Apresenta-se às eleições nas «listas nacionais» e, em Agosto de 1921, decide-se, por iniciativa de Bonomi, ao pacto de pacificação com os socialistas — com quem ainda contam os representantes do médio capital para prosseguir a sua política de colaboração de classes. Com isto, Mussolini tenta jugular o *fascismo rural*. O pacto de pacificação e a parlamentarização do movimento fascista são vivamente sentidos como aquilo que realmente são: entre outras coisas, uma manobra dirigida contra o fascismo rural, assente num terror branco constante no campo.

Isto produziu uma grave crise no seio do movimento fascista, que levou a uma verdadeira luta pelo poder entre Mussolini e os *chefes provinciais*, e até mesmo os paladinos do fascismo rural, nomeadamente os *fasci* de Emilia e da Romanha, sob a égide de D. Grandi. No Congresso de Roma de Novembro de 1921, Mussolini, que propõe a transformação do movimento fascista em partido, sai vencedor do fascismo rural. Paralelamente, assiste-se a uma primeira ruptura com a ala «esquerdizante» sindicalista do movimento, representada por Farinacci, e à primeira viragem de abandono dos temas sindicalistas «esquerdizantes» do partido fascista.

36. G. Salvemini *Scritti sul fascismo*, 1961, págs. 385 e segs.

37. E. Nolte, *Der Faschismus in seiner Epoche*, 1965, págs. 253 e segs.

38. A. Tasca, obra citada, págs. 175 e segs.; L. Salvatorelli e G. Mira, obra citada, págs. 200 e segs.

O novo partido fascista estabelece, doravante, efectivas relações políticas organizacionais com o grande capital. Os apoios financeiros abundam desde então.

Por outro lado, o partido fascista empenhar-se-á em neutralizar a oposição do médio capital e dos seus representantes. O que se fará pela viragem «liberal» do partido fascista, inaugurada já durante as eleições de Junho de 1921, em que Mussolini declara: «...É preciso reduzir o Estado à sua expressão puramente jurídica e política. Que o Estado nos dê uma polícia, para proteger as pessoas honestas dos bandidos, uma justiça bem organizada, um exército pronto para todas as eventualidades, uma política externa adaptada às necessidades nacionais. Tudo o resto, e não excluir sequer as escolas secundárias, deve regressar à actividade privada do individuo. Se quereis salvar o Estado, deveis abolir o Estado colectivista, tal como nos foi transmitido pela força das coisas e pela guerra, e voltar ao *Estado manchesteriano*.» Declarações que visavam mascarar o papel de Estado intervencionista que irá ter o Estado fascista em favor do grande capital e que se destinavam precisamente à neutralização das oposições do médio capital.

A partir de agora, o caminho está aberto: em Fevereiro de 1922, com a eleição do novo papa, Pio XI, antigo cardeal de Milão e pró-fascista notório, está garantido o apoio do Vaticano ao fascismo: o Vaticano desaprova a política de oposição ao fascismo do Partido Popular, dirigido por Don Sturzo.³⁹ Em Agosto de 1922, Mussolini abandona os seus projectos «republicanos» e aceita a manutenção da monarquia — que, ao contrário do que acontecia no caso alemão, onde ela estava principalmente ligada à grande propriedade agrária, estava, em Itália, ligada ao capital, sobretudo ao médio capital «tradicional». Enfim, em Setembro de 1922, o partido fascista subordina a si mesmo o movimento nacionalista de d'Annunzio, através da constituição do partido nacional-fascista.

O laço político do partido fascista com as massas populares permanece, no entanto, durante este último período, muito

39. G. Salvemini, *Le Origini del fascismo in Italia*, págs. 351 e segs.

forte. Ao que é preciso acrescentar a desconfiança do grande capital face aos compromissos políticos do fascismo com os representantes do médio capital. Também aqui o grande capital joga, paralelamente, em segunda posição, a cartada de uma ditadura militar, apoiada no movimento nacionalista de d'Annunzio.

Com a ascensão do fascismo ao poder, verifica-se o estabelecimento progressivo da *hegemonia política do grande capital*. Ela tem, em última análise, o mesmo sentido que a estabelecida na Alemanha, embora se faça com um ritmo mais lento e por vias relativamente diferentes. Da marcha sobre Roma (1922) à proclamação das *leis fascistíssimas*, o fascismo segue uma via de compromisso em relação ao médio capital, a fim de consumir a ruptura deste com os seus representantes políticos. A partir de 1925, assiste-se à dissolução do *conjunto* das organizações políticas próprias do bloco no poder: o partido fascista reina, doravante, sozinho na cena política.

Paralelamente, assiste-se a uma depuração, nas fileiras do fascismo, da sua ala «esquerdizante», que reclama, já em 1923, a «segunda revolução» — anticapitalista.⁴⁰ Partidários de Mussolini e partidários da «segunda revolução» defrontam-se, por vezes, a tiro de metralhadora. Onde, em 1923, a primeira depuração, que afecta cerca de 150 000 fascistas, a maior parte dos quais havia participado na marcha sobre Roma. Em 1925-1926, marcando a viragem da segunda etapa do fascismo no poder, a da sua estabilização, nova depuração: as adesões ao partido fascista são suspensas até 1931. Por fim, são eliminados os últimos bastiões de resistência dos agrários e do aparelho de Estado: o exército e a administração superior são definitivamente depurados, a coroa perde as suas últimas prerrogativas.

Também aqui se verifica a mesma situação que na Alemanha no que respeita à *pequena burguesia* — *classe reinante* durante o primeiro período do fascismo no poder, simples *classe-detentora* do Estado em seguida — salvo no facto de o processo seguir um ritmo diferente. Ele começa já após

40. D. Guérin, obra citada, págs. 144 e segs.

a marcha sobre Roma, com a constituição maciça dessa «burocracia fascista» em que insiste, nomeadamente, Gramsci. Mas o fascismo italiano poupa o pessoal político da burguesia: é só a partir de 1925 que a pequena burguesia ocupa definitivamente o «topo» do aparelho de Estado. A ruptura dos laços de representatividade entre a «cúpula» do partido fascista e a pequena burguesia, no seio da qual se recrutam maciçamente os seus aderentes, ruptura que marca a passagem da pequena burguesia do estatuto de classe reinante ao de classe-detentora e de simples classe-apoio do Estado, só acabará por se verificar em 1928: a lei de 9 de Dezembro de 1928 remata a instauração do «Estado totalitário», segundo os próprios termos de Mussolini.

O ano de 1928 é precisamente marcado por uma nova depuração: a Confederação dos sindicatos fascistas é dissolvida e o seu secretário geral, Rossini, bem como os elementos «sindicalistas-corporativistas» colocados por ele nos diversos postos da organização, são despedidos. A subordinação do partido fascista ao aparelho de Estado fascista, em sentido estrito, está realizada. A pequena burguesia, de algum modo privada de uma organização política autónoma que contribua para a sua posição de classe reinante, acantona-se, daqui por diante, na sua posição de classe-detentora do Estado. O «topo» pequeno-burguês do Estado corta-se, de forma decisiva, da pequena burguesia. Paralelamente, os membros do grande capital acedem directamente aos postos de comando do Estado, através da sua adesão ao partido fascista, segundo um processo análogo ao da Alemanha.⁴¹

Esta relação entre o fascismo e a pequena burguesia é, também aqui, um factor da *autonomia relativa* do Estado fascista face ao grande capital. Ao que é preciso acrescentar, igualmente, o facto de que o fascismo, ao estabelecer a hegemonia política do grande capital, impõe uma política que visa conter as contradições económicas do bloco no poder. *Ele tenta regulamentar e controlar, ao mesmo tempo que o*

41. G. Salvemini, obra citada, pág. 344. A. Aquarone, *L'Organizzazione dello Stato Totalitario*, 1965, capítulo III; H. Lasswell e R. Sereno, «The Fascists: the changing Italian elite», *American Political Science Review* (1937), págs. 914 e segs.

acelera, o processo de dominação do capital monopolista sobre o médio capital e sobre a propriedade agrária. O que leva a contradições importantes entre o grande capital e o Estado-partido fascistas. Já em 1934, a Confindustria e o seu presidente, Pirelli, protestam enérgicamente contra a «intervenção», crescente a partir de 1926, do Estado na economia. Esta intervenção, se se exerce em proveito do grande capital, impõe-lhe igualmente modalidades de controlo no processo da sua dominação, modalidades sentidas por ele como «entraves burocráticos». A política de autarcia e a economia de guerra agravam estas contradições. Badoglio, o «topo» do exército e a monarquia estão cada vez menos de acordo com a política económica do fascismo. o que conduz à crise de 1943.⁴²

42. V. Foa, «Le strutture economiche e la politica economica del regime fascista», in *Fascismo e antifascismo*, obra citada, pág. 278. Foa nota, a este respeito: «Seria um grave erro considerar que o governo fascista foi um fantoche nas mãos dos grandes industriais, que foi um braço manobrado de forma mecânica. [...] O Estado possui uma autonomia própria.»

IV

FASCISMO E CLASSE OPERÁRIA

Tentar-se-á proceder, neste capítulo, à análise das relações do fascismo com a classe operária — a saber: por um lado, o exame da situação da classe operária na conjuntura do processo de fascização e do fascismo no poder, e, por outro lado, a política do fascismo em relação à classe operária.

1. PROPOSIÇÕES GERAIS

I. O «PROCESSO DE DERROTA» E A DEFENSIVA DA CLASSE OPERÁRIA: SUAS ETAPAS E SEUS CARACTERES.

Os inícios do processo de fascização pressupõem uma série característica de derrotas da classe operária: os começos deste processo são o amanhã desta série de derrotas que precisamente lhe abre o caminho.

Quanto à Internacional Comunista, na maioria das vezes considerou a classe operária como não-vencida, mesmo após a subida do fascismo ao poder. O período «ultra-esquerda» corta cerce qualquer interpretação diferente: «O XII Pleno [...] mostrou [...] que todas as teorias, deduzidas da história do fascismo italiano, acerca da necessidade da prévia derrota da classe operária não passam de abstrações esquemáticas.»¹ É que, após a vitória do fascismo italiano e o afastamento de Bordiga da direcção do P. C. I., as Teses de Lyon (1926) do P. C. I. haviam assinalado claramente: «A vitória do fascismo deverá ser considerada não como uma vitória contra a revolução, mas como uma consequência da derrota das forças revolucionárias.»

Mas é preciso esclarecer o sentido desta «derrota». Com efeito, não se tratou de «a derrota», infligida num dia,

1. Schwab, *Le Caractère de la dictature fasciste*, in *L'Internationale communiste*, Janeiro de 1933.

mas de uma série de derrotas, num processo marcado por diversas etapas e viragens: são as sequelas desta série de derrotas que caracterizam a situação da classe operária durante o processo de fascização.

Com o fim da guerra, abre-se, na Alemanha e em Itália, um verdadeiro período revolucionário. A revolução está na ordem do dia, no sentido em que o período é marcado por conjunturas de situações objectivamente revolucionárias. Ora, durante este período, a classe operária fracassa, quer na tomada do poder de Estado: 1918-1919 na Alemanha e em Itália, quer nos seus objectivos durante situações críticas: 1920 em Itália, 1923 na Alemanha.

Observemos, desde já, que uma derrota não significa, forçosamente, derrota aberta numa situação de guerra civil declarada: uma derrota pode igualmente provir do facto de não se ter travado uma batalha no momento propício.

Notemos ainda que o problema não consiste exactamente em saber se se tratou, em todas as viragens, de situações objectivamente revolucionárias, em sentido estrito — pois a questão pode ser posta, neste sentido, quanto a 1920 em Itália e 1923 na Alemanha. O que é certo é que, de qualquer modo, nestes dois últimos casos, se tratou de um fracasso característico da classe operária em atingir os objectivos políticos impostos por, e possíveis em, uma situação de crise aberta. Pois é verdade que uma derrota da classe operária não se pode medir simplesmente pelo facto de ela ter falhado na tomada do poder de Estado, no «fazer a revolução» — possibilidade que, provavelmente, não existia, ou já não existia, nos dois últimos casos — mas mede-se também por não ter sabido impor, numa crise declarada, objectivos políticos «possíveis» — que não vão, eventualmente, até uma tomada do poder de Estado — insertos numa estratégia a longo prazo.

Estes últimos fracassos vêm a resultar naquilo que atrás se caracterizou como período de estabilização relativa, marcado por pontas de exasperação da luta de classes. O enfraquecimento característico da classe operária na relação de forças continua, no entanto, ao longo de todo este período de estabilização: o que nos permite falar aqui de

um efectivo «processo de derrota». Com efeito, nem todos os períodos de estabilização correspondem forçosamente a um «processo de derrota». Podem encontrar-se períodos de estabilização durante os quais, por uma «consolidação estratégica» — Mao —, a classe operária reforce as suas posições, no quadro desta guerra de posições, e se prepare para a ofensiva: é o sentido estratégico da «guerra prolongada» de Mao.²

Ora, não foi este o caso da etapa de estabilização que precedeu o processo de fascização. Enquanto, nesta guerra de desgaste, a burguesia se reforça, a classe operária e as massas populares enfraquecem-se cada vez mais. Como sempre acontece neste caso, a menos que exista uma estratégia consciente e adequada por parte das organizações revolucionárias, a estabilização joga infalivelmente em favor do adversário: torna-se para ele uma pausa, para o que contribuem todas as coordenadas objectivas do sistema capitalista. De qualquer modo, a viragem decisiva neste processo coincide com os inícios do processo de fascização — que marcam, por um lado, a ofensiva declarada da burguesia e, por outro, a etapa defensiva, em sentido rigoroso, da classe operária.

Este processo só pode, pois, ser explicado se se tomar em consideração o carácter de todo este período. Em particular, não se tratou, em momento algum, de uma confrontação «catastrófica», no sentido de Gramsci, quer dizer: de tal forma que as forças de um ou outro dos adversários, ou dos dois, fossem, num momento pontual, inteiramente aniquiladas.

Isto leva-nos ao segundo elemento deste período, que constitui, de resto, uma das respostas à pergunta: *porquê o fascismo?* Pois que, por outro lado, toda uma série de

2. Lembremos aqui que o sentido estratégico da «guerra prolongada» não é, de forma alguma, para Mao, o de um abandono da periodização histórica em etapas da luta de classes — ofensiva, defensiva, estabilização — e em viragens estratégicas que nelas se articulam. A «guerra prolongada», indicando precisamente que o processo revolucionário não reside numa simples maturação progressiva até ao momento «final» e «pontual» indica que a estratégia, ao longo de eventuais etapas «defensivas» ou de «guerra de posições», não deve perder de vista o objectivo revolucionário.

autores, nomeadamente Daniel Guérin, ao falarem abstractamente da «derrota» da classe operária «antes» do processo de fascização, concluem que o fascismo deriva unicamente das «contradições económicas», insolúveis para a burguesia, do sistema capitalista.

Na realidade, mau grado os seus fracassos, mensuráveis pelos objectivos políticos susceptíveis de ser atingidos pelo movimento popular, este último conseguira, não obstante, impor à burguesia reais conquistas económico-políticas. Estas conquistas económico-políticas, se bem que constantemente cerceadas pela burguesia, persistiam *ainda* no início do processo de fascização, numa medida a partir de então inaceitável pela burguesia, em virtude da crise que atravessava.

Pode assim dizer-se que estas conquistas se mantinham ao passo que a relação de forças em que se baseavam tinha já sido modificada em favor da burguesia.³ O que só aparentemente é paradoxal, salvo se se considera — o que é absolutamente falso — que toda a modificação da relação de forças é acompanhada, por assim dizer automaticamente, por uma reorganização e redistribuição mecânicas das posições ocupadas pelos adversários. Em particular no que diz respeito, sob este aspecto, à estratégia da burguesia em relação à classe operária, poderia mesmo avançar-se a seguinte proposição: quando se verificam semelhantes conquistas, através de crises graves, a burguesia procura, *em primeiro lugar*, modificar a *relação real das forças* em que essas conquistas se fundam, e *só depois* é que passa ao ataque directo das próprias conquistas. E isto por uma razão simples, que deriva do próprio carácter deste processo: para enganar o adversário e o adormecer, mascarando-lhe o lugar real da luta de classes, e para lhe impor o seu próprio terreno de luta.

A burguesia iria, pois, aniquilar, a breve prazo, estas conquistas económico-políticas das massas populares, enquanto as organizações da classe operária eram ainda poderosas e conservavam uma influência real. Mas há mais: na conjuntura de crise da burguesia, não se tratava simplesmente de aniquilar essas conquistas, mas de *ir mais longe ainda* na exploração das massas populares. Para tal, na conjuntura

3. Rosenberg, *Der Faschismus...*, obra citada. Ver também, neste sentido, W. Abendroth, *Antagonistische Gesellschaft und politische Demokratie*, 1967, págs. 56 e segs.

determinada dos fascismos, e após o malogro da política de «colaboração de classe», era preciso passar pela eliminação das organizações de classe da classe operária.

Enfim, é preciso lembrar igualmente o peso próprio, sobre a burguesia, das reminiscências do passado: após a guerra, com efeito, e apesar das derrotas da classe operária, instalara-se um grande pavor no coração das burguesias alemã e italiana. Os «conselhos operários» nunca mais deixariam de as perseguir.

Vê-se bem, portanto, por tudo o que acaba de ser dito, que o sentido que é preciso atribuir a uma «derrota» da classe operária é — como para qualquer noção que diga respeito ao campo da luta de classes — *relativo*: esta noção releva da *relação de forças* e é mensurável pelos *objectivos «possíveis»*, em conjunturas determinadas. Dizer assim, neste sentido, que a classe operária tinha já sofrido uma série característica de derrotas nos inícios do processo de fascização não significa, de forma alguma, que ela não pudesse por causa disso, pelo menos até ao ponto de irreversibilidade, atingir esse novo objectivo — bem atrasado em relação aos anteriores — que era, daqui em diante, *o de impedir o fascismo*.



Uma das consequências directas desta série de derrotas da classe operária diz respeito ao próprio aspecto da luta de classes durante o processo de fascização. Com efeito, quer a Internacional Comunista, que via no fascismo uma resposta ao ascenso do movimento revolucionário, quer os autores — como A. Thalheimer e A. Tasca — que vêem no fascismo a resposta a uma situação de «equilíbrio de igualdade» das forças em presença, concordam em admitir, de forma puramente abstracta, que o processo de fascização corresponde ao carácter «*cada vez mais político*» da luta de classes.

O que só é verdade no que concerne a burguesia, tanto nas suas lutas internas como na sua luta contra a classe operária: não é absolutamente nada verdade no que diz respeito à luta da classe operária. A característica do processo de fascização é que a luta da burguesia contra a classe operária assume um carácter cada vez mais político, enquanto

a da classe operária contra a burguesia *se refugia, cada vez mais, no domínio económico-reivindicativo*. Dito de outra maneira, na complexa articulação da luta económica e da luta política, é a luta económica que progressivamente assume o papel dominante na luta da classe operária. Durante o processo de fascização, a classe operária não está «desmobilizada», no sentido absoluto do termo: o movimento grevista, em particular, continua relativamente poderoso ao longo de todo o processo. Mas com esta única diferença, capital, que é ser o aspecto económico da luta que, progressivamente, passa para o primeiro plano.

Mas tudo isto se faz sem ruído:

a) Por razões que derivam do passado ainda recente das lutas políticas, o papel progressivamente dominante da luta económica oculta-se sob formas de acção herdadas, de algum modo, de um período a que correspondia um primado de facto do político: manifestações de massa, ocupações de fábricas, formas de «acção directa». No ponto de irreversibilidade, este desfasamento entre o conteúdo da luta e as suas formas surge claramente. Este ponto coincide com a viragem a partir da qual o aspecto económico da luta domina, de forma clara, sobre o seu aspecto político:

b) Após as derrotas políticas, subsistem ainda sobressaltos de «febre política»: mas, longe de constituírem índices de uma efectiva mobilização política, eles não passam de simples vestígios.

Por fim, é preciso notar que uma etapa politicamente defensiva *não corresponde necessariamente a um primado de facto da luta económica sobre a luta política de classe, por parte da classe operária*. Pode-se ir mesmo mais longe: a correcta condução da luta, durante uma etapa defensiva, pressupõe mais do que nunca o primado do político exigido por Lenine e por Mao. Este primado deve, em particular, estar sempre presente na estratégia de alianças e de compromissos que esta etapa implica. De qualquer modo, o processo de fascização corresponde, precisamente, à conjugação, por parte da classe operária, destes dois elementos: uma etapa politicamente defensiva e uma viragem a partir

da qual o aspecto económico toma a dianteira sobre o aspecto político da luta de classes.

II. AS FORMAS DA CRISE IDEOLÓGICA E A CRISE DAS ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONARIAS.

O processo de fascização corresponde a uma crise ideológica da classe operária e a uma crise característica das organizações revolucionárias.

No que concerne este último ponto, relativo aos partidos comunistas alemão e italiano, precisemos desde já que não se trata aqui de assimilar imediatamente a noção de crise das organizações revolucionárias aos seus erros estratégicos. Visam-se aqui, mais particularmente, os efeitos desta situação, efeitos que tiveram um papel específico no surgimento do fascismo:

a) Os inícios do processo de fascização correspondem a um pronunciado corte dos partidos comunistas alemão e italiano com a classe operária. Pode dizer-se, sucintamente, que estes partidos estão cortados das massas. A classe operária, na sua massa, não segue a direcção que estes partidos, sem nenhuma linha de massa, tentam impor à luta. *Estes partidos estão longe de ter capitulado, em sentido rigoroso, face ao fascismo, como quereria fazê-lo crer uma tradição «anticomunista» sólida e estabelecida*. Eles tentaram opor-se — foi, particularmente, o caso do partido comunista italiano — à sua chegada ao poder, mas demasiado tarde e de forma não eficaz. Tentaram-no num momento em que, depois do ponto de irreversibilidade, o corte já estava realizado. A massa da classe operária não os seguiu nas últimas tentativas, póstumas e desesperadas, de parar o fascismo. Este processo, aliás, foi tanto mais notável quanto, *no plano eleitoral*, ao longo de quase todo o processo de fascização, estes partidos não deixaram de alcançar êxitos.

b) Devido aos efeitos das derrotas da classe operária no próprio seio dos partidos comunistas alemão e italiano, estes partidos estão profundamente divididos por dentro, ao longo de todo o processo de fascização. Se pusermos de parte a linha política destes partidos, essa divisão tem

efeitos específicos: ela conduz, muitas vezes, a uma real paralisia face à ameaça fascista, o que desorienta ainda mais a classe operária.



Esta situação das organizações revolucionárias coincide, aliás, com uma crise ideológica da classe operária. Esta crise inscreve-se na *crise ideológica generalizada* atrás circunscrita, que afecta as formações sociais alemã e italiana durante o processo de fascização. A ideologia marxista-leninista está profundamente abalada no próprio seio da classe operária: não só não consegue conquistar as grandes massas como é ainda vivamente combatida nos lugares onde tinha conseguido implantar-se.

Sabe-se o que acontece quando as organizações revolucionárias falham no seu papel ideológico de direcção numa linha de massa: são a *ideologia burguesa* e a *ideologia pequeno-burguesa* quem, sob formas específicas, invade o vazio deixado pela retirada da ideologia marxista-leninista.

A influência da *ideologia burguesa* sobre a classe operária, nesta situação de crise ideológica, manifesta-se sob a forma clássica do trade-unionismo e do reformismo. Pode-se reconhecer-lhe não só na persistência mas também na extensão da influência, ao longo de todo o processo de fascização, da social-democracia — simultaneamente do partido e dos sindicatos social-democratas — sobre a classe operária. Este incremento de influência da ideologia social-democrata manifesta-se, aliás, até nas fileiras da classe operária que apoiam o partido comunista.

Mas o fenómeno mais interessante não é tanto o da influência directa da ideologia burguesa sobre a classe operária — manifesta no reformismo e no trade-unionismo — mas antes o da *influência da ideologia pequeno-burguesa*.

Com efeito, a própria ideologia burguesa está em crise durante o processo de fascização. O que permite, precisamente, a extensão da ideologia pequeno-burguesa na formação social e assim, igualmente — de forma muito mais intensa do que nos casos de uma ideologia dominante incontestada —, na classe operária. Além disso, a própria pequena

burguesia atravessa uma crise profunda. Neste contexto, a ideologia pequeno-burguesa dos «pequeno-burgueses enlouquecidos», como dizia Engels, toma formas muito particulares: *formas sob as quais ela penetra de algum modo mais facilmente do que antes na classe operária*, ela mesma em crise ideológica. Para fixar as ideias, pode-se desde já avançar que, nesta situação de revolta da pequena burguesia, o aspecto «anticapitalista», sempre inerente à ideologia pequeno-burguesa, se exacerba e toma a dianteira em relação aos outros: é precisamente desta forma que esta ideologia encontra o acesso à classe operária.

A influência da ideologia pequeno-burguesa sobre a classe operária manifesta-se *sob formas específicas*, adaptadas às «condições de vida», quer dizer: ao «vivido», da classe operária. Podem inventariar-se algumas destas formas, particularmente virulentas na classe operária durante o processo de fascização:

a) O *anarquismo*, sob a sua forma específica na classe operária: manifesta, em particular, no *anarco-sindicalismo* — com o qual se aparenta o *sindicalismo revolucionário* —, que combina o desprezo pela organização e pelos objectivos políticos com a ignorância (sob a máscara do directamente vivido — a fábrica) do papel dos mecanismos de opressão política — do Estado — na manutenção do sistema capitalista;

b) O *espontaneísmo*, isto é, o desprezo pela organização e o culto abstracto da acção directa e «espontânea», não importa onde nem como, expressão por excelência do «individualismo» pequeno-burguês;

c) A «*jacquerie putschista*», que ignora a ideologia marxista-leninista e a luta política de massas: combinada com o espontaneísmo e o anarquismo, ela funda-se num verdadeiro culto abstracto da «violência» exemplar das «minorias activas», que é talvez o traço mais característico da pequena burguesia em revolta, da «*jacquerie* pequeno-burguesa».

Damo-nos já conta da importância do problema: torna-se necessário fazer aqui certas observações. Não há dúvida de que estas formas, nomeadamente o anarco-sindicalismo, haviam sido, a princípio, formas positivas de expressão proletária «espontânea»: foi, aliás, também deste ângulo que

Lenine as tratou.⁴ Não há dúvida, também, de que, sob as formas mencionadas, se ocultava muitas vezes, durante o processo de fascização, *uma reacção do «instinto de classe»* da classe operária, face à linha política das organizações revolucionárias. Este «instinto de classe», no entanto, *no contexto do processo de fascização*, cortado da ideologia marxista-leninista e face às formas particulares de que se revestia a ideologia pequeno-burguesa, extraviou-se sob a influência desta última. E o problema é aqui muito grave, na medida em que, se não se tomar em consideração este factor ideológico, é absolutamente impossível explicar o impacto complexo do fascismo sobre a própria classe operária.

De facto, estas influências da ideologia pequeno-burguesa sobre a classe operária tiveram como efeito imediato apressar a sua desmobilização política. Em seguida, a demagogia fascista, no rigoroso sentido do termo, com o seu aspecto «populista-obreirista» e as suas promessas ilusórias, contribuiu igualmente para esta neutralização. *Mas, mais importante ainda*: o fascismo explorou a fundo a influência da ideologia pequeno-burguesa sobre a classe operária, retomando abertamente por sua conta certas das suas manifestações na classe operária. Dito de outra maneira: não foi só o conteúdo da demagogia fascista que contribuiu para a passividade e a neutralização da classe operária, foram também as formas sob as quais se apresentou — formas verbais e formas de acção. Estas formas atingem a classe operária por intermédio da influência da ideologia pequeno-burguesa.

É necessário precisar, desde já, o seguinte ponto: se se fala, como é aqui o caso, das influências da ideologia pequeno-burguesa na classe operária, manifestando-se nela em plena contradição, no sentido rigoroso, com a ideologia marxista-leninista, é preciso mencionar igualmente a influência da ideologia pequeno-burguesa sobre a ideologia marxista-leninista — e, nomeadamente, sobre as organizações de classe do proletariado. O que, entre outras coisas, e conjugado com o economicismo, deu o «oportunismo de esquerda» do partido comunista italiano durante o processo de fascização

4. O aspecto *positivo* do anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário tinha consistido, nomeadamente, no facto de eles conterem a reivindicação de uma *«autonomia» do movimento operário* face às organizações de recuperação «burguesas».

em Itália; e que, igualmente, influenciou *certos aspectos* da política do P. C. A., na Alemanha, durante o processo de fascização — ficando bem claro que estes dois casos estão longe de ser identificáveis.

Mas o oportunismo de esquerda constitui uma linha errada *no seio mesmo da ideologia marxista-leninista*. Ele testemunha, em particular, a influência da ideologia pequeno-burguesa sobre a ideologia marxista-leninista: é neste sentido, precisamente, que Lenine o caracterizou como doença infantil do *comunismo*. Ao passo que as influências directas da ideologia pequeno-burguesa atrás mencionadas, espontaneísmo, anarquismo, «*jacquerie* putschista», etc., *não têm «nada a ver»* com a ideologia marxista-leninista. Neste sentido, não têm absolutamente nada de «esquerdista» — porque não se pode falar, no único sentido rigoroso, de oportunismo de esquerda senão no seio do marxismo-leninismo. Ora, a responsabilidade dos aspectos «oportunistas de esquerda» foi grave na instauração do fascismo: mas não foi, de forma alguma, *da mesma ordem* que as outras manifestações da ideologia pequeno-burguesa — que foram, elas, directamente retomadas pelos partidos fascistas.

Mas há mais: a Internacional Comunista — cuja política entre 1928 e 1935, como veremos, de «esquerdista» só teve a aparência⁵ — acusou de «esquerdismo» todos os que se erguiam contra a sua política de demissão de facto em relação ao fascismo, designando-os por cães de guarda do fascismo. Se o alvo destas acusações foi, principalmente, Trotsky, a «oposição de esquerda» alemã e muitas outras não foram poupadas. Donde, aliás, a tradição — tenaz no movimento operário — do «esquerdismo-furriel do fascismo», subentendendo-se que os partidos comunistas abrangeram progressivamente no termo «esquerdismo» toda e qualquer oposição a uma política de demissão. É inútil insistir.

5. Voltaremos à análise do 6.º Congresso (1928), considerado «ultra-esquerda» da Internacional Comunista. Notemos desde já, que, se a política da Internacional Comunista depois de 1928 de «esquerdista» só tem a aparência, isso não impede que *certos dos aspectos secundários da política concreta do P. C. A.*, inscritos nesta viragem da Internacional, tenham, eles, um carácter efectivo de oportunismo de esquerda.

O que será preciso assinalar, em compensação, e que constitui um fenómeno absolutamente impressionante, é a colusão extremamente nítida dos elementos «espontaneístas», anarco-sindicalistas, etc. — entre os quais se encontram numerosos dirigentes — com os partidos fascistas, aos quais se ligam muitas vezes abertamente, constituindo a sua ala «esquerdizante». Estes casos, sobretudo em Itália, mas também na Alemanha, são inúmeros e significativos. O carácter maciço do fenómeno mostra que não se tratou simplesmente de defeições individuais, devidas ao acaso ou a um vulgar oportunismo.

III. A SOCIAL-DEMOCRACIA. A SUA NATUREZA E A SUA FUNÇÃO DE CLASSE, A SUA POLÍTICA, E A TESE DO «SOCIAL-FASCISMO».

O processo de fascização é marcado pela persistência e a extensão característica da influência da social-democracia sobre a classe operária e pela linha política da social-democracia em relação ao fascismo.

O que levanta de imediato duas espécies de problemas:

a) explicar esta persistência da influência social-democrata, referindo-se ao mesmo tempo à natureza e ao papel da social-democracia e à conjuntura específica do processo de fascização;

b) indicar as responsabilidades objectivas da política social-democrata na instauração do fascismo.

Deter-nos-emos, previamente, numa das concepções da Internacional Comunista a este respeito, concepção profundamente errada e que é responsável pelos desastres da sua aplicação prática. Trata-se da tese do «social-fascismo».

Vejam, antes de mais, em que consiste a própria tese. Ela apresentou-se sob duas formas — implicando ambas uma identificação pura e simples da social-democracia com o fascismo. Já expressa pelo 5.º Congresso (1924), esta tese surgiu em toda a sua força sobretudo depois do 6.º Congresso (1928), onde teve o seu apogeu.

a) Sob a sua primeira forma, trata-se de uma amálgama e de uma fusão «social-democracia/fascismo». Encontramo-la

já expressa nas resoluções do 5.º Congresso: «O fascismo e a social-democracia são os dois aspectos de um mesmo instrumento da ditadura do grande capital... A social-democracia está já em vias de se transformar de ala direita do movimento operário em ala esquerda da burguesia e, assim, do fascismo.»⁶ Em 1924, Estaline afirma que o «fascismo não é simplesmente uma organização de combate da burguesia, mas é também um fenómeno político que se funda na social-democracia.»⁷

Após 1928, e sobretudo com o X Pleno, de 1929, em que o termo social-fascismo surge pela primeira vez oficialmente, esta tese precisa-se. Manuisky, no 6.º Congresso, diz: «A social-democracia retirará cada vez mais à burguesia a iniciativa da repressão contra a classe operária. [...] Ela fascizar-se-á. Este processo de transformação da social-democracia em social-fascismo já começou». H. Neumann (1930) põe o problema ainda mais claramente: «O problema, para a burguesia, não é fascismo ou social-democracia, mas ao mesmo tempo, fascismo com social-democracia.»⁸ E, enfim, esta citação de Estaline, incessantemente repetida: «O fascismo é a organização de combate da burguesia que se apoia no activo concurso da social-democracia. Objectivamente, a social-democracia é a ala moderada do fascismo. [...] Estas organizações não se excluem reciprocamente, mas, pelo contrário, completam-se uma à outra. Não são antipodas, mas gêmeas. O fascismo é um bloco informe destas duas organizações...»

b) Sob a sua segunda forma, a tese parece mais matizada: não se trataria tanto de uma conjunção fascismo — social-democracia, mas de uma aparência de alternativa. A burguesia jogaria ou bem a cartada fascista ou bem a cartada social-democrata.⁹ No entanto, esta forma só na

6. Resolução do 5.º Congresso sobre o fascismo, in *Imprekorr*, ed. alemã, n.º 119, Setembro de 1924.

7. In Weber, *Die Kommunistische Internationale*, obra citada, pág. 117.

8. In *Imprekorr*, ed. alemã, n.º 69, Agosto de 1930.

9. Resoluções do 6.º Congresso, de 1928, in *Protokoll des sechsten Weltkongresses...*, obra citada, T. IV, págs. 21 e segs., 57 e segs.

aparência é mais matizada que a primeira: não se aplica aqui, com efeito, *nenhuma periodização* neste ou bem / ou bem, mas insiste-se, pelo contrário, no facto de que este ou bem / ou bem concerne exactamente a mesma conjuntura, dependendo a escolha de factores absolutamente secundários. Deste modo, põe-se logo a seguir a tónica no facto de que, de qualquer maneira, a diferença entre estas duas cartadas é mínima — sendo a cartada social-democrata «um pouco mais legal» do que a cartada fascista —, reatando-se desta forma, directamente, a primeira versão da tese do social-fascismo.

Por agora, põe-se-ão em evidência os pressupostos desta tese, sem os quais ela não teria podido constituir-se. Esta tese é rigorosamente comandada por um conjunto de posições, de tal forma que é absolutamente impossível isolá-la delas e admiti-la sem as posições que, só elas, a tornam possível.

1. Esta tese pressupõe o desconhecimento da diferença entre a forma de Estado e de regime específica que é o fascismo e as outras formas de Estado burguês. Sendo o fascismo e o Estado «democrático-parlamentar», enquanto «ditadura do grande capital», uma e a mesma coisa, a social-democracia, nesta segunda forma de Estado, identifica-se ao fascismo. Não é, pois, por acaso que a tese do social-fascismo é, infalivelmente, acompanhada pela da identificação do fascismo às outras formas de Estado burguês. Como muito claramente o diz Thaelmann: «...revelaram-se nas nossas fileiras certas tendências para, de uma maneira liberal, distinguir entre o fascismo e a democracia burguesa, entre o partido de Hitler e o social-fascismo.»¹⁰ Ou ainda, o relatório de Manuilsky ao XI Pleno, de 1931: «Os erros, demasiado frequentes nas nossas fileiras, que se colocam na linha de uma oposição [...] entre a democracia burguesa e o fascismo, entre a social-democracia e o partido de Hitler [...] são extremamente nocivos e fatais...»¹¹

10. *Die Internationale*, Dezembro de 1931.

11. Ver, igualmente, neste sentido, as próprias resoluções do XI Pleno, in *Imprecorr*, ed. francesa, n.º 39, Maio de 1931.

Esta tese do social-fascismo, conjugada com a da identificação das formas de Estado, leva a previsões muito instrutivas: a social-democracia não só não teria nada a temer com a vitória do fascismo como participaria mesmo com os nazis no poder, cristalizando assim o «bloco informe» nacional-socialismo/social-democracia que seria o fascismo. É o que diz o mesmo Manuilsky: «O facto de a burguesia ser obrigada a oprimir o movimento dos trabalhadores com métodos fascistas não significa que o topo não continuará a governar como dantes [quer dizer: com a participação ou o apoio da social-democracia]. O fascismo não é um novo método governamental que se distinga do sistema da ditadura da burguesia. Quem assim pense é um liberal.»¹² Ou ainda, Thaelmann: «Também no caso da entrada dos nazis para o governo, não se porá à burguesia o problema de renunciar à colaboração da social-democracia para realizar a ditadura fascista.»¹³

2. Esta tese pressupõe o desconhecimento do carácter de massa do próprio partido fascista e do seu carácter político preciso. Sob este aspecto, a análise de Estaline em 1924 é notável, simultaneamente pela sua intuição e pelas suas conclusões inteiramente falsas. Tendo verificado que o fascismo não é o simples instrumento de combate da burguesia, mas sim um fenómeno político de massa, Estaline conclui daqui que ele *se funda na social-democracia*, quer dizer: que é de algum modo a própria social-democracia que constitui a base popular — de massa — do fascismo, considerando incompreensível e inimaginável a existência de uma base popular própria do fascismo.

12. *Ibidem*.

13. *Die Internationale*, Janeiro de 1932. De notar, aliás, que estes mesmos erros acompanham já a primeira manifestação da tese do social-fascismo, em 1924 (5.º Congresso). Assim, Zinoviev, no seu relatório já assinalado, declara: «Repito-o, a era democrático-pacifista é o índice do depercimento do capitalismo... Pouco importa que isso assuma a forma da «democracia» ou a do fascismo.»

3. Desconhecimento, portanto, da natureza e da função do partido fascista, «instrumento da burguesia», que vai a par do desconhecimento da natureza e da função da social-democracia, «instrumento da burguesia». Desconhecimento *em duplo sentido*: no que respeita à base de massa e à representatividade de classe e no que respeita ao papel em relação à burguesia, estando estes dois fenómenos ligados entre si.

No que concerne o desconhecimento, no seu primeiro aspecto, do carácter da social-democracia, é preciso assinalar que a Internacional Comunista — desde a sua origem, mas sobretudo com o 4.º Congresso — não soube discernir nem a persistência da social-democracia na classe operária nem as razões dessa persistência. A Internacional esteve constantemente à espera de uma quase-eliminação, sempre iminente, da influência social-democrata sobre a classe operária. Isso deve-se, bem entendido, ao desconhecimento dos factores conjunturais dessa persistência durante o processo de fascização, mas não só. Deve-se igualmente à subestimação, na óptica economicista da Internacional Comunista, da eficácia dos factores ideológicos-políticos.

Esta subestimação manifesta-se, antes de mais, na Internacional Comunista, por uma certa interpretação da tese de Lenine, constantemente repetida, a respeito da *relação entre a social-democracia e a «aristocracia operária»*. O fenómeno social-democrata foi a pouco e pouco considerado como um fenómeno principalmente «económico». A única base popular *real* da social-democracia teria residido nos interesses económicos dessa camada da aristocracia operária, criada pela distribuição das migalhas dos superlucros das burguesias imperialistas. O que, *no limite*, queria dizer que a social-democracia não podia ter uma real base de massa: tanto mais que, em virtude do «catastrofismo economicista», se estava à espera da retracção iminente desses superlucros e, conseqüentemente, dessa camada.

Quanto à influência de massa fora desta camada, a Internacional, quando não passava o fenómeno em silêncio, tratava-o com ligeireza, sob o termo «ilusões social-democratas» na classe operária. Por detrás deste termo oculta-se — e isto é importante — toda a subestimação do peso dos factores ideológicos. A Internacional Comunista esperava, com efeito,

um desmoronar iminente dessas ilusões social-democratas, sob o peso da virtude demonstrativa dos próprios «factos», virtude demonstrativa com tanto mais peso quanto o processo de fascização — verdade que se supõe entrar pelos olhos dentro — continua a avançar. As observações do género «os operários dão-se cada vez mais conta por si mesmos» abundam — e perpetuam-se, de resto, depois da instauração do fascismo, que se presume «abra os olhos» das massas acerca das suas ilusões social-democratas.

Ora, numa formação capitalista, a social-democracia tem, em princípio — à excepção, por vezes, dos períodos revolucionários —, uma base de massa permanente, se bem que sujeita a flutuações muito importantes: e isto, principalmente, por causa da influência da ideologia burguesa, mas também pequeno-burguesa, sobre a classe operária. Não podendo a burguesia dominar unicamente pela repressão física organizada, e não se limitando a ideologia a existir apenas nas ideias, o *Estado burguês dispõe, em qualquer circunstância, de um (ou de vários) aparelho ideológico de Estado, especialmente destinado a inculcar a ideologia burguesa no interior da classe operária*. Nas formas «normais» de Estado burguês, tal aparelho é constituído por um partido de tipo social-democrata (mais adiante se tratará do problema dos sindicatos).

Partido de tipo social-democrata: segundo a caracterização de Lenine em 1921, trata-se de um «partido operário» levando a cabo a *política da burguesia* — «social-traidor» — no seio da classe operária. A base de classe, uma parte relativamente importante dos aderentes e militantes, os escalões inferiores do aparelho deste partido são, em larga medida, de origem operária. Distingue-se, assim, dos *partidos burgueses de clientela operária*, tais como, na época, o Partido Popular (católico) em Itália, o Centro Católico na Alemanha, etc. Este partido, aliás, não é forçosamente a social-democracia mesma: se esta já não preenche esse papel — se está desacreditada —, um outro tomará, necessariamente, o seu lugar.¹⁴

14. Na verdade, só o caso preciso da S. F. I. O., em França, é que levanta problemas quanto à caracterização no sentido mencionado, da social-democracia, nesta época, como «partido

Este partido constitui esse aparelho nas formas «normais» de Estado burguês, a saber: nas formas de Estado que correspondem a uma política determinada da burguesia em relação à classe operária, que vai desde a «colaboração de classe» — este partido apoia *abertamente* o governo ou participa nele — até ao ponto em que a política da burguesia exige um esmagamento característico da classe operária.

Porque, por outro lado, sendo o partido social-democrata, precisamente, um partido de massa na classe operária, a *luta da classe operária atravessa-o necessariamente e afecta-o também, de forma específica, através das organizações — sindicatos — que dele dependem* (ou de quem, por vezes, ele mesmo depende). Este partido, sob pena de perder a sua função institucional, de que depende a sua existência, deve manter a sua base de representatividade. Ele é obrigado a uma certa política de compromisso em relação à classe operária — política que é, em última análise, a que a burguesia pode admitir, nestas formas de Estado e nesta política

operário. O que deriva: a) do caso particular da tradição anarco-sindicalista do movimento operário francês e da sua desconfiança em relação aos «partidos», desconfiança que só acaba por ser ultrapassada com o P. C. F. e assaz tardiamente; b) da estreita relação que desde muito cedo se estabelece entre a S. F. I. O. e a *pequena burguesia* francesa por meio do «radicalismo jacobino». Era preciso sublinhar este facto, porque foi por vezes afirmado, nomeadamente por A. Kriegel (*Le Pain et les roses*, 1968, pág. 167), que só a social-democracia alemã foi, de facto, um «partido operário». Isso é falso. A. Kriegel está manifestamente obnubilada pelo caso francês, que ela conhece, assimilando à S. F. I. O. as outras social-democracias europeias, à excepção da alemã. Para elementos demonstrativos da tese que defendo: R. Michels, *The Political Parties*, reimpressão de 1966, págs. 254 e segs.; S. Neumann ed., *Modern Political Parties*, 1966, etc. Por fim, quanto às *formas organizacionais* dos partidos de tipo social-democrata, elas diferem consideravelmente de um partido para outro, de uma época para outra. Se estes partidos são, *no seu conjunto*, muito mais *disciplinados e centralizados* do que os «partidos burgueses», as suas formas organizacionais oscilam entre um centralismo burocrático muito forte — Alemanha, Austria — e um relativo liberalismo — Inglaterra. De facto, e em virtude da sua linha política, é impossível falar de forma organizacional *típica* dos partidos social-democratas — da maneira como se pode, por exemplo, falar de uma forma organizacional bolchevique. A este respeito, ver os elementos comparativos que concernem os partidos socialistas europeus, in M. Duverger, *Les Partis politiques*, 1964.

determinada. De resto, não podem ser evitadas no seu seio importantes clivagens — entre os diversos escalões, os chefes e a burocracia dos seus funcionários, as camadas subalternas mais próximas da massa, os militantes.

Dito de outra maneira, um partido de tipo social-democrata não pode ser utilizado pela burguesia em qualquer altura e de qualquer maneira, como um simples «instrumento» para todos os usos: ele é uma instituição ligada a uma função social bem precisa.

O fascismo constitui, com efeito, uma forma particular de Estado e de regime, correspondente a uma determinada política da burguesia. Como tal, o fascismo corresponde a uma reorganização do conjunto dos aparelhos de Estado, incluindo os aparelhos ideológicos de Estado. Nessa reorganização, um partido de tipo social-democrata não só não pode ter nenhum lugar, mas deve mesmo ser completamente destruído — o que, de facto, acontecerá —, por causa, precisamente, da sua base de massa na classe operária, e na medida em que a luta de classes o atravessa: a política da burguesia visa, doravante, o aniquilamento da classe operária.

Não é que, neste último caso, a repressão física, maciça e organizada em relação à classe operária — que um partido de tipo social-democrata é incapaz de levar a cabo — baste para assegurar a dominação da burguesia. Outros aparelhos terão que de algum modo o substituir. Entre outros, as organizações fascistas — organizações, no entanto, cuja base de massa e estrutura organizacional são, precisamente, «exteriores» à classe operária (pequena burguesia) e cujo papel ideológico é completamente diferente do de um partido de tipo social-democrata.¹⁵

15. É de assinalar que um partido social-democrata se estende, por si mesmo, à *pequena burguesia*, mas que é aí de algum modo utilizado como *lugar de transmissão* da ideologia e da política burguesas no seio da classe operária. No entanto, num partido de tipo social-democrata, a importância deste elemento «pequeno-burguês» — importância não só, nem mesmo principalmente, numérica, mas política, ideológica e organizacional — apresenta certos *limites*: para além deles, *opera-se uma inversão* no partido de tipo social-democrata, que se torna *um partido burguês de clientela operária*. Foi esta, nomeadamente, a via de evolução que, com desenvolvimentos desiguais, seguiram a maioria das social-democracias europeias, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial.

Enfim, sempre neste contexto preciso, a tese do «social-fascismo» conotou igualmente, para a Internacional Comunista, e para o período que precedeu a chegada do nacional-socialismo ao poder, o facto seguinte: a social-democracia alemã — mas também austríaca — era, na época, um partido fortemente centralizado, disciplinado e burocratizado, e conseguia bloquear o desenvolvimento — reivindicativo e político — do movimento operário. Ela teria, assim, exercido sobre a massa operária, ao sufocar a democracia socialista e as aspirações socialistas, uma repressão de «tipo» fascista, com «práticas» e «métodos» fascistas.

Ora, não se trata aqui de forma alguma de pôr em dúvida o papel da social-democracia — que é, precisamente, o de desviar as massas e reprimir a revolução. É evidente, porém, que este papel não pode por ela ser preenchido, e de facto não o foi, da mesma maneira que pelo partido fascista — único ponto de referência rigoroso para o exame da tese do social-fascismo. Com efeito, as «práticas» ou os «métodos» não existem no vazio, mas sim em relação aos aparelhos que os suportam: os seus caracteres são comandados pelos dos aparelhos. Este papel não foi, assim, desempenhado da mesma maneira pela social-democracia e pelo partido fascista, nem no que respeita à repressão, em sentido pleno, do movimento operário, nem no que respeita às formas ideológicas, nem, enfim, no que respeita às formas de organização.

Tendo em conta todas estas considerações, e para retomar os próprios termos de Estaline, não só social-democracia e partido fascista não se «completam», mas de facto «excluem-se reciprocamente», no sentido pleno do termo. *Não podem, de forma alguma, ocupar o mesmo lugar numa mesma forma de Estado.*

4. A tese do social-fascismo, considerada aqui do ponto de vista da estratégia da burguesia, e na alternativa segundo a qual a burguesia jogaria, *ao mesmo tempo* e *no mesmo momento*, ou a cartada social-democrata ou a cartada fascista, ou mesmo as duas simultaneamente, pressupõe um desconhecimento característico do processo de fascização e da periodização em etapas e viragens, segundo a real relação de forças na luta de classes. Não é, efectivamente, por acaso

que esta concepção do social-fascismo, e da identificação da forma de Estado «democrático-parlamentar» com o Estado fascista, é acompanhada pela concepção linear do «processo orgânico», que ignora inteiramente o problema da crise política e do processo de fascização.

O que de facto se verifica é que a burguesia joga a cartada, se se quiser, da «colaboração de classe», *nos fins do período de estabilização-inícios do processo de fascização*. Esta cartada, de resto, é jogada quer pela própria social-democracia no poder (caso alemão), quer por partidos políticos burgueses sem a participação directa da social-democracia. Por outras palavras, esta cartada coincide com a viragem do processo de derrota da classe operária e com o retomar da ofensiva por parte da burguesia.

Mas esta política, nestas circunstâncias determinadas, fracassa: ela não permite à burguesia nem a liquidação das conquistas económico-políticas da classe operária, nem, por maioria de razão, um progresso decisivo na exploração das massas populares. Daqui por diante, e ao longo de todo o processo de fascização, só os representantes políticos do médio capital tentarão prosseguir este jogo. No entanto, e isto é importante, estes representantes políticos estão progressivamente cortados quer do grande capital, quer das suas próprias fracções de classe. Quanto ao grande capital, ele deixa em absoluto de jogar paralelamente, ou ao mesmo tempo, a cartada da «colaboração de classe» — se é que alguma vez a jogou —, mas volta-se, de forma decisiva, para a solução fascista. O que é nítido se não nos deixarmos obnubilar pelo que se passa na cena política e se tomarmos em consideração simultaneamente aquilo que ela oculta e o corte do laço representantes-representados.

Ora, poder-se-á tirar, deste processo, uma conclusão geral sobre o processo de fascização, conclusão bastante difundida e que seria: «social-democracia primeiro, fascismo depois»? Penso que seria andar demasiado depressa e que esta conclusão deriva, em certa medida, da concepção do fascismo como «última carta da burguesia» — ou mesmo «confissão de fraqueza da burguesia» — e, ao mesmo tempo, prolonga a ilusão de uma continuidade «orgânica» social-democrata-fascismo. Não parece seguro, com efeito, que o grande capital tenha estado de acordo, na época, com a cartada social-

-democrata de colaboração de classe. Esta foi, sobretudo, uma solução imposta pelo médio capital ao grande, ditada mais pela relação de forças grande capital/médio capital do que pela relação grande capital/classe operária. Porque, por outro lado, a viragem do processo de fascização vê acentuar-se a derrota da classe operária e a passagem à ofensiva declarada do grande capital. Nestas circunstâncias, não parece que a social-democracia tenha podido representar o meio adequado para a realização da política do grande capital.

Mas vejamos o que disto pensava Trotsky, que se conta entre os que mais combateram a tese do «social-fascismo»: «Em relação a estes problemas, desenvolveu-se sobre o fascismo uma polémica tão desfigurada como descentrada. A oposição explicava que a burguesia não faz avançar o seu reforço fascista senão no momento em que um perigo revolucionário imediato ameaça as próprias bases do seu regime. [...] Neste sentido, o fascismo activo é um estado de guerra civil, conduzida pela sociedade capitalista contra o proletariado insurgido. Em contrapartida, a burguesia é obrigada a fazer avançar o seu reforço de esquerda, a social-democracia, sobretudo em duas ocasiões: nos tempos que precedem a guerra civil, a fim de enganar, apaziguar e desagregar o proletariado, ou, então, depois de uma séria derrota das largas massas do povo, quando, para restabelecer o regime normal, se é obrigado a mobilizá-las na vida parlamentar, e com elas os operários que já não têm confiança na revolução. Para contradizer esta análise, teóricamente indiscutível, verificada por todo o decurso da luta, a direcção da Internacional Comunista avançou uma afirmação, absurda e simplista, sobre a *identidade* da social-democracia e do fascismo. Partindo do facto inconstestável de que a social-democracia está tão ligada quanto o fascismo às bases fundamentais da sociedade burguesa e de que ela está sempre pronta, no momento do perigo, a fazer avançar os seus Noske, a direcção da Internacional Comunista suprimiu de uma assentada todas as diferenças entre social-democracia e fascismo, apagando, ao mesmo tempo, a distinção entre o período de guerra civil aberta e o período de "normalização" da luta de classes.»¹⁶

16. *L'Internationale communiste après Lénine*, págs. 216-217.

Na realidade, e apesar das suas justas críticas à Internacional Comunista, esta análise de Trotsky — identificando erradamente fascismo com resposta a um movimento revolucionário e guerra civil declarada — chega à conclusão: social-democracia *primeiro* — período de derrota do proletariado, «normalização» —, fascismo *depois* — período de ascenso revolucionário, consecutivo ao período de derrota. Ora, se os inícios do processo de fascização coincidem com a viragem no processo de derrota do proletariado, é importante não perder de vista que, ao contrário do que pensava Trotsky, o proletariado não se restabelece dessa derrota: a burguesia arranca com uma ofensiva daqui por diante permanente. Por outras palavras: se estas são, efectivamente, as consequências da derrota, não se trata aqui, de forma alguma, de uma situação em que o grande capital quisesse fazer participar as largas massas na «normalização» do regime, nem de uma situação precedendo uma guerra civil contra o proletariado insurgido.

O carácter preciso do processo de fascização mostra bem que a social-democracia, utilizada pelo grande capital durante os períodos anteriores, não é, ou já deixou de ser, o instrumento adequado para a sua política, no momento em que esta mesma social-democracia contribui, durante o processo de fascização na Alemanha e em Itália, com a carta da «colaboração de classes». A sua utilização, *nestas circunstâncias*, deve-se, principalmente, às formas que assumiram as contradições entre o grande e o médio capital.¹⁷

Tudo isto não quer dizer, bem entendido, que a política da social-democracia em relação ao fascismo não teve graves responsabilidades na sua instauração. Tanto mais quanto é considerável a sua influência de massa; influência de massa que deriva, além dos factores assinalados, da entrada do movimento operário na defensiva — seguida, como sempre, por um ascenso da social-democracia. Esta política de capitulação da social-democracia é, aqui, típica de um partido

17. Ver igualmente mais atrás, págs. 105-106.

de colaboração de classe, se bem que não tenha havido, propriamente, colusão directa entre a social-democracia e o fascismo.

IV. OS PARTIDOS COMUNISTAS E A SUA POLÍTICA. AS VIRAGENS DA INTERNACIONAL COMUNISTA E A ESTRATÉGIA DE ALIANÇAS.

O processo de fascização e a subida do fascismo ao poder correspondem a uma estratégia errada do partido comunista italiano, por um lado, da Internacional Comunista e do partido comunista alemão, por outro.

O ponto essencial em que aqui nos determos concerne a luta contra o fascismo, cuja chave se encontra na *estratégia de alianças*. Existe demasiado a tendência para assimilar, a este respeito, a linha e a prática do partido comunista italiano e as do partido alemão, sob a característica de «ultra-esquerda». Ora, se é verdade que há semelhanças e pontos comuns, nem por isso os dois casos deixam de diferir: entre outras coisas, na medida em que, nestes dois casos, se verificam posições diferentes da Internacional Comunista. Nomeadamente, a linha do partido comunista italiano era, na época, contrária à linha oficial da Internacional e abertamente combatida por ela, ao passo que a do partido alemão era a sua aplicação rigorosa. Por outro lado, o «esquerdismo» do P. C. I. tinha um significado muito diferente do da linha, considerada «ultra-esquerda», da Internacional Comunista no caso do nacional-socialismo.

Enfim, tem-se muitas vezes tendência para estudar abstractamente a linha destes partidos, sem se ver que ela está ligada a toda uma concepção errada das etapas e das viragens da luta. Ela é solidária com uma apreciação errada simultaneamente do carácter do período dos fascismos e do carácter da etapa no interior da qual se aplica a linha dessa estratégia de alianças.

Consideremos, em primeiro lugar, o caso italiano. A Internacional Comunista, com o seu 3.º Congresso, regista a exis-

tência de um período de «estabilização» da luta de classes e lança a palavra de ordem «para as massas», e seis meses mais tarde, em Dezembro de 1921, e em aplicação dessa palavra de ordem, o seu executivo adopta as teses sobre a *frente única*. Uma versão reduzida destas teses (ratificadas pelo I Pleno de Fevereiro/Março de 1922) é acrescentada, por decisão do 4.º Congresso e sob o título de «Teses sobre a unidade da frente proletária», às resoluções deste 4.º Congresso. Assinalemos que elas foram, aliás, elaboradas sob a *directa responsabilidade de Lenine*.

Que se passa, exactamente? A Internacional Comunista, observando, *simultaneamente*, uma viragem na luta de classes, erros de tipo sectário durante o período precedente, e o peso da social-democracia, que persiste mau grado a cisão, concentra os seus esforços na constituição de uma frente única proletária. Frente única «na base», é certo, implicando a independência e a autonomia dos partidos comunistas no interior dessa frente e a participação fundamental dos comunistas nas organizações de base da classe operária, mas implicando igualmente uma certa política em relação ao partido social-democrata, deduzida de uma certa apreciação desse partido.

Vejamos mais de perto:¹⁸ «A tática da frente única significa a participação da vanguarda comunista nos combates diários das grandes massas operárias pelos seus interesses vitais necessários. [...] Nesta acção, os comunistas estão, nomeadamente, prontos a discutir com os chefes traidores social-democratas. [...] A existência de partidos comunistas independentes e a sua completa liberdade de acção em relação à burguesia e à social-democracia contra-revolucionária constituem a mais importante conquista histórica do proletariado, que os comunistas em caso algum abandonarão. [...] A tática da frente única não significa, de forma alguma, «combinações eleitorais» de cúpula com objectivos parlamentares. A tática da frente única é a oferta do combate comum dos comunistas a todos os trabalhadores que pertencem a outros partidos ou grupos. [...] O verdadeiro sucesso da frente única desenvolve-se a partir da base, do fundo da própria massa operária. Mas os comunistas não

18. Teses citadas segundo *Die Taktik der Kom. Internationale gegen die Offensive des Kapitals*, Hamburgo, 1922.

podem renunciar a entender-se, em determinadas condições, também com o topo dos *partidos operários* (social-democratas ou pertencentes à Internacional 2½) que se lhes opõem. As massas devem estar permanentemente e inteiramente informadas do andamento dessas negociações...».

Se são estas as teses sobre a frente única, que decorrem directamente da palavra de ordem leninista «para as massas», o 4.º Congresso e a política imediatamente posterior da Internacional Comunista marcam, como se viu, uma mudança com a palavra de ordem dos governos operários — *Arbeiterregierungen* —, isto é: governos de aliança comunistas-social-democratas, com fins determinados: «Um governo operário deste tipo só é possível quando sai das lutas de massa e se apoia em órgãos operários de combate. [...] As tarefas elementares de um governo operário devem ser armar a classe operária, desarmar as organizações burguesas e contra-revolucionárias. [...] Mesmo um governo operário resultante de uma coligação parlamentar, que tem assim uma origem puramente parlamentar, pode constituir uma oportunidade para um ascenso do movimento revolucionário. É evidente que a criação de um verdadeiro governo operário e a sua manutenção no poder, prossequindo uma política revolucionária, conduzirá a uma luta extremamente aguda, e eventualmente à guerra civil, com a burguesia...»¹⁹

Já sabemos o que se deve pensar sobre isto, e Dimitrov tentou pôr as coisas a claro. De qualquer modo, deveremos ater-nos aqui sobretudo às primeiras teses sobre a frente única, directamente relativas, aliás, à política do partido comunista italiano.

Quanto ao período da Internacional Comunista entre o 4.º Congresso (1922-1923) e o 6.º (1928), não nos demoraremos nele — já que não interessa directamente aos processos de fascização. Assinalemos, simplesmente, que se caracteriza por uma grande *confusão* no que respeita à

19. Ver, agora, esta resolução in *Les quatre premiers congrès...*, Maspero, obra citada, pág. 158.

questão das alianças, o que deriva, aliás, das caracterizações alternantes que a Internacional Comunista faz das etapas.

No 5.º Congresso: viragem «ultra-esquerda», ao mesmo tempo que a «estabilização» é passada em silêncio e que é alterada a posição no que respeita aos governos operários. Enquanto, para o 4.º Congresso, eles eram considerados como uma «etapa» para a ditadura do proletariado pela revolução, o 5.º Congresso — o da «bolchevização» — identifica-os com a ditadura do proletariado, indicando com isso que eles não poderão preceder a revolução constituindo uma etapa particular dela: o que, na prática, resulta na rejeição da tese dos governos operários. As teses sobre a frente única permanecem aparentemente intactas, mas (e isto acompanha a primeira manifestação da tese do social-fascismo) precisa-se que esta frente única «não é outra coisa senão um método revolucionário de agitação e de mobilização das massas» e que «o seu objectivo principal consiste na luta contra os chefes da social-democracia contra-revolucionária».

O V Pleno (1925), admitindo a estabilização, retoma a política dos contactos de cúpula — e a Internacional Comunista conduz uma luta intensa contra os dirigentes de esquerda dos P. C. fiéis ao 5.º Congresso.

Com o 6.º Congresso da Internacional Comunista (1928) dá-se a viragem decisiva.²⁰ Assiste-se — no preciso instante em que começa, na Alemanha, a etapa defensiva do movimento operário, marcada pelos inícios do processo de fascização — à caracterização, comandada pelo «catastrofismo economicista», do fim da «estabilização» como etapa de

20. Não se trata, para dizer a verdade, do ponto de vista *cronológico*, de uma viragem *pontual* correspondente ao 6.º Congresso. Os seus primeiros sinais podem ser detectados no VIII Pleno de 1927: a corrente de esquerda da social-democracia é considerada como mais perigosa para os comunistas do que a corrente de direita. As Resoluções mesmas do 6.º Congresso contêm ainda traços de um compromisso, relativo e muito precário, entre as posições de Estaline e de Bukharine. A viragem só se precisa com o X Pleno, de 1929.

ofensiva do proletariado e da revolução iminente: é a «estratégia ofensiva» que é abertamente preconizada. Avança-se a tese do social-fascismo e, na estratégia das alianças, toma-se a viragem da «classe contra classe» e da «frente única na base».

Ora, dado que o 3.º Congresso falava igualmente de frente única na base, a diferença reside aqui na política concreta da Internacional Comunista e do P. C. A. em relação à social-democracia e às massas que seguem as organizações social-democratas: «É claro que, com os social-fascistas, não pode haver unidade.»²¹ «Os social-fascistas sabem que, para nós, não há nenhuma colaboração possível. [...] Nenhum comunista partilha a ilusão de que o fascismo possa ser combatido com a ajuda do social-fascismo.»²²

Aliás, esta linha de modo algum se aplica apenas ao topo do partido socialista: «Escorraçai os social-fascistas das suas funções nas empresas e nos sindicatos»; «Escorraçai os pequenos social-fascistas das empresas, das repartições de colocações, das escolas de aprendizagem»; «Golpeai os social-fascistas nas escolas e nos lugares de recreio.»²³

A ala «esquerda» da social-democracia é, de resto, considerada o inimigo mais perigoso: «O ascenso do movimento revolucionário [...] impõe à Internacional Comunista e às suas secções o aprofundamento decisivo da luta contra a social-democracia, e em particular contra a sua ala «esquerda», ala que constitui o inimigo mais perigoso do comunismo e o principal obstáculo ao ascenso da actividade combativa da classe operária...»²⁴

Quanto às massas social-democratas, é reveladora, na sua forma, a expressão de Thaelmann: «...Enquanto não se libertarem da influência dos social-fascistas, estes milhões de

operários [do P. S. A. e da A. D. G. B.] estão perdidos para a luta antifascista.»²⁵

E, bem entendido, esta estratégia é acompanhada pela concepção do inimigo principal, que é não o fascismo mas a social-democracia, cuja derrota é a premissa — e isto também no sentido cronológico — de uma vitória sobre o fascismo: «Porque os nacional-socialistas conseguiram obter um importante êxito eleitoral, certos camaradas subestimam a importância da nossa luta contra o social-fascismo. [...] Exprimem-se aqui, indubitavelmente, indícios de um desvio da nossa linha política, que manda dirigir o golpe principal contra o P. S. A. [...] Todas as forças do partido devem ser lançadas na luta contra a social-democracia.»²⁶ «Mas o problema mais importante para a nossa luta contra o nacional-socialismo [...] é o problema de uma estratégia revolucionária justa, que, de acordo com as decisões do IX Pleno, dirija o golpe principal contra a social-democracia, [...] premissa para a vitória sobre o fascismo hitleriano.»²⁷

E enfim — com a aproximação, doravante absolutamente evidente, do perigo fascista —, em Setembro de 1932, diz Thaelmann, no discurso de encerramento do XII Pleno: «No estádio actual de fascização progressiva, qualquer abrandamento da nossa luta contra a social-democracia se torna [...] uma grave falta.»



Esta orientação levou a resultados desastrosos. Mas é preciso sublinhar, desde já, que seria absolutamente falso

21. H. Remmele, in *Die Internationale*, Março de 1930.

22. *Rote Fahne*, Março de 1931.

23. Aliás, quando a *Rote Fahne* de 8 de Junho de 1932 aplica, em virtude da política da «Frente antifascista», esta caracterização unicamente aos «círculos dirigentes» do P. S. A., é denunciada, por «desvio oportunista», por *Die Internationale* (t. XV, pág. 274).

24. Resolução do X Pleno (1929), in *Protokoll, 10. Plenum der E. K. der K. I.*, pág. 897.

25. In *Die Internationale*, Junho de 1932.

26. *Ibidem*, Julho de 1931.

27. Hirsch, in *Die Internationale*, Janeiro de 1932. De assinalar, enfim, que é só no XI Pleno, de 1931, que certas vozes se erguem contra os «excessos» da concepção do «inimigo principal». Surgem notas de cepticismo, durante este Pleno quanto à iminência da revolução. O próprio Manulsky admite que o fascismo «é uma das formas da ofensiva do capital» e que «o inimigo principal, para a classe operária, continua a ser a burguesia». Mas nada disto tem seguimento.

acreditar que, sob esta terminologia radical, o P. C. A. conduzia uma luta intransigente, ainda que «sectária», contra o fascismo e pela revolução. Não é que ele não tenha conduzido a luta implacável preconizada contra a social-democracia: *rigorosamente, mesmo, ele não fazia senão isso.*

De facto, algo de muito importante acontece progressivamente, durante este mesmo período, no seio da Internacional Comunista — algo que se pode, precisamente, detectar no caso alemão, que, na época, constitui para a Internacional a «proveta» da sua estratégia. Os próprios traços distintivos das viragens «*esquerda-direita*» começam daqui por diante a confundir-se, no sentido de que certos aspectos que, de forma marcante e aberta, caracterizarão o 7.º Congresso de Dimitrov, se desenvolvem durante o próprio período de 1928-1935. Por outras palavras: tudo se passa como se a relação entre o 6.º Congresso e o 7.º, de Dimitrov, fosse absolutamente diferente da relação, clássica, de um simples «*pêndulo*» (oportunismo de esquerda — oportunismo de direita) que mostre as *duas* faces, simetricamente opostas, de uma mesma linha geral errada: esquema que, *numa certa medida*, e a um primeiro nível, é válido para o período da Internacional Comunista anterior ao 6.º Congresso.

Com efeito, depois de 1928, este esquema já não é adequado: esta mesma linha geral afirma-se cada vez mais, mau grado as aparências, através de *uma identidade de efeitos concretos*; estes efeitos, que se desenvolvem com, e depois de, Dimitrov, são claramente detectáveis desde o período considerado como «ultra-esquerda». Nomeadamente, no que respeita ao P. C. A., o seu verbalismo radical só tem par na sua fé triunfante, durante este mesmo período, na luta eleitoral-parlamentar, e no seu pronunciado social-chauvinismo — posta de lado a questão da «defesa da U. R. S. S.». Indício importante e chocante: o seu «ultra-esquerdismo» é completamente diferente do do partido italiano, durante o processo de fascização em Itália, ou do seu próprio «esquerdismo» do período de 1920-1922.

Tudo isto vai mesmo tão longe que já não se pode, na periodização da Internacional Comunista após 1928, tomar como pontos de referência os mesmos indícios que anteriormente. Mas, em compensação, isto não significa, como se poderia estar tentado a pensar, que o 7.º Congresso (1935),

cujas premissas se podem detectar desde 1934, não constitua um *momento importante* para a Internacional Comunista. Mas é necessário precisar: 1935 não é uma «viragem» ao *mesmo título* das que se podem assinalar antes de 1928 na Internacional; entre outras razões, e a um primeiro nível, porque 1935 não é, propriamente um «*volta-face*» em relação a 1928, isto é, uma *face efectivamente outra* de uma mesma moeda. Mas, inversamente, também não se pode apreender 1935 como a *simples continuidade* de 1928, que se limitasse simplesmente a acentuar os traços de um mesmo rosto que marcaria, através de uma «progressão» contínua, as manifestações concretas da linha geral da Internacional Comunista: se ele vai neste segundo sentido, nem por isso deixa de se demarcar dele, e de uma forma importante.²⁸



Antes de mais, no respeitante à questão das alianças, o 7.º Congresso comporta duas partes: a que concerne a *frente única proletária* e a que concerne a *frente popular antifascista*.

A primeira corrige certos «erros» do período anterior e parece regressar, no essencial, às teses da frente única de 1921-1922.²⁹ «Os comunistas, evidentemente, não podem e

28. Tentarei esclarecer as posições que aqui exponho referindo-me ao que realmente se passa na U. R. S. S. durante este período, no *Apêndice* deste capítulo. Assinalo, no entanto, desde já, que Trotsky, em virtude da sua própria concepção do que se passa na U. R. S. S., tem a tentação de apreender a relação entre 1928 e 1935 de duas formas aparentemente contraditórias e que, de qualquer maneira, não me parecem precisamente exactas: a) Ele tem a tentação de interpretar esta relação entre 1928 e 1935 seguindo o esquema do pêndulo «oportunismo de esquerda — oportunismo de direita» (os ziguezagues burocráticos); b) Tenta-o, paralelamente, a explicação de que nada de essencial se passa após 1928.

29. De assinalar, no entanto, que, face às reacções extremamente violentas provocadas, no seio dos partidos comunistas europeus, pela vitória de Hitler e a estratégia do P. C. A., o executivo da Internacional Comunista, numa resolução de 5 de Março de 1933 (em resposta, aliás, a um apelo à luta comum contra o fascismo da Internacional Socialista, de 19 de Fevereiro), dá um primeiro passo no sentido de Dimitrov a respeito da frente única proletária.

não devem, por um minuto que seja, renunciar ao seu trabalho independente em matéria de educação comunista, de organização e de mobilização de massa. É necessário, no entanto, a fim de abrir seguramente aos operários o caminho da unidade de acção, trabalhar ao mesmo tempo para a realização de acordos, a curto e a longo prazo, sobre as acções a empreender em comum com os partidos social-democratas, os sindicatos reformistas e as outras organizações dos trabalhadores contra os inimigos de classe do proletariado. [...] A luta pela criação da frente única levanta ainda um outro problema, muito importante, o da frente única nos países em que estão no poder governos social-democratas ou governos de coligação com participação socialista. [...] É conhecida a nossa atitude absolutamente negativa em relação aos governos social-democratas, que são governos de conciliação com a burguesia. Não obstante, não consideramos a presença de um governo social-democrata ou de uma coligação [...] como um obstáculo insuperável à criação da frente única com os social-democratas em questões determinadas. Somos de opinião que, também neste caso, a frente única é perfeitamente possível e indispensável...»³⁰

Esta política em relação aos partidos e organizações social-democratas, aliás, não é suficiente: «Este pacto é um meio auxiliar para a realização de acções comuns, mas, em si só, não é ainda a frente única. [...] Os comunistas e todos os operários revolucionários devem trabalhar para a criação de organismos de classe extrapartidários da frente única, nas empresas, entre os desempregados, nos bairros operários, entre a gente pobre das cidades e nas aldeias...»³¹

O executivo recomenda os contactos com os comités centrais social-democratas, em certos países, e por causa das suas condições particulares, com vista a acções comuns contra o fascismo: durante o tempo dessas acções «o executivo considera possível recomendar aos partidos comunistas que refreiem os ataques contra as organizações social-democratas» (texto citado por J. Degras, *The Communist International 1919-1943: Documents*, t. III, pág. 253). Mas, na realidade o XIII Pleno, de Novembro-Dezembro de 1933, retoma inteiramente a tática do momento. Os primeiros sinais reais da viragem de 1935 não se fazem sentir senão em 1934 (ver, também, D. Desanti, *L'Internationale communiste*, obra citada, pág. 205).

30. Dimitrov, *Oeuvres choisies*, págs. 64, 80.

31. *Ibidem*, pág. 65.

Isto a propósito da frente única proletária. Mas passemos agora à *frente popular antifascista*, directamente ligada ao reconhecimento do perigo fascista — admitindo Dimitrov tacitamente que o processo de fascização corresponde a uma etapa defensiva do movimento operário. Cito integralmente a passagem essencial a este respeito:

«Na obra de mobilização das massas trabalhadoras para a luta contra o fascismo, uma tarefa particularmente importante consiste em criar uma vasta frente popular antifascista na base da frente única proletária. O êxito de toda a luta do proletariado está estreitamente ligado ao estabelecimento de uma aliança de combate com o campesinato trabalhador e a massa fundamental da pequena burguesia urbana. [...] Na altura da criação da frente popular antifascista, é de uma grande importância abordar de maneira justa as organizações e os partidos a que essas massas aderem em número considerável. Nos países capitalistas, a maioria destes partidos e destas organizações, quer políticos quer económicos, encontra-se ainda sob a influência da burguesia e continua a segui-la. A composição destes partidos e destas organizações não é homogênea. Neles encontramos *kulaks* poderosos ao lado de camponeses sem terra, grandes negociantes ao lado de pequenos lojistas — mas a direcção pertence aos primeiros, aos agentes do grande Capital. Isto obriga-nos a abordar essas organizações de formas diferentes, tomando em consideração o facto de que, muitas vezes, a massa dos aderentes não conhece a real fisionomia política da sua direcção. Em determinadas circunstâncias, podemos e devemos orientar os nossos esforços para, apesar da sua direcção burguesa, atrair esses partidos e essas organizações, ou alguns dos seus sectores, para as fileiras da frente popular antifascista. Tal é, por exemplo, a situação actual, em França, com o partido radical...»³²

Enfim, este congresso aconselha a participação dos comunistas — sob certas condições — em governos de luta contra o fascismo.

32. *Ibidem*, págs. 66-67.

Ora, efectivamente, estas teses constituem uma etapa importante na Internacional Comunista: ainda que seja preciso distinguir entre o que Dimitrov diz neste momento, a aplicação prática que foi feita destas directivas e a sua ulterior evolução. Nas teses, o que parece importante é:

a) a definição que, por outro lado, Dimitrov dá da base de classe mesma do fascismo, que ele reduz de forma decisiva — e que abrirá o caminho às mais amplas alianças antifascistas com a burguesia liberal.³³

b) o facto de — embora se diga que a «frente popular» deve ser fundada «na base» da frente única — Dimitrov atribuir muito mais importância à frente popular, que parece comandar, para ele, a frente única proletária;

c) a pouca importância que dá Dimitrov ao trabalho de massa próprio dos comunistas no campesinato e na pequena burguesia: se os comunistas devem conduzir o seu trabalho próprio no interior das massas operárias social-democratas, tudo se passa como se o campesinato e a pequena burguesia devessem ser, em primeiro lugar e principalmente, contactadas por intermédio dos seus «partidos próprios» — que seria preciso inventar se não existissem;

d) a tónica, oficial e pronunciada, posta no aspecto «nacional» da política comunista.

Talvez seja inútil ir mais longe aqui. Mas sabe-se que, «revistas» e «corrigidas», estas teses dominam ainda, actual-

33. Se aprofundarmos um pouco este problema, podemos facilmente verificar aquilo que eu dizia mais atrás acerca da relação entre 1928 e 1935. Em primeiro lugar, a escalada teórica de progressiva restrição da base de classe do fascismo, iniciada bastante antes de 1928, não é interrompida pelo 6.º Congresso «ultra-esquerda»: para este congresso, essa base é constituída apenas pelo «grande capital financeiro». Em seguida, e é sobretudo isto que importa no tocante à relação entre 1928 e 1935, a definição de Dimitrov, que restringe ainda esta base aos elementos «mais reaccionários, mais chauvinistas e mais imperialistas» do grande capital, e que é uma peça essencial da «viragem» Dimitrov, aparece já tal qual nas resoluções do XIII Pleno da Internacional Comunista, de Novembro-Dezembro de 1933, isto é: ainda em pleno período considerado «ultra-esquerda» (ver a Resolução do XIII Pleno in *Der Faschismus in Deutschland*, obra citada, pág. 227).

mente, a política dos cartéis eleitorais frentistas dos P. C. nacionais. Evidentemente, será preciso andar ainda bastante para se chegar a este ponto: seria falso pensar-se que Dimitrov é a actualidade, tal e qual. Mas o caminho estava já desbravado.

V. AS ORGANIZAÇÕES FASCISTAS, O FASCISMO E A CLASSE OPERÁRIA. SITUAÇÃO REAL DA CLASSE OPERÁRIA SOB O FASCISMO.

Enfim, a última questão diz respeito às efectivas relações entre o fascismo e a classe operária. Sob este aspecto, o papel do partido fascista e do fascismo no poder é duplo: repressão física organizada por um lado, função ideológica por outro; a complexa política do fascismo em relação à classe operária assegura a ligação entre os dois.

No que concerne a repressão física, suficientemente conhecida, não há grande coisa a dizer, senão talvez isto: enquanto, no caso dos «corpos francos» e dos «guardas brancos», esta repressão aparece, por assim dizer, no estado nu, ela é, ao longo de todo o processo de fascização, durante o qual o fascismo se organiza em movimento político de massa, comandada pela função ideológica do fascismo. Esta função, de resto, não cessa nunca, mesmo depois da chegada do fascismo ao poder.

Esta função ideológica, que tem os mesmos objectivos que a repressão, exerce-se por meio do «anticapitalismo» pequeno-burguês da ideologia fascista. Todavia, ela só se torna verdadeiramente eficaz na classe operária ao retomar por sua conta certos «temas» autenticamente «proletários» — o que foi, essencialmente, o caso para a ala esquerdizante do fascismo. Este aspecto *obreirista* da ideologia fascista (que não escapou, aliás, às análises da Internacional) é muito marcado ao longo de todo o processo de fascização. Este aspecto da ideologia fascista, que persiste de forma vigorosa durante o primeiro período do fascismo no poder, declina durante o período da sua estabilização — em que avança o aspecto propriamente «pequeno-burguês», sob a forma da *ideologia corporativista*.

Ainda aqui, porém, as coisas são mais complicadas do que parecem. Com efeito, a ideologia corporativista do fascismo estabelecido parece apresentar vários aspectos:

a) o de resíduos autênticos da *ideologia feudal*, de uma «comunidade» mística de laços pessoais que mascaram a exploração e a opressão de classe — aspecto avançado pelo fascismo no campo;

b) aquele, analisado por Marx e Engels, ligado às «ilusões», suscitadas pelas condições de vida, dos pequenos produtores do período da manufatura. Ilusões falansterianas do período das guildas e dos companheiros, que constituem uma das formas típicas da ideologia da pequena burguesia, na sua nostalgia de um passado mítico, face à ameaça da sua proletarianização: aspecto que o fascismo avançou em relação à pequena burguesia, mas também à classe operária;

c) o de tipo *reformista, de colaboração de classe*, quer dizer: o de um acordo regulamentado entre representantes de «parceiros iguais», no seio de instituições de um «Estado árbitro» — aspecto que falta inteiramente na ideologia corporativista fascista;

d) mas há mais: a ideologia corporativista pode, em circunstâncias determinadas e por uma forma desviada, exprimir «aspirações proletárias», em si autênticas. Sob a ilusão da «fábrica» como célula económica fechada ao mundo da autoridade política, este corporativismo exprime a aspiração de uma conquista do poder e de uma eliminação da autoridade, da propriedade e da direcção. O corporativismo toma aqui o sentido de uma chamada à razão do poder e da autoridade, por um controlo operário no interior de uma organização em que a massa operária imporia a sua vontade ao patronato. Concepção que reata, assim, directamente com a tradição do sindicalismo revolucionário: encontramos em Proudhon, dando a sua caução aos projectos «corporativistas» de Napoleão III, um precedente ilustre. Ora, este aspecto corporativista particular está constantemente presente na ideologia da «ala esquerdizante» do fascismo: ainda que os dirigentes fascistas e nacional-socialistas sejam extremamente prudentes na utilização desta arma de dois gumes que é a exploração «obreirista» dos temas corporativistas.

Este papel do fascismo leva-o, aliás, a uma política particular em relação à classe operária. Durante o processo

de fascização, as organizações fascistas não se apresentam como organizações «amarelas» puras e simples, como bandos de repressão e de fura-greves. Ao mesmo tempo que se entrega a ataques sistemáticos contras as organizações da classe operária, principalmente as organizações políticas, e que fura as greves que caracteriza como «políticas», acontece ao fascismo tomar parte nos combates da classe operária. Ele apoia — e organiza mesmo, por vezes — greves reivindicativas duras.

Não há dúvida de que se trata aqui, principalmente, de uma tática comandada pelo papel ideológico do fascismo. No entanto, esta tática decorre igualmente, em certa medida, do apoio popular que o fascismo assegurou. Sem que se possa dizer que o fascismo tenha alguma vez ganho uma real base de massa na classe operária, ele conseguiu, mesmo assim, implantar-se nela: o que, de resto, a Internacional Comunista sempre reconheceu.

Enfim, o fascismo no poder, paralelamente à repressão física organizada, neutraliza o conjunto da classe operária por meio de toda uma reorganização dos aparelhos ideológicos de Estado — reorganização que se analisará no momento do exame do «Estado fascista». O resultado procurado, e alcançado, é o considerável acréscimo da exploração, sob várias formas, da classe operária.

No entanto, também aqui é preciso ir mais longe, porque os factores ideológicos não são suficientes para explicar esta neutralização da classe operária. Antes de mais, não se pode esquecer que o fascismo conseguiu, efectivamente, a reabsorção do desemprego: elemento que, incontestavelmente, teve um papel nesta neutralização. Em seguida, a classe operária não foi, do ponto de vista da exploração económica, senão *uma* das vítimas do fascismo — e nem foi, no seu conjunto, a *principal*. Deste ponto de vista, o campesinato pobre e mesmo a pequena burguesia, a dos assalariados não produtivos — empregados, etc. —, sofreram ainda mais do que ela em relação à situação anterior. Paralelamente, o aumento da exploração da classe operária foi principalmente *relativo*, isto é, tomando em consideração o aumento dos lucros: não foi um aumento *absoluto*.

Enfim, esta política de exploração crescente da classe operária foi levada a cabo, não sem frequentes reticências

por parte do grande capital, segundo um plano calculado de *progressividade* e de *divisão*. O caso é nitido para o primeiro período do fascismo no poder, o dos «compromissos económicos», de algum modo impostos ao grande capital durante o período de destruição das organizações da classe operária. Esta política será prosseguida através, sobretudo, da criação sistemática de «categorias privilegiadas» de operários relativamente à massa da classe operária.

2. A ALEMANHA

I. O PROCESSO DE DERROTA, A DEFENSIVA E A CRISE POLITICO-IDEOLOGICA.

Na Alemanha, o processo segue etapas e viragens que me limito aqui a mencionar.¹

— 1918-1919. Malogro da revolução alemã e derrota dos militantes espartaquistas. No entanto, dado o carácter da confrontação, que não tomou a forma de uma guerra civil geral, as forças revolucionárias estão longe de estar eliminadas e a classe operária longe de estar esmagada. Uma só excepção: na Baviera, onde, após a derrota (Maio de 1919) da única «República dos Sovietes» abertamente instaurada, as execuções se contam por centenas e a contra-revolução se instala definitivamente.

— Março de 1920, putsch de Kapp, que a classe operária e as forças populares, mobilizadas em greve geral — decretada pelos socialistas independentes e pela esquerda social-democrata, organizados em Comité comum, aos quais se junta o P. C. A. (*Spartakusbund*)² —, conseguem fazer fra-

1. Para o período de 1920-1923 na Alemanha, ver também D. Desanti, *L'Internationale communiste*, 1970.

2. Aliás, a atitude do P. C. A., ainda em pleno «infantilismo de esquerda», em relação ao putsch de Kapp é muito equívoca: no primeiro dia do putsch 13 de Março, a *Zentrale* do P. C. A. recusa-se «a mexer um dedo para defender a república burguesa» e só se junta à acção no dia seguinte, face ao êxito da greve e à pressão das massas.

cassar. No entanto, se se consideram as condições em que o putsch terminou, pode-se falar de um fracasso relativo da classe operária: a sua vitória, com efeito, fica por explorar. Promoção de Seekt, que recusou o apoio da Reichswehr para evitar e combater o putsch; amnistia geral, rapidamente votada, para os revoltosos; recusa de uma reestruturação do exército: o grande vencedor da situação é, na realidade, a Reichswehr. O comité de greve, sob a direcção do socialista Legien, tenta formar um governo operário. Mas este apenas consegue obter o afastamento de Noske. No seguimento destes acontecimentos, sublevação dos operários do Rur, rapidamente esmagada pela Reichswehr. Cisão dos elementos ultra-esquerda do *Spartakusbund*, que criam o partido operário comunista alemão (K. A. P. D.). Em Dezembro de 1920, dá-se a fusão entre os espartaquistas e os socialistas independentes. O P. C. A. torna-se um partido de massa, passando o número dos seus aderentes de 80 000 para 350 000.

— 1921, Série de tentativas «putschistas», na Prússia, por parte do P. C. A. — que cai, provavelmente, em provocações da polícia. Sublevação militar em Mansfeld, sob a direcção de M. Hoelz. Os insurrectos sucumbem ao fim de uma semana de lutas heróicas. O apelo à insurreição aberta do C. C. do P. C. A., de 16 de Março, e o apelo à greve geral insurreccional, publicado na *Rote Fahne* de 28 de Março, não são seguidos. É a derrota para o P. C. A. Lenine, numa longa carta dirigida aos comunistas alemães (14 de Agosto de 1921), escreve a este respeito: «O ódio aos oportunistas da social-democracia levou os operários alemães a sublevações prematuras...»³ Após este fracasso, o número de aderentes do P. C. A. baixa de 350 000 para 180 000. A Internacional Comunista, no seu 3.º Congresso, aprecia severamente este «putschismo» do P. C. A.

— 1923. *É a grande viragem.* Lembremos que, antes (1922-23), se realiza o 4.º Congresso da Internacional — que dá já uma interpretação economicista da «estabilização», identificando-a com uma «defensiva» da classe operária, e

3. Lenine, *Oeuvres complètes*, Ed. Sociales, t. 32, pág. 545.

lança a palavra de ordem de governos operários. Baseando-se nesta palavra de ordem, o P. C. A. — que, entretanto, nunca tentara realizar a frente única na base — faz meia-volta e inicia uma política de direita, com Brandler e Thalheimer; ele salta de algum modo por cima da frente única para as exclusivas alianças parlamentares de cúpula. No Congresso do P. C. A. de Janeiro de 1923, em Leipzig, a questão da acção de massas e a da aliança da classe operária e do campesinato pobre são passadas em silêncio, enquanto na Saxónia e na Turíngia se constituía o «governo operário» com os social-democratas. Radek, que se apercebe, no entanto, da necessidade de uma aliança com a pequena burguesia, preconiza que essa aliança se faça explorando o seu «nacionalismo» e por meio de acordos com a corrente de extrema-direita do «nacional-bolchevismo»: é a famosa *linha Schlageter*.⁴

Ora, em Julho de 1923, assiste-se, com a inflação, com o malogro da resistência passiva no Rur, com a política

4. A propósito desta *linha Schlageter*, é preciso ver bem que a sua aberração, que surge retrospectivamente, não estava, na época, onde hoje parece. Com efeito, a resolução do Pleno de Junho de 1923, onde esta linha aparece, insiste na necessidade primordial de uma luta intensa e activa, no plano internacional, contra o fascismo. Mas este Pleno considera: a) que o fascismo — segundo a concepção das suas «contradições internas» — se compõe de «duas alas», uma «vendida» ao grande capital, a outra composta por elementos «revolucionários e nacionalistas», por pequeno-burgueses «transviados», que era absolutamente necessário ganhar para a revolução; b) estava-se, nessa época, à espera do «fascismo» na Alemanha vindo do lado do exército e de von Seekt, que não estavam ainda em colusão directa com o nacional-socialismo: von Seekt, aliás, eliminara o putsch militar de Hitler na Baviera. E, efectivamente, as coisas não eram ainda claras nessa altura quanto à corrente «nacional-bolchevista» na Alemanha. Mas o busílis da *linha Schlageter* está noutro lugar: mais exactamente, na viragem «social-chauvinista» feita pelo P. C. A., explorando, de forma nitidamente nacionalista, a agitação contra o tratado de Versalhes, com o objectivo de conquistar os «pequeno-burgueses nacionalistas». O elemento capital a este respeito é que esta viragem chauvinista não desperta nenhuma reacção no seio do Pleno da Internacional Comunista. Descobre-se mesmo que não se explorara até então suficientemente a agitação contra o tratado. E é verdade que Lenine que qualificara este tratado como «o mais monstruoso acto de banditismo» da história, não se entregara nunca — e lá tinha as suas razões! — a uma exploração social-chauvinista do problema.

reaccionária do governo (Cuno), etc., a uma situação de crise declarada. A influência do P. C. A. na classe operária aumenta em relação à da social-democracia.

Ter-se-á tratado de uma situação objectivamente revolucionária? As opiniões dividem-se. Para A. Rosenberg,⁵ a situação é semelhante na Primavera e no Verão de 1923, mas, em seguida, as condições mudam. A resistência passiva já cessou no Outono, com a política da burguesia francesa em relação ao Rur: voando em socorro da sua irmã alemã, ela autoriza a intervenção da polícia alemã; a obra de restabelecimento financeiro de Stresemann começou já. Da mesma opinião de Rosenberg é Radek, delegado da Internacional Comunista na Alemanha: «Deixámos passar uma situação histórica mais favorável do que nenhuma outra.» Para Trotsky, trata-se de uma situação revolucionária ao longo de todo o período que vai de Julho a Novembro. Para Thaelmann e Estaline, a situação revolucionária só se criou no Outono de 1923. Para Badia⁶ e E. H. Carr,⁷ que refutam os argumentos de Thaelmann e de Estaline relativos à diferença da situação na Primavera/Verão e no Outono, não teria havido, em nenhum momento do ano, uma situação objectivamente revolucionária. Seja como for, tratava-se de uma situação de crise aberta: ela continha possibilidades objectivas seguras de uma acção de massa e de vitórias para a classe operária, não indo eventualmente até à tomada directa do poder.

Ora, o P. C. A. — arrastando atrás de si a classe operária — capitula sem dar batalha. Os comunistas (tendência de esquerda) do Rur lançam um combate isolado em Abril:

5. Rosenberg, *Geschichte der Weimarer Republik*, 1961, págs. 125 e segs.

6. Badia, obra citada, pág. 201.

7. Uma das melhores exposições históricas deste período e da tática da Internacional Comunista e do P. C. A. é a de E. H. Carr, *A History of Soviet Russia, The Interregnum 1923-1924*, 1969, págs. 208-251. A obra clássica continua a ser a de W. Angress, *Stillborn Revolution: The Communist Bid for Power in Germany 1921-1923*, 1963. De assinalar, enfim, que o P. C. da Alemanha Oriental mantém ainda hoje, quanto ao essencial que se tratou, efectivamente, no Outono de 1923, de uma situação objectivamente revolucionária (*Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung*, T. III, 1965).

uma semana depois, são esmagados pela polícia alemã, apoiada pelas forças de ocupação francesas, e desautorizados pelos Comité Central. A insurreição é decidida pela Internacional Comunista e pela maioria do bureau político do partido bolchevique para Outubro de 1923. Mas, dada a ausência de trabalho de massa e de organização da frente única, a preparação da insurreição por «cima», por Brandler e a Internacional com os «delegados sindicais» (em Chemnitz — 21 de Outubro), choca com a hesitação destes últimos. Reviravolta da direcção, ausência de ligação com Hamburgo: onde, sob a direcção de Thaelmann, o P. C. A., na noite de 21 para 22 de Outubro, desencadeia a greve geral e lança a insurreição. A direcção central do partido não dá a ordem de greve geral e desautoriza mesmo os combatentes de Hamburgo, que não tardam a cair. Reviravolta, pois, da direcção, não pelo facto de ter mudado as formas de luta e os seus objectivos, mas porque se refugia no imobilismo que a caracterizou ao longo de todo o período de 1922-1923. Derrota muito grave do P. C. A.: a repressão abate-se, o partido é proibido e está desacreditado na classe operária, que sai vencida da prova.

Esta derrota marca daqui por diante, de forma decisiva, a etapa de estabilização; de estabilização e não ainda, para falar com rigor, de defensiva, porque, em virtude também aqui do carácter da confrontação, a classe operária conserva as suas forças: aliás, a proibição do P. C. A. e o estado de sítio serão levantados em 1924. Se a revolução perdeu, por muito tempo, a sua oportunidade, o fascismo nem por isso ganhou ainda a sua: mas isso não tardará.

Série de fracassos, em relação às possibilidades objectivas, mas que, no entanto foi acompanhada por reais conquistas político-económicas da classe operária e das massas populares. Antes de mais, a Constituição de Weimar — embora marcada por transformações que conotam a instauração do Estado intervencionista do capitalismo monopolista — funda-se na extensão do sufrágio universal aos dois sexos e no escrutínio directo e proporcional: o que permite a presença dos pequenos partidos no Parlamento e, de forma directa, a expressão das massas populares no Parlamento; introdução da jornada

de trabalho de 8 horas; generalização das convenções colectivas de trabalho; seguro contra o desemprego; criação dos comités de empresa, que, se não têm nada a ver com os conselhos operários de 1918-1919 — mal sendo mencionados na Constituição e limitando-se, principalmente, às «obras sociais» — podem, mesmo assim, exigir a apresentação do balanço da empresa e contribuem para o desenvolvimento sindical; os operários agrícolas obtêm o direito de associação e afluem em massa aos sindicatos.

Estas conquistas político-económicas da classe operária, que, melhor ou pior, vão persistindo durante o período de estabilização, são constantemente cerceadas durante o processo de fascização. Elas estão longe, contudo, de ser aniquiladas.⁸ É preciso, com efeito, não esquecer aqui os factores assinalados. Em primeiro lugar, ao longo de todo este processo, são os representantes do médio capital que reinam na cena política e que, através das suas contradições com o grande capital, prosseguem a política de «colaboração de classe». Até Bruening, governando por decretos, se apoia nos sindicatos, fazendo-lhes concessões, o que é igualmente o caso de Schleicher: concessões no sentido de que não vão suficientemente longe, para a vontade do grande capital, quando cerceiam as conquistas anteriores. Em seguida, sendo esta política fundada na colaboração aberta, ou tácita, da social-democracia — e por causa da natureza e da função desta —, essas conquistas não podem ainda ser directamente aniquiladas.

Enfim, será preciso não subestimar o factor da *forma de Estado* da república de Weimar. Como o assinala A. Rosenberg:⁹ «Num país como a Alemanha, no qual três quartas partes do eleitorado pertencem às classes trabalhadoras, uma maioria parlamentar burguesa só é possível quando os partidos burgueses tomam aspectos populistas e fazem concessões às massas populares. Se se tivesse tentado fazer no Reichstag, com os meios da democracia legal, uma política capitalista *extremista*, o governo não teria tido que contar apenas com a oposição dos social-democratas e dos comunistas: numerosos representantes dos partidos burgueses

8. Rosenberg, obra citada, pág. 174.

9. Obra citada, pág. 205.

teriam hesitado em voltar perante os seus eleitores defendendo uma política *extremista*. A ditadura na Alemanha era pelo menos tão necessária por causa dos socialistas e dos comunistas como por causa da esquerda dos nacional-socialistas e dos trabalhadores cristãos.» Tanto mais, aliás, quanto não se tratava, para o grande capital, de simplesmente voltar atrás no respeitante a estas conquistas, mas, simultaneamente, de ir mais longe na exploração das massas populares e de estabelecer a sua hegemonia sobre o médio capital.

Mas vejamos o que se passa, entretanto, na classe operária. A desmobilização da classe operária prossegue durante o período de estabilização. A social-democracia e os sindicatos social-democratas subordinam-se cada vez mais à política da burguesia — e isto de *forma decisiva* com os inícios do processo de fascização.

Estes inícios marcam uma indiferença crescente da classe operária em relação à luta política e um acantonamento na luta económico-reivindicativa — o que tem efeitos próprios sobre a mesma luta económica. Os efectivos sindicais desmoronam-se depois da derrota de 1923. Os inícios do processo de fascização, em 1927-1928, coincidem com os números mais baixos; a crise de 1929 não alterará muito esta situação.¹⁰ Baixa dos efectivos sindicais que, precisamente, não corresponde de forma alguma a um recrudescimento do aspecto político da luta, mas realmente a uma desmobilização da classe operária. Os sindicatos vermelhos, de resto, não conseguirão, durante o processo de fascização, alcançar uma audiência de massas e participam mesmo neste declínio. A proporção de perda de dias de trabalho por motivo de *lock-outs* é, a partir de 1927, superior à dos dias de greve: proporção que apenas será invertida no ano de 1930.

O que conta, no entanto, é o aspecto económico que prevalece nas lutas. Com efeito, quase não se descortinam, doravante, greves que não sejam *defensivas, isoladas, espaciais* — tendo principalmente por objectivo, e quase exclusi-

10. G. Castellan, obra citada, pág. 68.

vamente, a questão dos salários. Por exemplo, em 1928, numa greve dos metalúrgicos da região de Halle, e embora os comunistas tentem ligar a questão do aumento do salário à da diminuição (8 h.) do dia de trabalho, o movimento fracassa: os operários pedem um aumento de 15 pf., o árbitro governamental dá-lhes 3. *Lock-out* dos industriais. Nova arbitragem de Braun, que concede 5 pf.: o trabalho é retomado.¹¹ Paralelamente, a classe operária confia cada vez mais nas «formas legais» de luta: arbitragem governamental. Em 1930 — que é, no entanto, um ano de plena crise — as únicas grandes greves notáveis, sob pressão da R. G. O. (oposição sindical comunista), na região de Mansfeld e na metalurgia renana e de Berlim (130 000 operários em greve durante duas semanas), não têm como objectivo senão a luta contra a redução dos salários. Tudo se passa como se a própria R. G. O., sob instigação do P. C. A., tentando pôr em curto-circuito a passividade das direcções sindicais social-democratas, não fizesse mais do que entregar-se a simples sobre-lanços na mera questão dos salários. Enfim, face à política salarial de von Papen, verifica-se uma série de greves defensivas entre Setembro e Outubro de 1932.

Ora, Thaelmann, no seu relatório ao XII Congresso de Wedding do P. C. A. (1929), considera já que todas estas greves têm um carácter ofensivo: «Embora sejam ainda lutas de contacto, tomam já a forma de lutas de ruptura.» E Sémard, delegado da Internacional Comunista, mais circunspecto, diz, neste mesmo congresso: «Embora estas greves se devam à ofensiva do capital, elas tomam a forma de uma contra-ofensiva.»¹²

Este aspecto dominante da luta económica é, muitas vezes, mascarado pelas «formas de acção» herdadas do passado próximo: vejam-se, por exemplo, as violentas manifestações de rua, as «marchas da fome», selvaticamente reprimidas pela policia, os movimentos de tipo «jacquerie» do pequeno campesinato, os atentados à bomba contra o fisco e a greve dos impostos. Desespero popular, politicamente desorientado e, daqui por diante, rapidamente recuperado pelos nacional-

11. G. Badia, obra citada, págs. 249, 268, 283; Flechtheim, *Die K. P. D. in der Weimarer Republik*, 1969 págs. 258 e segs.

12. *Protokoll der Verhandlungen des 12. Parteitages der K. P. D.*, Berlim, 1929, págs. 81, 91, 258.

-socialistas. Verifica-se, paralelamente, durante todo o processo de fascização, a ausência quase total de acções políticas de massa da classe operária.

Com efeito, sobretudo a partir do processo de fascização, o P. C. A. está cada vez mais cortado das massas da classe operária. Durante bastante tempo, o P. C. A. foi, na realidade, um partido de massas — em virtude da sua implantação, mas também, e sobretudo, por causa da sua efectiva influência sobre a classe operária. Ora, após 1923, e também ao longo de todo o processo de fascização, verifica-se, com altos e baixos, uma constante progressão da *influência eleitoral* do P. C. A.: Maio de 1924: 12,6%; Dezembro de 1924: 9%; 1928: 10,6%; 1930: 13,1%; Julho de 1932: 14,6%; Novembro de 1932: 16,9%. Mas, se os «scores» eleitorais melhoram constantemente, os efectivos em aderentes do P. C. A. baixam regularmente até 1930, ano do aparecimento do desemprego em massa.¹³

O essencial, no entanto, não é isto: o que se torna claro, com o início do processo de fascização, é a *influência social-democrata sobre os eleitores e os próprios aderentes do P. C. A.*¹⁴ Dito de outra maneira: estes êxitos eleitorais do P. C. A. não se devem de forma alguma a uma real acção política de massas, mas ao facto de que a classe operária, desorientada por esta ausência de política, passa a votar e, muitas vezes, a aderir a um partido «como os outros». Indício importante: o P. C. A. parece ganhar votos, não à medida que prossegue a criação de uma frente única, mas principalmente quando empreende «acções comuns», de

13. E. Collotti, *Die Kommunistische Partei Deutschlands 1918-1933*, 1961, pág. 210. A evolução é a seguinte: 294 200, em 1923; 160 000, em 1926; 124 500, em 1929; 176 000, em 1930; 180 000, em 1931; 300 000, em 1932.

14. «Os operários votavam S. P. D. [...], porque estavam doravante, de acordo em que o S. P. D. e os sindicatos social-democratas se ocupassem, no quadro do capitalismo alemão [...], dos interesses quotidianos dos operários. No fundo, a opinião dos eleitores do partido comunista não era muito diferente. O seu partido estava [...], durante estes últimos anos, absolutamente pronto para a paz social.» (Rosenberg, obra citada, pág. 191).

carácter eleitoral e unicamente de topo, com a social-democracia. É o caso do plebiscito contra a «indemnização dos príncipes» (1926), conduzido em comum com a social-democracia, e que dará ao P. C. A. 500 000 novos eleitores.¹⁵

Aliás, a partir de 1930, estes progressos eleitorais do P. C. A. já não se verificam nas regiões mais radicalizadas, *mas precisamente nas regiões da Alemanha protestante, que foram as mais calmas desde 1918.*¹⁶ Esta implantação do P. C. A. não significará, de forma alguma, uma radicalização destas regiões, onde ele de algum modo toma directamente o lugar da social-democracia. Foram estas regiões as mais favoráveis a Hitler nas eleições de 1932, e nelas, nas eleições presidenciais de 1932, 700 a 800 000 dos novos votantes comunistas votaram por Hitler.

O corte real entre o P. C. A. e a massa da classe operária manifesta-se, sobretudo, através da sua crescente incapacidade para arrastar a classe operária para acções políticas: fracasso significativo na organização de uma manifestação de massa para o 1.º de Maio de 1929, em Berlim. E se a jornada do 1.º de Agosto contra a guerra,¹⁷ em Berlim, conta com a participação de 100 000 manifestantes, isto não é mais do que o canto do cisne — que se deve, aliás, medir pela influência que o P. C. A. anteriormente tinha nesta cidade. Enfim, fracasso das tentativas, em Maio de 1932, para constituir uma frente de «acção antifascista». Entre 1929 e 1932, o K. P. D. e a R. G. O. deram cerca de seis vezes a palavra de ordem de *greve geral*, palavra de ordem que cai quase sempre no vazio.¹⁸

Paralelamente, durante o processo de fascização, o próprio P. C. A. está fortemente dividido: o que havia já começado bastante antes. Depois da exclusão de Brandler e de Thalheimer, é a equipa de «esquerda» Ruth Fischer — Maslow quem toma a direcção. Nova exclusão desta equipa, consi-

derada «ultra-esquerda», em 1925 (é o V Pleno da Internacional Comunista), momento em que Thaelmann toma a direcção, prosseguindo com as expulsões de elementos «ultra-esquerda» acusados de trotskismo. Em 1928, expulsão de elementos considerados «conciliadores direitistas» — o que conduz à criação, sob a direcção de Froelich (antigo companheiro de luta de Rosa Luxemburg) e de Thalheimer, do K. P. D. (O) (Partido Comunista Alemão de Oposição).¹⁹ Para dar uma ideia da amplitude destas sucessivas depurações, notemos que, durante os anos 20, sômente 20% dos seus quadros haviam pertencido à liga espartaquista, que, em 1932, só 4 a 5% dos comunistas remontam à fundação do partido, e que, em 1931, em Berlim, mais de 40% dos funcionários tinham menos de um ano de partido.²⁰ Esta divisão, paralela ao corte entre o P. C. A. e as massas, conduz, pelos seus próprios efeitos, a uma polarização das energias sobre a luta interna e, muitas vezes, a uma paralisia face ao nacional-socialismo.

■

Que se passa, agora, com a crise ideológica no seio da classe operária? Ela manifesta-se, antes de mais, na influência crescente — já verificada — da ideologia social-democrata, inclusive nas fileiras do P. C. A. Mas esta crise manifesta-se, igualmente, na influência da ideologia pequeno-burguesa da pequena burguesia em revolta. A tendência anarco-sindicalista — que quase tinha desaparecido na Alemanha, nos fins do século passado — reaparece durante o processo de fascização, representada pela *Freie Arbeiter Union Deutschlands*. As tendências espontaneístas desenvolvem-se rapidamente: paralelamente à desmobilização geral da classe operária alemã, é esta uma das razões da ausência de organização das massas, manifesta em particular na baixa dos efectivos sindicais — incluindo a R. G. O. — mau grado a crise de

15. Rosenberg, pág. 191.

16. R. Heberle, obra citada, págs. 98 e segs.

17. G. Badia, obra citada, pág. 289.

18. Fr. Borkenau, *World Communism. A History of the communist international*, 1962, pág. 340. Livro muito suspeito por causa do seu anticomunismo, mas esta informação é corroborada por Fr. Neumann, *European Trade Unionism and Politics*, 1936, págs. 28 e segs.

19. A este respeito, K. H. Tjaden, *Struktur und Funktion der K. P. D. (O). Eine Organisations-soziologische Untersuchung des «Rechts» Kommunismus in der Weimarer Republik*, 1964.

20. Ossip Flechtheim, *Die K. P. D. in der Weimarer Republik*, 1969, págs. 321 e segs.; e Hermann Weber, *Die Wandlung des deutschen Kommunismus*, 1970.

1929. Por outro lado, os grupos dissidentes de «esquerda» do P. C. A. tropeçam, também eles, com a relativa indiferença das massas pelas «organizações» e não conseguem implantar-se em sitio algum. Enfim, as tendências «blanquistas-putschistas», vigorosas durante o período de 1920-1923, deixam traços. Elas reaparecem, em particular, entre os desempregados e os operários de fresca origem camponesa: sem aderirem francamente ao nacional-socialismo, uma parte deles é alternadamente influenciada pelo P. C. A. e pelo partido nacional-socialista.

No entanto, na Alemanha, devido, principalmente, à influência social-democrata, mas também à longa existência do P. C. A., estas correntes ideológicas na classe operária não se exprimem, de forma nítida, em movimentos ou em organizações próprias e autónomas. Ao contrário do caso italiano, onde as coisas são muito mais claras, estas correntes ideológicas permanecem, na Alemanha, em «estado difuso». Paralelamente, o nacional-socialismo consegue neutralizar muito mais a classe operária. Assim, é principalmente pelo exame do aspecto «esquerdizante» da ideologia nacional-socialista, da tática deste partido e das suas formas de acção, durante o processo de fascização, que se descobrem estas influências ideológicas difusas no seio da classe operária.

Deste ponto de vista, com efeito, a ideologia nacional-socialista explora a corrente anarco-sindicalista. Exaltação da greve como meio de emancipação da classe operária, com a condição de que seja uma greve económica (apolitismo do movimento sindical). As afirmações sobre a necessidade de sindicatos — apolíticos — como representantes dos trabalhadores são incessantemente repetidas. O corporativismo é lançado para a frente. Este aspecto do corporativismo indica que, como o sublinha Gr. Strasser, o Estado nazi seria fundado, contrariamente ao Estado dos «políticos», numa poderosa hierarquia de sindicatos, que chamariam os patrões à razão no seio de organizações económicas consagradas pelo Estado «apolítico».

A ideologia nacional-socialista explora igualmente a corrente espontaneísta: sobretudo para atacar as «organizações» operárias, mas também para ganhar para o nacional-socialismo certas fracções da classe operária. O partido nacional-socialista apresenta-se, no plano organizacional, como

um «antipartido». O aspecto lançado para a frente é o agrupamento em esquadões de acção, que se encontram para realizar acções determinadas, devendo a ligação entre os aderentes basear-se no seu laço pessoal e directo com o chefe supremo. Abundam as declarações contra a «organização» e as que põem a tónica na «vontade».

Finalmente, esta ideologia explora a corrente «putschista-blanquista»: o que é particularmente nítido nas S. A. A tónica é posta na «revolução anticapitalista», que seria obtida por um golpe de força militar. Os atritos das S. A. — motim das S. A. de Berlim, em 1931 — e das secções agrárias dirigidas por W. Darré com o aparelho político do partido e com Hitler, não derivam apenas das suas aspirações anticapitalistas, mas igualmente das suas veleidades putschistas a respeito da tática do golpe de Estado. Enfim, culto da violência, da acção activista, denúncia dos «programas» e das «doutrinas», etc.

II. A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ.

Quanto à social-democracia: ao longo de todo o processo de fascização, a sua influência sobre a classe operária aumenta. Embora os seus resultados eleitorais baixem a partir de 1928, ela mantém-se acima dos 20%. Por outro lado, verifica-se, apesar desta baixa eleitoral, uma subida regular dos seus efectivos: 937 000 membros em 1928, 984 000 em 1932.²¹

Os seus aderentes recrutam-se, na sua maioria, entre os *trabalhadores industriais*: é igualmente nas regiões de forte concentração industrial que ela atinge os melhores resultados eleitorais.²² Se a social-democracia recruta entre os operários industriais mais qualificados e melhor pagos (mas,

21. M. Duverger, *Les Partis politiques*, obra citada, págs. 89, 124.
22. G. Castellan, obra citada, págs. 88-89. De notar, no entanto, que, até cerca de 1930, o P. S. A. recruta igualmente entre os *empregados assalariados* (pequena burguesia): a percentagem, em aderentes, da pequena burguesia é de 25% (R. Michels, *The Political Parties*, reimpressão de 1966, pág. 255). Quanto à extracção de classe do *eleitorado* social-democrata, ele é, em 1930, 40% pequeno-burguês (Lipset, *Faschismus — Rechts, Links und in der Mitte*, in *Soziologie der Demokratie*, 1962, pág. 154).

vê-lo-emos, é este também o caso para o P. C. A.), ela recruta igualmente entre os operários não qualificados e os operários com salários mais baixos (têxteis, nomeadamente) e, *maciçamente*, entre os operários agrícolas.²³ Enfim, já antes da guerra, o P. S. A. conta com cerca de 15 000 «militantes pagos», quer dizer: «funcionários»; 100 000 aderentes do partido estão empregados nos serviços de previdência social, nas repartições de colocações, nas cooperativas, nos municípios.

Do ponto de vista da sua linha política geral, Lenine mostrara como, pela via do *revisionismo* (Kautsky, etc.), a social-democracia tinha conseguido fazer a política burguesa na classe operária, política cujo aspecto principal era o *reformismo*. Ora, ao longo de todo o processo de fascização, e paralelamente à política de colaboração de classe dos sindicatos e do partido social-democratas, que travam constantemente o desenvolvimento da luta, observa-se a capitulação progressiva das suas direcções face ao nacional-socialismo.

A social-democracia, aquando da sua última subida ao poder, em 1928, recusa tomar qualquer medida que possa tocar nos aparelhos de Estado — que já começam a estar seriamente controlados pelos nacional-socialistas. No 1.º de Maio de 1929, face a uma manifestação organizada em Berlim pelo P. C. A. e proibida pelo governo social-democrata da Prússia, para «não dar pretexto» aos nazis, a policia prussiana dispara sobre os manifestantes, fazendo 33 mortos. Doravante, após a sua queda, será a aplicação da *Tolerierungspolitik*, da política do *mal menor* para barrar o caminho ao fascismo: no Parlamento, apoia aberta ou tacitamente Bruening. Em fins de 1931, a social-democracia constitui, como réplica à frente de Harzburg, a «frente de ferro» (agrupando os sindicatos, a social-democracia, o Centro católico), tendo unicamente por objectivo a luta eleitoral contra as «medidas anti-sociais» do governo, governo que, aliás, ela apoia. Nas últimas eleições presidenciais, apoia Hindenburg.

A partir de 1924, a social-democracia possui uma milícia operária armada, com efectivos poderosos (160 000), a

23. Flechtheim, obra citada, págs. 316 e segs.

Reichsbanner. Mas recusar-se-á sempre a utilizá-la a fim de não dar «pretextos» ao adversário — até ao momento em que esta milícia é dissolvida por Hitler. Em 1932, no momento da destituição anticonstitucional, por von Papen, do governo social-democrata da Prússia, a central sindical e o partido social-democrata recusam-se à greve proposta pelos comunistas. O *Vorwaerts* escreve: «O povo trabalhador luta, de boletim de voto na mão, contra a reacção social no poder...», e a social-democracia põe um processo contra esta medida no Supremo Tribunal! No dia seguinte à nomeação de Hitler para o posto de chanceler, a social-democracia, refugiada por detrás da legalidade do processo de nomeação de Hitler, recusa associar-se à greve geral proposta, uma vez mais, pelos comunistas.²⁴ O *Vorwaerts* escreve: «Desencadear hoje uma greve geral seria desperdiçar para nada as ambições da classe operária». Se ela organiza manifestações, muitas vezes de uma grandeza notável, contra o regime — nomeadamente em Luebeck, por ocasião da prisão do deputado social-democrata J. Leber (o mesmo *Vorwaerts*, em 7 de Fevereiro, depois das manifestações em Berlim, traz o seguinte título: *Berlim permanece vermelha*) —, essas manifestações não terão seguimento.²⁵

Tentada pelas propostas — tardias, é certo — do P. C. A. para a unidade de acção, a social-democracia, ao mesmo tempo que procura timidamente instalar um dispositivo clandestino de resistência, orienta-se, no entanto, após as eleições de Março de 1933, para o objectivo de uma «oposição legal» a Hitler: ela prevê um rápido desfazer do governo, em virtude das suas «contradições internas». A sua fracção parlamentar — reduzida a 60 deputados (dado que, dos 119 eleitos, 18 estão na prisão, uma larga parte, em desacordo com a direcção, tomou o caminho da emigração, e uma outra abstém-se de participar nas sessões do Reichstag) — aprova a política externa do governo e a luta «pela igualdade de direitos do povo alemão». Mas recusa-se a votar a lei dos plenos poderes que Hitler reclama. Os próprios responsáveis sindicais, depois de terem acariciado o projecto de uma

24. G. Badia, obra citada, pág. 300 e t. II págs. 11 e 12.

25. Droz, obra citada, págs. 56 e segs. Ver também, do mesmo autor: *Le Socialisme démocratique, 1864-1960*, 1966, págs. 198 e segs.

«greve revolucionária», orientam-se para um prosseguimento do trabalho de «defesa económica» dos trabalhadores sob Hitler, à espera de melhores dias: os dirigentes sindicais, sob a direcção de Th. Leipart, decidem participar, no 1.º de Maio de 1933, na Festa do Trabalho organizada pelos nazis. Em Junho de 1933, será a dissolução, a proibição e o fim.

Uma última observação, contudo, é aqui necessária: de facto, a social-democracia e os sindicatos *estão também divididos*.

Antes de mais, na direcção: ao lado de chefes do tipo de Noske e de Severing, que adquiriram justificadamente a sua sinistra reputação na classe operária, e que sempre, e abertamente, consideraram o nazismo como um mal menor em relação ao «bolchevismo», há o centro, representado por Hilferding (que se exilou após a tomada do poder por Hitler), e depois a «esquerda». Esta, representada nomeadamente por Rosenfeld e por Seydewitz, desde há muito que é favorável à frente única com os comunistas. Certos elementos da esquerda cindirão, aliás, em 1931, para criar o Partido Social dos Trabalhadores (S. A. P.).

Mas o elemento essencial é que uma camada importante de responsáveis inferiores e de militantes se opõe à política da direcção e do aparelho, o que se manifesta, durante o último governo social-democrata de Mueller, por uma oposição à restrição do seguro contra o desemprego: *foi o que, aliás, levou à queda do gabinete Mueller*.²⁶ Enfim, o conjunto da Reichsbanner, com o seu chefe, K. Hoeltermann, à cabeça, reclama uma resistência activa e enérgica contra o nacional-socialismo. Isto é importante: iremos reencontrar este elemento quando examinarmos a atitude do P. C. A. em relação à base da social-democracia e às massas social-democratas.

Em resumo, para concluir, a política da social-democracia permanece fiel à sua natureza e à sua função contra-revolucionária. Se não há, rigorosamente, colusão entre a social-democracia e o fascismo, se, ao longo de todo o processo de fascização, ela tenta ainda preservar e defender, à sua

26. W. Abendroth, *Histoire du mouvement ouvrier en Europe*, 1967, págs. 97 e segs.

maneira, os «interesses económicos» da classe operária — o que, de resto, lhe vale a manutenção da sua base de representatividade nesta classe —, cabe-lhe, certamente, a maior parte da responsabilidade na instauração do fascismo.

III. O PARTIDO COMUNISTA ALEMAO.

Passemos, agora, à política do P. C. A. durante o processo de fascização. Esta política é comandada, entre outras coisas, pela apreciação errada do período (ofensiva revolucionária da classe operária) e pela subestimação do perigo fascista. Globalmente, essa política só na aparência é de «ultra-esquerda». Vimos, com efeito, o que se devia pensar da característica de «ultra-esquerda» aplicada ao 6.º Congresso: considerações que se aplicam igualmente à política do P. C. A., *tomada no seu conjunto*. O que não impede que a política concreta do P. C. A. apresente, durante este período, certos aspectos «ultra-esquerda» efectivos.

Problemas, pois, de linha política e que não parecem derivar, pelo menos de modo predominante, do carácter das camadas em que o P. C. A. estaria implantado. Com efeito, vários autores (entre os quais o próprio W. Ulbricht), que caracterizam essa política como verdadeiramente «ultra-esquerda», atribuíram-na à implantação do P. C. A.: implantação que se teria feito, essencialmente, nas camadas «instáveis» do *Lumpen*. Esta ideia — muito espalhada — é *falsa*. Contam-se, em 1928, cerca de 40% de operários qualificados entre os aderentes do P. C. A., provenientes principalmente das indústrias metalúrgicas, da construção civil, etc., cujos salários estavam entre os mais elevados. Mas o aspecto inverso do argumento, que consiste em imputar a sua política «capitulacionista» a esta alta percentagem de «aristocracia operária» nas suas fileiras, também não é válido: o P. C. A. recruta igualmente entre os operários não qualificados (28% dos seus membros e 13,5% dos seus dirigentes, em 1928) e, em massa, depois de 1930, entre os desempregados. Em 1932, só cerca de 22% dos membros do P. C. A. é que trabalham efectivamente.²⁷

27. De assinalar, no entanto, que o P. C. A. recruta, principalmente, nas pequenas e médias empresas: sobre tudo isto, O. Flechthelm,

Enfim, não é de forma alguma no sentido «numérico» em que, apologeticamente, parece entendê-lo Dimitrov que o P. C. A. «... era insuficientemente forte para sublevar as massas [...] e conduzi-las assim à batalha decisiva contra o fascismo...».²⁸ O P. C. A. conta, em 1932, com 300 000 aderentes.

No que respeita a esta linha, em primeiro lugar, e muito concretamente, a designação global da social-democracia e dos sindicatos social-democratas como social-fascistas, e como inimigo principal, tem uma pesada responsabilidade no malogro da frente única. Não tanto por causa da recusa

obra citada, págs. 241 e segs., 314 e segs., e igualmente, agora, H. Weber, *Die Wandlung des deutschen Kommunismus*, 1970. Assinalamos que, tomando igualmente em consideração os dados respeitantes à social-democracia, o aspecto «economicista» da tese da «aristocracia operária» — transposta pela Internacional Comunista para uma concepção da «maioria numérica» dos operários mais qualificados e melhor pagos que seria seguida pela social-democracia — não corresponde de forma pertinente aos factos. Relativamente a este ponto, e para o conjunto do período considerado, a diferença entre o partido comunista e a social-democracia, se é certo que existe, está longe de ter a extensão e a importância que a Internacional lhe atribuiu. Isto dito, o problema também não se resolve afastando a concepção da «maioria numérica» mas retendo uma definição economicista da aristocracia operária. Por outras palavras: não se resolve nada dizendo, de forma nebulosa e vaga, que a aristocracia operária, *definida sobretudo economicamente*, tem o «papel dominante» — independentemente da questão da sua pertença numérica — no selo da social-democracia, enquanto o não tem no selo do P. C. A. De facto, a questão da «aristocracia operária» é, em larga medida, *político-ideológica*. A aristocracia operária é a *camada* operária por onde passa, numa importante medida, a *transmissão* da influência da política e da ideologia burguesas na classe operária. As «condições de vida» criadas pela distribuição das migalhas dos superlucros imperialistas em certos sectores da produção desempenham um certo papel, mas que não é o papel decisivo e que, sobretudo, *não recorta* as clivagens, neste sentido, no interior da classe operária. Assim:

a) Devem incluir-se, de facto, na aristocracia operária, as «burocracias» sindicais e políticas (municipalidades, etc.) dos partidos e sindicatos social-democratas;

b) Deve compreender-se bem que não podem ser considerados como pertencendo à «aristocracia operária» operários qualificados, «bem pagos», etc., que têm uma consciência revolucionária de classe.

28. Dimitrov, obra citada, pág. 47.

de qualquer contacto «de topo», e mesm ao nível dos escalões subalternos, mas sobretudo por causa da política em relação às *massas social-democratas* — consideradas «perdidas» enquanto estão sob a influência da social-democracia. Nada mais claro, a este respeito, do que as precisões que Thaelmann se sente obrigado a fazer no momento da constituição, em Maio de 1932, da frente da «Acção antifascista» — resposta à «frente de ferro» social-democrata. Na sua *Resposta a vinte e uma perguntas de operários social-democratas*, Thaelmann precisa que, *ao contrário do que aconteceu no passado*, o facto de os operários pertencerem às organizações social-democratas não constitui um obstáculo à sua participação na frente antifascista: o que, no entanto, não ultrapassa o estádio das declarações de princípio.²⁹ É só em Março de 1933, quando Hitler já está no poder, que o P. C. A. finalmente propõe à social-democracia um quadro de acção comum; mas é demasiado tarde.

Durante todo o processo de fascização, esta concepção do social-fascismo está associada à expectativa iminente da revolução e ao desconhecimento da diferença entre a forma de Estado «democrático-parlamentar» e o fascismo. Afasta-se qualquer luta comum por aquilo que é designado, com desprezo, por «a defesa das liberdades democráticas»: ela arriscava-se a desorientar as massas, afastando-as da sua «ofensiva revolucionária».

Mas, além do facto de que a acção principal do P. C. A. continua dirigida contra a social-democracia, esta acção é concebida sob a forma de uma luta entre organizações», e de maneira nenhuma como uma luta de massa, por uma linha de massa. Efectivamente, que se passa com a frente

29. A 25 de Abril de 1932, o K. P. D. e a R. G. O. lançam um apelo, pela primeira vez depois de 1928, *para um combate comum* com o P. S. A. e os sindicatos social-democratas, com contactos de topo. Mas como já se viu, os ataques contra o «social-fascismo» recomeçam ainda com mais força. (Ver este apelo in *Die Internationale*, t. XV, pág. 346.) Para mostrar os efeitos desta linha, não é inútil assinalar que a fracção comunista no parlamento de Bade (não uma qualquer, portanto) tem a ideia de apresentar, em 1932, um projecto de lei para interdição da frente de ferro e da *Reichsbanner*: o que aliás, é imediatamente condenado pela direcção do partido (*Die Internationale*, T. XV, 1932, pág. 247).

única na base? O que é notável a este respeito, como justamente o lembrará Dimitrov, é que em sítio algum são criadas, pelo P. C. A., formas específicas de organização de frente única na base, formas que, indo até ao ponto de serem organizações fora do partido, pudessem cimentar a união por etapas, combinando a luta económica e a luta política, sob o primado desta última. Para o P. C. A., a única forma de luta na base é a da luta sindical através da oposição sindical, a R. G. O. Devia ser esta o ferro de lança da frente única na base, nos doravante fantasmáticos «comitês de empresa».

Nada disto aconteceu: em primeiro lugar, por causa da política em relação aos operários sindicalizados nas organizações social-democratas; em seguida, e sobretudo, porque a R. G. O. tenta pôr em curto-circuito a social-democracia por um simples sobrelanço nos objectivos estritamente reivindicativos, enquanto o partido anuncia, do alto do seu «topo», a «ditadura do proletariado». Não se trata de forma alguma, bem entendido, de pretender que um sindicato não tenha um papel próprio a desempenhar. Quero dizer simplesmente o seguinte: por causa da ausência, simultaneamente, de organismos específicos de base de frente única e de uma linha de massa do P. C. A., a própria R. G. O. é constantemente levada a bater-se por um aumento de salários que seja um pouco superior ao que a social-democracia consegue obter por meio de uma política de colaboração de classe.

O que tem um duplo resultado: a R. G. O. é, ao mesmo tempo, levada a fazer uma luta economicista pelas reivindicações económicas — nem todas as lutas por estas reivindicações são forçosamente, como Lenine o mostrou, lutas economicistas — e é considerada como o instrumento principal da luta política na base contra a social-democracia. Dito de outra maneira: a R. G. O. é obrigada, paralelamente, e ao mesmo tempo, a conduzir uma luta economicista no domínio reivindicativo e a ser o instrumento «político» de uma linha política errada: ela não pode ser, enquanto organização sindical, a organização principal de uma frente única na base concebida de forma justa.³⁰ Está aqui, aliás, a chave

30. Assim, Thälmann, no XII Congresso de Wedding do P. C. A. (1929), põe o problema: «Podem levar-se a cabo as nossas tarefas

de todo o problema dos sindicatos na Internacional Comunista com as suas reviravoltas constantes: voltaremos a isso, quando examinarmos a posição de Gramsci sobre este ponto.

Mau grado tudo, isto é, apesar das duas direcções P. S. A. e P. C. A., realizam-se certos esboços de unidade de acção na base, não só no plano económico mas igualmente no plano político. O que não deixa de ser estigmatizado por Thaelmann, em Setembro de 1932, mesmo depois, portanto, do lançamento da frente de «acção antifascista» de Maio: «Surtem na classe operária, na tendência para a unidade, grandes obscuridades e perigosas ilusões. [...] Com base no terror nazi, há que notar grandes disposições para a unidade, mas também concepções perigosas, tais como "a unidade por sobre a cabeça de todos os chefes" ou ainda "os chefes dos dois partidos, do P. S. A. e do P. C. A., têm a responsabilidade do malogro da frente única". Tais tendências podem acarretar os maiores prejuízos...»³¹

A ausência de luta de massa do P. C. A. na classe operária é tanto mais notável quanto, oficialmente, se estava à espera da revolução iminente. A maturidade da situação viria, portanto, de acordo com o catastrofismo economicista, da crise económica crescente. Esta crise económica deveria trazer para as fileiras do P. C. A. a «maioria» da classe operária — tema, bem entendido, constantemente na ordem do dia. A fim de preparar a revolução, é preciso fazer por ganhar «primeiro» esta maioria.

Fazer? Esperar, antes — até ao momento insurreccional pontual da «grande noite». E toca-se aqui no problema capital das ilusões eleitorais do P. C. A. Não é por acaso que, neste contexto, o tema de «ganhar a maioria» da classe

actuais unicamente por uma política justa? Não! Devemos ter, além disso, um sistema adequado de organizações.» Este sistema adequado é exclusivamente a R. G. O. E como era de esperar, a resolução do C. C. do P. C. A. de Janeiro de 1931 assinala: «O elo mais importante da revolução proletária é, incontestavelmente, a organização [...] das lutas económicas da classe operária.» (In *Die Internationale*, T. XIV, pág. 57). Quanto às outras organizações de massa, o P. C. A. não dispõe, no essencial, senão de duas organizações de entreatajuda — o Socorro vermelho internacional e a Entreatajuda operária internacional.

31. Discurso de encerramento do XII Pleno, Setembro de 1932.

operária mais não faz do que cobrir a importância atribuída pelo P. C. A. à luta eleitoral, como «acção de massa» privilegiada. Importância manifesta, antes de mais, na interpretação dos resultados eleitorais: qualquer êxito eleitoral é considerado como a prova irrefutável de um ganho do P. C. A. entre as massas e do desmoronamento da social-democracia. Depois das eleições — triunfais para Hitler — de 1930, em que o P. C. A. ganha votos e a social-democracia os perde, a *Rote Fahne* de 15 de Setembro escreve: «O ritmo da nossa influência crescente entre os operários [...], o ritmo do ganho das massas trabalhadoras [...], mostrou-se mais fozoso do que o julgávamos antes do 14 de Setembro. [...] Ontem para o senhor Hitler foi o «dia maior», mas a pretensão eleitoral dos nazis é o começo do fim.»

Isto é igualmente manifesto no caso do plebiscito contra o governo social-democrata da Prússia, em 1931, durante o qual a Internacional Comunista obrigará o P. C. A., não obstante a resolução em sentido contrário do seu C. C., a aliar-se aos nacional-socialistas e aos Capacetes de Aço. Regista-se aqui, e de forma clara, não só a conclusão lógica da linha que considera o social-fascismo como o inimigo principal, mas também a importância atribuída à luta eleitoral. *Die Internationale* escreve, a propósito do plebiscito: «O exército do P. C. A. cresceu sem interrupção durante o ano que passou, graças à política justa do partido. A justa decisão sobre a direcção da campanha do plebiscito trouxe [...] ao seu exército novas massas que até agora se encontravam sob a influência dos nacional-socialistas ou dos social-democratas.»

É talvez inútil, de resto, assinalar que o P. C. A. não faz praticamente nada nem em relação ao campesinato pobre e médio do campo, nem em relação à pequena burguesia. Estas questões mal se mencionam nos programas e nas resoluções do P. C. A. anteriores a 1930, data em que o partido constata a crescente influência do nacional-socialismo. O que pensa é que as massas populares se colocarão «automaticamente» na esteira da classe operária, em virtude da maturação da crise económica e da situação revolucionária.³²

32. Sobre esta questão, ver igualmente, em pormenor, E. Collotti, obra citada, págs. 146 e segs.; e H. Weber, obra citada.

Por outro lado, é durante este mesmo período, e principalmente depois de 1930, que se desenvolve, de forma decisiva, o aspecto social-chauvinista da política do P. C. A., concretizado na exploração por ele feita do problema do tratado de Versalhes: mostrar-se-á, quando se examinar a posição do nacional-socialismo sobre este problema, em que confusões a posição do P. C. A. — que, em vários pontos, coincidia com a do nacional-socialismo — lançou as massas alemãs. Assinalemos, contudo, desde já, que será preciso recuar até à famosa linha *Schlageter*, de 1923, para encontrar vestígios de semelhante aspecto: mas, enquanto então se tratava de uma viragem «direitista» — do 4.º Congresso —, como tal em seguida denunciada, este aspecto social-chauvinista triunfa aqui em pleno período reputado de «ultra-esquerda».

Mas voltemos ao aspecto «legalista» da política do P. C. A. em relação ao fascismo. O P. C. A. também dispõe de grupos de choque — organizados na *Roter Frontkaempferbund*, «Liga dos Combatentes da Frente Vermelha» — que têm, em 1924, 100 000 membros; proibida em 1929, continuava a existir ilegalmente. Se é certo que esta organização intervém activamente, mas de forma descontínua, contra os nacional-socialistas, ela não só não é lançada, em parte alguma, de forma decisiva e organizada na batalha, mas é mesmo, a partir de 1931 — exactamente na altura em que, com a aproximação do ponto de irreversibilidade, o aspecto militar da luta passa para primeiro plano —, explicitamente afastada do combate. O P. C. A. adia a sua palavra de ordem: «Golpei os fascistas por toda a parte onde os encontrardes»³³

33. O primeiro freio a esta palavra de ordem foi posto por uma resolução do B. P. do P. C. A., de 7 de Julho de 1930. A justificação oficial da travagem é a necessidade de evitar o «terrorismo individual» e conduzir uma «luta política defensiva (*wehrhaft*)». Está bem à vista que, quando se trata de uma luta eficaz contra o fascismo o P. C. A. não hesita em desdizer-se, mesmo a propósito da «luta ofensiva» — que, por outro lado, constantemente preconiza. O adiamento da palavra de ordem em questão é consagrado por uma resolução do C. C. do P. C. A., de Novembro de 1931. Em Outubro de 1932 na 3.ª conferência do P. C. A. (*Die Internationale*, t. XV, págs. 386 e segs.), o «grupo Neumann» é ásperamente criticado por ter mantido esta palavra de ordem. (Ver igualmente, a este respeito, D. Desanti, obra citada, pág. 175). Em conse-

— de facto, e antes de mais, segundo Thaelmann, porque esta palavra de ordem faz correr o risco de distrair a atenção dos «apavorados» do inimigo principal, a social-democracia e, em seguida, porque ela prejudica o processo eleitoral.³⁴

Mesmo nos dias que se seguiram à subida de Hitler ao poder, na altura da manifestação dos nazis diante da Casa Karl Liebknecht, enquanto são enviadas ao prefeito da policia cartas de protesto, a Liga recebe ordem para não intervir. O P. C. A. está ainda à espera da queda iminente de Hitler e do rebentar da situação revolucionária: ele orgulha-se assim de, apesar da subida de Hitler ao poder, ter conseguido conservar as suas «forças intactas». Manuilsky, no XIII Pleno da Internacional, depois da vitória de Hitler, responde aos comunistas estrangeiros que acusam o P. C. A. de não ter combatido que, «se o P. C. A. tivesse empreendido a luta armada contra Hitler, teria caído na provocação.»³⁵

O P. C. A. participa nas eleições de Março de 1933, após a subida de Hitler ao poder, e o Apelo do C. C. do P. C. A. (de 15 de Março de 1933) declara, depois das eleições: «Não obstante as pomposas declarações do governo, o 5 de Março não é uma vitória do fascismo». É que, não é verdade?, os nacional-socialistas não alcançam mais do que 43% dos sufrágios, os social-democratas mantêm-se e o P. C. A., mau grado a repressão selvagem que sobre ele se abate, conserva ainda 4 800 000 eleitores.

Enfim, a organização do aparelho clandestino do P. C. A. revela-se inexistente: é verdade que o P. C. A. conduzia uma campanha para as eleições de Março. Na noite de 22 para 23 de Fevereiro, noite do incêndio do Reichstag, são presos, num ápice e sem barulho, 4 000 responsáveis comu-

quência do que Neumann é mandado assistir às reuniões nazis, para levar até elas a contradição. A fim de avaliar o caminho percorrido, assinalemos que, na altura da equipa de «esquerda» de Fischer-Maslow, em 1924 o P. C. A. se ativera firmemente ao facto de que «o fascismo deve ser combatido com os métodos e as técnicas de combate do comunismo revolucionário (teses do Congresso de Frankfurt do P. C. A.)

34. Ver, nomeadamente, *Die Internationale*, T. XV, 1932, onde Thälmann opõe constantemente «terror individual» a «éxitos electorais».

35. Discurso de Manuilsky, in *Der Faschismus in Deutschland*, obra citada, págs. 57 e segs.

nistas: se pensarmos que, para mais, se trata de um partido que julgava a revolução iminente, julgaremos estar a sonhar.³⁶

Face às consequências nefastas desta linha do P. C. A., as suas tardias tentativas para, de forma enérgica, impedir o fascismo — *tentativas, contudo, reais* — ficam sem efeito. Limitam-se a manifestações esporádicas e a escaramuças de rua, depois da subida de Hitler ao poder. Contam-se, no mês que se segue à chegada de Hitler ao poder, 62 mortos em batalhas de rua (dos quais 29 comunistas, 8 socialistas, 14 nazis), batalhas defensivas face aos ataques nazis. As tentativas de organização de greves falham. Em resumo, se é falso dizer que o P. C. A. capitulou, pura e simplesmente, perante o fascismo, isso não impede que ele tenha pesadas responsabilidades — muito diferentes das do partido comunista italiano — na subida do nacional-socialismo ao poder.



Mas não suscitará esta linha política vivas oposições no interior dos partidos comunistas e na base dos militantes do P. C. A.? Na realidade, ressalta das discussões do XIII Pleno da Internacional Comunista, de Novembro-Dezembro de 1933 — o primeiro Pleno após a subida de Hitler ao poder — que as reacções são muito vivas, sobretudo no seio de P. C. estrangeiros: a massa dos militantes, as organizações, certos membros dos comités centrais e mesmo membros dos *bureaux* políticos dos partidos comunistas francês, checo, polaco, austríaco, suíço, principalmente, estão literalmente estupefactos e indignados com a estratégia seguida.

Quanto ao P. C. A., o partido que a Internacional melhor controlava, as reacções, durante todo o período de 1928-1933, parecem menos vivas, *mas todavia, existem*. Embora falem as informações a este respeito, as chamadas à ordem públicas,

36. Tudo isto não quer dizer, aliás, que o P. C. A., estando à espera da revolução, não preparasse, *à sua maneira*, o aspecto militar da insurreição. No decorrer do ano de 1932, as brochuras e livros ilegais sobre a «arte da insurreição» pululam. E. Wollenberg, perito militar da Internacional Comunista, volta à Alemanha. Mas, no contexto geral da linha do P. C. A., tudo isto, como justamente o nota Flechtheim, surge como «diletantismo» (Flechtheim, obra citada, pág. 279).

constantes e oficiais da direcção do P. C. A. a diversas federações locais e à base dos militantes, por «não-aplicação» da linha, são sinais que não enganam. Nos princípios de 1932, o C. C. do P. C. A. faz a crítica da organização de Vurtemberg, que dirigiu a luta principal contra o nazismo e não contra a social-democracia.³⁷ O mesmo caso para as organizações locais de Nuremberga, de Hamburgo, de Oberhausen, de Brunswick. Ao nível da direcção do P. C. A., quer bem parecer que se formou uma «corrente de oposição», em 1931, que agrupava, nomeadamente, Neumann, Remmele, Muenzenberg (responsável pelo Socorro Vermelho), Wollenberg (o perito militar da Internacional): corrente que preconizava, simultaneamente, uma luta mais enérgica contra o nazismo (o «grupo Neumann», como se sabe, foi condenado por ter mantido a palavra de ordem «Golpei os fascistas por toda a parte onde os encontrardes»), e que o golpe principal fosse dirigido não contra a social-democracia, mas contra o nazismo.

Nada, no entanto, se alterou. O XIII Pleno, que aprova sem a menor reticência a política do P. C. A., repete, condensando-as e intensificando-as, todas as aberrações precedentes.

■

Não se pode concluir, enfim, sem evocar este último facto: embora terrivelmente desmoralizados pela vitória de Hitler, os militantes comunistas, e numerosos socialistas, combateram com um heroísmo exemplar nas fileiras da resistência ao regime nazi, e desde a primeira hora, como o mostram as condenações e deportações em massa que sobre eles se abateram por feitos de resistência. É preciso pensar nesses obscuros militantes que, do fundo da sua noite, se opuseram à barbárie. Muitos foram, aliás, os responsáveis políticos — responsáveis no duplo sentido da palavra — que caíram com eles. É preciso lembrarmo-nos deles tanto mais quanto a burguesia e os seus cães de guarda quase nunca mencionam senão imaginárias «resistências» do exército, alguns padres isolados — e, bem entendido, o sobressalto de última hora de Stauffenberg.

37. S. Schwab, in *Die Internationale*, n.º 4, 1932.

IV. O NACIONAL-SOCIALISMO E A CLASSE OPERÁRIA.

a) As organizações nazis e a classe operária.

Passemos agora às relações do nacional-socialismo — partido, em primeiro lugar, Estado, em seguida — com a classe operária. A primeira questão a examinar, porque tem dado origem a numerosos mal-entendidos, é a da *real* implantação do nacional-socialismo na classe operária.

Com os inícios do processo de fascização, em 1928, o nacional-socialismo lança, sob a direcção de Gr. Strasser, uma vasta tentativa de implantação na classe operária, segundo a palavra de ordem: nas empresas («*Hinein in die Betriebe*» — *Hib-Aktion*).³⁸ Em 1929 cria-se a *Organização nacional-socialista das células de empresa* (N. S. B. O.). No momento da tomada do poder, ela conta com 400 mil membros, número assaz considerável se se observar que a R. G. O. não conta, em 1932, com mais de 200 000 membros (é verdade que, nessa altura, muitos comunistas militam no interior dos sindicatos social-democratas).

A que camadas pertencem principalmente estes aderentes da N. S. B. O.? Foi afirmado, nomeadamente por Daniel Guérin,³⁹ que a «aristocracia operária» forneceu um bom número de aderentes. Ora, se bem entendermos estes termos, isto parece inexacto.⁴⁰ Os operários qualificados com altas remunerações das indústrias de ponta, social-democratas na sua maioria, mas também comunistas, permaneceram, na sua massa, fiéis às suas organizações. Se é certo que a N. S. B. O. recruta elementos da «aristocracia operária» que já anteriormente pertenciam a organizações de direita, ela recruta sobretudo «quadros» da empresa — técnicos superiores, engenheiros, quadros administrativos, etc. Estes quadros não pertencem à classe operária — operários produtivos —, ao passo que a «aristocracia operária» é uma camada da classe operária.

38. K. Bracher, *Die Deutsche Diktatur, Entstehung, Struktur, Folgen des Nationalsozialismus*, 1969, págs. 171 e segs.

39. Obra citada, pág. 67.

40. Bracher, obra citada, mas também Rosenberg, *Der Faschismus*, obra citada, págs. 131 e segs.

No entanto, a N. S. B. O. recruta também na base. É este o caso, principalmente, para os operários de fresca origem camponesa⁴¹ das empresas fundadas recentemente (a proporção do campesinato no conjunto da população desce de 35%, em 1914, para 23%, em 1925), operários sobretudo provenientes das regiões do Leste — onde a crise agrícola foi particularmente grave e onde o nacional-socialismo encontrou um apoio de massa no campesinato pobre.

Enfim, a N. S. B. O. recruta entre os *desempregados* — 5 500 000 na Alemanha em 1932 —, a quem dirige um jornal especial, *Der Erwerbslose*. Muitos desempregados, em virtude da miséria, tornam-se membros remunerados das S. A. Muito frequentemente, aliás, os empresários exigem o cartão do partido nacional-socialista para admitirem pessoal. Contudo, ainda aqui o fenómeno é menos maciço do que o que se pensa desde que se façam as distinções necessárias⁴². É preciso, antes de mais, distinguir os operários desempregados ocasionais dos elementos desclassificados do *Lumpen* — o nacional-socialismo recruta, sobretudo, entre estes últimos. Em seguida, é preciso distinguir entre os operários desempregados que têm já um passado de lutas operárias e os jovens operários desempregados — que aderem de forma mais franca ao nacional-socialismo. É preciso distinguir, ainda, entre os operários desempregados — os *Arbeitslosen* — e os desempregados das diversas categorias de assalariados empregados, de assalariados da administração — os *Berufslosen* —, etc.: é sobretudo entre estes últimos que o nacional-socialismo recruta.

Quanto à percentagem dos aderentes do partido nacional-socialista que pertencem à classe operária propriamente dita, ela varia, entre 1930 e 1934, de 28% a 32% — o que é largamente inferior à percentagem da classe operária no conjunto da população (cerca de 45%).⁴³

Podem tirar-se as mesmas conclusões do exame dos resultados eleitorais, onde, no entanto, a influência ideológica

41. S. M. Lipset, *Elections. An expression of democratic class struggle*, in Lipset e Bendix, *Class, Status and Power*, 1967, pág. 427.

42. Bracher, obra citada; Rosenberg, obra citada. Sobre as repercussões sociais e políticas do desemprego em geral, R. Ledrut, *Sociologie du chômage*, 1966, págs. 417 e segs.

43. K. Bracher, obra citada, págs. 256 e segs.

do nacional-socialismo sobre a classe operária aparece de forma relativamente mais nítida. A partir de 1930, o nacional-socialismo parece ganhar uma fraca percentagem de votos operários — e isto à custa não da social-democracia, mas sobretudo do P. C. A., em bastiões seus como Merseburg e Chemnitz-Zwickau. Ressalta, todavia, destes resultados, incluindo os das eleições de 1933, sob Hitler, que a classe operária, na sua massa, permanece fiel ao P. S. A. e ao P. C. A.⁴⁴

Mas não é aqui que reside o problema: o que será preciso explicar é a *neutralização* e a *passividade* da classe operária conseguidas pelo nacional-socialismo.

O fundamental, aqui, é o *aspecto ideológico* do nacional-socialismo. Em primeiro lugar, esta ideologia comporta um marcado aspecto «anticapitalista», característica típica da pequena burguesia em revolta. Na crise ideológica generalizada do processo de fascização, este aspecto anticapitalista pequeno-burguês — contra a «plutocracia», o «fisco», etc. — atinge a classe operária. *Mas há mais*: o nacional-socialismo, sob a inspiração da sua ala «esquerdizante», com os irmãos O. e Gr. Strasser à cabeça, retoma por sua conta certas palavras de ordem de consonância propriamente socialista.⁴⁵ Assim, desde 1920, o ponto 13 do programa do partido reclama a nacionalização de todas as sociedades por acções. Gr. Strasser afirma que os «marxistas» têm razão em reivindicar a propriedade dos meios de produção, mas que não será só a classe operária que será proprietária deles: será todo o povo. Sendo a propriedade — *Eigentum* — detida pela comunidade nacional, a posse — *Besitz* — pode ser concedida, sob controlo, aos particulares. O. Strasser pretende mesmo que cada «camarada do povo» seja não só co-pro-

44. A este respeito, também R. Heberle, obra citada, págs. 89 e segs. De notar, aliás, que, como ficou estabelecido por estudos aprofundados das eleições alemãs de 1930 a 1933, uma larga parte do eleitorado nacional-socialista consiste em *novos eleitores*, que não participavam até então nas eleições. O deslizar do eleitorado «tradicional» dos partidos de esquerda para o nacional-socialismo foi, com efeito, muito menos importante do que durante bastante tempo se julgou (Lipset, obra citada, pág. 155).

45. Rosenberg, obra citada, pág. 128; R. Kühnl, obra citada.

prietário das «riquezas nacionais», mas igualmente «co-posuidor».

Abundam as declamações favoráveis ao socialismo e hostis ao «imperialismo». Gr. Strasser escreve: «A indústria alemã, a economia alemã, nas mãos do capital financeiro internacional é o fim de qualquer possibilidade de libertação social, é o fim de todos os sonhos de uma Alemanha socialista. [...] Nós, jovem Alemães da guerra, nós, revolucionários nacional-socialistas, nós começamos a luta contra o capitalismo e o imperialismo, cuja incarnação é a paz de Versalhes. [...] Nós, nacional-socialistas, reconhecemos que existe uma ligação [...] entre a liberdade nacional do nosso povo e a libertação económica da classe operária alemã. O socialismo alemão só será possível e durável quando a Alemanha for livre.»

Consonâncias anti-imperialistas, a coberto, é certo, do nacionalismo. Será preciso, no entanto, não esquecer que, *sobre este ponto*, o P. C. A. — afundado no social-chauvinismo — apresenta, em 1930, um programa eleitoral que não se demarca muito destas declarações. Como o nota Badia:⁴⁶ «Sobre este ponto, a propaganda comunista, se bem que se diferenciase, quanto ao fundo, da demagogia hitleriana, corria o risco, para os alemães politicamente pouco educados, de semear uma certa confusão; eles podiam imaginar que o objectivo dos dois partidos não era assim tão diferente.» E houve, efectivamente, muitos alemães, ainda por cima pouco educados politicamente — quem os poderia ter educado? — que o imaginaram.

Finalmente, é preciso não negligenciar a face corporativista da ideologia nacional-socialista, no seu aspecto destinado à classe operária. Este corporativismo, nomeadamente para O. Strasser, não evoca simplesmente uma «co-gestão», mas um real controlo operário da empresa, propriedade nacional.

Quanto à política concreta do nacional-socialismo, durante o processo de fascização, em relação à classe operária, é preciso ter bem em conta que, a partir de 1928, *se ele ataca as organizações políticas, poupa relativamente os sindicatos*. Ele participa, por vezes, na luta reivindicativa: em 1930,

46. Obra citada, pág. 276.

apoiar as greves dos metalúrgicos de Mansfeld e de Berlim. Mesmo em 1932, lança, com a R. G. O., a famosa greve dos transportes de Berlim.

b) *A situação real da classe operária sob o nazismo e a questão dos sindicatos fascistas.*

O nacional-socialismo sobe ao poder. Vejamos, em primeiro lugar, a situação «económica» exacta da classe operária alemã, questão hoje esclarecida por informações seguras.

Antes de mais, o nacional-socialismo consegue a reabsorção espectacular do desemprego. 5,5 milhões de desempregados, aproximadamente, em 1933, menos de 1 milhão em 1937, apenas 40 000 em 1939, até um completo desaparecimento durante a guerra.

No que concerne a exploração económica da «classe operária», é preciso notar bem que, se ela aumenta, *é sobretudo de forma relativa*: em relação ao aumento dos lucros durante um período de nitida recuperação económica, de incremento da produção e de aumento da produtividade do trabalho: o que já mais se vira enquanto existia um movimento sindical e político «livre» da classe operária.⁴⁷ Entre 1933 e 1938, os lucros aumentam 127%, e o volume global da produção 113%. Os salários operários, fixados em salários tarifários, aumentam, enquanto salários brutos nominais horários, em 1933-1939, 14%, e, de 1939 a 1942, 9%. Bem entendido, é preciso considerar aqui a alta do custo de vida, que, tendo em conta a subida dos preços dos produtos alimentares e dos produtos de consumo, se situa à volta dos 6%. Por outro lado, se as prestações «obrigatórias» impostas sobre os salários atingem, muitas vezes, 15 a 20%, é preciso não esquecer o prolongamento da jornada de trabalho em horas extraordinárias pagas, o que faz com que as altas dos salários hebdomadários sejam mais fortes que as dos salários horários.

47. A este respeito, *Statistisches Jahrbuch des deutschen Reiches, 1933-1939*; Ch. Bettelheim, obra citada, págs. 209 e segs.; S. J. Woolf, obra citada, págs. 118 e segs. G. Castellan, «Bilan social du IIIe Reich», *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, Julho-Setembro de 1968; e os artigos, a seguir citados, de T. Mason.

Em resumo, evitando o erro de certos estudos sobre o nacional-socialismo que se baseiam em elementos *demasiado gerais*, respeitantes ao conjunto dos «salários», pode verificar-se, no que concerne os *trabalhadores industriais*, que o seu «nível de vida» — o seu salário real — não se degradou sob o nacional-socialismo em relação à sua situação anterior, e que, em certos aspectos, melhorou mesmo — nem sempre atingindo, no entanto, o nível de 1930.⁴⁸ Aqueles cujo nível de vida e poder de compra se desmoronou foram principalmente os assalariados não produtivos — em particular os empregados e os funcionários, cujo poder de compra, entre 1933 e 1942, baixa 20%.⁴⁹

O que é ainda mais interessante é a distinção em categorias «salariais» dos próprios operários industriais. Em certa medida, ela realizou-se «naturalmente» — segundo as leis do mercado da mão-de-obra —, *mas foi sobretudo consequência da clara política de divisão da classe operária levada a cabo pelo nacional-socialismo*. Esta distinção concerne, a um tempo, trabalhadores de certos ramos industriais e trabalhadores altamente qualificados.

Para o período anterior a 1937, Bettelheim assinala que «se regista uma subida dos salários brutos nominais efectivamente pagos. Com efeito, certos contratos de trabalho prevêem salários superiores aos salários tarifários (o que foi cada vez mais frequentemente proibido após as medidas

48. Com efeito, se considerarmos os dados estatísticos *gerais*, respeitantes ao conjunto dos salários — incluindo os salários dos assalariados empregados e funcionários —, verifica-se, por exemplo, que o *salário real médio*, para um índice 100 em 1929, é 108 em 1931, 104 em 1932, 103 em 1933, e cai para 99 em 1936 (Castellan, obra citada). Mas isto seria não tomar em linha de conta o facto de que esta baixa geral «média» se deve, principalmente, à baixa dos salários reais dos assalariados não produtivos — que baixam numa proporção muito mais elevada do que a que surge como «baixa média». E por isso que Woolf calcula o *salário real médio operário*, para um índice 100 em 1936, como sendo de 102,2 em 1928, de 88,5 em 1932, de 103 em 1937 e de 107,5 em 1938 (obra citada, pág. 133).

49. Por outro lado, será preciso também não negligenciar o aumento da exploração dos operários industriais por meio da *aceleração de ritmo de trabalho*, ainda que ela seja fortemente contrariada pelas reacções espontâneas — tais como o absentismo, a baixa do rendimento, etc. — da classe operária.

tomadas em 1936 para bloquear os salários efectivos) em consequência das alterações de repartição da mão-de-obra entre os diferentes ramos de indústria, etc.». No entanto, durante este período, a lei que rege os «níveis mínimos» — censurando nos antigos contratos colectivos uma tendência para a igualização dos salários — estipula expressamente: «Os níveis mínimos devem ser estabelecidos de forma a deixar uma margem para a retribuição de cada membro da empresa em função do seu rendimento. Por outro lado, é bom ter possibilidades de recompensar convenientemente qualquer serviço excepcional.»

Ora, T. Mason⁵⁰ mostrou recentemente que, mesmo depois da fixação muito estrita, em 1938, pelo Estado, dos «níveis máximos» dos salários, muitos empresários — face, entre outras coisas, à penúria de mão-de-obra especializada nas indústrias prioritárias, e roubando-se mutuamente os trabalhadores — contornavam o obstáculo quer através de prémios, quer através de salários que ultrapassavam o nível permitido. O Estado estava perfeitamente ao corrente deste estado de coisas: ele deixava andar, quando não encorajava — a fim de ultrapassar, pela divisão, as reacções espontâneas da classe operária, manifestas no absentismo, na baixa do rendimento, etc.

Desta forma, o *sistemático acentuar da hierarquia dos salários* foi, como o sublinha Fr. Neumann, «...a própria essência da política salarial nacional-socialista. [...] É capital que este problema seja compreendido não como uma questão económica, mas como um problema político crucial de controlo das massas, [...] Embora as estatísticas oficiais nada digam sobre esta questão, os índices dos rendimentos do trabalho mostram que o desfasamento entre os rendimentos dos operários qualificados e os dos operários semiquilificados aumentou consideravelmente. A tendência seria ainda mais nítida se os números compreendessem os rendimentos dos operários não qualificados.»⁵¹

50. T. Mason, *Der Primat der Politik...*, obra citada, in *Das Argument*, Dezembro de 1966, págs. 486 e segs.; e também, do mesmo autor, «Labour in the Third Reich», *Past and Present*, n.º 33, 51. Fr. Neumann, *Behemoth*, obra citada pág. 433.

Em resumo, neste processo de incremento da exploração económica, tudo se passa como se o nacional-socialismo estivesse cheio de atenções para com o seu principal inimigo, a classe operária, relativamente às outras classes populares — e procedesse com ela segundo um plano calculado de divisão.

Mas, bem entendido, não é apenas, nem mesmo principalmente, desta política económica em relação à classe operária que pode provir a sua neutralização sob o nacional-socialismo. Esta neutralização foi obra do terror policial, mas também, e sobretudo, da reorganização global dos aparelhos ideológicos de Estado e da função que eles desempenharam.

O que será preciso assinalar aqui é que esta neutralização da classe operária se fez por etapas. Em particular, durante o primeiro período do nacional-socialismo no poder, pode constatar-se uma política de compromisso — imposta, em certa medida, pelo nacional-socialismo às classes dominantes.⁵² Após a sua subida ao poder, o nacional-socialismo dissolve os sindicatos «livres» — Maio de 1933 —, suprime o direito de greve, institui — 1935 — o livrete de trabalho, instaura a arbitragem obrigatória do Estado nos conflitos de trabalho. No entanto, até Julho de 1933, os membros das células de empresa da N. S. B. O., na sua maioria membros das S. A., instauram frequentemente o seu controlo em matéria de emprego — e vão mesmo ao ponto de prender os patrões considerados anti-sociais.

Ora, em Maio de 1933, institui-se a *Frente do Trabalho*, a organização sindical nacional-socialista, e rapidamente, através de numerosos meios de pressão, torna-se praticamente obrigatório pertencer a ela. Paralelamente, os membros da N. S. B. O. vêem ser-lhes retirada toda e qualquer responsabilidade na Frente do Trabalho. O chefe da N. S. B. O., Gr. Strasser, é executado durante a noite das facas longas. Contudo, os atritos continuam, entre o patronato, por um lado, e a Frente do Trabalho, mais o seu chefe, o ministro

52. Sobre estes assuntos, entre outros, D. Guérin, obra citada, págs. 187 e segs.; Bracher, obra citada.

do Trabalho, Dr. Ley, por outro. O projecto corporativo deste último visa a dissolução paralela das organizações patronais e a incorporação dos patrões no interior da própria Frente do Trabalho — que se tornaria, assim, o organizador principal da economia alemã.

A princípio, ele consegue, em certa medida, pô-lo em prática: em 1934, a Confederação da Indústria Alemã é dissolvida em sete corporações — grupos profissionais — distintas, integradas, com a Frente do Trabalho, em organismos corporativos no interior da empresa, os «conselhos de confiança» e as «comunidades de empresa». Se nenhum representante dos trabalhadores é directamente admitido nestas corporações patronais, elas têm um carácter semiestatal, são presididas por um membro do partido nacional-socialista e o «princípio do chefe» é aplicado. No início, «chefes» como Kessler e, depois da sua destituição, Goltz, apresentam ainda certas veleidades plebeias.

Mas os patrões não vêem o projecto com os mesmos olhos: a partir de Julho de 1934, exigem a destituição de Ley, cujos projectos «demagógicos» e «socializantes» perturbam a economia. Rebenta o conflito aberto entre Schacht, ministro da Economia, e Ley: em fins de 1934 é reconstituída a Confederação da Indústria, o «princípio do chefe» é abolido e Ley capitula no congresso da Frente do Trabalho, em Março de 1935, em Leipzig. Daqui por diante, não só as organizações corporativas — «comunidades de trabalho» — são directamente dirigidas pela Confederação da Indústria, mas a própria Frente do Trabalho é controlada imediatamente pelo patronato, o qual, no interior de cada empresa, está representado na Frente. No plano nacional, ao passo que nenhum representante da Frente do Trabalho tem assento no Conselho Económico do Reich, os patrões controlam o Conselho do Trabalho do Reich. Excluída da «colaboração» com os patrões no domínio «económico», a Frente do Trabalho é igualmente excluída dessa colaboração no domínio «social», o dos antigos comités da empresa. Esta última colaboração faz-se entre patrões e «conselhos de confiança», compostos por operários directamente nomeados pelo patronato. A Frente do Trabalho, embora os seus responsáveis locais sejam, o mais das vezes, directamente nomeados pelas secções locais do partido nacional-socialista, con-

tinua sempre a ser suspeita, por causa do seu contacto com a massa operária.

No que respeita, portanto, ao aparelho sindical nacional-socialista, o carácter complexo do sindicato como aparelho ideológico de Estado manifesta-se plenamente, o que revela, igualmente, a despeito das aparências, certos aspectos da natureza dos sindicatos de «colaboração» de classe, nas formas «normais» de Estado burguês.⁵³

Em primeiro lugar, a função principal da Frente do Trabalho, ainda que profundamente controlada pela polícia secreta, não é policial. Ninguém o exprime melhor do que o próprio Himmler, chefe da polícia secreta do Reich, ao visitar, em 1936, os gabinetes da direcção da Frente do Trabalho: «Os S. S. e a polícia não podem assegurar a segurança interior senão quando os homens estão conquistados pela ideia do nacional-socialismo: esta é uma tarefa que incumbe, particularmente, à Frente do Trabalho.» E, efectivamente, o papel da Frente do Trabalho é sobretudo ideológico. O seu chefe de propaganda, Selzner, declara que a sua tarefa essencial é «a preparação, pela educação, de todos os seus membros para o nacional-socialismo». A Frente do Trabalho, cujo papel se limita à apresentação das reivindicações económicas dos operários às comissões de arbitragem — na condição, bem entendido, de que elas não apresentem nenhum carácter político, que ponha em causa a «ordem pública» e a «paz social» —, é considerada pelos dirigentes nacional-socialistas como um instrumento «puramente político»; não poderiam dizê-lo melhor.

Mas, facto aparentemente paradoxal ao lado disto, os dirigentes nacional-socialistas não deixaram nunca de desconfiar deste sindicato único, mesmo assim depurado, transformado e «estatizado», que foi a Frente do Trabalho. É que qualquer Estado burguês, seja ele qual for, detém

53. Acerca dos aparelhos ideológicos de Estado, ver mais adiante, II vol., págs. 87 e segs.: ver-se-á aí, nomeadamente, que um partido, um sindicato, etc., não constituem, tais quais, e no sentido rigoroso, aparelhos; eles constituem ramos do aparelho político, do aparelho sindical, etc.

um (ou vários) aparelho ideológico de Estado destinado à classe operária, e pode sempre temer que a luta de classes invista esse aparelho; era o que acontecia com a Frente do Trabalho, no Estado nacional-socialista. E, se dizemos isto, não é precisamente para se estabelecer uma analogia superficial, semelhante à do «social-fascismo», entre os sindicatos social-democratas e a Frente do Trabalho. É para estabelecer, para além das diferenças capitais entre eles, nas suas funções, objectivos e métodos de acção, o parentesco de natureza entre os aparelhos ideológicos de Estado de qualquer forma de Estado burguês; e isto contrariando os que estabelecem uma diferença de natureza entre os sindicatos «livres» e os sindicatos fascistas «estatizados», neste caso a Frente do Trabalho.

O caso do fascismo permite-nos mesmo avançar uma proposição suplementar. Se o aparelho de Estado burguês pode, eventualmente, dispensar um aparelho ideológico do tipo «partido», especialmente destinado à classe operária (o partido nacional-socialista, partido tipicamente «pequeno-burguês», não preencheu esta função senão por substituição), ele não pode dispensar, de forma alguma, um aparelho do tipo «sindicato». A Revolução Francesa, que, ao invés do que dizem as ideias feitas, se empenhou antes de mais em evitar esse aparelho do tipo «partido», e só em seguida, pela famosa lei Pelletier, em restringir o aparelho do tipo «sindicato», já sabia alguma coisa disto — o que muito bem compreendeu Luís Bonaparte. Mas este aparelho, peça absolutamente essencial do aparelho de Estado burguês, é sempre, por causa da sua função ambígua, fonte de desconfiança para a burguesia.

No que diz respeito, em particular, à Frente do Trabalho, Dimitrov compreendera-o bem:⁵⁴ «É necessário pôr termo, da forma mais resolvida, à subestimação do trabalho nas organizações fascistas de massa. [...] O fascismo suprimiu aos operários as suas organizações legais próprias. Impôs-lhes as organizações fascistas, e é aí que se encontram as massas, à força ou, em parte, voluntariamente. Estas organizações fascistas de massa podem e devem ser o nosso campo de

54. Obra citada, pág. 78. Ver igualmente, neste sentido, as excelentes análises de Togliatti, in *Lezioni...*, obra citada, pág. 177.

acção legal e semilegal, o campo onde estaremos em relação com as massas. Podem e devem tornar-se para nós o ponto de partida, legal ou semilegal, da defesa dos interesses quotidianos das massas. Com vista à utilização dessas possibilidades, os comunistas devem [...] libertar-se, uma vez por todas, do preconceito segundo o qual tal género de actividade não é própria de um operário revolucionário e é indigna dele.»

3. A ITALIA.

I. O PROCESSO DE DERROTA E A DEFENSIVA.

Também aqui, como no que precede, se insistirá principalmente quer nas diferenças entre o caso italiano e o caso alemão, quer nos aspectos que ilustram, no caso italiano, ainda mais nitidamente do que no caso alemão, as proposições iniciais.

Verifica-se, em primeiro lugar, igualmente do ponto de vista do proletariado, o carácter concentrado, não só do processo de fascização, mas também do período que o precede: mais particularmente, o carácter muito breve do período de estabilização entre a viragem da derrota e os inícios do processo de fascização. Quanto ao processo de derrota, ele não é aqui marcado, em momento algum, por nenhuma tentativa insurreccional, no sentido próprio da palavra — pondo de lado uma insurreição local em Turim, em 1917. A ofensiva do proletariado toma, essencial e principalmente, a forma de greves, e de greves políticas em particular. O processo de derrota opera-se, não obstante, através de uma guerra civil «larvar» e ininterrupta entre as duas forças em presença.

O fim da guerra, em Itália também, corresponde a um excepccional surto revolucionário da classe operária.¹ Manifesto em toda uma série de greves e de acções políticas

1. A. Tasca, obra citada; Salvemini, obra citada; Santarelli, obra citada.

de massa, este surto concretiza-se, em Julho de 1919, numa situação objectivamente revolucionária, que toma aqui a forma de uma greve geral política — o 4 de Julho. Um pouco por toda a parte, surgem sovietes a deter os poderes, e as confraternizações entre a tropa e os operários tomam uma amplitude considerável. Mas a greve política «revolucionária» de 20 de Julho, que a devia continuar, fracassa.

Em 1920, após uma acalmia relativa, o movimento de greves recomeça. Culmina com a greve geral de ocupação das fábricas, em Agosto de 1920. Cada fábrica é então colocada sob a direcção de um conselho operário (*Consiglio di Fabbrica*), que assegura o seu funcionamento: um acordo com as cooperativas operárias permite continuar o pagamento dos salários aos operários. Situação objectivamente revolucionária e «ocasião perdida»? Aqui também, as opiniões dividem-se. Tratava-se, de qualquer forma, de uma situação de crise aberta, que comportava possibilidades seguras para o movimento operário.

Mas o movimento permanece limitado às fábricas — que o «não-intervencionista neutro» Giolitti se contenta, simplesmente, em fazer cercar pela tropa que ocupa as cidades industriais — e está condenado ao fracasso. Os grevistas não obtêm mais do que um reconhecimento de princípio, nunca concretizado em forma de lei, de um vago controlo operário nas empresas, pela instituição de comissões paritárias, com competência nas relações disciplinares patrões-operários e no aumento da produtividade. A 27 de Setembro, os operários abandonam as fábricas. Após um breve período de estabilização, será já, no princípio do ano de 1921, com o início do processo de fascização, a passagem da classe operária à defensiva.

A classe operária obtém, no entanto, durante este processo, importantes conquistas político-económicas: melhoramento substancial dos salários; jornada de 8 horas; generalização dos contratos colectivos; comités de empresa; sufrágio universal e directo; autonomia relativa da gestão comunal das regiões vermelhas. Vantagens constantemente cerceadas durante o processo de fascização, mas que, por intermédio dos representantes do médio capital, continuam ainda — numa medida daqui por diante inaceitável para o grande capital — no momento da chegada do fascismo ao poder.

Quanto à classe operária, o fracasso das ocupações de fábricas provoca a sua desmobilização geral. Durante o processo de fascização, o índice das greves baixa: relativamente a 1920, o número de dias de trabalho perdidos por motivo de greves diminui de 75 a 80% — e é, aqui também, o aspecto económico da luta que passa para primeiro plano.² É unicamente neste plano, e com objectivos «defensivos-reivindicativos», que se realiza, a 20 de Fevereiro de 1922, a reunificação do movimento sindical, com a criação da *Aliança do Trabalho*. Esta Aliança do Trabalho tenta, em Agosto, face à ofensiva fascista, e pelo «restabelecimento da legalidade democrática», uma última greve política, geral e ilimitada, que fracassa.



Também em Itália, durante o processo de fascização, se verifica o corte do P. C. I. com a massa da classe operária. Este corte exprime-se, em primeiro lugar, pela diminuição dos seus efectivos após a cisão com o partido socialista. No congresso da cisão, em Livorno, em 1921, a moção dos fundadores do P. C. I. reúne cerca de 58 000 votos entre os inscritos do partido socialista. Em Março de 1922, no seu II Congresso, o P. C. I. declara oficialmente ter 40 000 aderentes, número que parece dever ser reduzido a 20 000. Ele é, nesta época, um partido com um carácter «obreirista» *extremamente marcado* — do que, aliás, se orgulham os seus dirigentes — que conta com 98% de operários e quase exclusivamente implantado no Norte.³

Mas também aqui o elemento importante é que o P. C. I. não consegue impor a sua direcção a largas fracções da classe operária: o que era ainda o caso, até 1920, da «fracção revolucionária» do partido socialista; Gramsci — e o grupo turinês do *Ordine Nuovo* —, à cabeça, tinha conseguido desempenhar um papel dirigente nas greves de ocupação de fábricas. Isto é particularmente nítido na incapacidade do P. C. I. em arrastar as massas para uma luta eficaz contra a instauração do fascismo. Este corte, no entanto,

2. A. Tasca, obra citada, pág. 117.

3. P. Spriano, *Storia del Partito Comunista italiano*, t. I, *Da Bordiga a Gramsci*, 1967, págs. 168 e segs.

não se exprime, bem pelo contrário, no plano eleitoral: nas eleições de 1921, socialistas e comunistas juntos ganham votos (20 000) relativamente aos alcançados pelo partido socialista sôzinho anteriormente à cisão.

Enfim, o P. C. I. está, ao longo de todo o processo de fascização, fortemente dividido. Entre a tendência Bordiga, que consegue impor a sua linha, e a tendência Gramsci-Togliatti, a luta é muito dura. Enquanto Bordiga preconiza a luta até ao fim contra os socialistas, em 1922, Gramsci e o grupo de Turim procuram contactos com d'Annunzio, que, na altura, antes da aproximação entre nacionalistas e fascistas, tinha dado ordem aos seus legionários para abandonarem e combaterem os *fasci*.

II. A CRISE POLITICO-IDEOLOGICA, SOREL E O SINDICALISMO REVOLUCIONARIO.

O que é particularmente interessante no caso italiano é a crise ideológica no seio da classe operária, manifesta na contaminação da ideologia operária pela ideologia da pequena burguesia em revolta, o que se vê muito bem aparecer no *sindicalismo revolucionário* e através do pensamento de G. Sorel — que tiveram, em Itália, uma influência considerável. Qual é o conteúdo destas influências, nas suas linhas principais?

O sindicalismo revolucionário, relativamente distinto do anarco-sindicalismo, porque mais politizado do que este último, preconiza a «auto-emancipação» dos «produtores» por intermédio dos sindicatos, as suas únicas organizações «próprias» de classe. Como o diz Arturo Labriola⁴ — não confundir com Antonio Labriola: «A associação económica dos trabalhadores [sindicato] é, pois, concebida como o instrumento de realização da revolução social; só ela destrói a base em que assenta o regime burguês, isto é, a concorrência dos assalariados; só ela constitui a força social dos

4. Os extractos citados de Labriola são tirados do seu artigo: «Syndicalisme et socialisme», in *Le Mouvement socialiste*, Outubro de 1960. Ver, a este respeito, H. Dubief, *Le Syndicalisme révolutionnaire*, 1969.

operários. [...] Por todas estas razões, o sindicalismo conclui que a revolução social não pode ser obra de um partido...» Passando-se as coisas essenciais, para o sindicalismo revolucionário, no económico (as fábricas), é aí, e não na tomada do poder de Estado, que deve residir o objectivo principal de uma «revolução social». O próprio Estado será substituído, a seu tempo, por uma associação de sindicatos, instrumentos do *self-government* dos «produtores». Uma revolução feita por um partido, por definição «exterior» aos produtores, não faria mais do que substituir uma exploração «política» por uma outra. A revolução far-se-á sem a tomada do poder de Estado, que cairá por si mesmo quando os produtores tomarem o poder nas fábricas: será a *greve geral*. Esta concepção é redobrada aqui pelo espontaneísmo: estando a greve geral potencialmente sempre presente na consciência operária, basta declará-la por intermédio dos sindicatos, sempre mantidos longe dos partidos.

Enfim, um último ponto, porque se tem falado muito do sindicalismo revolucionário, exaltando a sua concepção da «autogestão» dos operários. Na realidade, o sindicalismo revolucionário está profundamente marcado por um *tecnicismo produtivista*, ao qual vai acabar por dar a sua concepção da «autogestão» da produção pelos operários: «O sindicato é [...], para mais, uma selecção de homens que possuem qualidades técnicas determinadas. Daqui derivam duas consequências: 1. A revolução socialista só será possível num período de grande desenvolvimento industrial [...]. 2. Aqueles que tomarão em mãos a direcção da produção possuirão as aptidões requeridas: condição que não seria realizada se a revolução fosse feita por um partido», escreve ainda Labriola.

Contudo, e menos paradoxalmente do que parece à primeira vista, neste sindicalismo revolucionário vem enxertar-se o pensamento de G. Sorel. Para Sorel, igualmente, a revolução só pode ser obra dos próprios «produtores» — culto saint-simoniano do produtivismo. Uma organização política do tipo partido não poderia deixar de se «burocratizar», e de entrar e espoliar os produtores nas suas conquistas revolucionárias. Mas, para Sorel, não basta esta espontaneidade da classe operária, ela deve ser «agida»: é a sua concepção da *minoría activa*. Uma intervenção volun-

tária, violenta, de uma fracção consciente das massas: só ela permitirá fazer a revolução.

Porquê a violência enquanto tal? Por um lado, porque, em qualquer circunstância, ela obriga o adversário a desmascarar-se, mobilizando as massas: «... a cobardia burguesa, que consiste em [...] ceder perante a ameaça da violência, não pode deixar de engendrar a ideia de que a burguesia está condenada à morte e de que o seu desaparecimento não é mais do que uma questão de tempo. Cada conflito que dê origem a violências torna-se um combate de vanguarda...»⁵ Por outro lado, e principalmente, por causa do seu carácter *simbólico*, que permite a activação da consciência operária através de «acções» da minoria activa.

Sorel dá assim, nas suas *Reflexões sobre a violência*,⁶ toda uma interpretação do simbolismo político, por aquilo que designa como «mito» político: o socialismo, para se tornar realista, deve doravante apoiar-se no mito. «É preciso considerar os mitos como meios de agir sobre o presente», e Sorel define o mito como uma «organização de imagens que levam ao combate e à batalha». Sorel reconhece que a greve geral não poderá bastar para a tomada do poder — para a qual preconiza, como grande admirador de Blanqui que é, a tática de um movimento da classe operária sob o activismo da minoria activa — mas insiste igualmente no papel simbólico da greve geral. É «o mito da greve geral», «ginástica revolucionária» preparatória do salto dos deuses do estádio da história.

De notar, aliás, pormenor importante e significativo, que, durante um certo tempo, e por um enorme quiproquó, G. Sorel se considerou a si mesmo como leninista: ver o capítulo «Por Lenine» (partido bolchevique = minoria activa), acrescentado, depois da revolução de Outubro, à 4.^a edição das *Reflexões sobre a violência*. Lembremos apenas que, antes da guerra de 1914, Sorel, decepcionado pelos «sindicalistas», se aproximou da *Acção Francesa* e de Maurras.⁷

5. G. Sorel, *Réflexions sur la violence*, 8.^a ed., págs. 94 e segs.

6. *Ibidem*, págs. 371 e segs.

7. Tenho, apesar de tudo, alguns escrúpulos em parecer querer arrumar tão rapidamente com Sorel. Face ao humanismo estupidificante de Jaurès, é verdade que o seu pensamento teve, durante um certo tempo, efeitos positivos sobre o movimento operário francês (o que, aliás, foi reconhecido por Gramsci).

Estas tendências ideológicas tiveram um efeito considerável na classe operária italiana; elas permanecem vivas desde o começo do século e são reactivadas durante o processo de fascização.⁸ A influência de Sorel exprime-se já em 1904, por intermédio de Arturo Labriola, de Enrico Leone e de E. Longobardi, no sindicalismo italiano das regiões do Norte, em particular em Parma, Milão, Bolonha, Modena, mas também em Nápoles. No Verão de 1904, os sindicalistas revolucionários sorelianos contribuem para o desencadeamento de uma grande greve geral. No momento da criação da C. G. T. italiana (1906), os sorelianos constituem nela, sob a direcção de Alceste De Ambris, um grupo minoritário, a «Acção Directa», que representa 200 000 aderentes. Em 1912, criam a *Unione Sindacale Italiana* — influenciada pela experiência das Bolsas do Trabalho de Pelloutier e de Monatte — que conta, um ano depois, com 100 000 aderentes.

Divididos quanto à questão da guerra, os intervencionistas de esquerda criam, em 1914, com Edmondo Rossoni, M. Bianchi e os irmãos De Ambris, a *Unione Italiana del Lavoro*, que iria desempenhar um papel ideológico muito importante depois da guerra. Ela organiza uma grande greve geral, «nacional» e «auto-emancipadora» — os trabalhadores ocupam a fábrica e continuam a produção — em Dalmina, em 1919.

E chega-se, assim, ao segundo aspecto do problema, que é o da colusão directa do fascismo e do sindicalismo revolucionário soreliano. O próprio Mussolini, intervencionista de esquerda, considera-se partidário convicto de Sorel. A greve de Dalmina é abertamente saudada por Mussolini e pelos *fasci*. O programa da *Unione Italiana del Lavoro*, de Janeiro de 1919, sobre a organização corporativa dos «produtores», é directamente retomado pelo partido fascista. *Os revolucionários sorelianos aderem em massa ao partido fascista*, organizando, com Rossoni, Bianchi, De Ambris e Farinacci, os sindicatos fascistas.

O fascismo italiano explorou a fundo, de modo bem mais nitido do que no caso alemão, estas influências ideológicas pequeno-burguesas no interior da classe operária. Mussolini

8. Paris I, págs. 30 e segs.

declara «ter feito toda a sua vida a apologia da violência». O tema das minorias activas, transmutado aqui em tema das «elites», está na ordem do dia. Mussolini declama contra os «programas» e as «doutrinas» dos partidos políticos: «A nossa doutrina é o facto.» Em 1920, exclama: «Abaixo o Estado sob todas as suas formas e encarnações, o Estado de ontem, de hoje, de amanhã. [...] Não nos resta mais que a religião da anarquia.» Mais fortes ainda são as suas declarações contra as organizações burocráticas e sobre o movimento fascista como «antipartido»: os *chefes* provinciais fascistas levam-nas a sério e, em 1922, erguem-se contra a constituição do movimento fascista em partido, «num partido como os outros». A tendência «putschista», muito nitida no partido fascista, manifesta-se nas oposições a Mussolini quando ele tenta «gradualizar» a tomada do poder.

Paralelamente, exaltação da greve «económica» e do papel dos sindicatos. Ao felicitar os grevistas «nacionais» de Dalmina, Mussolini parece ir mesmo mais longe: «A formação do Conselho dos Operários, que, durante três dias, proveu à direcção do estabelecimento, assegurando o seu funcionamento em todos os ramos e sectores, representa a tentativa honesta, o esforço cheio de boa vontade, a ambição digna de suceder à classe pretensamente burguesa na gestão do trabalho.» Mussolini, aliás, reatando assim com o produtivismo tecnicista dos sindicalistas revolucionários, declarará que só põe uma condição a este «autogoverno» — gestão «técnica» da produção pelos operários: «que a produção aumente e melhore». Enfim, o fascismo retoma por sua própria conta o projecto corporativo dos sindicalistas revolucionários.

III. A SOCIAL-DEMOCRACIA ITALIANA E O MAXIMALISMO.

A propósito da social-democracia italiana, é preciso igualmente notar que ela apresenta certas particularidades em relação à social-democracia alemã. Mas esta diferença não é muito manifesta do ponto de vista da origem de classe dos seus aderentes: imediatamente antes da guerra, o partido socialista italiano é composto por 43% de operários industriais, 15% de trabalhadores agrícolas, 6% de camponeses

pobres, 15% de artesãos, 3,5% de funcionários.⁹ Mas parece que, depois da guerra, e sobretudo depois da cisão do P. C. I., a percentagem dos aderentes de origem camponesa (operários agrícolas e camponato pobre) aumentou.¹⁰

Do ponto de vista político, o partido socialista italiano opôs-se à participação da Itália na guerra. Participa na conferência de Zimmerwald e o seu chefe, Serrati, torna-se um activo propagandista desta conferência. O congresso de Bolonha de 1919, após a guerra, parece romper com a tendência «reformista» de antes da guerra. A corrente *maximalista* de Serrati (48 111 votos) vence a corrente reformista de Turati (14 880 votos). O Congresso vota, por aclamação, a adesão à 3.ª Internacional. Os «maximalistas-abstencionistas» — que, sob a direcção de Bordiga, cindirão em 1921 — não reúnem mais de 3 417 votos.

Mas, antes de passarmos à evolução ulterior, convém que nos detenhamos nesta famosa corrente maximalista, corrente dominante no partido socialista até 1922.

Também aqui é o economicismo, sob o aspecto do catastrofismo economicista, que caracteriza o maximalismo. O partido socialista acredita na iminência da revolução, que virá com uma «necessidade de ferro». Ideia que se encontra, aliás, na imagem dada por Serrati no congresso de Milão, em 1921 — logo depois de Livorno —, do movimento fascista como expressão da *fase final* da dominação burguesa, antes da catástrofe do sistema capitalista. O economicismo reformista transmuta-se aqui, directamente, em catastrofismo economi-

9. R. Michels, *The Political Parties*, obra citada, págs. 255 e segs.

10. Gramsci, *Les Origines du cabinet Mussolini*, in *Imprecorr*, ed. francesa, 20 de Novembro de 1922. É de notar, no entanto, que Gramsci tem excessiva tendência, nesta época, para explicar a política de «conciliação» do P. S. I. pelo facto de ele ter «duas almas», isto é: pela alta percentagem, no P. S. I., dos membros de origem camponesa. Explicação que deriva da subestimação, que Gramsci partilhava então com Bordiga, das potencialidades revolucionárias do camponato pobre (a posição de Gramsci a este respeito não mudará, publicamente, senão em 1926, no seu relatório sobre a questão meridional ao congresso de Lyon), e que é manifestamente falsa, na medida, precisamente, em que as lutas de classe do camponato pobre assumiam nesta época, em Itália, formas particularmente agudas.

cista: esta revolução, necessária e iminente, far-se-á por si mesma, «*farà da sè*», repetirá incessantemente o partido socialista. Não se tratará, assim, de a preparar e de a fazer, coisa de que este partido é completamente incapaz, mas, no próximo, de proceder de maneira a que ela não seja entravada. É a concepção do *tudo ou nada*: estando-se à espera da irrupção da revolução, a única coisa a fazer é, negativamente, evitar cair na via do reformismo. Assim, a moção maximalista ao congresso de Bolonha declara: «A instauração da sociedade socialista não pode fazer-se por decreto ou por deliberação de um Parlamento ou de uma Constituinte, quaisquer que eles sejam. Devem igualmente rejeitar-se, e condenar como perigosas e insidiosas, as formas híbridas de colaboração entre Parlamento e Conselhos de Trabalhadores. [...] Deve-se, pelo contrário, impulsionar o proletariado para a conquista violenta do poder político e económico, que deverá ser inteiramente confiado aos Conselhos operários e camponeses, Conselhos que terão, simultaneamente, uma função legislativa e executiva.»¹¹

Frases que escondem a ausência de qualquer estratégia para a conquista do poder. Nos factos, as coisas apresentavam-se bem mais cruaente: trata-se do atentismo mais completo; esta revolução que se espera não se faz nada para a realizar.¹² Mas não se pára aqui: os membros do partido socialista estão habituados a ter os seus feudos eleitorais, bem instalados nas municipalidades e nos poderes oficiais locais. Ai, não se trata de mudar concretamente de tática, mas de apresentar as coisas de outra maneira. Se não fazem nada para fazer a revolução e se se abstêm de «colaborar» com o «poder central» do Estado, continuam, não obstante, a considerar que a conquista do poder central se realizará pela conquista progressiva dos poderes «autónomos», nas regiões e municipalidades. É o exemplo da província de Emilia, a província vermelha: basta ter em Itália, dirá o partido, várias «Emílias vermelhas» e a revolução estará feita.¹³

11. *Avanti*, 25 de Junho de 1920.

12. P. Togliatti, *Le Parti communiste italien*, 1961, pág. 44; G. Salvemini, obra citada.

13. A. Tasca, págs. 388 e segs.

Assim, sendo o essencial não entravar esta revolução iminente e necessária, tratar-se-á, enquanto se espera, de não fornecer «pretextos» ao adversário. Durante o ano de greves de 1920, a direcção do partido declara: «A situação actual indica que a crise se acelera, ao mesmo tempo que se aproxima o choque formidável entre a burguesia e o proletariado. Perante a necessidade de enfrentar a nova luta com todas as nossas energias, os organismos dirigentes do movimento proletário em Itália devem pôr em guarda os trabalhadores contra os movimentos que poderão ser nocivos e prejudiciais ao movimento de conjunto...» Mas será preciso, por outro lado, obter do «Estado central» e do «governo» que, simultaneamente, não entrave o processo revolucionário e levante os obstáculos que se lhe opõem «ilegalmente»: neste caso, os fascistas. Será preciso, enfim, como o declara a direcção do partido socialista em 1922, «recusar qualquer participação, qualquer apoio e qualquer voto em favor do governo.»¹⁴

No entanto, a fracção «reformista» do partido socialista, com Turati e Treves, apoiada pela C. G. T. italiana e pelos seus chefes, d'Aragona à cabeça (C. G. T. que, desde 1918, estava ligada ao partido socialista por um pacto de aliança e que conta, em 1920, com 2 200 000 aderentes), não é da mesma opinião. Toma francamente o caminho da colaboração de classe e em 1920, perante o atentismo dos maximalistas, faz malograr o movimento de ocupação das fábricas. Em 1922, a maioria da fracção parlamentar do partido socialista, com Turati, declara-se pronta a participar num governo «democrático». Por outro lado, no congresso de Roma, em Outubro de 1922, dois meses antes da subida do fascismo ao poder, dá-se a cisão entre maximalistas e reformistas: estes últimos fundam o Partido Socialista Italiano Unitário, enquanto a C. G. T. rompe o seu pacto de acção com o P. S. I.

Ora, durante o processo de fascização, se é nítido o recuo da social-democracia — que, de 216 000 membros em 1920, está reduzida a 60 000 em 1922 —, é preciso não esquecer nem que isto está no seguimento da cisão de Livorno, nem que este recuo se situa no quadro de um recuo geral das

14. J. Droz, *Le Socialisme démocratique*, obra citada, pág. 197.

organizações operárias, incluindo o P. C. I. Assim, guardando as devidas proporções, o partido socialista mantém-se em relação ao P. C. I., e a fracção reformista ganha terreno no seio deste partido: enquanto os reformistas não tinham tido, no congresso de Livorno, em 1920, senão aproximadamente 15 000 votos, eles têm em Roma, em 1922, cerca de 30 000.

Paralelamente, sobretudo por intermédio dos sindicatos e da fracção parlamentar do partido socialista, a ideologia social-democrata parece, se bem que em grau menor do que no caso alemão, contaminar a classe operária. Esta influência ideológica passa, igualmente, pelo canal particular do maximalismo. Ela nem sempre toma, como na Alemanha, a forma clara de uma colaboração directa de classe: pode-se detectá-la, dentro da própria classe operária, na crença na utilização possível e decisiva das camadas intermédias dos aparelhos de Estado burgueses — poderes locais, gendarmaria, policia, exército — como barragens contra o fascismo, evitando, desta forma, dar pretextos à burguesia e esperando o apocalipse revolucionário. Dito de outra maneira: esta influência ideológica assume aqui, principalmente, a forma da ilusão, tipicamente pequeno-burguesa, de uma neutralidade do Estado em relação à burguesia, com a qual, por outro lado, se recusa qualquer colaboração directa de classe.

Se a política da social-democracia contra o fascismo não é, pois, a mesma em Itália que na Alemanha, ela conduz, não obstante, aos mesmos resultados. É verdade que o partido socialista evitou assim os descaminhos da política do «mal menor», a de um apoio franco a governos burgueses. Com efeito, o erro deste partido não foi — como o sugere J. Droz¹⁵ — o facto de não ter participado em, ou apoiado, um governo «democrático». É que o partido socialista, se não faz nada para preparar a revolução, também não faz grande coisa para evitar o fascismo.

Antes de mais, a tática legalista que recusa a organização da luta de massa contra o fascismo (à parte umas tantas escaramuças e manifestações dispersas) para não dar pretextos ao adversário. A 22 de Maio de 1922, o *Avanti* publica largos extractos de *A Vida do Cristo* de G. Papini

15. Obra citada, pág. 197.

— onde, bem entendido, se trata de oferecer a outra face —, sob-título significativo de: «Não resistir».¹⁶ Tática fundada em periódicos apelos ao respeito da Constituição e numa agitação parlamentar: o que leva, em 1921, ao pacto de pacificação socialistas-fascistas — que permite ao fascismo, a braços com as suas próprias dificuldades internas, restabelecer-se e prosseguir, com redobrado ânimo, a sua ofensiva, e que provoca a desmobilização da classe operária.

Mas o remédio milagroso que o partido socialista guarda zelosamente para utilizar *in extremis* contra o fascismo é a greve geral: no caso da social-democracia alemã — e da sua muito mais nítida capitulação face ao nacional-socialismo — nem sequer se recorreu a este meio. Com efeito, depois desses exemplos históricos que foram os êxitos das greves gerais contra os *putschs* militares de Kornilov e de Kapp, enraizou-se, no movimento operário, a tenaz ilusão da greve geral como meio defensivo miraculoso de barragem contra o fascismo. No caso italiano, esta ilusão era reforçada pela tradição do «sindicalismo revolucionário» e da sua concepção da greve geral.

Ora, trata-se aqui, realmente, de uma ilusão, e isto por várias razões. No caso do processo de fascização, situado após a viragem da derrota da classe operária, o próprio desencadeamento de uma greve geral política se revela, neste estado de desmobilização, muito difícil. Com o ponto de irreversibilidade, em que o acentuar desta desmobilização só tem par na organização de massa do fascismo, esse desencadeamento revela-se extremamente improvável. O movimento fascista é já um *movimento de massa*: por meio das suas organizações paramilitares e sindicais, e com o activo apoio do Estado e de uma parte importante da população, é-lhe fácil quebrar, muitas vezes no embrião, a organização ou o prosseguimento de uma greve geral. Enfim, o aspecto técnico da questão — que jogou a favor das forças populares no caso dos *putschs* de Kornilov e de Kapp — não deve ser sobreestimado: o fascismo possui, pela sua organização de massa, os seus próprios meios de mobilidade — transportes — e de comunicações.

16. P. Spriano, obra citada, pág. 132.

Esta famosa greve, última cartada, é decidida pela Aliança do Trabalho para o 1.º de Agosto de 1922. Greve que o P. C. I., quanto a ele, espera ainda transformar em greve geral revolucionária. Ela é modestamente seguida, mesmo nas grandes cidades, e muito pouco no campo, mesmo na Emilia vermelha. A organização do comité secreto, encarregado da coordenação, é frustrada. Os fascistas ocupam imediatamente os portos e os nós ferroviários, conduzem eles próprios os comboios e os eléctricos nas cidades, atacam as Bolsas do Trabalho e as cooperativas, ocupam as cidades industriais. Dois dias depois, é o fracasso desta «greve legalitária», o «Caporetto socialista».

Enfim, depois da subida de Mussolini ao poder e durante o longo primeiro período do fascismo no poder, a mesma tática legalista continua. O partido socialista leva a sério a organização das eleições em 1924, onde, contudo, dois anos após a subida de Mussolini ao poder, os fascistas não obtêm mais do que 38% dos votos, os «antifascistas» 25%, com 37% de abstenções — enquanto, na Alemanha, Hitler obtinha, já em 1932, 37% dos votos. Aquando do assassinio do deputado socialista Matteoti, em 1924, enquanto uma profunda vaga de indignação e de agitação sacode a Itália, tudo o que se fará serão protestos no Parlamento. Os responsáveis sindicais da C. G. T., sob a direcção de d'Aragona, «colaboram do ponto de vista técnico» com o governo, e as negociações com Mussolini prosseguem. Depois das leis fascistíssimas, será a dissolução definitiva dos partidos e dos sindicatos «livres».

IV. O PARTIDO COMUNISTA ITALIANO.

a) A tendência Bordiga e a política do partido.

Quanto à política do P. C. I., se ela é marcada por erros, ao longo de todo o processo de fascização, é caracterizada pelo *infantilismo esquerdista* — completamente diferente do «ultra-esquerdismo» de fachada do P. C. A.

O P. C. I., constituído após a cisão de Livorno, coloca-se de entrada sob a dominância da linha política de Bor-

diga.¹⁷ Já em 1919, a fracção comunista do partido socialista, sob a influência de Bordiga, defende o «absenteísmo», isto é, a não-participação nas eleições e no Parlamento, o que lhe vale severas críticas de Lenine. Após a cisão, é uma linha de luta intensa contra o partido socialista, que exclua qualquer forma de contacto ou de entendimento com o conjunto, e a todos os escalões, deste partido. O primeiro visado é Serrati, por quem o P. C. I. guarda uma hostilidade particular por ele não o ter seguido, na altura da cisão de Livorno, e por causa do carácter perigoso das «ilusões maximalistas», que contribuem para adiar a morte da social-democracia.

No seu manifesto para as eleições de 1921, o C. C. do P. C. I. declara: «As eleições de Maio de 1921 devem ser o processo do partido socialista. [...] Todo o operário consequente [...] deve estar doravante persuadido de que a sua classe só conseguirá avançar em Itália passando por cima do cadáver do partido socialista, de que não é possível vencer a burguesia se não se limpa antes o campo da luta de classes deste cadáver em putrefacção.»¹⁸ Em 1922, quando Turati está em vias de ultrapassar a fracção maximalista, a única coisa que o P. C. I. encontra para fazer é congratular-se pelo facto de «a ruína do partido socialista estar a colocar o partido comunista italiano à cabeça da classe operária italiana e da sua luta revolucionária». O P. C. I. chega mesmo a congratular-se com os êxitos do fascismo, na medida em que a influência da social-democracia sobre as massas diminuiria proporcionalmente, surgindo, assim, condições favoráveis para a extensão da sua influência.¹⁹ Esta política em relação ao partido socialista é, já antes de 1922, vivamente criticada por Lenine, que aconselha certos entendimentos com os maximalistas de Serrati.

Durante todo este período, o P. C. I. continua a acreditar (nomeadamente: *Teses de Roma* do 2.º congresso do

17. Bordiga foi, incontestavelmente, até 1926, uma das figuras mais marcantes da Internacional Comunista — e de uma envergadura muito diferente da dos «esquerdas» alemães, Maslow, Fischer, Korsch, Rosenberg, etc.

18. *Partito Comunista d'Italia: Manifesti ed altri documenti politici* (1921), reedição Feltrinelli, págs. 46-47.

19. P. Spriano, *Storia del partito comunista italiano*, t. I: *Da Bordiga a Gramsci*, 1967, pág. 127.

P. C. I. de 1922) na iminência da revolução, na persistência da ofensiva operária, e subestima completamente o perigo fascista. Os representantes do P. C. I. ao 3.º Congresso da Internacional Comunista, com Bordiga e Terracini à cabeça, estão em estrito desacordo com a tese da estabilização. O fenómeno fascista é constantemente assinalado ao dos guardas-brancos russos, e apreendido como reacção a quente a uma situação revolucionária.²⁰ Gramsci é o único a encarar a possibilidade da vitória de um «golpe de Estado» fascista.²¹

Enquanto o I Pleno adopta as teses sobre a frente única, os delegados do P. C. I., com os partidos francêses e espanhol, votam contra a resolução. A interpretação que dela dá a tendência Bordiga é uma antecipação da do 6.º Congresso da Internacional. A direcção bordiguista chega mesmo a um primeiro esboço da tese do social-fascismo. Ela está à espera de uma aliança oficial, no Parlamento, entre o partido fascista e o partido socialista, sob a égide de Giolitti, e Bordiga escreve: «Que o fascismo e a social-democracia tomem hoje caminhos convergentes poder parecer a muitos um paradoxo [...], mas que será confirmado no futuro. [...] Fascismo e social-democracia são dois aspectos do mesmo inimigo de amanhã.»²² A mesma tática em relação aos socialistas prossegue.

Quanto à frente única, o P. C. I. considera que ela não deve ser aplicada senão no domínio económico, em relação aos sindicatos e apenas para acções «reivindicativas», mas de forma alguma ao nível político: distinção radical do económico e do político que se volta a encontrar, como veremos dentro de um instante, na concepção bordiguista do partido e da organização. O que leva Zinoviev, que nunca deixou de prevenir o P. C. I. contra esta política, a dizer ao I Pleno:

20. P. Spriano, obra citada, pág. 126.

21. A. Gramsci, «La reazione», em *Avanti*, ed. piemontesa, de 17 de Outubro de 1920. O que leva Trotsky a dizer, em 1932, «que nenhum comunista italiano, salvo Gramsci, previra a possibilidade de uma ditadura fascista» (citado por J. Cammett, *A. Gramsci and the Origins of Italian Communism*, 1969, pág. 159). Esta opinião de Gramsci era partilhada pela Internacional Comunista, nomeadamente por Lenine e Zinoviev (P. Spriano, obra citada, pág. 95).

22. *Il Soviet*, de 15 de Maio de 1921.

«Toda a filosofia do camarada Terracini consiste em dizer: com d'Aragona sim, com Turati não. [...] As massas não podem conquistar-se sem contactos também com as suas organizações políticas e os seus dirigentes»; e, ao 4.º Congresso, o mesmo Zinoviev: «Na tática da frente única, nós temos divergências muito sérias com o P. C. I., que considera que a frente única é possível no domínio económico, mas que não deve de forma alguma ser realizada no domínio político. Esta é uma concepção antimarxista...»²³

Esta política conduz, assim, ao malogro da frente única, mesmo no mero domínio económico. Não há nada de paradoxal no facto de, a despeito das suas declarações sobre a «frente única económica», o P. C. I. boicotar a Aliança do Trabalho. A frente única será timidamente tentada, pelo menos «oficialmente», em raras acções comuns. É preciso esperar a cisão do partido socialista, em Outubro de 1922, para que sejam tentadas certas aproximações com os maximalistas: mas é já demasiado tarde. Mesmo após a subida do fascismo ao poder, estas aproximações são ferozmente combatidas por Bordiga, que as faz fracassar — apresentando-se por Bordiga, e comunistas em ordem dispersa às eleições, no escrutínio maioritário de 1924: um apelo de última hora, sob pressão da Internacional Comunista, do P. C. I. ao partido socialista, para um acordo eleitoral, ficará sem efeito. Estas aproximações só serão prosseguidas depois do congresso de Lyon, que consagra a direcção de Gramsci sobre o partido.

Mas esta realização da frente única na base, para além da atitude do P. C. I. em relação às organizações social-democratas, choca com a própria concepção do partido defendida pela direcção e com a sua estratégia da tomada do poder. A tendência Bordiga é marcada por um blanquismo pronunciado. «É preciso sermos poucos, mas bons», dirá ele muitas vezes, o que dará o slogan do «pequeno partido» e dos «10 000 comunistas». Com a ajuda da greve geral revolucionária, os 10 000 comunistas decididos conse-

23. Zinoviev, ao I Pleno, in *Compte rendu de la Conférence de l'Exécutif élargi de P. C. I., Février-Mars 1922*, Paris, págs. 159 e segs.; e, ao 4.º Congresso, in *Protokoll...*, obra citada, págs. 897 e segs.

guirão, pela *insurreição* num momento *pontual*, ferir mortalmente o Estado na sua cabeça.

É preciso, aliás, sublinhar vigorosamente que é contra esta concepção que as resoluções do 3.º Congresso — leninista — da Internacional Comunista precisam, com a palavra de ordem «para as massas»: «Desde o primeiro dia da sua criação, a Internacional Comunista considerou claramente e sem equívoco que o seu objectivo não era a criação de pequenas seitas comunistas que estabeleceriam a sua influência sobre a classe operária somente através da agitação e da propaganda [...], mas a criação de *partidos de massa*.» O próprio termo *partido de massa*, retomado nomeadamente por Togliatti, depois de 1945, no sentido revisionista que se conhece, é um *termo leninista*.²⁴ Isto pode parecer paradoxal, na medida em que a tradição leninista admite a distinção radical entre organização *de vanguarda* — partido — e *organizações de massa* — sindicatos. De facto, o emprego do termo partido de massa conota a ambiguidade constante da Internacional Comunista, nas suas análises sobre a relação entre o político e o económico e entre as suas organizações respectivas.

Seja como for, a concepção bordiguista é, em princípio, o oposto exacto da do P. C. A. — que visava a conquista eleitoral da «maioria» da classe operária. No entanto, a partir de uma tal concepção do P. C. I., a frente única, aliança no interior de organismos específicos, não tem qualquer sentido, nem razão de ser. O P. C. I. irá organizar zelosamente as suas «próprias» e «puras» organizações de alguns punhados de homens decididos, estreitamente controlados pelo «topo» do partido, e combater e denunciar toda e qualquer formação semelhante «fora-do-partido».

A atitude do P. C. I. em relação aos *Arditi del popolo* vermelhos — formações paramilitares que surgem espontaneamente, em 1921, face aos ataques fascistas — é característica. Estes *Arditi* agrupam operários, camponeses, sindi-

24. Mais precisamente, o termo leninista «partido de massa» não está, de forma alguma, ligado à *importância numérica*, quer dizer: ao *número dos aderentes* do partido, no sentido em que Togliatti empregou o termo. Em compensação, no outro extremo, Bordiga identifica a noção de «vanguarda» com o «número restrito», no sentido de «seita de iniciados», de aderentes.

calistas de base, socialistas, comunistas, etc. O P. C. I. denuncia-os e proíbe os seus membros de neles participarem: «Os *Arditi del popolo* propõem-se, ao que parece, traduzir a reacção proletária contra os excessos do fascismo, para restabelecer "a ordem e a normalidade da vida social". O objectivo dos comunistas é absolutamente outro: eles estão empenhados em conduzir a luta proletária até à vitória revolucionária; eles colocam-se do ponto de vista da antítese implacável entre a ditadura da reacção burguesa e a ditadura da revolução proletária [...], eles demonstram assim o carácter pernicioso e derrotista de qualquer distinção entre defensiva e ofensiva da classe operária».²⁵ Os elementos dos *Arditi* são considerados «duvidosos» e «equivocos» e o P. C. I. organiza os seus próprios «esquadrões comunistas», sob a palavra de ordem: «O valor do isolamento». É em vão que Gramsci escreverá: «Será que os comunistas se opõem ao movimento dos *Arditi del popolo*? Muito pelo contrário: estes aspiram ao armamento do proletariado, à criação de uma força armada proletária que esteja apta a vencer a burguesia...»²⁶

Erros, pois, de uma linha de infantilismo de esquerda típica — e que difere da linha do P. C. A. No que concerne a luta contra o fascismo, o P. C. I. *lança-se de forma decisiva na batalha, nos limites permitidos pela sua linha*, e longe das ilusões legalistas-eleitoralistas. A partir de 1921, os «esquadrões comunistas» passam à acção por toda a parte e obtêm muitas vezes resultados apreciáveis, nomeadamente em Milão. Travam-se violentos combates em Génova e em Turim. Após o fracasso da greve legalitária em 1922, os comunistas, ajudados por sindicalistas revolucionários, destroçam as tropas fascistas em Forlì e Parma. Em Parma, e por instigação do P. C. I., a cidade é organizada em praça forte e, durante cinco dias, o proletariado enfrenta vitoriosamente as tropas fascistas de elite de Italo Balbo, que se retiram deixando 40 mortos e 150 feridos. Perante esta atitude decidida, o fascismo abstém-se de atacar directamente as grandes cidades antes da sua subida ao poder. Enfim, há numerosos comu-

25. Comunicado do C. C. do P. C. I., de 7 de Agosto de 1921, in *Manifesti ed altri documenti politici*, pág. 93.

26. «Gli Arditi del popolo», *Ordine nuovo*, 15 de Julho de 1921.

nistas que, passando por cima da proibição do P. C. I., se batem nas fileiras dos *Arditi*.

b) *Gramsci e os conselhos operários. A Internacional Comunista, a questão sindical e o problema «partido-sindicato».*

Mas há mais. Face à linha Bordiga, existe a do grupo comunista de Turim, dirigido por Gramsci, que, a partir de 1924, tomará progressivamente a direcção do P. C. I. — com Bordiga à sua esquerda e Tasca à direita.²⁷ Com efeito, na sua posição sobre a questão dos *conselhos operários*, na altura do processo de fascização, Gramsci e o grupo comunista turinês do *Ordine Nuovo* parecem bem ter sido, na 3.ª Internacional na Europa, e apesar dos seus erros, os únicos a compreender os problemas postos pela realização da frente única.

Os erros, antes de mais: parece incontestável que Gramsci, nesta época, preconizava, por intermédio dos conselhos operários, a instauração de poderes operários destinados a substituir, pela sua própria instauração, o Estado burguês, e ignorava, em certa medida, o problema do próprio Estado. O que é claro na sua apreciação da «fábrica», centro político fundamental da sociedade capitalista, na medida em que é a sua célula económica essencial.²⁸

Mas, de facto, a concepção dos conselhos operários de Gramsci contém elementos importantes: ela distingue-se, radicalmente, do mito «autogestionário» do sindicalismo revolucionário. Funda-se, a um tempo, numa justa concepção das alianças entre as massas populares — classe operária, campesinato pobre, pequena burguesia — e da aliança no seio da classe operária, bem como do meio próprio para a realizar. O conselho operário é concebido como uma organização específica de base, fora do partido, da frente única. Os comités de empresa são transformados em conselhos operários,

27. É de assinalar que as divergências muito vivas entre Bordiga e Gramsci não tomaram, até 1924 a forma de *oposição aberta*, por parte de Gramsci, à linha «oficial» do P. C. I. Gramsci explicou-se sobre isto mais tarde, argumentando que não tinha querido servir de caução à oposição de direita a Bordiga.

28. «Lo Strumento del lavoro», *Ordine nuovo*, obra citada, pág. 79.

constituídos, em cada fábrica e oficina, na base de eleições de representação directa, sem passar pelo canal dos sindicatos constituídos, nem das suas cúpulas. O papel dos conselhos operários é, durante a greve, o de instituírem o controlo da produção. Mas enquanto organismos *permanentes*, o seu papel, dirá Gramsci, será o de operar «a transferência da luta sindical, do domínio estritamente corporativista e reformista, para o terreno da luta revolucionária». Este papel consistirá também, com certeza, em tarefas «puramente técnicas e industriais», tais como a luta reivindicativa, mas, sobretudo, na «preparação política das massas», incluindo a sua preparação militar: *aspecto político do papel dos conselhos operários que domina o aspecto económico*. Os comunistas organizados trabalham no seio destes organismos fora-de-partido de base, sendo os seus organizadores e os seus elementos mais conscientes.²⁹

Bordiga, como era de esperar, considera que a perspectiva de Gramsci pertence aos «mitos sindicalistas e neo-sindicalistas».³⁰ O problema apresenta-se, para ele, sob a forma de alternativa: *Tomar a fábrica ou tomar o poder; é desta forma que põe o problema, no Il Soviet de 22 de Fevereiro de 1920, explorando a relativa negligência de Gramsci, na época, face à questão do Estado. A série de artigos de Bordiga: «Per la costituzione dei Consigli operai in Italia», em Il Soviet de Janeiro-Fevereiro de 1920, desenvolve a ideia de que se deve, em primeiro lugar, conquistar e destruir o Estado, para construir, em seguida, os conselhos operários de fábrica. Bordiga denuncia «o erro que consiste em crer que o proletariado se pode emancipar ganhando terreno nas relações económicas enquanto o capitalismo continua a deter o poder político, através do Estado». Considerando os conselhos como organizações de tipo *sindical* e assimilando, assim, a posição de Gramsci à do sindicalismo revolucionário, Bordiga passa ao lado do problema a que os conselhos operários tentam dar uma resposta.*

29. Refiro-me, aqui, aos artigos de Gramsci disseminados no *Ordine nuovo*.

30. Textos de Bordiga reproduzidos em *Programme communiste*, Outubro-Dezembro de 1969, n.º 46, págs. 5 e segs. Ver também P. Spriano «Il Dibattito tra "Il Soviet" e "L'Ordine nuovo"», *Rinascita*, n.º 1, Janeiro de 1961.

Poderíamos alargar-nos aqui mais. Assinalemos, simplesmente, que Gramsci parece ter compreendido, por uma concepção leninista correcta da necessidade do partido, o problema de uma justa relação entre luta económica e luta política, sob o primado desta última, na realização organizacional concreta da frente única. Problema que, em todo o caso, a 3.ª Internacional não soube pôr concretamente: é aqui que reside, aliás, a chave de todas as palinódias da Internacional Comunista sobre a «questão dos sindicatos».



Questão que se pode agora, após termos posto o problema real, examinar de mais perto. Com efeito, na maioria das vezes, reduz-se a questão dos sindicatos na Internacional Comunista à das suas viragens face ao problema das alianças. O que não é senão um dos aspectos, derivado, do problema. A este respeito, assinalemos que a linha geral (com particularidades segundo os diversos países) da Internacional é a seguinte: após certas tentativas de cisão sindical, a unidade sindical (e o trabalho dos comunistas nos sindicatos social-democratas) prevalece, de 1921 a 1924. Antes do 5.º Congresso: tentativas de criação de sindicatos comunistas autónomos, sobretudo na Alemanha; mas, depois do 5.º Congresso: unidade sindical, tentando os comunistas organizar fracções ou oposições sindicais no seio dos sindicatos social-democratas. 1928-1934: política de cisão sindical e de organização de sindicatos comunistas autónomos. Política de re-nificação sindical, durante o período que prepara o 7.º Congresso e depois.

Mas o problema principal não está aqui. Ele reside, sim, na concepção da Internacional Comunista a respeito da relação entre a luta económica e a luta política, as organizações respectivas desta luta e a relação entre estas organizações: problemas que estão concentrados, precisamente, na questão da frente única

Também aqui se avançará a seguinte proposição: o problema da relação entre a luta económica e a luta política não foi esclarecido pela 3.ª Internacional, mau grado as claras posições de Lenine, particularmente em *A questão dos sindicatos e os erros dos camaradas Trotsky e Bukharine*.

Com o restabelecimento progressivo do economicismo, que conota o abandono da linha de massa, vê-se instaurar, de facto, apesar das declarações, o princípio de uma *separação radical* da luta económica e da luta política. É a partir desta separação radical que, daqui por diante, será posto o problema da sua relação. Enxertada nesta separação radical e no abandono da linha de massa, a questão da distinção entre sindicato, organização específica da luta económica — *organização de massa* —, e partido, organização específica da luta política — *organização de vanguarda* —, e das suas relações, saldar-se-á por erros: não é por acaso que Lenine, que combate este estado de coisas, introduz o termo «partido de massa» nas resoluções do 3.º Congresso da Internacional Comunista.

Quais são estes erros? O primado do político é constantemente afirmado, mas, posto a partir da separação radical do político e do económico, o único caminho preconizado para a sua realização é o da subordinação directa do sindicato (da fracção sindical revolucionária ou do sindicato comunista) ao partido. Os membros do partido trabalham na secção sindical da empresa, sendo o sindicato e o partido as únicas formas organizacionais previstas. *O abandono da linha de massa concretiza-se aqui no facto de que o «sindicato» — organização de massa — se transforma no aspecto de massa do «partido» — organização de vanguarda; o económico torna-se de algum modo o aspecto de massa do político.*³¹ Desta forma, o sindicato é sempre considerado como o lugar, simultaneamente, da organização da luta económica

31. Dou aqui a posição, *terrivelmente significativa*, de Varga sobre a questão, e vale a pena citá-la por inteiro: «Os comunistas devem resolver esta tarefa de agir como partido revolucionário de massa. [...] Eles têm como tarefa ser uma *vanguarda*, trabalhando sem cessar em vista do objectivo revolucionário [...], mas sem nunca se afastarem da massa dos operários e sem se transformarem numa seita isolada. *Eles devem ser partidos de massa*. O que significa que devem defender os interesses quotidianos das massas operárias e de todos os explorados e combater a burguesia de uma forma consequente *no quadro do capitalismo*.» (*L'Economie de la période du déclin du capitalisme...*, Paris, 1927, pág. 131.) Eis o que Varga e, com ele, a Internacional Comunista entendem por *partido de massa*. O partido, sob o seu aspecto de vanguarda, é a revolução; o partido, sob o seu aspecto de massa, é o sindicato!

e da organização, exclusiva, da frente única na base — nas massas. Não é de forma alguma por acaso, mas por um raciocínio lógico perfeitamente coerente, que Bordiga não aceita a frente única senão no domínio «económico-sindical».

O conjunto destes dados conduziu, mais tarde, aos resultados *alternantes* ou *paralelos* seguintes: ou a fracção sindical comunista (ou o sindicato comunista) aplica a todo o custo a linha «política» do partido, que já não é uma linha de massa, falhando assim no seu papel sindical e na articulação concreta do económico e do político, sob um justo primado deste último; ou essa fracção (ou sindicato) conduz a luta económica, tentando articulá-la com a luta política pelo mero sobrelanço nas reivindicações económicas relativamente às preconizadas pelas direcções sindicais (ou pelos sindicatos social-democratas): viu-se, a este respeito, o que se passou com a R. G. O. do P. C. A. Todas as palinódias da Internacional Comunista em relação à questão dos sindicatos se resumem, ao fim e ao cabo, em guinadas bruscas numa ou noutra destas duas direcções, às quais está constrangida pela sua linha geral.

Iremos mesmo mais longe, para afirmar que os germes desta situação se encontram já nas resoluções do 2.º e do 3.º Congressos da Internacional Comunista, respeitantes à questão sindical e à frente única.

Com efeito, e voltamos assim a Gramsci, o problema dos «conselhos industriais operários», ou dos «conselhos de fábrica», foi realmente posto pelos 2.º e 3.º Congressos. Estes dois congressos sublinham precisamente a necessidade da criação desses conselhos, «verdadeiras organizações de massa do proletariado.»³² A tónica é posta na *distinção necessária* entre estes «conselhos» e os «sindicatos»: «Os conselhos industriais operários não poderão substituir os sindicatos. Eles só podem organizar-se no decorrer da acção [...] e criar, a pouco e pouco, um aparelho geral capaz de dirigir toda a luta.» Estes conselhos são, por excelência, as formas próprias de organização da frente única «na base», devem ser directamente eleitos por todos os operários, independentemente

do sindicato ou partido político a que pertençam. É de notar, aliás, que os três primeiros congressos distinguem claramente estes conselhos operários *dos comités de empresa* (os *Betriebstraete*), legais e oficiais, instaurados, nomeadamente na Alemanha e em Itália, depois da guerra.

Na concepção destes congressos, estes conselhos operários parecem estar, à primeira vista e numa certa medida, ligados a um período de ofensiva revolucionária e de iminência da revolução, como núcleos de um «duplo poder». O 2.º Congresso declara: «A partilha de todas as tarefas da classe operária entre os conselhos industriais operários e os sindicatos é o resultado do desenvolvimento histórico da Revolução.» Mas isto não é absoluto. O 3.º Congresso, registando precisamente a estabilização, mantém as teses sobre os conselhos, concebidos como *formas permanentes* de organização da frente única — ainda que a tónica se desloque para o papel dos sindicatos.

Mas o ponto capital consiste no papel atribuído a estes conselhos: este papel específico pertence, para a Internacional, ao *domínio económico*. Para o 2.º Congresso, este papel «inspira-se, em definitivo, no esforço feito para realizar o controlo da indústria, tarefa histórica especial dos conselhos industriais operários». O que dará o «controlo operário» sobre o aprovisionamento das fábricas em matérias-primas, sobre a sua situação económica, as suas operações financeiras, etc.

A viragem, a este respeito do 3.º Congresso é ainda mais nítida. Com a ajuda da «estabilização», estas tarefas dos conselhos operários tomam a forma de luta contra os despedimentos, contra o fecho das fábricas, pelo aumento dos salários e pelo melhoramento das condições de trabalho. O papel político — o primado concreto do político nos conselhos operários, em que insistia Gramsci — diminui. Não que este primado não seja afirmado nas mesmas resoluções, mas o caminho esboça-se daqui por diante através da solução partido-sindicato, que se mencionou. Com efeito, dada esta viragem, perguntamo-nos qual é a necessidade destes conselhos operários: eles parecem já não ter qualquer papel específico a desempenhar, face aos sindicatos e ao partido. Mais: limitados ao domínio económico, os conselhos operários de fábrica surgem como um *fraccionamento corporativo* da classe operária, que põe em causa as aquisições da orga-

32. *Quatre premiers congrès mondiaux de l'Internationale*, ed. Maspero, págs. 55 e segs. para o 2.º Congresso, págs. 130, 133 e segs. para o 3.º.

nização sindical por ramos de indústria e no plano das federações nacionais.

O 1.º Congresso Internacional dos Sindicatos Revolucionários, realizado em Moscovo, em Julho de 1921, não se engana sobre este ponto: «À medida que os sindicatos operários consigam vencer as burocracias sindicais [...], os conselhos de fábrica transformam-se em núcleos dos sindicatos na empresa.»³³ E a Internacional, aliás, resolve a questão no seu 5.º Congresso (1924). Os conselhos operários desaparecem inteiramente, por uma subtil substituição. Já não se fala senão de comités de empresa — os *Betriebsraete* —, que, antes, a Internacional distinguia cuidadosamente dos conselhos operários.³⁴ O que, daqui por diante, contará exclusivamente para a Internacional será o trabalho da «fracção sindical» comunista no interior dos sindicatos, por um lado, e dos fantasmáticos comités de empresa, por outro.

O problema é capital — e não podemos continuar aqui. Lembro que se quis, unicamente, indicar o problema, ao qual os conselhos operários tentaram, pelo menos, dar uma resposta.

V. O FASCISMO E A CLASSE OPERÁRIA.

a) As organizações fascistas e a classe operária.

Quanto às relações entre o fascismo e a classe operária, encontra-se em Itália, nas grandes linhas, o que se passou na Alemanha. Com a diferença de que, sendo a resistência da classe operária italiana mais forte e as origens do fascismo italiano mais «sindicalistas», o processo de esmagamento da classe operária é mais longo e opera-se segundo uma estratégia mais sinuosa e hesitante do que na Alemanha. A «integração» corporativista da classe operária no Estado fascista realiza-se num grau menor do que na Alemanha.

33. «Rapport sur les conseils d'usine et de fabrique», *Résolutions et décisions du 1.º Congrès*, Moscovo, 1921, reedição Feltrinelli, pág. 43.

34. Resolução do 5.º Congresso sobre a questão sindical, in Weber, obra citada, pág. 112.

A implantação do fascismo na classe operária italiana segue as mesmas linhas que a do nacional-socialismo na classe operária alemã. Em Julho de 1922, a Confederação Nacional das Corporações (o «sindicato» fascista) conta com 700 000 membros, mas trata-se, sobretudo, de trabalhadores agrícolas alistados à força, de empregados e de membros das profissões liberais. Em Março de 1923, no momento das eleições para as comissões da Fiat de Turim, a C. G. L. tem 72,6% dos votos e os fascistas 27,4%. Mas um ano mais tarde, em Agosto de 1924, nas mesmas eleições, a C. G. L. sobe para 85,8% e os fascistas limitam-se a 14,2%.

Quanto ao partido fascista, ele comporta, em percentagem absoluta, menos operários do que o partido nacional-socialista. Comparando, a este respeito, as estatísticas sobre a composição do partido fascista, em 1921,³⁵ e do partido nacional-socialista em 1930,³⁶ verifica-se que o partido fascista conta com 17% de operários — incluindo os homens do mar —, enquanto o partido nacional-socialista conta com 28%. Durante os dois anos que se seguem, esta percentagem aumentará muito mais no caso do partido nacional-socialista — 32%, em 1933 — do que no caso do partido fascista. No entanto, se se compararem estas percentagens com a percentagem da classe operária no conjunto da população destes países (em Itália, em 1921, a classe operária constituiu 24,3% da população, ao passo que, na Alemanha, em 1930, ela anda à volta dos 45%), os dois casos são sensivelmente semelhantes.

Ao que é preciso acrescentar duas considerações suplementares. O problema do desemprego é bem menos agudo em Itália do que na Alemanha — resposta, aliás, indirecta àqueles que reduzem o processo de fascização à crise económica e ao desemprego. As estatísticas dão, em Itália, no princípio de 1921, um número de 500 000 desempregados, número que recua, no fim de 1922, para 380 000. Mesmo se estes números parecem inferiores à realidade, vê-se em todo o caso, que não são em nada comparáveis aos números alemães. Em compensação, o problema dos elementos desclassificados da guerra, no imediato após-guerra, é mais agudo do que

35. Rosenberg, *Der Faschismus...*, obra citada, pág. 110; A. Tasca, obra citada, pág. 127.

36. K. Bracher, obra citada, págs. 264 e segs.

na Alemanha. Contam-se, aproximadamente, 160 000 oficiais e oficiais subalternos de reserva desclassificados — contra os quais, de resto, se voltam os partidos de esquerda e as massas, no seu furor reavivado contra a intervenção. Gramsci dirá que um dos erros fundamentais dos partidos de esquerda foi a sua atitude em relação a estes «antigos combatentes»: que aderem, em massa, ao partido fascista.

b) *A situação real da classe operária sob o fascismo. A C. G. L. e os sindicalistas fascistas.*

E qual é a situação real dos trabalhadores industriais, em Itália, sob o fascismo? A economia italiana, mais fraca do que a alemã, suporta pior a crise de 1929 — e, sobretudo, a economia de guerra. No entanto, até cerca de 1935, a situação não é muito diferente.

Nota-se, em primeiro lugar, pelo menos por um longo período, a absorção do desemprego: o número de desempregados, em 1925, desce para 125 000. Durante estes anos, o agravamento da exploração económica dos operários industriais é *principalmente relativa*, isto é: em relação ao aumento dos lucros. No que concerne a *evolução do salário médio real* — tendo em conta o custo de vida —, *respeitante à massa dos salários e não apenas aos dos operários industriais*, verifica-se a curva seguinte: para um índice 100 em 1913, 127 em 1921, 123 em 1922 (período de alta conjuntura para os salários), 116 em 1923, 113,6 em 1924, e subida para 121 em 1928; após uma baixa em 1930, subida progressiva para um índice de 125, aproximadamente, em 1934; queda gradual, em seguida, e baixa brutal com a economia de guerra.³⁷

No entanto, por comparação com estatísticas respeitantes a assalariados não produtivos, cujos salários baixam enquanto o salário médio real permanece estável, ou baixam muito mais do que a baixa média, e por comparação com estatísticas respeitantes aos operários agrícolas, cujos salários diminuem,

37. Istat (ed.): *Sommario di statistiche storiche italiane, 1958*, págs. 39, 65, 106, 159; V. Foa, obra citada, in *Fascismo e anti-fascismo*, pág. 267, etc.; M. Roncayolo, in *Le Monde et son histoire*, t. IX obra citada, pág. 342.

ao longo de todo o fascismo, cerca de 50%,³⁸ pode observar-se o seguinte: de 1922 a aproximadamente 1935, os salários reais dos *operários industriais* permanecem, com altos e baixos, e no seu conjunto, relativamente estáveis — sem jamais atingirem o seu nível de 1921. Na baixa do salário real médio verificada em seguida, na qual participam os salários operários, tem um papel preponderante a queda dos salários dos assalariados não produtivos. Enfim, e em virtude da política de *hierarquização* dos salários operários prosseguida pelo fascismo, são, *em primeiro lugar*, e na proporção mais elevada, os *salários mínimos* dos operários industriais que recuam.

Mas será preciso não perder de vista nem as outras formas de exploração — aumento de ritmo de trabalho, em particular — nem as outras formas da política do fascismo, que consistem em criar, entre os próprios trabalhadores industriais, categorias salariais — com o único objectivo de dividir a classe operária. Nomeadamente, a política económica fascista contra o desemprego — por meio das grandes obras públicas, etc. — foi levada muito menos longe do que a do nacional-socialismo. A diferença entre a capacidade industrial destes dois países, com a ajuda das repercussões da crise de 1929 em Itália, explicam que a luta contra o desemprego — que reaparece depois de 1932 — se faça, a partir de 1934, pela introdução, efectiva para *certas categorias* de operários, da semana de 40 horas, sem a manutenção do salário hebdomadário: o que reduz consideravelmente o seu salário.

Por outro lado, face a esta degradação da condição da classe operária após 1934, o fascismo italiano parece fazer concessões na ordem da *legislação «social»*, praticamente inexistente antes em Itália: criação de organismos para os seguros contra acidentes do trabalho, a invalidez, a velhice, a maternidade, etc.³⁹

38. G. Vannutelli, «Occupazione e salari dal 1861 al 1961», in *Economica italiana dal 1861 al 1961*, 1961, págs. 570 e segs.

39. Guichonnet, obra citada, pág. 54; Vannutelli, obra citada.

Quanto à política do fascismo em relação à classe operária, verifica-se que o *fascismo trata com uma relativa atenção os sindicatos «livres»*, e em particular a C. G. L. (social-democrata), o que contrasta com a sua atitude em relação aos partidos operários. Mussolini declarara, já em 1921, não confundir a C. G. L. com os parlamentares socialistas. Durante o ano de 1923, ele convida os deputados sindicalistas Baldesi e d'Aragona para participarem no governo. A C. G. L. é tolerada no topo até 1925, ainda que, na base, as imposições de tutelas administrativas às federações locais, o sequestro de bens, etc., se intensifiquem. Mas o ataque precisa-se em 1926 e, face à repressão de facto e de direito, a C. G. L. afunda-se a si própria, em Janeiro de 1927.

No entanto, os sindicatos fascistas, que, durante os anos 1924-1925, organizam greves na metalurgia, reclamam, desde 1925, o seu caro corporativismo, reminiscência do sindicalismo revolucionário, e o «autogoverno dos trabalhadores». Os sindicatos devem, segundo eles, incorporar os patrões, submetidos assim ao «controlo técnico» dos operários. O seu projecto malogra-se: a lei Rocco sobre as corporações, de 1926, prevê o princípio da representação distinta dos patrões e dos operários, no interior de organizações «corporativistas», que só funcionam no topo, no plano nacional. Se falha, pois, o projecto dos sindicalistas, a subordinação corporativista da classe operária ao patronato e ao Estado fascista é aqui levada menos longe do que na Alemanha. Este estado de coisas confirma-se, aliás, um ano depois, com a promulgação da *Carta do Trabalho* (1927).

Mas os sindicalistas fascistas continuam a agitar-se vigorosamente. Em 1928, é o grande golpe: desgraça de Rossoni e da sua equipa, dissolução da Confederação sindical fascista em treze federações de indústria, depuração radical do aparelho sindical fascista. Daqui por diante, e face a uma agitação que, apesar de tudo, prossegue, Mussolini pode permitir-se, em 1934, com um grande reforço de declarações corporativistas, fazer entrar nas organizações patronais, de carácter semi-estatal no plano nacional, alguns altos funcionários dos sindicatos fascistas já depurados. Enfim, após a queda de Mussolini, será, em 1943, a tentativa de ressurreição do «sonho corporativista» na *República Social de Saló*, do Norte da Itália.

Quanto aos outros aspectos da política em relação à classe operária, e ao papel da ideologia fascista, é inútil entrar nos pormenores. Eles recortam, nas suas grandes linhas, os do nacional-socialismo — ainda que o aspecto obreirista desta ideologia seja aqui mais marcado. As exigências da «ala esquerdizante» sindicalista do fascismo são, elas próprias, muito mais radicais do que as da «esquerda» nacional-socialista.

APÊNDICE:

A U. R. S. S. E A INTERNACIONAL COMUNISTA

Podemos agora deter-nos na questão das relações entre a U. R. S. S. e a Internacional Comunista, o que permitirá justificar a tese avançada até aqui.

É certo que se estabelece uma relação *particularmente estreita* entre a política da Internacional e a U. R. S. S., durante o período que se segue ao 6.º Congresso (1928): particularmente estreita, porque a relação existia desde a fundação da Internacional.¹ No entanto, antes de 1928, esta relação não é, em diversos graus, *nem directa nem imediata*. *Esta relação estabelece-se, essencialmente, pelo canal necessário da linha geral caracterizada pelo economicismo, pela ausência de uma linha de massa e pelo abandono do internacionalismo proletário* — linha que domina progressivamente, e ao mesmo tempo, a política do partido bolchevique na U. R. S. S. e a da maior parte dos P. C. locais.

1. É propositadamente que emprego ainda aqui estes termos descritivos de «particularmente estreito»: no entanto, é de assinalar que não recobrem, de modo principal, os *laços organizacionais*. Com efeito, o que marca estes laços organizacionais U. R. S. S.-Internacional Comunista-P. C. nacionais é o 5.º Congresso, o da bolchevização (1924), enquanto a relação particularmente estreita U. R. S. S.-Internacional Comunista de que falo não se estabelece senão depois de 1928; os «laços organizacionais», quer dizer: o problema organizacional, não são nem determinantes nem primeiros.

Ora, mesmo depois de o laço entre a política da Internacional Comunista e a U. R. S. S. se ter tornado «particularmente estreito», este elo de uma mesma linha geral, soldando a Internacional à U. R. S. S., *conserva a sua importância:*

a) ele permite discernir esse laço apesar da desigualdade com que os P. C. nacionais aplicam as directivas da Internacional Comunista e através da margem segura de autonomia que conservam;

b) é a partir dele que se pode discernir toda uma série de «contradições» e de «erros», no sentido próprio, da política interna do P. C. bolchevique e da estratégia mundial da U. R. S. S.: «contradições» e «erros» que se repercutem na linha política da Internacional Comunista;

c) ele permite, sobretudo, articular e compreender o significado real de certos «factores» ou «acontecimentos», relativos à U. R. S. S. e que são, em geral, considerados, *tais quais*, como determinantes da política da Internacional: é, com efeito, ao estabelecer a relação entre esta linha e a *luta de classes* que se pode esperar apreender o que se passa realmente na U. R. S. S., e situar assim o sentido e o papel destes diversos factores nos laços que unem a Internacional à U. R. S. S.

Porque, com efeito, toda uma série de «acontecimentos» é referida pelos autores mais diversos, normalmente com o objectivo de, sem periodização precisa, fundar uma ligação directa, imediata e suficiente entre a U. R. S. S. e a Internacional — e isto desde a origem, ou quase, da Internacional. Ora, estes factores não bastam, *tais quais*, para explicar e fundar a ligação U. R. S. S.-Internacional Comunista nem, bem entendido, antes de 1928, *nem tão-pouco depois desta data.*



I. Primeiro factor, muitas vezes proposto: a *luta interna das fracções no seio do partido bolchevique*. A explicação da relação U. R. S. S.-Internacional Comunista seria mais ou menos a seguinte: quando Estaline luta contra a «oposição de esquerda», apoiar-se-ia directamente nos elementos «de

direita» na U. R. S. S. e na Internacional, e daí uma viragem «à direita» da Internacional Comunista: quando Estaline luta contra a «oposição de direita» na U. R. S. S., teria lugar a operação inversa, e daí uma viragem «à esquerda» da Internacional Comunista.²

A primeira objecção que se pode avançar desde já é que estas apreciações «esquerda-direita» permanecem descritivas enquanto se não determinar a conjuntura da luta de classes na U. R. S. S. Por outro lado, se se consegue apreender estas «viragens» nos seus *efeitos*, é preciso não esquecer que elas se situam, em graus diversos, *no terreno* da mesma linha geral em questão. Mais ainda: assinalou-se precisamente que, depois de 1928, e mesmo ao nível puramente fenomenal, estas diferenças «esquerda-direita» parecem atenuar-se.

Mas, mesmo supondo que se aceita este esquema, as contradições, tanto antes como depois de 1928, são flagrantes. Em plena luta contra a «oposição de esquerda», a Internacional inicia a viragem de «esquerda» do 5.º Congresso (1924). O período, muito ambíguo e confuso, da Internacional entre 1924 e 1928 também não pode ser explicado deste modo, pois que, em contrapartida, e a este nível, as coisas parecem muito claras na U. R. S. S. (luta contra a «oposição de esquerda»). A explicação «luta de Estaline contra a oposição de direita» aparentemente convém mais à viragem de 1928 da Internacional, e na condição de dela se fazer uma efectiva viragem «ultra-esquerda», o que não é o caso. Mas as contradições são flagrantes no que diz respeito ao período preparatório da viragem de «direita» de Dimitrov — período que, precisamente, coincide com a intensa luta na U. R. S. S. contra a «oposição de direita».

E enfim, se, já nesta altura, as grandes figuras da oposição estão politicamente eliminadas, será preciso não esquecer, como agora se sabe, que Estaline continua a esbarrar, antes de chegar à eliminação física do conjunto dos velhos quadros do partido bolchevique e do Exército Vermelho, com oposições internas muito graves (Kirov, Ordjonikidze, etc.) — oposições que, manifestamente, não podem ser compreendidas segundo o esquema clássico «esquerda-direita».

2. Para um exemplo típico desta explicação, P. Broué: *Le Parti Bolchevik*, 1963.

2. Outro factor proposto como suficiente, enquanto tal, para determinar, de forma exaustiva, a relação U. R. S. S.-Internacional: a *política externa da U. R. S. S.*

É certo que este elemento desempenhou um papel importante na política da Internacional. Mas, até a seguir a 1928, este papel também não foi directo ou imediato: a política externa da U. R. S. S. influencia a política da Internacional pelo canal necessário de uma linha geral que domina (de um modo, bem entendido, desigual) ao mesmo tempo na U. R. S. S. e nos P. C. estrangeiros (economicismo, ausência de linha de massa e abandono progressivo do internacionalismo). *Exemplo patente, «a contrario» e mesmo depois de 1928: na China, devido à linha do P. C. chinês sob a direcção de Mao, tendo-se rompido o canal, este laço já não se estabelece — o que, como se sabe, salva a revolução chinesa.*³

Por outro lado, mesmo depois de 1928, a linha geral conserva a sua importância como elo da relação U. R. S. S.-Internacional:

a) esta linha contribui para determinar o sentido desta política externa da U. R. S. S.: «defesa da U. R. S. S., único Estado proletário» ou «política de grande potência da U. R. S. S.»?

b) esta linha permite discernir uma série de contradições, que se apresentam como «erros» graves, na medida em que a política da Internacional parece muitas vezes ir *contra os «interesses» da U. R. S. S.*, independentemente do sentido que possa ter a sua política externa.

Um simples exemplo bastante significativo deste último caso: dá-se muitas vezes, a propósito da linha do «social-fascismo» de 1928, em especial na Alemanha, a seguinte explicação: o grande capital alemão era favorável a uma política de «colaboração» com a U. R. S. S., inaugurada com o tratado de Rapallo e von Seeckt — tratado que marcou toda a política externa da U. R. S. S. na Europa —, enquanto a social-democracia alemã se orientava para uma política «anti-russa» de aliança declarada com o imperialismo franco-

3. De assinalar que, para os autores que passam em silêncio este elo que é a linha política, a distensão do «laço» China-Internacional Comunista/U. R. S. S. explicar-se-la sobretudo pela *distinção das comunicações* entre as bases vermelhas na China e a U. R. S. S.!

-inglês, e até mesmo americano; tudo isto é, aliás, perfeitamente exacto. Estaline teria portanto, pela viragem de 1928, iniciado a batalha principal contra a social-democracia europeia, e alemã em particular, e não contra Hitler, representante do grande capital alemão, cujas boas graças teriam sido conquistadas com o tratado de Rapallo. Vê-se esboçar no horizonte uma certa interpretação do pacto germano-soviético.

Mas esta explicação não tem em conta um facto essencial: Estaline, desde 1925, e em particular em 1927, estava perfeitamente consciente como o provam numerosas declarações suas, do facto de que uma vitória de Hitler na Alemanha seria inelutavelmente acompanhada por uma guerra contra a U. R. S. S. Deste modo o problema desloca-se: em que se baseia o «erro» monumental de considerar que a linha do social-fascismo podia, efectivamente, barrar o caminho a Hitler?⁴

3. Último factor, muitas vezes proposto como determinante na relação U. R. S. S.-Internacional: *as grandes viragens do partido bolchevique em política interna*, e os seus efeitos sobre a Internacional Comunista.

Este factor assumiu igualmente uma grande importância. Mas, aqui também, esbarramos na objecção que apresentei em relação ao «factor» número um: com efeito, o essencial é conseguir situar, para além das aparências, as viragens *reais* e caracterizá-las em relação à luta de classes na U. R. S. S. De qualquer modo, este factor também não teve influência directa e imediata na política da Internacional antes de 1928: como explicar deste modo, em pleno período da N. E. P. na U. R. S. S., as viragens consecutivas da Inter-

4. Para mencionar aqui apenas o autor mais conhecido em França sobre estas questões, I. Deutscher, ele tem razão, quanto a este ponto, em colocar as coisas no seu lugar: «Basta indicar que, depois da vitória de Hitler, se ouvia correntemente dizer na esquerda alemã que, “sem Estaline, não teria havido Hitler.” Esta explicação só se pode admitir com reservas. No coro de lamentações que se seguiu a 1933, a maior parte dos dirigentes da esquerda alemã tinham excessiva tendência para explicar um fracasso atribuindo-o à perniciosa influência de Estaline. Deve-se, não obstante, reservar uma parte da responsabilidade para Estaline porque a política da Internacional Comunista, de que ele foi o instigador, *contribuiu involuntariamente para o triunfo de Hitler.*» (*Estaline*, p. 487). Mas o que Deutscher não chega a explicar é a «raiz» destes «erros».

nacional do 4.º Congresso (1922-23), do 5.º Congresso (1924) e, depois, do V Pleno (1935)?

Mas a linha geral referida é, também aqui, importante como elo, mesmo depois de 1928:

a) tomando-a como referência, chega-se à explicação real destas «viragens internas», estabelecendo a sua relação com a luta de classes que tem esta linha como efeito: viragens cujo carácter «esquerda-direita» se atenua mesmo depois de 1928 (exactamente como foi o caso nas «viragens» da Internacional);

b) através dela podem também explicar-se certas *contradições aparentes* entre as viragens internas na U. R. S. S. e as viragens da Internacional.

Assim, por exemplo, explica-se muitas vezes a viragem de 1928, caracterizada como «ultra-esquerda», da Internacional reduzindo-a à viragem, ela própria qualificada de «ultra-esquerda», operada por Estaline na U. R. S. S. na política de «colectivização» em relação ao campesinato. Ora, referidas à linha geral evocada, estas próprias caracterizações são problemáticas. Mas, pondo isso de lado, a contradição manifesta entre estas duas «viragens» — e é o que aqui nos importa — não pode ser explicada sem que se tome igualmente em consideração esta linha. Com efeito, esta viragem política na própria U. R. S. S., que, aliás, só se afirma depois de 1929, releva da tese, pressuposta no 1.º plano quinquenal soviético, segundo a qual a U. R. S. S. estaria por muito tempo condenada ao isolamento e constringida mesmo à guerra com os países imperialistas; tese que admitia, portanto, a impossibilidade, e por muito tempo ainda, da revolução na Europa. Em contrapartida, a viragem *paralela* da Internacional é explicitamente determinada pelas análises e previsões relativas à crise de 1929 e pela previsão que comanda toda a política da Internacional, de um ascenso inelutável e iminente da revolução na Europa.⁵

5. Limite-me aqui a mencionar certos exemplos, razão por que não entrarei na vasta bibliografia relativa ao tema. Apenas menciono, para o caso em questão (as duas viragens de 1928) I. Deutscher, que assinala nomeadamente: «Havia uma contradição inegável entre estas duas orientações, a que era seguida

■

Será preciso não nos enganarmos sobre o sentido destas observações. Insisto no papel capital que desempenha esta linha política geral *enquanto elo da relação U. R. S. S. - Internacional*, não para negar ou minimizar a influência dos «factores» assinalados sobre a política da Internacional, mas por causa do papel próprio que ela detém *no seio da própria U. R. S. S.* Esta linha tem relações determinantes com «o que se passa na U. R. S. S.»: na sua relação com a luta de classes, ela permite, ao descobrir o seu sentido real, articular os «acontecimentos» mencionados.

Abordamos assim a segunda questão, a mais importante. A que é que correspondem exactamente o economicismo, a ausência de linha de massa e o abandono progressivo do internacionalismo proletário na própria U. R. S. S.? *Quais são as suas causas? Quais são as suas consequências?*

1. Não nos podemos contentar em ver aí simples «erros» ou «desvios» — a não ser que tenhamos uma visão puramente idealista da história. É certo que esta linha conduz a «erros» concretos. Por outras palavras: esta linha, que não é uma linha justa, não é um simples erro ou desvio, a menos que se atribua um estatuto puramente subjectivista ao erro: os erros concretos é que são *comandados por esta linha*.

2. Também não podemos ver aí a linha de uma simples «casta burocrática». Isto não quer dizer que, pelo menos a princípio e durante um certo tempo, este elemento não tenha desempenhado um papel próprio: mas tal linha, que orienta ao mesmo tempo a política interna da U. R. S. S. e o movimento comunista mundial, não pode ser reportada a uma qualquer burocracia. Aliás, Trotsky sabia qualquer coisa sobre o assunto: detendo-se na «burocracia», nunca tentou deduzir daí uma linha geral que comandasse essa política, mas contentou-se, conseqüente consigo mesmo, com uma concepção dos «zigzagues burocráticos».

na Rússia e a que guiava a Internacional Comunista.» (*Estaline*, p. 486). É desnecessário acrescentar que Deutscher não consegue explicar esta «contradição».

3. Também não se pode tratar de uma linha reduzida ao facto da *segunda etapa* — segundo uma certa concepção, inteiramente falsa, da «segunda etapa».

Explico-me: Mao trouxe para a teoria e a prática marxistas-leninistas elementos *novos* de uma importância *crucial*, fundados no período actual do imperialismo e dos seus efeitos sobre a luta de classes mundial e na experiência histórica da revolução chinesa. Mas não se pode dilucidar a fundo o que a «terceira etapa» recobre enquanto não se tiver:

a) simultaneamente dilucidado o que especifica exactamente o período actual do imperialismo e os aspectos *universais* da revolução chinesa, nomeadamente os que concernem as próprias metrópoles do imperialismo;

b) dilucidado exactamente o sentido próprio de «etapa» e de «segunda etapa»; só assim se poderá determinar a «terceira etapa».

Deter-me-ei aqui somente no segundo ponto, que nos interessa directamente, e para refutar uma certa concepção da «segunda etapa», concepção que me parece absolutamente errada. Efectivamente, a «segunda etapa» é actualmente entendida, na maior parte das vezes, no sentido em que tudo o que se passou na U. R. S. S. e na Internacional seria uma *consequência necessária* de uma etapa à qual *faltavam ainda* a experiência histórica da revolução chinesa e o pensamento de Mao.

Nesta concepção puramente evolucionista e fatalista do «etapismo», a «questão de Estaline» desaparece. A linha política geral na U. R. S. S. e na Internacional seria, *de uma ponta à outra*, o corolário inelutável da segunda etapa, que inclui assim, no mesmo conjunto e *ao mesmo título*, «Lenine» e «Estaline». Na sua *continuidade*, «Lenine-Estaline» representariam as «aquisições positivas» dentro dos «limites necessários» da «segunda etapa». Nada de essencial se intercalaria na linha geral da U. R. S. S. desde 1917 até Krutchev, *a não ser* os «erros de Estaline»: erros a que se atribui assim ora um estatuto totalmente subjectivista ora o sentido de simples erros de percurso ou de portaria duma «etapa necessária».

Ora, já a este primeiro nível, a explicação é falsa, e a questão da «terceira etapa» não pode ser esclarecida enquanto esta explicação não for afastada. É verdade que o próprio

leninismo, no sentido do pensamento e da política de Lenine, apresenta *limites*, pelo próprio «período» em que se situa e *em relação* ao pensamento e à política de Mao: já se constatarem estes limites neste texto e constatar-se-ão ainda mais adiante. Limites, aliás, que valem igualmente para Estaline.

Contudo, não é menos verdade que, deste ponto de vista, se instauram *clivagens consideráveis* no processo na U.R.S.S. e na Internacional: o que pode ser tematizado como *distância* entre «Lenine» e «Estaline» — ainda que haja «Estaline» e «Estaline». Dizer que o próprio Lenine apresenta limites em virtude do período em que se situa (limites igualmente presentes em Estaline) é uma coisa. Dizer que o economicismo, a ausência de linha de massa e o abandono do internacionalismo proletário, que dominam progressivamente a política do partido bolchevique e da Internacional, são o «leninismo necessariamente limitado» da «segunda etapa», *mais* os «erros de Estaline», é uma coisa completamente diferente — e isto é que é falso.

Para mais, falseia inteiramente a questão da «terceira etapa». Efectivamente, o conteúdo e o sentido da «terceira etapa» são completamente diferentes, se a determinamos de acordo com a concepção em questão, quer dizer, em relação a Estaline considerado como o «leninismo necessariamente limitado» da «segunda etapa», ou se a determinamos de acordo com os princípios que defendo. Um simples exemplo: o princípio «a política no posto de comando» de Mao só pode ser considerado como um traço específico da «terceira etapa» em relação a Estaline, marcado por um economicismo agudo, e se abusivamente se lhe assimilar Lenine. Mas este princípio não pode de nenhum modo ser considerado como um traço específico da «terceira etapa» em relação a Lenine, o qual, ao contrário de Estaline, sempre o defendeu e aplicou.

Era necessário pôr este problema para chegarmos ao que aqui directamente nos interessa. Com efeito, esta interpretação também não permite fazer uma análise do «que se passou na U. R. S. S.» durante o período de que nos ocupamos, análise que deveria precisamente fundar-se na experiência histórica da revolução chinesa e nos princípios extraídos por Mao. Se, para esta interpretação, nada de essencial se intercala entre Lenine e Estaline, *é porque, segundo ela, nada de*

essencial se passa na U. R. S. S., na evolução da relação de forças na luta de classes, até à morte de Estaline. Supõe-se que a «burguesia soviética» surgiu de repente com o aparecimento de Krutchev: como Minerva armada da cabeça de Júpiter. E isto é infinitamente mais grave: impede-se assim qualquer análise da periodização, na U. R. S. S., da época de que nos ocupamos, a partir da encarnizada luta de classes que aí se desenrola.



Não se pode abordar aqui essa periodização. Mas torna-se necessário dizer duas palavras sobre ela: com efeito, o meu objectivo continua a ser o de mostrar que a periodização na U. R. S. S. e na Internacional, bem como a sua relação, só podem ser apreendidas, na sua relação com a luta de classes na U. R. S. S., pela referência à linha geral que aí domina progressivamente.

Será preciso aqui assinalar que, ao longo de todo o período de que nos ocupamos, se assiste, na própria U. R. S. S., a uma luta de classes encarnizada entre as «duas vias» (a via capitalista e a via socialista, pois que não existe terceira via): digo bem luta entre as duas vias, e não entre as duas linhas, porque, na U. R. S. S. e na Internacional, não há «duas» linhas — situando-se ao fim e ao cabo as diferentes «oposições», como se assinalou, (se bem que de um modo desigual) no mesmo terreno que a oficial.⁶ A luta entre as duas vias conduziu, por um processo contraditório, à reconstituição da «burguesia soviética» sob uma forma nova e à sua conquista do poder de Estado. Este processo de reconstituição da «burguesia soviética» (e o impacto desta na luta de classes) desenvolve-se plenamente na U. R. S. S. com o próprio Estaline.

Ora, como, e por que meio principal, se opera esta reconstituição da «burguesia soviética», que, por outro lado, depende

6. O que não quer, portanto, dizer que as «críticas» dirigidas aos aspectos concretos da linha pelas diversas oposições, incluindo Trotsky, não tivessem um significado de classe: nomeadamente pelos efeitos que comportariam na realização diferente de uma mesma linha fundamental.

de toda uma série de condições históricas da U. R. S. S., e como influi ela na classe operária e na política do partido bolchevique?

Sabe-se agora, à luz da experiência chinesa, que esta reconstituição se inicia por intermédio de uma linha política do partido da classe operária, cujos efeitos provavelmente mais importantes, a este respeito, concernem os aparelhos de Estado, incluindo os aparelhos ideológicos. Estes aparelhos constituem os refúgios da antiga burguesia relativamente desapossada, a princípio, do seu lugar económico — e os bastiões da sua «reconstituição» sob uma forma nova. Processo no qual a «deformação burocrática» desempenha certamente um papel, entre outras coisas, como condição da formação de um núcleo de burguesia de Estado. Mas esta política em relação aos aparelhos é ela própria comandada por uma linha geral, com efeitos bem mais latos: pelo economicismo, a ausência de linha de massa (o que dá as práticas burguesas), e o seu corolário, o abandono do internacionalismo proletário.⁷

Assim, esta linha geral, que não constitui um simples erro nem cai do céu, está ligada à luta de classes na U. R. S. S.: ela deve-se em primeiro lugar, e essencialmente, à persistência da ideologia burguesa na transição. Esta persistência está ligada à influência (resultado, ela própria, de uma série de factores históricos particulares), nas práticas, de uma burguesia refugiada, enquanto força social, nos aparelhos de Estado: a presença progressiva da «burguesia soviética» no próprio seio do partido bolchevique desempenha aqui um papel importante. Esta linha surge assim como a «brecha» essencial, que permite o desenvolvimento do processo de reconstituição, sob uma forma nova, da «burguesia soviética» como força social.

Mas esta linha surge igualmente, e progressivamente, como um dos efeitos principais deste processo de reconstituição, e do peso da «burguesia soviética» na luta de classes na U. R. S. S. Esta linha, que assume um papel próprio no

7. Nomeadamente, a ausência de democracia proletária no seio do partido bolchevique, a concepção policial da política pela direcção deste partido, etc., não são nem simples erros, nem «causas primelras»: surgem como as consequências desta linha.

«que se passa na U. R. S. S.», está assim ligada à luta entre a burguesia e o proletariado na U. R. S. S.

Podemos compreender agora as razões pelas quais esta linha constitui a engrenagem essencial a partir da qual se efectua, ao longo de todo o processo, a relação entre a Internacional e a U. R. S. S.: em relação com a luta de classes na U. R. S. S., é através dela que se concretiza a influência da U. R. S. S. sobre a Internacional.

O que permite também circunscrever a possibilidade de desfazamentos e desigualdades entre «o que se passa na U. R. S. S.» e o processo na Internacional. Com efeito, os dois aspectos do processo na própria U. R. S. S. (as etapas da luta de classes, aspecto principal e dominante na U. R. S. S., e a evolução concreta da linha) desenvolvem-se, através da sua relação, de modo desigual. Esta desigualdade ora permite ora introduz precisamente certos desfazamentos entre as viragens da luta de classes na U. R. S. S. e as viragens da Internacional — que se reportam ao «que se passa na U. R. S. S.» pelo elo da linha em questão: desfazamentos ao mesmo tempo sob forma cronológica (o processo da Internacional, aliás, ora segue ora precede o processo na U. R. S. S.) e sob forma de «contradições» entre «o que se passa na U. R. S. S.» e o processo na Internacional.



Tudo isto não quer, pois, dizer que as lutas no seio do partido bolchevique, a política deste partido no interior da U. R. S. S. e a política externa da U. R. S. S. não tenham, progressivamente, pesado de forma considerável na política da Internacional. Mas, também a este respeito, o problema se desloca. Estes «factores» só ganham sentido, para uma periodização séria, na medida em que se articulem em torno das seguintes questões: quais são as etapas da luta burguesia-proletariado na U. R. S. S., e qual é o processo da modificação, sob este ponto de vista, da natureza de classe do Estado soviético? Quais são as etapas do processo de «concessões» a esta «burguesia soviética», que não é, bem entendido, detectada como tal? A partir de quando desempenha a «burguesia soviética» o papel de uma força social e quando se constitui ela em efectiva classe social? Em que momentos, neste pro-

cesso contraditório, assume ela o papel de aspecto principal da contradição, e a partir de quando se torna o aspecto principal? A partir de quando, e como, afirma a sua hegemonia política?

Esta história da U. R. S. S., que tomaria a luta de classes por fio condutor e seria capaz de articular, pelo canal da linha evocada, estes diversos factores nas etapas da luta de classes na U. R. S. S., ainda não foi feita. Enquanto o não for, de modo circunstanciado e demonstrativo, não se poderá estabelecer uma periodização mais rigorosa da Internacional Comunista.⁸ Porque, quanto às questões que acabo de mencionar, parece claro que se passam coisas essenciais com o próprio Estaline: com a «colectivização», depois de 1928, com a proclamação, em 1936, do «Estado de todo o povo», enfim com a liquidação física do conjunto dos velhos quadros do partido bolchevique e do Exército Vermelho.

Em resumo, a linha geral que dominou progressivamente na U. R. S. S. e na Internacional pode conduzir, como tentei fazê-lo neste texto, justificando-o agora, a uma periodização relativamente clara da Internacional Comunista: esta periodização pode ser igualmente muito útil como elemento para esta história da U. R. S. S.. Mas isso não bastará. Por exemplo: verificou-se, deste modo, que o 6.º Congresso (1928) e o 7.º Congresso (1935) da Internacional não podem ser interpretados segundo a imagem do pêndulo (oportunismo de esquerda-oportunismo de direita), mas que não se trata também de uma simples continuidade entre eles. Esta é uma das provas de que a «viragem», na U. R. S. S., na política em relação ao conjunto do campesinato não é uma simples viragem interna «ultra-esquerda». Mas enquanto não se tiver estabelecido exactamente o que se passa na realidade, em relação ao processo da «burguesia soviética», durante este período de luta de classes na U. R. S. S. — luta que está longe de ser simplesmente uma luta do proletariado e dos camponeses pobres contra os kulaks não se poderá aprofundar a questão relativa à Internacional.

8. Indico aqui o trabalho em curso de Bettelheim sobre a U.R.S.S., que esclarece de modo decisivo esta periodização.

Um último exemplo ainda: enquanto não se tiver periodizado, a partir deste ponto de vista, a natureza de classe do Estado na U. R. S. S., também não se poderá resolver a questão do sentido da sua política externa, nem a do seu papel exacto sobre a política da Internacional. Efectivamente, enquanto a natureza de classe do Estado soviético permanece proletária, a palavra de ordem «defesa da U. R. S. S.», que domina progressivamente na Internacional, não significa forçosamente — digo bem: *forçosamente* — o abandono do internacionalismo e a submissão mecânica da Internacional aos interesses da política externa da U. R. S. S. Mas, também aqui, a análise do que se passa na Internacional pode ser um índice capital em relação ao que na realidade se passa, sob este ponto de vista, na própria U. R. S. S.⁹

9. Este aspecto da linha geral, que consiste no abandono progressivo do internacionalismo proletário, não foi tratado, neste texto, no seu lugar próprio. É que este aspecto surge principalmente, no seio da Internacional Comunista, nas teses e na política concreta a respeito da «questão nacional» e da «questão colonial»: questões sobre as quais não nos podemos estender dentro do quadro, e dos limites, deste texto.

NOTA A EDIÇÃO PORTUGUESA	5
INTRODUÇÃO	7
I. A QUESTÃO DO PERÍODO DOS FASCISMOS	11
1. <i>Imperialismo e fascismo. Acerca do capitalismo monopolista e da cadeia imperialista</i>	13
2. <i>Os elos alemão e italiano: a sua história</i>	24
I. A Alemanha	24
II. A Itália	29
3. <i>O período dos fascismos e a 3.ª Internacional</i>	36
I. A concepção geral e as viragens da Internacional Comunista: a questão do período e das etapas da luta de classes	36
II. Primeiras incidências sobre as análises do fascismo pela Internacional Comunista	49
4. <i>Conclusão: a transição para o capitalismo monopolista e a «crise económica»</i>	57
II. O FASCISMO E A LUTA DE CLASSES	61
1. <i>A crise política, fascismo e Estado de excepção</i>	63
I. O problema e a Internacional Comunista	63
II. Thalheimer, Gramsci, Trotsky	66
III. O quadro de análise. Crise política, luta de classes e sistema institucional	70
2. <i>O processo de fascização</i>	72
III. FASCISMO E CLASSES DOMINANTES	75
1. <i>Proposições gerais</i>	77
I. As contradições entre classes e fracções dominantes	77
II. A crise de hegemonia	78
III. As modificações da hegemonia	79
IV. A ruptura do laço «representantes-representados» e os partidos políticos	79
V. A crise ideológica	83
VI. A ofensiva do grande capital e do bloco no poder	85
a) Acerca da ofensiva e da defensiva	86
b) As etapas do processo	87

VII. Os partidos fascistas, o fascismo e as classes e frações dominantes. Dominação, hegemonia e classe reinante: a autonomia relativa do fascismo	92
2. <i>A Alemanha</i>	100
I. O processo e as contradições económicas	100
II. Grande e médio capital. O fascismo, fenómeno «economicamente retrógrado»?	108
III. A crise e o processo político-ideológico	114
IV. O partido nazi, o nazismo e as classes e frações dominantes. Hegemonia e classe reinante	124
3. <i>A Itália</i>	132
I. O processo e as contradições económicas	132
II. Grande capital e agrários	137
III. A crise e processo político-ideológico	143
IV. O partido fascista, o fascismo e as classes e frações dominantes. Hegemonia e classe reinante	154
IV. FASCISMO E CLASSE OPERARIA	161
1. <i>Proposições gerais</i>	163
I. O «processo de derrota» e a defensiva da classe operária: suas etapas e seus caracteres	163
II. As formas da crise ideológica e a crise das organizações revolucionárias	169
III. A social-democracia. A sua natureza e a sua função de classe, a sua política, e a tese do social-fascismo	174
IV. Os partidos comunistas e a sua política. As viragens da Internacional Comunista e a estratégia de alianças	186
V. As organizações fascistas, o fascismo e a classe operária. Situação real da classe operária sob o fascismo	197
2. <i>A Alemanha</i>	201
I. O processo de derrota, a defensiva e a crise político-ideológica	201
II. A social-democracia alemã	213
III. O partido comunista alemão	217
IV. O nacional-socialismo e a classe operária	227
a) As organizações nazis e a classe operária	227
b) A situação real da classe operária sob o nazismo e a questão dos sindicatos fascistas	231
3. <i>A Itália</i>	239
I. O processo de derrota e a defensiva	239
II. A crise político-ideológica. Sorel e o sindicalismo revolucionário	242

III. A social-democracia italiana e o maximalismo	246
IV. O partido comunista italiano	252
a) A tendência Bordiga e a política do partido	252
b) Gramsci e os conselhos operários. A Internacional Comunista, a questão sindical e o problema «partido-sindicato»	258
V. O fascismo e a classe operária	264
a) As organizações fascistas e a classe operária	264
b) A situação real da classe operária sob o fascismo, A C.G.L. e os sindicalistas fascistas	266
<i>Apêndice: a U.R.S.S. e a Internacional Comunista</i>	271

